

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
PROGRAMA DE DOUTORADO

MARCIA CRISTINA PUYDINGER DE FAZIO

**RELAÇÕES INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS E
ATORES NÃO ESTATAIS: O PROTAGONISMO DE
RESISTÊNCIA DO MOVIMENTO DE JUSTIÇA GLOBAL**

Florianópolis
2016

MARCIA CRISTINA PUYDINGER DE FAZIO

**RELAÇÕES INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS E
ATORES NÃO ESTATAIS: O PROTAGONISMO DE
RESISTÊNCIA DO MOVIMENTO DE JUSTIÇA GLOBAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito à obtenção do título de Doutor.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Odete Maria de Oliveira

Florianópolis
2016

MARCIA CRISTINA PUYDINGER DE FAZIO

**RELAÇÕES INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS E
ATORES NÃO ESTATAIS: O PROTAGONISMO DE
RESISTÊNCIA DO MOVIMENTO DE JUSTIÇA GLOBAL**

Este Tese foi julgada adequada para obtenção do título de Doutor,
e aprovado em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em
Direito da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 18 de março de 2016.

Prof. Dr. Arno Dal Ri Júnior – UFSC
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Odete Maria de Oliveira – UFSC
Orientadora

Prof^a. Dr^a. Odete Maria de Oliveira – UFSC

Prof. Dr. Antonio Carlos Wolkmer – UFSC

Prof. Dr. Julian Borba – UFSC

Prof. Dr. Gilmar Antônio Bedin – UNIJUI

Prof. Dr. Rogério Santos da Costa – UNISUL

Prof^a. Dr^a. Joana Stelzer – UFSC

Prof. Dr. Sidney Francisco Reis dos Santos – ESTÁCIO DE SÁ

Dedico esta tese às duas mulheres que, de um modo singular, contribuíram e sempre contribuirão para o meu crescimento pessoal e profissional.

Fortes e corajosas, são exemplos de fé e determinação.

Amorosas e sensíveis, personificam a amizade, a compreensão e a bondade.

À minha mãe, Neusa, a gratidão eterna pela Vida e pelos ensinamentos deixados.

À minha amiga e orientadora, Profa. Odete, o agradecimento imensurável por estar ao meu lado nos belos e, às vezes, tortuosos caminhos trilhados.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de Santa Catarina e aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Direito.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão de apoio financeiro durante parte do período de estudos do doutorado.

Ao Instituto Federal Goiano, campus Rio Verde, por oferecer meios para o desenvolvimento e a conclusão desta tese.

À professora Odete Maria de Oliveira, pela orientação sempre dedicada, sem jamais descuidar do rigor com a pesquisa.

Ao Eduardo Gonçalves Rocha, amigo e companheiro de jornada, pelos incansáveis conselhos e pela inabalável compreensão das ausências.

À Kamila, Renata, Andreia e Juliana, companheiras de pesquisa, pela amizade acolhedora.

A todos os amigos, pela presença constante e fortalecedora.

À minha família, pelo apoio e incentivo em todos os momentos.

A Deus, pela dádiva da Vida, e pela Força que me foi concedida para vivenciar e concluir tão importante processo.

RESUMO

Por aproximadamente sessenta anos, num cômputo que soma o momento do seu surgimento, desde o término da Primeira Guerra Mundial, em 1918, até a década de 70, as interações estatais delinearam o objeto de estudo da disciplina de Relações Internacionais. Estabelecendo-se uma associação restrita entre as ações e comportamentos dos Estados e os fenômenos passíveis de serem apreendidos, as relações internacionais foram predominantemente retratadas como o complexo relacional inter-estatal. Posteriormente, já nos anos 70, novos elementos são utilizados na tarefa de interpretar a realidade das relações e, em consequência disso, a disciplina passa por mudanças que resultam numa importante redefinição do seu objeto de estudo. Reconhece-se atualmente que a sociedade internacional contemporânea constitui um cenário dinâmico e multicêntrico, composto por grande variedade de atores não estatais, que desempenham papéis diversos e exercem influência em contextos específicos. Entre eles, encontram-se os atores da sociedade civil que, organizados num amplo Movimento de Justiça Global, procuram oferecer resistência à forma de condução do atual processo de globalização, com viés neoliberal, e seus efeitos negativos à vida do ser humano e à manutenção do planeta. Grupos diversos e dispersos por todo o globo integram-se no âmbito desse movimento, conectados fundamentalmente por fluxos em rede. Suas ações introduziram temas e demandas sociais na agenda internacional e, por isso, o foco da presente pesquisa recai sobre a sua participação na sociedade internacional, indagando: sua função dinâmica de resistência permite reconhecê-lo como um ator não estatal das Relações Internacionais contemporâneas? A hipótese de trabalho centra-se na seguinte consideração: para o Movimento de Justiça Global ser reconhecido como ator não estatal das Relações Internacionais contemporâneas, deverá demonstrar comprovadamente os critérios exigidos para essa qualificação – habilidade para mobilizar recursos, capacidade para exercer influência e autonomia.

Palavras-chave: Relações Internacionais contemporâneas. Atores internacionais. Atores não estatais. Movimentos sociais. Movimento de Justiça Global.

ABSTRACT

For nearly 60 years, from the time of its emergence, meaning the end of World War I in 1918, until the 70s, state interactions outlined the object of study in the International Relations discipline. Setting up a restricted association between states actions and behaviors, and phenomena which might be grasped, international relations were predominantly portrayed as a complex of interstate relations. Subsequently, in the 70s, new elements were used in the task of interpreting the reality of relations and, as a result, the discipline underwent changes resulting in a major redefinition of its research subject. Today, we recognize that the contemporary international society represents a dynamic and multicenter scenario, composed of a wide variety of non-state actors that play different roles, and influence specific contexts. Among them, the actors of civil society organized in a large Global Justice Movement, seek to offer resistance to the current neo-liberal globalization process, and its negative effects on human life and planet maintenance. Various groups, dispersed around the globe, integrate this movement fundamentally connected by network flows. Their actions introduced themes and social demands on the international agenda and, therefore, the focus of this study lies on the movement's participation in international society, inquiring if its dynamic function of resistance allows its recognition as a non-state actor of contemporary international relations. The working hypothesis is based on the following consideration: in order to recognize the Global Justice Movement as a non-state actor of contemporary international relations, it must clearly testify the necessary criteria for such qualification, which are, the ability to mobilize resources, the ability to influence and autonomy.

Keywords: Contemporary International Relations. International actors. Non state actors. Social movements. Global Justice Movement.

RESUMEN

Durante aproximadamente 60 años, en un cómputo que cuenta el momento de su surgimiento, desde el término de la Primera Guerra Mundial, en 1918, hasta la década de 70, las interacciones estatales delinearon el objeto de estudio de la disciplina de Relaciones Internacionales. Con la instauración de una asociación restricta entre las acciones y comportamientos de los Estados y los fenómenos pasibles de ser aprehendidos, las relaciones internacionales fueron retratadas como el complejo relacional interestatal. Posteriormente, en los años 70, se utilizan nuevos elementos en la tarea de interpretar la realidad de las relaciones y, como consecuencia de eso, la disciplina enfrenta cambios que resultan en una importante redefinición de su objeto de estudio. Actualmente se reconoce que la sociedad internacional contemporánea constituye un escenario dinámico y multicéntrico, compuesto por una gran variedad de agentes no estatales que desempeñan diversos papeles y ejercen influencia en contextos específicos. Entre ellos, se encuentran los agentes de la sociedad civil que, organizados en un amplio Movimiento de Justicia Global, ofrecen resistencia a la forma de conducción del actual proceso de globalización, de orientación neoliberal y sus efectos negativos sobre la vida del ser humano y sobre la sustentación del planeta. Diversos grupos, dispersos por todo el globo, se integran en el ámbito de ese movimiento, conectados fundamentalmente por flujos en línea. Sus acciones introdujeron temas y demandas sociales en la agenda internacional, por eso el foco de la presente investigación se centra en su participación en la sociedad internacional con la siguiente indagación: ¿su función dinámica de resistencia permite reconocerlo como un agente no estatal de las Relaciones Internacionales contemporáneas? La hipótesis de trabajo se centra en la siguiente consideración: para que el Movimiento de Justicia Global sea reconocido como agente no estatal de las Relaciones Internacionales contemporáneas, deberá comprobar los criterios exigidos para esa clasificación – habilidad para movilizar recursos, capacidad para ejercer influencia y autonomía.

Palabras clave: Relaciones Internacionales contemporáneas. Agentes internacionales. Agentes no estatales. Movimientos sociales. Movimiento de Justicia Global.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
TEMA E SUA DELIMITAÇÃO	20
FORMULAÇÃO DO PROBLEMA E HIPÓTESE	21
OBJETIVOS	22
EMBASAMENTO TEÓRICO	22
CONCEITOS OPERACIONAIS	24
ESTRUTURA	25
METODOLOGIA	27
JUSTIFICATIVA	28
 1. RELAÇÕES INTERNACIONAIS: ELEMENTOS DE FUNDAMENTAÇÃO	 33
1.1 RELAÇÕES INTERNACIONAIS CLÁSSICAS	34
1.1.1 Desenhos do liberalismo	35
1.1.2 Desenhos do realismo político	47
1.2 RELAÇÕES INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS	57
1.2.1 Desenhos da tecnologia informacional	58
1.2.1.1 Novos fluxos transnacionais	64
1.2.1.2 Relações Internacionais e rede: a formação de novos elementos de análise	69
1.2.2 Desenhos da interdependência	72
1.2.2.1 Conceito de interdependência	79
1.2.2.2 O poder na interdependência	80
1.2.2.3 Pressupostos da interdependência	82
1.2.3 A rede e a interdependência como bases de análise	86
 2. ATORES INTERNACIONAIS E A ATUAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS	 89
2.1 ATORES ESTATAIS E NÃO ESTATAIS	89
2.1.1 Abordagem conceitual	90
2.1.2 Tipologia	97
2.2 A MOBILIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS	103
2.2.1 Sociedade civil	103
2.2.2 Movimentos sociais	111
2.2.3 Movimentos sociais em rede	115
 3. O MOVIMENTO DE JUSTIÇA GLOBAL COMO ATOR NÃO ESTATAL	 125

3.1 ELEMENTOS DE CARACTERIZAÇÃO.....	126
3.1.1 Contexto de formação	127
3.1.1.1 Os sucessivos processos globais	127
3.1.1.2 A estrutura tecnológica.....	130
3.1.1.2 O pensamento neoliberal	133
3.1.2 Contornos de uma sociedade civil global.....	139
3.1.3 Contornos do Movimento de Justiça Global.....	148
3.1.3.1 Surgimento	149
3.1.3.2 Natureza.....	152
3.1.3.3 Características	154
3.2 O PROTAGONISMO DO MOVIMENTO DE JUSTIÇA GLOBAL.....	157
3.2.1 Bases conceituais	158
3.2.2 Papel desempenhado e protagonismo fortalecido.....	161
CONCLUSÃO.....	195
REFERÊNCIAS.....	201
SITES PESQUISADOS	215

INTRODUÇÃO

Surgindo após a Primeira Guerra Mundial e consolidando-se progressivamente no decorrer do século XX, a disciplina de Relações Internacionais definiu o seu campo de análise em torno da observação e compreensão do conjunto de relações sociais que se projetam para além dos territórios estatais, representando a noção de sociedade internacional a formação de um cenário próprio no qual essas relações constituem-se e se desenvolvem.

Por aproximadamente sessenta anos, num cômputo que soma o período desde o término da Primeira Guerra Mundial, em 1918, até a década de 70, as interações estatais delinearam o seu objeto de estudo, de maneira que nesse intervalo de tempo a disciplina elaborou um aporte de conhecimento sobre a realidade internacional com base em um ponto de vista eminentemente estatocêntrico. No âmbito de uma associação muito estrita entre as ações e comportamentos dos Estados e os fenômenos passíveis de serem apreendidos, as relações internacionais foram descritas como o complexo relacional inter-estatal. Na condição de ator por excelência, o Estado é reconhecido como o único agente detentor do poder político e com capacidade para exercê-lo nos processos de interação com os demais, podendo influenciar ou ser influenciado no jogo político externo.

Contudo, desde os anos 70 novos elementos de análise são utilizados na tarefa de interpretar a realidade das relações e da sociedade internacional, e em razão disso a disciplina vem passando por transformações que resultam numa importante redefinição do seu objeto de estudo. Examiná-lo em toda a sua complexidade e diversificação envolve transpor a narrativa estatocêntrica e a concepção conservadora que lhe é inerente, observando que atualmente a sociedade internacional contemporânea caracteriza-se como cenário dinâmico e multicêntrico, composto por atores não estatais que desempenham papéis diversos e exercem influência em contextos específicos.

Ao atuarem, referidos atores não somente reconfiguram as bases estatocêntricas da sociedade internacional, como promovem a fragmentação da unidade estatal, a fragilização do conceito de soberania e a dispersão do poder, pois seus interesses e demandas formam um novo complexo relacional, que pode interferir nas agendas oficiais e alterar relações de poder. Citam-se, a título de exemplo, as organizações internacionais, as corporações transnacionais, os governos subnacionais, o crime organizado e os grupos terroristas, que opõem resistência armada e violenta à ordem mundial vigente, e os atores sociais que,

coordenados num extenso Movimento de Justiça Global, procuram resistir à condução do projeto de globalização, cujos ditames neoliberais provocam efeitos maléficos a um grande número de indivíduos e ao meio ambiente, com a construção de propostas alternativas fundadas na cooperação e solidariedade.

O foco desta pesquisa recai sobre a participação desses atores sociais, voltando-se especificamente ao protagonismo do Movimento de Justiça Global. Sendo elaborado segundo um recorte contextual e epistemológico específico, o trabalho é pautado por bases teóricas e conceituais, processos determinantes e aspectos metodológicos. Portanto, com o objetivo de oferecer clareza desses encaminhamentos, a exposição introdutória será elaborada no formato de tópicos.

TEMA E SUA DELIMITAÇÃO

O tema central – o Movimento de Justiça Global – é desenvolvido no marco de distinção entre dois grandes períodos das Relações Internacionais, nos quais são apresentadas as trajetórias histórica e teórica desse campo do conhecimento: o clássico e o contemporâneo. O primeiro recorte contextual estabelecido concentra-se no estudo do período contemporâneo, ocasião em que os trabalhos teórico-analíticos dos estudiosos da área começam a ultrapassar a narrativa estatocêntrica. Desse enfoque resulta a delimitação do tema, voltada a examinar o protagonismo de resistência do Movimento de Justiça Global e sua condição como ator não estatal das Relações Internacionais contemporâneas.

Demarcada a direção a seguir, o segundo recorte contextual seleciona uma teoria capaz de dispor dos elementos adequados à compreensão do cenário contemporâneo, principalmente reconhecendo a pluralidade de atores que atuam juntamente com os Estados. Nesse sentido, a teoria da interdependência constitui base de análise apropriada, por estar em consonância com as necessidades desta pesquisa. Seus pressupostos constitutivos permitem a ampliação do objeto de estudo da disciplina e é no âmbito de uma perspectiva conceitual mais ampla do que são e como se caracterizam as relações internacionais que o protagonismo do referido movimento poderá ser examinado.

A centralização do estudo no período contemporâneo e a seleção do aporte teórico interdependentista são escolhas pautadas pela ocorrência da chamada revolução tecnológica informacional e os resultados por ela gerados. Ambos, evento ocorrido e resultados

gerados, caracterizam-se como processos determinantes, tanto para desenhar os contornos recentes da sociedade internacional – fragmentação estatal e emergência de novos atores – quanto para criar redes tecnológicas e, com fundamento nesse suporte estrutural, estabelecer as redes relacionais que dão existência ao Movimento de Justiça Global.

Assim, a rede e os pressupostos da interdependência constituem o fio condutor da tese. De um lado, a rede caracteriza-se como estrutura responsável por reorganizar funções e processos que conduziram à transição para uma nova economia global, baseada em inéditos padrões de produção, comércio e consumo, e por favorecer a difusão de fluxos relacionais globais que ensejam inéditas formas de exercício e manifestação do poder. E o pensamento interdependentista, por sua vez, foi capaz de recepcionar esse conjunto de mudanças e aplicá-las na interpretação das relações internacionais. Por isso, todo o arcabouço analítico proposto por este trabalho em torno da atuação do Movimento de Justiça Global e sua condição de ator não estatal tem origem e fundamento na associação de ambos os marcos teóricos. De outro lado, a rede gerou as circunstâncias estratégicas imprescindíveis para que os atores sociais localizados pudessem combinar a lógica de ação em redes e na rede, assim globalizando sua função de resistência e compondo o movimento social ora estudado.

FORMULAÇÃO DO PROBLEMA E HIPÓTESE

O problema desta pesquisa consiste em indagar sobre o papel desempenhado pelo Movimento de Justiça Global e sua condição de ator não estatal das Relações Internacionais contemporâneas. Observa-se que o contexto das relações em rede modifica a maneira como os atores sociais organizam-se e exercem o seu papel. Apropriando-se das inéditas tecnologias da informação, muitos grupos localizados em diversas partes do mundo organizaram um tipo de atuação global que supera a tradicional referência lugar-espaco determinada pelas fronteiras do Estado.

O propósito do movimento reside em conciliar forças para resistir aos resultados negativos decorrentes do processo de globalização e de sua matriz neoliberal, que atingem a vida das populações do planeta e o meio ambiente. Assim, grupos diversos e dispersos compõem esse movimento, que é responsável por introduzir demandas sociais na agenda internacional. Indaga-se, então: Sua função dinâmica de

resistência permite reconhecê-lo como um ator não estatal das Relações Internacionais contemporâneas?

A hipótese de trabalho parte da afirmação de que o Movimento de Justiça Global pode ser reconhecido como um ator não estatal das Relações Internacionais contemporâneas. Contudo, a resposta ao problema pauta-se pela perspectiva de que, para ser reconhecido como tal, o agente deverá demonstrar a presença dos critérios exigidos para essa qualificação, sendo eles: habilidade para mobilizar recursos, capacidade para exercer influência e autonomia.

OBJETIVOS

O objetivo principal deste trabalho consiste em examinar se o Movimento de Justiça Global pode ser reconhecido como um ator não estatal das Relações Internacionais contemporâneas. Para cumpri-lo, o tema é estudado com base em três objetivos específicos, que se associam à sequência de ordenação dos capítulos.

O primeiro aborda sobre a disciplina de Relações Internacionais, enfatizando os elementos de fundamentação nos seus períodos clássico e contemporâneo. A análise focaliza desenhos do liberalismo e realismo, relativos ao primeiro período, e desenhos da tecnologia informacional e interdependência, relativos ao segundo.

O segundo apresenta assuntos relacionados a universos de conhecimento bastante distintos, mas que possuem uma lógica complementar no contexto mais amplo de organização das ideias. Examina a categoria ator internacional, seu conceito e tipologia e, posteriormente, estabelece os conceitos de sociedade civil e movimento social, investigando a mobilização em rede desses movimentos.

O terceiro estuda o Movimento de Justiça Global como um ator não estatal. Num primeiro momento, expõe a respeito dos elementos de caracterização, indicando o contexto de formação, os contornos de uma sociedade civil global e os contornos peculiares do próprio movimento. Por fim, discorre sobre as bases conceituais que permitem inseri-lo no campo de conhecimento das Relações Internacionais e seu protagonismo.

EMBASAMENTO TEÓRICO

Levando-se em conta que a escolha temática da presente pesquisa conduz a uma abordagem interdisciplinar, não é possível basear a sua realização em um marco teórico único e específico. Para além de

percorrer as áreas de Relações Internacionais, Sociologia e Ciência Política, o que por si só implica uma grande variação de teorias, o estudo efetuado no âmbito do período contemporâneo das Relações Internacionais e direcionado à observação dos atores necessita incorporar a dinâmica transformatória que lhe é inerente.

A exposição dos elementos de fundamentação liberais e realistas é feita com base no trabalho de Edward Hallet Carr, intitulado *Vinte Anos de Crise: 1919-1939*, associando-se a ele, no tocante à abordagem sobre o realismo, as obras de Hans Morgenthau, com o título *A Política entre as Nações: A Luta pelo Poder e pela Paz*, e Raymond Aron, com o título *Paz e Guerra entre as Nações*. Os desenhos da tecnologia informacional encontram fundamento nas teorizações de Manuel Castells, destacando-se a obra *Sociedade em Rede*, e a análise acerca das contribuições da teoria da interdependência baseia-se no trabalho de Robert O. Keohane e Joseph S. Nye, intitulado *Poder e Interdependência: la Política Mundial en Transición*.

O estudo conceitual dos atores internacionais reúne contribuições de Esther Barbé, dispostas na obra *Relaciones Internacionales*; de Rafael Calduch Cervera, encontradas em obra de título semelhante ao de Esther Barbé, ou seja, *Relaciones Internacionales*; de Odete Maria de Oliveira, trazidas na obra de referência *Relações Internacionais: Estudos de Introdução*; e, por fim, de Giovanni Olsson, apresentadas em *Relações Internacionais e seus Atores na Era da Globalização*. O aspecto tipológico dos atores, por sua vez, encontra subsídio nos trabalhos de Marcel Merle, intitulado *Sociologia das Relações Internacionais*; de Richard Mansbach, entre os quais se citam os seguintes: *The Web of World Politics* e *The Global Puzzle: Issues and Actor in World Politics*; de Odete Maria de Oliveira, com título *Relações Internacionais: A Questão de Gênero*; e, ainda, de Phillip Taylor, com título *Non State Actors in International Politics: From Transregional to Substate Organization*. No que se refere ao estudo acerca dos movimentos sociais, o exame da categoria sociedade civil se dá com base no conceito estabelecido por Jean Cohen e Andrew Arato, na obra *Sociedad Civil y Teoría Política*. O conhecimento dos movimentos sociais ocorre com fundamento nos trabalhos de Maria da Glória Gohn, entre eles: *Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos*, *Movimentos Sociais no Início do Século XXI: Antigos e Novos Atores Sociais*, *Movimentos Sociais na Era Global* e *Novas Teorias dos Movimentos Sociais*. Por fim, a mobilização em redes desses atores sociais encontra embasamento, fundamentalmente, nas análises e explicações de Ilse Scherer-Warren

contidas nos seguintes trabalhos: *Cidadania Sem Fronteiras*, *Redes e Sociedade Civil Global*, *Redes Sociais: Trajetórias e Fronteiras*, *Das Mobilizações às Redes de Movimentos Sociais*, *Fóruns e Redes da Sociedade Civil: Percepções sobre Exclusão Social e Cidadania*, *Redes de Movimentos Sociais* e *Redes Emancipatórias: nas Lutas contra a Exclusão e por Direitos Humanos*.

A caracterização do Movimento de Justiça Global encontra na pesquisa realizada por Khris Mattar, intitulada *O Movimento de Justiça Global: uma Nova Mobilização Política de Resistência?*, o seu embasamento fundamental, mas as partes integrantes do capítulo têm como fundamento trabalhos específicos voltados à abordagem das frentes de discussão. Para o seu contexto de formação contribuem Odete Maria de Oliveira, com a obra *Teorias Globais e suas Revoluções: Elementos e Estruturas*; Manuel Castells, com seu estudo *A Sociedade em Rede*; Ludwig Von Mises, com os trabalhos *Ação Humana: Um Tratado sobre Economia*, *O Mercado*, *As Seis Lições* e *Uma Crítica ao Intervencionismo*; Friedrich August Von Hayek, com os textos *O Caminho da Servidão* e *Os Fundamentos da Liberdade*; e Milton Friedman, com a obra *Capitalismo e Liberdade*. Os contornos da sociedade civil global são delienados com as contribuições de Richard Falk, produzidas em *La Globalización Depredadora: Una Crítica*, e aqueles do Movimento de Justiça Global são descritos por Enara Echart, Sara López e Kamala Orozco, no livro *Origen, Protestas e Propuestas del Movimiento Antiglobalización* e, também, por George Monbiot, na obra *A Era do Consenso*. Por fim, o espaço dedicado ao exame do protagonismo do Movimento de Justiça Global e sua condição de ator das Relações Internacionais retoma trabalhos dos autores que sustentaram teoricamente o desenvolvimento da pesquisa, a exemplo de Manuel Castells, Robert O. Keohane e Joseph S. Nye, Eshter Barbé e Enara Echart, Sara López e Kamala Orozco. Nesse sentido, é necessário recuperar os aportes conceituais trabalhados e capazes de inserir o movimento no campo de conhecimento das Relações Internacionais para, em seguida, observar o papel por ele desempenhado a partir de ações concretas e com base nos critérios de habilidade, capacidade e autonomia.

CONCEITOS OPERACIONAIS

Os conceitos operacionais importantes à demarcação dos limites da análise e dos recortes epistemológicos realizados são apresentados

durante o desenvolvimento da pesquisa, contudo, convém destacar neste momento aqueles que possuem maior significação.

Relações Internacionais contemporâneas:

“Aqueles relações entre indivíduos e coletividades humanas que, em sua origem e eficácia, não se esgotam no seio de uma comunidade diferenciada e considerada como um todo, que fundamentalmente (porém, não exclusivamente) constitui a comunidade política ou o Estado, mas que transcendem os seus limites.”¹

Ator internacional:

“Aquele unidade do sistema internacional (entidade, grupo e indivíduo) que tem habilidade para mobilizar recursos que lhe permitem alcançar seus objetivos e capacidade para exercer influências sobre outros atores do sistema e que goza de certa autonomia.”²

Ator não estatal:

“Entidades que não o Estado-nação, que interagem no sistema político internacional.”³

Movimentos sociais:

“Ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas.”⁴

Movimento de Justiça Global:

É um movimento social de natureza global, cujas configurações são completamente diferentes de outros movimentos sociais estudados ao longo do século XX. Destaca-se por efetivar um conjunto de iniciativas que resistem à atual ordem mundial globalizada sob o viés neoliberal.⁵

ESTRUTURA

¹ TRUYOL Y SERRA, Antonio. *La teoría de las Relaciones Internacionales como sociología*. Madrid: Instituto de Estudios Políticos, 1973. p. 28.

² BARBÉ, Esther. *Relaciones Internacionales*. 3. ed. Madrid: Tecnos, 2007. p. 153.

³ TAYLOR, Phillip. *Non state actors in international politics: from transregional to substate organizations*. Boulder: Westview Press, 1984. p. 20.

⁴ GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na atualidade: manifestações e categorias analíticas. In: GOHN, Maria da Glória (Org.). *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 13.

⁵ Idem. p. 34.

A estruturação da pesquisa tem por finalidade percorrer o caminho necessário para que o objetivo principal seja alcançado, portanto, remete à exposição detalhada das partes que compõem cada um dos capítulos.

No primeiro capítulo, a exposição dos elementos de fundamentação das Relações Internacionais acontece em dois momentos. No primeiro, são retratados os pressupostos do que se denomina período clássico, com enfoque nas correntes de pensamento liberal e realista. Ainda que apresentem concepções distintas acerca da natureza das relações internacionais, tais correntes têm em comum o fato de abrangerem em seu objeto de estudo as inter-relações estatais. No segundo, são revelados os pressupostos do período contemporâneo, enfatizando a ocorrência da revolução tecnológica informacional, os efeitos dela resultantes e as mudanças geradas no âmbito da disciplina, responsáveis pela formação de novos fluxos transnacionais e a consolidação de outros pressupostos de análise, com destaque para os desenhos da teoria da interdependência.

No segundo capítulo, a combinação de assuntos originários de diferentes áreas do conhecimento remete ao trânsito pelas disciplinas de Relações Internacionais, Sociologia e Ciência Política. O espaço dedicado aos atores internacionais realiza um trabalho conceitual e de definição de tipologias. Empreende-se a busca por um conceito de ator capaz de oferecer critérios que reflitam uma concepção ampliada das relações internacionais e a indicação da narrativa tipológica que melhor explique a pluralidade de atores na sociedade internacional contemporânea. Já o espaço destinado aos movimentos sociais realiza uma abordagem de conceitos, tanto da sociedade civil como dos movimentos sociais, culminando no estudo dos movimentos sociais em rede.

No terceiro e último capítulo, o estudo do Movimento de Justiça Global como ator não estatal das Relações Internacionais contemporâneas divide-se em dois momentos. No primeiro, são apresentados os elementos de caracterização, com considerações sobre o contexto de formação, os contornos de uma sociedade civil global que o abarca e aspectos peculiares ao movimento, como surgimento, natureza e características. No segundo, são analisados os papéis desempenhados e as formas de atuação do movimento na sociedade internacional contemporânea.

METODOLOGIA

O método constitui parte essencial do desenvolvimento de qualquer pesquisa, pois sugere disciplina, planejamento e buscas guiadas dentro dos meios apropriados ao tratamento do objeto e das modalidades de investigação adequadas ao alcance dos objetivos propostos. Ele “oferece a vantagem de fornecer uma perspectiva para que se enxergue a realidade e, ao reduzir o foco projetado sobre ela, confere segurança ao percurso investigativo.”⁶ Assim, na metodologia, deve-se responder basicamente ao *como*, especificando de que forma será feita a abordagem do tema, qual o procedimento adotado para a produção do conhecimento e quais as técnicas aplicáveis ao procedimento escolhido.⁷

O método de abordagem refere-se à lógica do trabalho proposto, à estrutura geral da pesquisa, ou seja, à forma como se chegará aos objetivos pretendidos.⁸ Nesta pesquisa é empregado o método dedutivo, partindo de uma generalização reconhecida como verdadeira – a emergência de atores não estatais na sociedade internacional contemporânea – e procurando, por meio de um conjunto de proposições logicamente relacionadas, chegar a uma conclusão particular – o Movimento de Justiça Global atua como um ator não estatal.

O método de procedimento está relacionado à etapa de investigação, quer dizer, como se procederá ou conduzirá a produção do conhecimento acerca de um objeto específico, e esta pesquisa utiliza o método monográfico.⁹

Por fim, no tocante às técnicas de pesquisa, os dados necessários são levantados por meio de pesquisa bibliográfica e documental, constatando que ambas fornecem elementos teóricos e práticos concretos para a compreensão do objeto estudado. Registra-se, ainda, que em termos metodológicos a busca das evidências necessárias para a concretização do objetivo principal do trabalho, verificando a hipótese proposta e respondendo ao problema formulado, fundamenta-se na

⁶ BITTAR, Eduardo C. B. *Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática da monografia para os cursos de Direito*. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

⁷ BARRAL, Welber. *Metodologia da pesquisa jurídica*. 2. ed. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2003. p. 75-77.

⁸ Idem, p. 76.

⁹ LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia do trabalho científico*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1992. p. 79.

elaboração e na interpretação de uma tabela demonstrativa da evolução das atuações de resistência do Movimento de Justiça Global.

JUSTIFICATIVA

A realização desta pesquisa justifica-se por sua atualidade e importância social, pela relevância e ineditismo do tema à disciplina de Relações Internacionais, pela pertinência às linhas de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) e, ainda, pelo interesse pessoal da autora.

O primeiro contato com a temática envolvendo a sociedade civil ocorreu em 2007, no curso da disciplina *Organizações Internacionais*, oferecida pelo PPGD e ministrada pela professora Odete Maria de Oliveira, da qual a doutoranda participou como aluna ouvinte. A leitura da obra *Teorias Globais e Suas Revoluções: Fragmentações do Mundo*¹⁰, voltada ao exame de questões relacionadas ao processo de globalização econômica e os efeitos sobre a esfera social, despertou o interesse da autora. Verificou-se, então, a necessidade e importância de pesquisar como atuam os atores da sociedade civil, buscando perspectivas de mudanças ao cenário apresentado pela referida obra.

O ingresso como aluna no Programa de Mestrado em Direito da UFSC, em 2008, permitiu o desenvolvimento dessa pesquisa. Para realizá-la, foi necessário buscar novos elementos e empreender estudos sobre a sociedade civil, o que se alcançou com a disciplina *Teoria dos Movimentos Sociais e Sociedade Civil*, oferecida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política desta Instituição, em 2009, e ministrada pelas professoras Ilse Scherer-Warren e Lígia Helena Hahn Lückmann. O acesso a um referencial bibliográfico específico sobre o tema da sociedade civil e dos movimentos sociais mostrou-se fundamental ao desenvolvimento do estudo pretendido.

A dissertação de mestrado, defendida em 2010, trouxe perspectivas de mudança com a emergência e atuação de uma sociedade civil global. Considerou-se que o fenômeno da globalização econômica, associado ao modelo neoliberal e estruturado por meio das redes tecnológicas, vem produzindo efeitos contraditórios de avanço material e inclusão econômica e de pobreza e exclusão social. Trata-se, contudo, de um novo tipo de pobreza e de uma nova forma de exclusão, ambas generalizadas e globalizantes, caracterizadas como questões que já não

¹⁰ OLIVEIRA, Odete Maria de. *Teorias Globais e suas revoluções: fragmentações do mundo*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005. v. 3.

podem ser resolvidas isoladamente no interior das fronteiras. Nesse cenário, configurado ainda pelo fato de que muitas políticas estatais direcionam-se ao favorecimento dos mercados mundializados e da economia autorregulada, ações de resistência emergem da sociedade civil. O enfoque distancia-se das ações manifestas no espaço territorial estatal e recai sobre as redes da sociedade civil, como meio estratégico de organização e articulação dos seus atores no contexto da globalização. A partir dessa perspectiva é possível pensar na constituição de uma sociedade civil global e em mobilizações de resistência ampliadas e potencializadas, tendo em vista que operar no mesmo âmbito – global – e criar uma estrutura de ação fundada no poder das redes tecnológicas configuram um primeiro passo de resistência.

Nesta pesquisa, agora em nível de doutorado, todo o acúmulo teórico alcançado é direcionado ao exame de um tipo específico de ator social que emerge do âmbito da sociedade civil global, qual seja, o Movimento de Justiça Global. Entende-se que suas ações em rede ingressam no campo de conhecimento das Relações Internacionais, de modo que ele participa da sociedade internacional contemporânea juntamente com os atores tradicionais – estatais – e os novos atores – não estatais, compartilhando um espaço que já não pode ser ignorado pelo estudioso, com o desempenho de função e protagonismo específicos.

Novamente, para melhor compreensão do tema, foi necessário buscar elementos de análise nas áreas de Sociologia e Ciência Política, fundamentalmente no que se refere à lógica da ação coletiva. A doutoranda cursou, então, a disciplina *Abordagens e Problemas Contemporâneos na Ciência Política: Sociologia Política da Participação Democrática*, ministrada pelo professor Julian Borba, em 2011. Mesmo que focada na participação política institucionalizada e nas razões do voto, essa disciplina proporcionou referencial bibliográfico e esclarecimentos teóricos e conceituais para o estudo dos movimentos sociais. Além disso, um aprofundamento relevante sobre a temática dos atores internacionais foi alcançado com o ingresso no grupo de pesquisa constituído e liderado pela Professora Odete Maria de Oliveira. Voltado a realizar um projeto de longa duração sobre o tema Relações Internacionais, Direito e Poder, referido grupo foi criado em 2013, na Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ), e publicou, em 2014 e em 2015, duas obras relevantes sobre o estudo dos atores, e em ambas a doutoranda

contribuiu com a elaboração de capítulos a respeito dos atores não estatais.¹¹

O tema é atual, pois trata de fenômeno recente – movimentos sociais organizados em rede – que, iniciado no final do século XX, manifesta-se e reconstrói-se até os presentes dias, mantendo vivo um contexto de oposição ao *status quo*. Nisso consiste a sua relevância social, ou seja, na indicação da existência de um tipo de ação coletiva articulada globalmente que questiona e reivindica transformações na ordem mundial vigente. Compreender o papel do Movimento de Justiça Global a partir do olhar das Relações Internacionais é muito importante, diante da necessidade de consolidação de bases relacionais mais humanas, justas e solidárias.

O tema é relevante e inédito à disciplina de Relações Internacionais, porque parte de um cenário dinâmico e multicêntrico, caracterizado pela limitação do protagonismo estatal e emergência de novos tipos e formas de participação, além de relações que vêm compondo e reorganizando a sociedade internacional, mostrando que não apenas são múltiplos os atores, como as agendas, interesses e canais de interconexão existentes. E a pesquisa sobre a atuação de resistência do Movimento de Justiça Global pretende fornecer elementos para a apreensão e compreensão dessa realidade, contribuindo para o avanço do estudo dos atores. É também inédito, na medida em que se propõe a analisar a atuação do movimento no âmbito do campo de conhecimento das Relações Internacionais. Nesse sentido, apesar de tratar-se de temática recorrente nos campos da Sociologia e Ciência Política, está ausente dos estudos propriamente voltados à interpretação e compreensão do conjunto das relações sociais internacionais.

Ainda, a temática está inserida nas linhas de pesquisa do PPGD que, na área de Direito e Relações Internacionais, abriga especificamente a linha: Globalização, Regionalismo e Atores Internacionais. Justifica-se, desse modo, o desenvolvimento do presente

¹¹ DE FAZIO, Marcia Cristina Puydinger. Protagonismos e cenários dos movimentos sociais globais: atores não estatais de resistência e o poder das redes. In: OLIVEIRA, Odete Maria de. (Org.). *Relações internacionais, direito e poder: cenários e protagonismos dos atores não estatais*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2014. v. 1. p. 323-364.; DE FAZIO, Marcia Cristina Puydinger; BRANDL, Kamila Soraia. O protagonismo dos governos não centrais nas Relações Internacionais: as experiências de Quebec como ator não estatal. In: OLIVEIRA, Odete Maria de. (Org.). *Relações internacionais, direito e poder: o contraponto entre os atores estatais e os não estatais*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2015. v. 2. p. 221-258.

estudo pela importância que apresenta ao Programa, contribuindo para o enriquecimento do seu acervo no que diz respeito às Relações Internacionais contemporâneas e aos atores não estatais. Por fim, para a doutoranda, representa a possibilidade de dar continuidade às pesquisas iniciadas no curso do mestrado, num processo de enriquecimento acadêmico e pessoal.

1. RELAÇÕES INTERNACIONAIS: ELEMENTOS DE FUNDAMENTAÇÃO

O presente capítulo dedica-se a abordar sobre os elementos de fundamentação da disciplina de Relações Internacionais, compreendida no âmbito de dois períodos: o clássico e o contemporâneo.

O clássico retrata a posição central atribuída ao Estado e o foco em suas ações e comportamentos, tendo em vista que a disciplina encontra-se estruturada sobre bases teóricas que abrangem, em seu objeto de estudo, predominantemente, as inter-relações estatais. E o contemporâneo reflete a complexificação dessas relações com a consequente transposição da narrativa estatocêntrica, o que, após a segunda metade do século XX, atribui novas facetas à realidade internacional a ser compreendida. Nesse período, caracterizado pela fragmentação do protagonismo estatal diante do surgimento de novos atores – não estatais –, o objeto de estudo amplia-se.¹²

Tais parâmetros têm a finalidade de instituir um imprescindível recorte temporal em torno da exposição a ser realizada. O marco inicial se dá no contexto pós-Primeira Guerra Mundial e está relacionado com a emergência e consolidação das Relações Internacionais como saber autônomo; momento em que passa a ter fixado o seu campo de conhecimento, dedicando-se a apreender e interpretar um conjunto de fatos e fenômenos muito específicos procedentes da sociedade internacional e das relações nela estabelecidas.¹³ O marco final, por sua vez, remete aos desenhos constitutivos da disciplina na atualidade.

¹² As obras a seguir identificadas abordam as importantes e instigantes transformações desencadeadas na sociedade internacional contemporânea e poderão auxiliar o leitor para uma compreensão atual dessa temática: OLIVEIRA, Odete Maria de (Org.). *Relações internacionais, direito e poder: cenários e protagonismos dos atores não estatais*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2014. v. 1.; OLIVEIRA, Odete Maria de (Org.). *Relações internacionais, direito e poder: o contraponto entre os atores estatais e os não estatais*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2015. v. 2.

¹³ Sobre o contexto de surgimento e consolidação da disciplina de Relações Internacionais, consultar: LERMA, Gustavo Palomares. *Teoría y conceptos de las relaciones internacionales*. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia, 2001.; BARBÉ, Esther. *Relaciones internacionales*. 3. ed. Madrid: Tecnos, 2007.; DEL ARENAL, Celestino. *Introducción a las relaciones internacionales*. 4. ed. Madrid: Tecnos, 2007.; OLIVEIRA, Odete Maria de. *Relações internacionais: estudos de introdução*. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2007. Para uma compreensão mais profunda dos seus antecedentes, consultar: RENOUVIN, Pierre. *Historia de las relaciones internacionales: séculos XIX e*

1.1 RELAÇÕES INTERNACIONAIS CLÁSSICAS

No período denominado clássico, destacam-se as correntes de pensamento liberal e realista que, por diferirem entre si em seus pressupostos constitutivos, possuem concepções distintas da natureza das relações internacionais. Enquanto a primeira reflete a respeito dos meios necessários para compor os interesses em disputa e promover a cooperação, a segunda observa enfaticamente o seu aspecto estratégico e conflitivo.¹⁴

No tocante a ambas as correntes, uma ressalva deve orientar a leitura subsequente, e ela refere-se à noção de que as construções liberal e realista não constituem um monólito, ou seja, um conjunto único e coeso sem variações. Pelo contrário, compõem-se por vertentes que apreendem as relações internacionais segundo imagens diversas e enriquecem suas análises com elementos teórico-metodológicos novos. Não obstante, categorias comuns ao liberalismo e ao realismo são encontradas de modo mais ou menos marcado em todas elas, e é com base nessas categorias que serão desenvolvidos os tópicos seguintes.¹⁵

XX. Tradução Justo F. Buján, Isabel G. de Ramales, Manuel Suárez, Félix C. Robredo. Madrid: Ediciones Akal, 1998.; WATSON, Adam. *A evolução da sociedade internacional: uma análise histórica comparativa*. Tradução René Loncan. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.; LESSA, Antônio Carlos. *História das relações internacionais: a Pax Britannica e o mundo do século XIX*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.; LOHBAUER, Christian. *História das relações internacionais II: o século XX – do declínio europeu à era global*. 2. ed. Petrópolis, Vozes, 2008.; SARAIVA, José Flávio S. (Org.). *História das relações internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

¹⁴ Um primeiro esclarecimento sobre tal diversificação de pressupostos pode ser expresso mediante as seguintes ideias: enquanto o liberalismo estrutura-se em torno da defesa da paz e dos ideais de um mundo justo, da crença no progresso da humanidade e na possibilidade de existência de uma ordem internacional mais cooperativa e harmoniosa, o realismo funda-se na defesa da política do poder, do uso da força e da promoção da guerra, no ceticismo quanto às relações humanas e na crença acerca da existência de um estado de anarquia internacional imutável e intransponível.

¹⁵ Sobre o liberalismo, “não podemos falar em uma tradição liberal coerente e unificada. Há, na vastíssima gama de autores que a compõem, uma diversidade que resiste a qualquer tentativa de síntese. Mesmo assim, podemos indicar alguns valores e conceitos centrais que definem uma perspectiva comum para a grande maioria dos pensadores liberais, bem como para os autores que

Em razão das necessidades e do enfoque deste estudo, bem como das delimitações temáticas que lhe são impostas, nesta etapa indicar-se-ão os aspectos centrais que conferiram funcionalidade e especificidade às citadas teorias, de modo que seja possível compreender o raciocínio estruturador dos seus respectivos desenhos.

1.1.1 Desenhos do liberalismo¹⁶

As condições dramáticas impostas ao mundo com a ocorrência da Primeira Guerra Mundial permitiram que elementos do pensamento

refletiram sobre as relações internacionais.” E, no que se refere ao realismo, “a grande diversidade e a ampla riqueza do realismo tornam a tarefa de definir premissas comuns a todas as vertentes do pensamento realista uma tarefa árdua. No entanto, das tradições herdadas de Tucídides, Maquiavel e Hobbes, algumas premissas podem ser consideradas comuns a todos os realistas. Essas premissas são a centralidade do *Estado*, que tem por objetivo central sua *sobrevivência*, a função do *poder* para garantir essa sobrevivência, seja de maneira independente – no que seria caracterizada a *autoajuda* –, seja por meio de alianças, e a resultante *anarquia* internacional.” Ver: MESSARI, Nizar; NOGUEIRA, João Pontes. *Teoria das relações internacionais: correntes e debates*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 23 e 58. Verificar traços gerais do pensamento de Tucídides, Maquiavel e Hobbes, e que se constituem como fundamentações teóricas do realismo político nas páginas 21 a 23.

¹⁶ Registra-se que posteriormente, durante o desenvolvimento do terceiro capítulo, aparecem novas discussões a respeito das teorias liberal e neoliberal. Naquela ocasião, o objetivo consiste em apresentar e tecer considerações sobre os pressupostos centrais do liberalismo, mas num viés estritamente econômico, os quais foram mais tarde retomados e rigorosamente aplicados pelo neoliberalismo – na América Latina foram implementados com o Consenso de Washington. Constituem-se, portanto, como modelo de organização da economia e da sociedade voltados a praticar um conjunto de políticas econômicas bastante específicas. Essa discussão não se confunde com o tema abordado no presente tópico. Há, no âmbito das reflexões teóricas sobre as Relações Internacionais, elaborações deixadas pelo pensamento liberal e recuperadas nas décadas de 80 e 90, dando origem a uma nova tradição que ficou conhecida no âmbito da disciplina como neoliberalismo. Essa corrente de pensamento travou um intenso debate com as novas direções assumidas na mesma época pela teoria realista, surgindo o debate que ficou amplamente conhecido como neo-neo – neoliberalismo e neorrelismo. Com isso, embora caracterizadas por termos idênticos, as duas orientações teóricas não se misturaram. Sobre a contribuição liberal e neoliberal para a disciplina de Relações Internacionais, ver: MESSARI, Nizar; NOGUEIRA, João Pontes. Op. cit., p. 95-102.

liberal ganhassem espaço e aplicabilidade, moldando o funcionamento da sociedade internacional segundo uma perspectiva legalista. Esse molde refletia o desejo de fundar a nova ordem internacional nascente sobre princípios jurídicos baseados em regras éticas, os quais funcionariam como padrão regulador das ações e condutas estatais, orientando-os para um comportamento pacifista e cooperativo. Formava-se, assim, uma teoria da política internacional que procurava conciliar as obrigações dos Estados e compor os seus interesses, restringindo a prática de agressões e criando um ambiente de paz duradoura.

A respeito dessas ideias, ressalta-se que são normalmente identificadas como um conjunto de aspirações de caráter idealista ou utópico. E mais do que isso, deve-se indicar que essa compreensão encontra-se de tal modo arraigada nos estudos de Relações Internacionais, que outras denominações são empregadas em substituição ao termo liberalismo: chamam-no de idealismo, por buscar um ideal julgado irrealizável, e também de utopismo, por perseguir uma forma social perfeita considerada imaginária.

Acredita-se, porém, em consonância com as noções expressas por Fred Halliday, que idealismo e utopismo constituem categorias enganosas e é de maneira inapropriada que se dá a sua associação à tradição de pensamento liberal.

[...] primeiro, porque confunde uma tentativa de melhorar e regular as relações internacionais, um projeto perfeitamente viável, com a perseguição de um ideal, de uma 'utopia'; segundo, porque ignora o que era para Wilson uma precondição central à efetivação da paz através da lei, qual seja, a disseminação geral da democracia liberal, algo que ele estava errado em antecipar depois da Primeira Guerra Mundial, mas que [...] tem implicações consideráveis para o internacional; e terceiro, porque ao depreciar os 'utópicos', estes críticos desacreditam, a partir do próprio conceito e da análise da utopia, uma parte duradoura e válida da teoria social e política.¹⁷

¹⁷ HALLIDAY, Fred. *Repensando as relações internacionais*. Tradução Cristina Soreanu Pecequillo. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. p. 23.

É amplamente aceito o fato de que a atribuição de referido tratamento tem início com a obra de Edward Hallett Carr, intitulada *Vinte anos de crise: 1919-1939*¹⁸, mas acerca dessa afirmação convém refletir um pouco antes de aceitar leituras prontas.

Carr produziu sua obra num contexto histórico bastante específico, que abrangeu, entre outros acontecimentos, o surgimento de uma disciplina que dava seus primeiros passos e procurava consolidar-se autonomamente. Os pressupostos liberais proclamados e defendidos à época foram reconhecidos pelo autor como próprios de um saber imaturo, que passa por um período infantil até ser capaz de firmar-se como ciência. E, em decorrência disso, a tentativa de construir a ordem internacional do pós-Primeira Guerra Mundial sobre tais fundamentos retrata um intervalo de vinte anos de crise em que a recente ciência da política internacional permaneceu num estágio ingênuo, rejeitando a realidade em favor de sonhos volitivos.¹⁹

Essa fase inicial é definida como utópica por tratar-se de um momento “[...] em que o elemento do desejo ou objetivo é extremamente forte, e a inclinação para a análise de fatos ou de meios é fraca ou inexistente.”²⁰ Ao percorrê-la, o novo saber devota-se a elaborar projetos visionários e a estudar o processo político com base na aplicação de verdades teóricas e princípios gerais, de forma que a prática se adapte à teoria.²¹ Entretanto, não obstante essas observações, Carr não desconsidera o papel da utopia, mas a qualifica como uma das facetas de um saber maduro.

[...] há um estágio em que o realismo é o corretivo necessário da exuberância da utopia, assim como em outros períodos a utopia foi invocada para contra-atacar a esterilidade do realismo. O pensamento imaturo é predominantemente utópico e busca um objetivo.

¹⁸ CARR, Edward Hallett. *Vinte anos de crise: 1919-1939*. Tradução Luiz Alberto F. Machado. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

¹⁹ Idem, p. 18.

²⁰ Idem, ibidem.

²¹ “A antítese de utopia e realidade também coincide com a antítese teoria-prática. O utópico torna a teoria política uma norma a que a prática política tem de ajustar-se. O realista vê a teoria política como um tipo de codificação da prática política. O relacionamento entre teoria e prática foi reconhecido, nos últimos anos, como um dos problemas centrais do pensamento político. Tanto o utópico quanto o realista distorcem esta relação.” Ver: Idem, p. 24.

O pensamento que rejeita o objetivo como um todo é o pensamento da velhice. O pensamento maduro combina objetivo com observação e análise. Utopia e realidade são, portanto, as duas facetas da ciência política. Pensamento político e vida política sensatos serão encontrados onde ambos tiverem seu lugar.²²

Sobre a existência de um período de crise no processo de construção e afirmação da disciplina de Relações Internacionais, verifica-se que as críticas do autor não se dirigem às fundamentações teóricas da tradição liberal em si e tampouco às suas intenções de criação de uma ordem justa e pacífica, mas direcionam-se para a visão parcial e até mesmo inocente que o liberalismo possui acerca das condutas e interesses estatais. Ao ignorar o curso das coisas, a sequência dos fatos, as relações de causa e efeito e os interesses envolvidos, essa teoria deixa de examinar aspectos que possivelmente contribuiriam para o entendimento da realidade que pretende transformar.²³

Em síntese, as observações de Carr enfocam a equivocada prevalência do desejo do que deveria ser a ordem internacional sobre as análises do que ela realmente era, não tendo suas considerações o objetivo de retirar a força ou autoridade dos preceitos liberais, mas sim de gerar a composição necessária à percepção dos fenômenos relacionais e imprescindíveis à estruturação de uma ciência da política internacional. Com isso, a simples alusão aos escritos do autor como referencial para associar tais preceitos a um ideal ou fantasia, desqualificando-o como modelo analítico hábil, resulta numa compreensão simplificadora não somente da sua real contribuição aos estudos internacionais, mas também do papel desempenhado por essa corrente de pensamento.

Diante dessas constatações, esclarece-se que a menção à crítica de Fred Halliday e a breve narrativa sobre a obra de Edward Carr possuem a finalidade de justificar a opção feita neste trabalho pelo resgate do termo liberalismo. Buscando oferecer, ainda, outras noções

²² “A antítese de utopia e realidade também coincide com a antítese teoria-prática. O utópico torna a teoria política uma norma a que a prática política tem de ajustar-se. O realista vê a teoria política como um tipo de codificação da prática política. O relacionamento entre teoria e prática foi reconhecido, nos últimos anos, como um dos problemas centrais do pensamento político. Tanto o utópico quanto o realista distorcem esta relação.” Ver: Idem, p. 22.

²³ Idem, p. 15 e ss.

que contribuam para a fundamentação de tal escolha e a elucidação das razões que a motivaram, passa-se a expor acerca das bases da tradição liberal e de seu contexto de surgimento.

Indica-se, primeiramente, que ela “[...] parte da intuição de que o indivíduo e a condução individual de sua própria vida precisam ser defendidos das intervenções feitas pelo poder estatal [...]”²⁴, apontando para a existência de indivíduos portadores de direitos e para a imprescindibilidade da criação de mecanismos institucionais capazes de controlar o poder do Estado.²⁵ Trata-se de relevante símbolo das ideias ocidentais no âmbito das quais surgiram teorias voltadas à garantia de direitos individuais, formação de sociedades reconhecidas como democráticas e regulação do poder estatal.²⁶

Utilizando pistas oferecidas por Skinner, pode-se afirmar que seus fundamentos ganharam proeminência durante a revolução inglesa, no século XVII, em oposição à vigente monarquia absolutista.²⁷ O pensamento liberal em gestação atacava a indistinção entre a figura do rei e o poder estatal, defendia que a origem e a fonte de legitimidade do poder concentram-se nos indivíduos, sendo necessário defendê-los contra atos arbitrários que suprimam suas liberdades.²⁸ A premissa de que a liberdade é um direito intrínseco, devendo ser protegida da discricionariedade do Estado, foi amplamente assumida e, além de

²⁴ HABERMAS, Jürgen. *A inclusão do outro: estudos de teoria política*. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004. p. 122-123.

²⁵ Sobre o liberalismo, ver: HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991*. Tradução Marcos Santarrita. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 113-143.

²⁶ SKINNER, Quentin. *Liberdade antes do liberalismo*. Tradução Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

²⁷ É complicado, senão impossível, pressupor o início de uma tradição. Ideias são desenvolvidas em um fluxo histórico com continuidades e rupturas, logo, para os objetivos deste trabalho o corte estabelecido por Skinner é suficiente. Ver: Idem, p. 9-10, 16.

²⁸ Pressupõe-se a existência do indivíduo livre anterior à própria sociedade, bem como a existência de liberdades primitivas que o próprio governo deve proteger e preservar. Conforme explica Skinner, “nós não apenas somos dotados por Deus de vários ‘direitos e liberdades naturais’, como ‘o fim de todo governo é (ou deveria ser) o bem e a comodidade do povo, num gozo seguro de seus direitos, sem pressão e opressão’ de governantes ou concidadãos.” Entre os direitos naturais comumente destacados nesse primeiro momento, citam-se: a segurança da vida e do patrimônio, a liberdade e a propriedade. Ver: Idem, p. 28-29.

questionar e destituir do poder monarcas absolutos, a exemplo da França, ou lutar pela independência, como ocorrido nos Estados Unidos, percebia ser fundamental a criação de estruturas institucionais capazes de impor limitações ao exercício do poder estatal.²⁹ A existência dessas estruturas permitiria que interesses fossem contrapostos a interesses, tornando possível estabelecer uma fiscalização do exercício do poder.³⁰

Nessa explanação conceitual e temporal há uma importante delimitação de ideias, que se mostra necessária diante dos objetivos aqui definidos. Ao se apropriarem das construções liberais, as análises no campo das Relações Internacionais atribuíram-lhes um uso mais amplo do que se pode auferir com base em um olhar puramente filosófico³¹ e visaram, especialmente, à construção de mecanismos regulatórios e de controle do poder na sociedade internacional. A percepção quanto à relevância da construção de estruturas institucionais que atuariam como ferramentas limitadoras do poder estatal foi transposta para a análise e interpretação dos fatos internacionais, configurando-se como elemento essencial na busca por soluções aos conflitos provenientes das relações entre Estados.³² Desse modo, o aparato regulatório fortemente defendido pelos autores liberais como mecanismo de contenção das agressões e promoção de uma paz duradoura baseia-se nos arranjos que, à semelhança do espaço interno, devem ser criados no espaço externo.³³

²⁹ É como consequência institucional do pensamento liberal que surge, na França, a concepção de tripartição dos poderes e, nos Estados Unidos, a ideia de freios e contrapesos e o bicameralismo presidencialista. De fato, além de serem formulações meramente teóricas, as crenças liberais no papel das instituições estão na base dos Estados ocidentais democráticos.

³⁰ Fragmentam-se as esferas de tomada de decisão em diversas mãos para que nenhuma seja forte o bastante para se sobrepor às demais. Ver: HAMILTON, Alexandre; JAY, John; e MADISON, James. *O federalista*. Tradução Reggy Zacconi de Moraes. Rio de Janeiro: Editora Nacional de Direito, 1959. p. 210.

³¹ Numa perspectiva filosófica, um complexo e profundo debate estabelece as diferenças entre o liberalismo e o republicanismo e traz à compreensão do pensamento liberal elementos que, dada a limitação temática desta tese, não serão aqui expostos. Para conhecimento desse debate, consultar: HABERMAS, J. Op. cit., p. 277-292. Para aprofundar nos pressupostos políticos e teóricos que deram origem ao liberalismo, ver: SKINNER, Quentin. Op. cit.

³² “[...] os liberais acreditam que boas instituições são necessárias e imprescindíveis para garantir a liberdade e o bem-estar da sociedade. E o mesmo se aplica às relações internacionais.” Ver: MESSARI, Nizar; NOGUEIRA, João Pontes. Op. cit., p. 70.

³³ “Não há dúvida de que o século passado [século XX] é único na história da humanidade no que diz respeito à multiplicação de instituições internacionais e

Se, no espaço doméstico, as instituições desempenham a função de organização da sociedade e tentativa de fiscalização do poder estatal, de modo a pensar as próprias condições de legitimidade do exercício do poder, externamente é possível entender as relações e a própria conformação da sociedade internacional segundo os mesmos elementos.

Há, nessa abordagem das relações internacionais, um constante diálogo e intensa conexão entre aspectos reconhecidos como próprios ao âmbito doméstico do Estado e aqueles inerentes à política exterior. A ameaça à liberdade dos cidadãos está diretamente ligada não apenas à prática tirânica do poder, do ponto de vista interno, mas também à permanente busca pelo poder, do ponto de vista externo.³⁴ Daí nasce “a importância e a necessidade de fazer da promoção da paz mundial uma tarefa primordial da política externa de nações comprometidas com o bem-estar dos seus cidadãos.”³⁵ Nessa linha de raciocínio, compreende-se o papel creditado às instituições, quer dizer, a criação de instâncias superiores tem o condão de alterar a natureza da política internacional, estabelecendo bases jurídicas que atuam como parâmetros aos Estados e tornando-a mais estável e pacífica.³⁶

Referido intento foi alcançado no contexto pós-Primeira Guerra Mundial com o surgimento da Liga das Nações, também denominada Sociedade das Nações. Na Conferência de Paz de Paris, aberta em janeiro de 1919, foram negociados e celebrados os acordos de paz que estruturariam a nova ordem internacional, mediante a liderança dos

a sua presença irreversível na política mundial. Do ponto de vista da tradição liberal, contudo, não podemos esquecer que a preocupação com a formação de estruturas internacionais que, de algum modo, permitissem organizar as relações internacionais de maneira mais racional esteve presente desde, pelo menos, o século XVIII.” Ver: Idem, p. 66.

³⁴ “Permanecia, contudo, a contradição entre a missão do Estado de defender a sociedade das ameaças externas e os riscos que essa mesma defesa colocava ao ordenamento doméstico de comunidades políticas que aspiravam à liberdade. Esse dilema atravessa a história do pensamento liberal até os dias de hoje.” Ver: Idem, p. 60-61.

³⁵ Idem, p. 61.

³⁶ Não se deve confundir a criação de instâncias superiores aos Estados com a formação de um Estado mundial ou governo mundial, o que não constitui, para a maioria dos autores liberais, uma solução viável, pois “produziria uma estrutura impossível de administrar eficazmente e representaria uma tentação e um perigo constantes de tirania por um governo poderoso demais.” Essa visão é perfeitamente coerente com a desconfiança liberal em relação ao Estado. Ver: Idem, p. 70.

Estados vencedores da guerra – Estados Unidos, Reino Unido, França, Itália e Japão.³⁷ Nessa ocasião, os tratados haveriam de basear-se nos quatorze pontos determinados pelo presidente norte-americano Woodrow Wilson³⁸, entre os quais se indicava a constituição de um órgão que atuaria como árbitro na resolução de contendas envolvendo os Estados.

Dentro de uma concepção universalista das relações internacionais, a Liga tornou-se “a primeira organização a se propor a manter a paz por meio de mecanismos jurídicos institucionalizados”³⁹ e sua criação representou “um passo determinante na consolidação da ideia de organização internacional como um elemento indispensável às relações internacionais contemporâneas.”⁴⁰ Odete Maria de Oliveira destaca que importantes conquistas resultaram da sua existência, referindo-se ao afastamento de práticas tradicionais da denominada diplomacia de bastidores, que negociavam alianças militares secretas, a consolidação da obrigatoriedade de registro e publicação dos tratados multilaterais celebrados, e o início das primeiras cátedras de Relações Internacionais em universidades britânicas.⁴¹

Estabelecendo uma ligação entre o imprescindível papel atribuído às instituições, o nascimento dessa primeira organização de cunho universal e o estudo do tema dos atores, é interessante notar que a noção de fortalecimento das instituições internacionais como mecanismo regulatório e de contenção dos conflitos traz consigo uma mudança fundamental concernente à atuação estatal, que passa a delegar poderes historicamente reconhecidos como exclusivamente seus. Começa a se formar um novo complexo de interações, envolvendo não somente os Estados, mas também outros atores – os organismos internacionais – que com ele dividem espaço.⁴² Diante disso, pode ser possível pensar no

³⁷ Sobre o contexto de surgimento da Liga das Nações, ver: RENOUVIN, Pierre. Op. cit., p. 747-810.

³⁸ Thomas Woodrow Wilson foi presidente dos Estados Unidos de 1912 a 1921 e figurou como o principal idealizador da Liga das Nações.

³⁹ MESSARI, Nizar; NOGUEIRA, João Pontes. Op. cit., p. 72-73.

⁴⁰ Idem, p. 73.

⁴¹ OLIVEIRA, Odete Maria de. Relações internacionais: breves apontamentos e contextualização. In: OLIVEIRA, Odete Maria de (Coord.). *Relações internacionais e globalização: grandes desafios*. Ijuí: Ed. Unijuí, 1997. p. 46-47.

⁴² Cabe informar que, no tocante aos desenhos liberais, um necessário recorte foi estabelecido. Ele relaciona-se com o foco dado ao papel das instituições e justifica-se devido à opção feita por nortear a exposição do tema neste capítulo sempre segundo a perspectiva dos atores internacionais. Deve-se expor, porém,

liberalismo como abordagem que conduz à diminuição da proeminência estatal ou sua retirada do lugar central, atribuindo aos organismos internacionais funções relevantes e inserindo-os no campo de estudo das Relações Internacionais. Seguindo o eixo norteador deste trabalho, e mesmo que uma discussão sobre o papel dos atores não integre as teorizações liberais, aponta-se que provavelmente seus autores estivessem mais abertos ao exame de um conjunto amplo de conexões que fogem ao restrito campo de ação inter-estatal.⁴³

Contudo, não obstante os avanços alcançados, o projeto da Liga é constantemente lembrado por seus fracassos. De acordo com Eric Hobsbawm, “a recusa dos EUA a juntar-se à Liga das Nações privou-a de qualquer significado real [...], e num mundo não mais eurocentrado ou eurodeterminado, nenhum acordo não endossado pelo que era agora

ainda que de modo genérico, que dois outros elementos integram a percepção liberal acerca da possibilidade de construção de um mundo menos conflituoso e mais cooperativo. Um deles é o livre comércio, que contribui para a manutenção da paz na medida em que são incompatíveis à prática do comércio e da guerra. O estabelecimento de relações comerciais é necessário e vantajoso para o bem-estar das nações, bem como é imprescindível para o progresso econômico e a prosperidade. Além de fortalecerem a percepção de que a guerra é desfavorável à manutenção desse modo de vida, os intercâmbios criariam laços que reduziriam a propensão dos Estados a adotarem, com seus parceiros, políticas agressivas, cumprindo uma função civilizadora nas relações internacionais. E o outro é a criação de Constituições republicanas, pois, para os autores liberais, há ligação entre governos republicanos e estabilidade internacional devido à natureza de suas instituições e observância do Estado de Direito. Referidas Constituições são, segundo Kant, as únicas capazes de levar a uma paz perpétua, já que cidadãos chamados a deliberar sobre a ocorrência ou não da guerra refletirão sobre todos os prejuízos gerados para si próprios. Ver: MESSARI, Nizar; NOGUEIRA, João Pontes. Op. cit., p. 62-65.; KANT, Immanuel. *À paz perpetua*. Tradução Marco Antonio de A. Zingano. Porto Alegre; São Paulo: L&PM Editores, 1989. p. 35.; NOUR, Soraya. *À paz perpétua de Kant: filosofia do direito internacional e das relações internacionais*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

⁴³ Segundo Messari e Nogueira, “[...] é, sem dúvida, em sua concepção da institucionalização da sociedade internacional como requisito para seu ordenamento e pacificação que a tradição liberal continua a exercer sua influência mais marcante, apesar do ceticismo realista e das experiências malsucedidas do passado.” Abordar-se-á posteriormente, no presente estudo, a retomada dessa tradição pelos autores da teoria da interdependência. Ver: MESSARI, Nizar; NOGUEIRA, João Pontes. Op. cit., p. 74.

uma grande potência mundial podia se sustentar.”⁴⁴ Aparentemente, a intenção de regular as relações internacionais segundo regras éticas e jurídicas não correspondia à realidade do cenário conflituoso formado no pós-guerra. Nesse sentido, o autor salienta que “qualquer pequena chance que tivesse a paz foi torpedeada pela recusa das potências vitoriosas a reintegrar as vencidas”⁴⁵, tendo em vista que a Alemanha e a antiga União Soviética foram eliminadas do jogo internacional. Além de o tratado constitutivo da Liga não espelhar verdadeiramente a igualdade entre os membros – lembrando que os Estados derrotados não participaram da Conferência de Paz de Paris –, é necessário considerar questões como a manifestação de interesses distintos, a competição pelo poder e o forte apoio no conceito de soberania que, naquela conjuntura, guiaram as condutas estatais e a celebração dos acordos de paz.⁴⁶

Dados os resultados das negociações, parece que os Estados Aliados, vencedores da guerra, buscavam mais a manutenção do *status quo* e a garantia de que a nova ordem seria construída sob sua hegemonia do que a efetivação dos interesses comuns da humanidade, conforme o projeto liberal. Assim conduzido, o processo de institucionalização da sociedade internacional afasta-se dos valores universalistas e assume a forma das conveniências estatais, tornando ineficiente o projeto regulatório das relações ou, numa outra perspectiva, tornando-o eficiente apenas no que diz respeito à utilidade e vantagens para cada um dos Estados.⁴⁷

Observa-se que a Liga das Nações nasce com problemas estruturais, provenientes de um tratado que mantém propósitos pacifistas, cooperativos e integradores – a teoria –, mas reúne e procura atender aos interesses dos Estados vencedores da guerra – a prática. O mesmo instrumento multilateral que a constitui aplica severas penas de

⁴⁴ HOBBSBAWM, Eric. Op. cit., p. 42.

⁴⁵ Idem, ibidem.

⁴⁶ MIYAMOTO, Shiguenoli. O ideário da paz em um mundo conflituoso. In: BEDIN, Gilmar Antônio [et al]. *Paradigmas das relações internacionais: realismo, idealismo, dependência, interdependência*. 3. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011. p. 37.

⁴⁷ Numa visão otimista, os representantes do liberalismo creem que as “regras e instituições serão instrumentos eficazes, que permitirão distinguir, por um lado, o que é legal e o que é ilegal no comportamento dos Estados e, por outro, possibilitarão a superação do comportamento político tradicional do Estado modelado pelos interesses e pelo cálculo do poder.” Ver: BEDIN, Gilmar Antônio. *A sociedade internacional e o século XXI: em busca da construção de uma ordem mundial justa e solidária*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2001. p. 221.

guerra à Alemanha derrotada, sintetizando inequívocas relações de poder e mantendo vivo na sociedade internacional um relevante ponto de insatisfação.⁴⁸ Como resultado dessa contradição – paz e cooperação x exercício e demonstração do poder –, surge a Liga, também contraditória em seus pressupostos conformadores.

Na prática, dada a ausência de representatividade tanto em relação aos vencidos quanto aos vencedores da guerra, essa organização internacional não foi capaz de responder às renovadas agressões estatais que se desencadearam na década de 30⁴⁹ e, com o começo da Segunda Guerra Mundial, viu encerrada a possibilidade de garantir a estabilidade internacional e construir um cenário de paz duradoura. Formalmente, a Liga dissolveu-se em abril de 1946, transferindo responsabilidades que

⁴⁸ Faz-se referência ao Tratado de paz entre os aliados e potências associadas e a Alemanha, denominado Tratado de Versalhes. Hobsbawm explica que ele “impôs-se à Alemanha uma paz punitiva, justificada pelo argumento de que o Estado era o único responsável pela guerra e todas as suas consequências (a cláusula da “culpa da guerra”), para mantê-la permanentemente enfraquecida.” Essa paz punitiva, que se mostrou mais tarde ser absolutamente temporária, impunha à Alemanha a perda de parte de seu território, a perda de suas colônias, restrições ao tamanho de seu exército e arsenal bélico, a responsabilidade pela causa da guerra e o consequente pagamento de indenizações de guerra. Ver: HOBSBAWM, Eric. Op. cit., p. 41.

⁴⁹ “[...] fosse qual fosse a instabilidade da paz pós-1918 e a probabilidade de seu colapso, é bastante inegável que o que causou concretamente a Segunda Guerra Mundial foi a agressão pelas três potências descontentes, ligadas por vários tratados desde meados da década de 1930. Os marcos miliários na estrada para a guerra foram a invasão da Manchúria pelo Japão em 1931; a invasão da Etiópia pelos italianos em 1935; a intervenção alemã e italiana na Guerra Civil Espanhola em 1936-9; a invasão alemã da Áustria no início de 1938; o estropiamento da Tchecoslováquia pela Alemanha no mesmo ano; a ocupação alemã do que restava da Tchecoslováquia em março de 1939 (seguida pela ocupação italiana da Albânia); e as exigências alemãs à Polônia que levaram de fato ao início da guerra. Alternativamente, podemos contar esses marcos miliários de um modo negativo: a não ação da Liga contra o Japão; a não tomada de medidas efetivas contra a Itália em 1935; a não reação de Grã-Bretanha e França à denúncia unilateral alemã do Tratado de Versalhes, e notadamente à reocupação alemã da Renânia em 1936; a recusa de Grã-Bretanha e França a intervir na Guerra Civil Espanhola (“não intervenção”); a não reação destas à ocupação da Áustria; o recuso delas diante da chantagem alemã sobre a Tchecoslováquia (o “Acordo de Munique” de 1938); e a recusa da URSS a continuar opondo-se a Hitler em 1939 (o pacto Hitler-Stalin de agosto de 1939).” Ver: Idem, p. 44-45.

lhe restavam para a recém-criada Organização das Nações Unidas (ONU).⁵⁰

Não obstante o descrédito que atingiu a tradição liberal depois da Segunda Guerra Mundial, é importante citar dois fatos que compõem um conjunto compreensivo mais amplo e profundo sobre o espaço ocupado e o papel desempenhado pelo liberalismo no domínio das Relações Internacionais. O primeiro refere-se à herança intelectual deixada, pois “muitos dos princípios fundamentais do liberalismo continuam a influenciar a reflexão atual sobre relações internacionais.”⁵¹ É enganoso pensar que seus preceitos teóricos perderam-se nos escombros da Segunda Guerra, mesmo que o papel hegemônico assumido pelo realismo nas décadas de 50 e 60 possa fazer crer nessa ideia. Deve-se lembrar de que “nunca uma concepção de mundo marchou isoladamente”, ocorre que, num determinado contexto, “a política do poder com o uso da força e da violência com frequência falou mais alto.”⁵² Como se verificará posteriormente, ainda no presente capítulo, as bases liberais foram resgatadas e reformuladas para o exercício de análise do novo panorama da política mundial que já se formava, retratando as complexas transformações pelas quais passaria a ordem internacional na segunda metade do século XX. E o segundo fato diz respeito à estruturação teórica liberal em torno do normativismo, ou seja, do dever-ser, do direcionamento da política internacional segundo elementos valorativos, lançando premissas que buscam a ordem em detrimento do poder, a paz e a solidariedade em detrimento da guerra.⁵³

⁵⁰

Ver:

<<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/CentenarioIndependencia/LigaDasNacoes>>. Acesso em: 8 set. 2014.

⁵¹ MESSARI, Nizar; NOGUEIRA, João Pontes. Op. cit., p. 73.

⁵² MIYAMOTO, Shiguenoli. Op. cit., p. 23.

⁵³ “Independentemente da viabilidade das propostas liberais para tornar o mundo mais pacífico, é importante dizer que não se trata de uma visão ingênua da política, mas, antes, de conclusões racionais baseadas em pressupostos sobre como funcionam as sociedades modernas e como deveriam se organizar de modo a ampliar a liberdade e o bem-estar humanos.” Ver: MESSARI, Nizar; NOGUEIRA, João Pontes. Op. cit., p. 61-62. É interessante, ainda, em se tratando da viabilidade das propostas liberais, a observação de Shiguenoli Miyamoto no sentido de que os autores pacifistas do liberalismo quase nunca “ocuparam cargos políticos ou estiveram em posições estratégicas para influenciar ou instituir políticas públicas sustentadas em seus princípios”, mantendo-se distantes dos locais de decisão, por isso suas pregações tinham pouca ressonância. Em contrapartida, os Estados opõem interesses conflitantes e

A relevância dessa visão funda-se na ideia de que, mesmo não sendo possível, em certo momento, realizar suas proposições, elas estão postas e, em alguma ocasião, poderão alicerçar novas concepções de mundo.⁵⁴ Nesses termos, transformar o liberalismo em mero idealismo ou utopia é ter dele, assim como do seu potencial estruturador da ordem internacional, uma compreensão reduzida.

1.1.2 Desenhos do realismo político

Durante o período que se estende desde o término da Segunda Guerra Mundial, em 1945, até aproximadamente o fim dos anos 60, os pressupostos realistas dominaram o campo teórico das Relações Internacionais. Sua influência marginalizou a contribuição liberal e desenhou uma teoria da política internacional voltada ao entendimento dos problemas de segurança, prevendo que, em primeiro lugar, os Estados sempre procuram realizar os próprios interesses e manter, reafirmar ou aumentar o seu poder.⁵⁵ Shiguenoli Miyamoto observa que, concomitantemente ao insucesso do dever-ser liberal, “os defensores das políticas pragmáticas demonstravam a eficácia em analisar as relações entre os Estados não sob prismas éticos, mas sim baseados em fatos palpáveis, comparando poderes e recursos como territórios, populações, tecnologias, forças armadas, etc.”⁵⁶

Na sociedade internacional, vista como espaço anárquico diante da inexistência de um poder superior capaz de impor regras jurídicas mundialmente aceitas, os Estados veem-se obrigados a prover os recursos necessários para sobreviverem, tornando coerente a noção de relações regidas pelo poder e pelo conceito de autoajuda, na acepção de que cada um “só pode contar de maneira integral e completa com suas

jamaís permitiram que os ideais de um mundo justo e sem guerras pudessem triunfar, sendo as relações de força e poder, além de posturas e argumentos realistas, as que sensibilizavam os interesses dos governantes e atendiam a tais interesses. Ver: MIYAMOTO, Shiguenoli. Op. cit., p. 22-23.

⁵⁴ A título de exemplo, cita-se o estudo realizado pelo professor Gilmar Antônio Bedin, que resgata pressupostos do liberalismo clássico para pensar a sociedade internacional contemporânea. Ver: BEDIN, Gilmar Antonio. Op. cit.

⁵⁵ Essa compreensão foi sistematizada por Hans Morgenthau e compõe o segundo princípio do realismo político, dentre os seis por ele formulados. Ver: MORGENTHAU, Hans. *A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz*. Tradução Oswaldo Biato. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003. p. 6-16.

⁵⁶ MIYAMOTO, Shiguenoli. Op cit., p. 42.

próprias capacidades para se defender e permanecer como ator das relações internacionais.”⁵⁷ Raymond Aron indica a pluralidade de centros autônomos de decisão e o consequente estado de natureza do meio internacional como elementos que constituem a especificidade das relações internacionais, logo, o risco de guerra é sempre admitido.⁵⁸

O diplomata e o soldado *vivem e simbolizam* as relações internacionais que, enquanto interestatais, levam à diplomacia e à guerra. As relações interestatais apresentam um traço original que as distinguem de todas as outras relações sociais: elas se desenrolam à sombra da guerra; para empregar uma expressão mais rigorosa, as relações entre os Estados implicam essencialmente na guerra e na paz.⁵⁹

Essas concepções e os desdobramentos delas resultantes marcaram a disciplina de forma muito específica e bastante profunda, de maneira que os arranjos do realismo político constituíram elementos centrais na narrativa sobre o que ela relata de si mesma, sua história e seus conceitos fundacionais.⁶⁰ Em razão disso, por pelo menos duas décadas prevaleceu a preocupação com assuntos estratégicos e militares, comumente denominados alta política, ao passo que questões econômicas, sociais e culturais, designadas como a baixa política, não compunham de modo significativo o campo de estudo das Relações Internacionais.⁶¹

Constata-se, então, que os elementos integradores do pensamento realista diferem muito daqueles inerentes ao liberalismo, apreendendo as relações internacionais segundo uma visão factual,

⁵⁷ MESSARI, Nizar; NOGUEIRA, João Pontes. Op. cit., p. 31.

⁵⁸ ARON, Raymond. *Paz e guerra entre as nações*. Tradução Sérgio Bath. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002. p. 52.

⁵⁹ Idem, *ibidem*.

⁶⁰ WILLIAMS, Michael C. *The realist tradition and the limits of international relations*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. p. 3.

⁶¹ “Via-se, assim, o surgimento de uma nova ordem mundial concebida numa perspectiva realista das relações internacionais, que simplesmente ignorava conceitos elementares como a paz, a solidariedade e o respeito aos direitos e às instituições de todos os Estados, independentemente de seus tamanhos e de suas forças.” Ver: MIYAMOTO, Shiguenoli. Op. cit., p. 48.

pragmática e até mesmo cética, e possuindo a pretensão de produzir uma teoria que retrate a realidade como ela realmente é ou se apresenta, não como deveria ou poderia ser.⁶² Numa remissão à perspectiva de Edward Carr anteriormente trabalhada, essa postura é representativa de um avanço epistemológico, já que, nas ciências políticas, “[...] logo se atinge um ponto onde o estágio inicial do desejo deve ceder lugar a um estágio de análise dura e impiedosa.”⁶³ E a utopia política, mantida pelo autor como uma das facetas de um pensamento maduro, deve emergir da realidade política numa constante que se aproxime do equilíbrio.⁶⁴ Ocorre que a construção realista, cujos desenhos foram delineados pela obra marco de Hans Morgenthau⁶⁵, deu-se de forma a ignorar por completo o edifício teórico liberal e o aludido ponto de equilíbrio. Em vez disso, retratou suas contribuições como inaptas ao entendimento da realidade internacional e, mais do que isso, enterrou-as juntamente com os escombros da já referida Liga das Nações.

Há, desse modo, uma profunda fenda que impede qualquer tipo de simbiose entre ambas as visões, a exemplo daquela proposta por Carr como essencial ao desenvolvimento de uma ciência.⁶⁶ Numa perspectiva acadêmica, trata-se de duas teorias que não se comunicam e tampouco se complementam, não integram um todo explicativo das relações internacionais mesmo que, apesar das diferenças, cada uma possa contribuir com a percepção e explicação de parcelas da realidade num esforço conjugado para a mudança de um cenário reconhecido por ambas como conflituoso e anárquico. Sobre a condição de anarquia do meio internacional, os autores liberais tendem a concordar com os realistas, ou seja, “uma sociedade sem governo dá lugar a discórdias

⁶² É interessante constatar que a pretensão de retratar a realidade como ela *realmente é* representa um artifício teórico justificador do próprio realismo. Entretanto, se os ideais liberais, como normatividade, igualmente a constituem, a realidade retratada como ela *realmente é* não pode desprezá-los.

⁶³ CARR, Edward Hallett. Op. cit., p. 21.

⁶⁴ Idem, p. 22.

⁶⁵ Se Edward Carr iniciou o debate entre idealistas (liberais, nesta tese) e realistas, e apresentou o que pode ser a primeira definição formal do realismo nas Relações Internacionais, foi Hans Morgenthau quem o organizou e lhe deu consistência como abordagem teórica, estipulando as premissas centrais do seu estudo no livro *A política entre as nações*. Ver: MORGENTHAU, Hans. Op. cit.

⁶⁶ Vale lembrar que Edward Carr indica o realismo como o corretivo necessário à exuberância da utopia e, em outros períodos, invoca a utopia para contratacar a esterilidade do realismo. Ver: CARR, Edward Hallett. Op. cit., p. 22.

incessantes entre interesses divergentes”.⁶⁷ Porém, uma das diferenças centrais entre eles consiste no fato de que os liberais não aceitam esse estado como imutável, sendo possível a sua substituição por uma ordem mais cooperativa e harmoniosa.

A observação em torno da possibilidade de complementação recíproca das visões liberal e realista advém da concordância com as explanações de Philippe Braillard a respeito do potencial sempre parcial de qualquer teoria.

Se não nos quisermos quedar numa concepção ingênua e simplista da teoria, é necessário precisar que esta última não explica a realidade em toda sua complexidade, mas antes uma determinada abstracção desta, isto é, certos factos e aspectos considerados importantes. Isso significa que a teoria implica uma actividade de selecção e ordenação de fenómenos e de dados, actividade sem a qual nenhuma teoria seria possível. Todo conhecimento estrutura o real e implica assim certa ‘construção’ do seu objecto, porque ele não opera sobre factos brutos, mas sobre factos escolhidos, percebidos, filtrados, ordenados através de estruturas cognitivas e de quadros conceituais.⁶⁸

Aplicado pura e isoladamente, sem o contraponto da imaginação, da busca pela forma social perfeita, dos mecanismos garantidores do bem-estar humano, em síntese, do que poderia ou deveria ser o relacionamento interestatal e a sociedade internacional, o realismo deixa de ver parte da complexidade do cenário e das relações.⁶⁹ Exatamente esse aspecto normativo constituiu o eixo central da crítica realista ao

⁶⁷ MESSARI, Nizar; NOGUEIRA, João Pontes. Op. cit., p. 61.

⁶⁸ BRAILLARD, Philippe. *Teoria das relações internacionais*. Tradução J. J. Pereira Gomes e A. Silva Dias. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1990. p. 12.

⁶⁹ “O processo político não consiste, como crêem os realistas, puramente na sucessão de fenómenos governados pelas leis mecânicas da causalidade; tampouco consiste, como crêem os utópicos, puramente na aplicação, na prática, de verdades teóricas, evoluídas de uma consciência interior, por povos sábios e providentes. A ciência política tem de ser baseada no reconhecimento da interdependência da teoria e da prática, que só pode ser atingida através da combinação de utopia e realidade.” Ver: CARR, Edward Hallett. Op. cit., p. 25.

liberalismo, acusado de fundar “suas análises em conceitos mais preocupados com a reorganização do sistema internacional de acordo com certos valores e postulados morais (por exemplo, a paz e a democracia) do que com uma compreensão objetiva dos interesses, forças e tendências [...]”⁷⁰ Essas preocupações teriam impedido a visualização de movimentações políticas e insatisfações dos Estados que acabaram por conduzir o mundo ao segundo grande conflito.

É inquietante observar a difusão dessa ideia e o depósito da responsabilidade pelo acontecimento da Segunda Guerra Mundial sobre os ombros liberais. Sua reprodução se dá sem um exercício reflexivo no sentido de que a tendência a compreender os fatos e fenômenos internacionais com base em conceitos filosóficos e jurídicos não tem o condão de, por si só, instigar ou contribuir para o início de um conflito armado em âmbito mundial.⁷¹ Do mesmo modo, é simplista a suposição de que, no complexo contexto pós-Primeira Guerra Mundial, a não previsão dos fatos implica a responsabilização por sua ocorrência. Em assim sendo, seria necessário atribuir ao aporte liberal o dever de captar e considerar os resultados futuros de facetas que sequer integram o real que ele se propôs a selecionar, ordenar e explicar.⁷²

No que se relaciona à referida crítica realista, é importante ter em mente que a paz estava comprometida desde a ocasião em que foi celebrada, dados os descontentamentos e interesses conflitantes que a envolveram, tanto por parte dos Estados derrotados como por parte dos Estados vencedores. Eric Hobsbawm considera que “a situação mundial criada pela Primeira Guerra era inerentemente instável, sobretudo na Europa, mas também no Extremo Oriente, e portanto não se esperava que a paz durasse.”⁷³ Diante dessas reflexões, é interessante pensar se o predomínio do pensamento realista nos anos pós-Primeira Guerra teria conseguido evitar a ocorrência de um segundo conflito. Não seriam, em alguma medida, exatamente os moldes realistas do Tratado de Versalhes que mantiveram a sociedade internacional marcada por disputas e carregada de ressentimentos? Essa indagação conduz, necessariamente, ao estudo da composição da realidade internacional segundo o olhar realista. Quais seleções, ordenações e filtros o *óculos* realista produz? O

⁷⁰ MESSARI, Nizar; NOGUEIRA, João Pontes. Op. cit., p. 74.

⁷¹ Essa observação não tem o condão de desconsiderar a pertinência de algumas críticas tecidas ao liberalismo, já que nenhuma teoria é absoluta, total e capaz de explicar a realidade em toda a sua complexidade.

⁷² BRAILLARD, Philippe. Op. cit., p. 11-12.

⁷³ HOBSBAWM, Eric. Op. cit., p. 43.

que referida teoria sabe ou julga saber sobre as relações internacionais como objeto a ser conhecido? Ainda, como reúne, sistematiza e explica os elementos compositores daquilo que, na sua percepção, é o real?⁷⁴ Carr sintetiza de maneira bastante apropriada alguns desenhos do realismo, e sua exposição começa a oferecer respostas a esse conjunto de questões.

No campo do pensamento, o realismo coloca sua ênfase na aceitação dos fatos e na análise de suas causas e consequências. Tende a depreciar o papel do objetivo, e a sustentar, explícita ou implicitamente, que a função do pensamento é estudar a sequência dos eventos que ele não tem o poder de influenciar ou alterar. No campo da ação, o realismo tende a enfatizar o poder irresistível das forças existentes e o caráter inevitável das tendências existentes, e a insistir em que a mais alta sabedoria reside em aceitar essas forças e tendências, e adaptar-se a elas.⁷⁵

Trata-se de um aporte teórico fortemente marcado por feições deterministas, quer dizer, pela crença na predeterminação dos fatos. A visão realista sobre a natureza do Homem e da política oferece o substrato necessário à análise das relações internacionais unicamente em termos de poder. Se o fundamento da política é o poder, se toda ação política baseia-se na busca pelo poder, e isso decorre da própria natureza humana na qual essa busca está inscrita e encontra sua origem, não há possibilidade de reformas ou transformações do que se apresenta. Esse determinismo encontra-se expresso no primeiro princípio do realismo político, entre os cinco elaborados por Hans Morgenthau.

⁷⁴ Segundo Philippe Braillard, “[...] podemos definir a teoria das relações internacionais como um conjunto coerente e sistemático de proposições que têm por objectivo esclarecer a esfera das relações sociais que nós denominamos de internacionais. Uma tal teoria deve, deste modo, representar um esquema explicativo destas relações, da sua estrutura, da sua evolução e, nomeadamente, evidenciar os seus factores determinantes. Ela pode também, a partir daí, contribuir para prever a evolução futura destas relações ou, pelo menos, para esclarecer algumas tendências dessa evolução. Ela pode ter igualmente por objectivo, mais ou menos imediato, esclarecer a acção. Como toda teoria, ela implica uma escolha e ordenação dos dados, uma certa ‘construção’ do seu objeto e daí a sua relatividade.” Ver: BRAILLARD, Philippe. Op. cit., p. 15-16.

⁷⁵ CARR, Edward Hallett. Op. cit., p. 22.

1) O realismo político acredita que a política, como aliás a sociedade em geral, é governada por leis objetivas que deitam suas raízes na natureza humana. Para estar em condições de melhorar a sociedade, é necessário entender previamente as leis pelas quais a sociedade se governa. Uma vez que a operação dessas leis independe, absolutamente, das nossas preferências, quaisquer homens que tentem desafiá-las terão de incorrer no risco de fracasso.⁷⁶

O mundo “é o resultado das forças inerentes à natureza humana”⁷⁷, e a única opção para melhorá-lo é “posicionar-se de forma favorável a essas forças e não contra elas.”⁷⁸ Em decorrência desse pragmatismo, o caminho realista para alcançar a paz consiste em explicar a realidade do conflito, construir uma teoria capaz de prever o rumo dos acontecimentos e, com isso, gerar um equilíbrio de poder que paralise as agressões estatais.⁷⁹ Vê-se que, estruturado num cenário marcado por fortes oposições e devastado pelos efeitos de grandes guerras – duas guerras mundiais e uma denominada fria –, o realismo, ao mesmo tempo, retrata e legitima o conflito nas relações. Verificadas as seleções, ordenações e filtros produzidos e qual parcela da realidade ele visualiza e propõe-se a explicar, passa-se a discorrer sobre a sua compreensão das Relações Internacionais.

Pode-se afirmar que, diferentemente da ampliação gerada pela abordagem liberal em seu reconhecimento do papel das instituições, o

⁷⁶ MORGENTHAU, Hans. Op. cit., p. 4.

⁷⁷ BEDIN, Gilmar Antonio. Op. cit., p. 223.

⁷⁸ Idem, ibidem.

⁷⁹ Bedin observa que essa concepção impõe “o abandono dos pressupostos idealistas e o reconhecimento de que os princípios morais nunca se realizarão plenamente, uma vez que as relações políticas internacionais são constituídas por interesses opostos e conflitivos, o que torna possível apenas o estabelecimento de um temporário equilíbrio de interesses e também de uma sempre provisória conciliação de conflitos entre os Estados; mas não a realização de uma ordem internacional institucional, baseada na cooperação entre os Estados e na construção de um cenário de paz definido como positivo, resultante de uma opção ética da humanidade.” Ver: idem, ibidem. Nessa linha expositiva, o quarto e o quinto princípios do realismo trazem explicações sobre a relação entre moral e ação política. Ver: MORGENTHAU, Hans. Op. cit., p. 20-22.

realismo restringiu sobremaneira o objeto de estudo da disciplina, julgando merecedores de análise somente os comportamentos dos Estados e não integrando ao entendimento dos fatos aspectos outros que fujam de um campo de visão estatocêntrico. Em sua obra, Raymond Aron considera que o objetivo de uma teoria das Relações Internacionais é apreender as múltiplas causas que agem nas interações entre Estados, esclarece que o estudo dessas interações constitui o campo por excelência da nova disciplina e é tão somente com base no protagonismo do Estado que desenvolve sua definição de sistema internacional.⁸⁰ Segundo o autor, “o miolo das relações internacionais são as relações que chamamos de interestatais, as que colocam em conflito as unidades como tais”.⁸¹

O Estado distingue-se como o principal ou mais importante ator em torno do qual se consolida o campo de conhecimento das Relações Internacionais, e essa percepção produz significativa limitação conceitual.⁸² Relações internacionais são relações entre Estados, e outras formas de interação manifestas na sociedade internacional, mas que conjugam atores distintos, não assumem a mesma relevância ou são até irrelevantes. Essa centralidade estatal é herdeira de um cenário que se configurou no século XVII, precisamente em 1648, com a celebração do Tratado de Paz de Vestfália, o qual, segundo Adam Watson, “legitimou uma *comunidade* de Estados *soberanos*. Marcou o triunfo do *Stato*, detentor do controle de seus assuntos internos e independente em termos externos.”⁸³ A partir daí, o Estado assumiu o papel de núcleo duro e ator fundamental de um novo jogo político, afirmando-se na condição de ente originário da sociedade internacional tal como a conhecemos hoje.

A sociedade internacional reúne, assim, uma grande variedade de Estados regidos pelo princípio da igualdade, sendo todos detentores de

⁸⁰ Aron, Raymond. Op. cit., p. 153-155.

⁸¹ Idem, p. 23.

⁸² “[...] os realistas reconhecem apenas aos Estados o caráter de atores das Relações Internacionais, a exemplo do Direito Internacional, onde são considerados sujeitos de direitos e obrigações com competência para firmar e ratificar tratados e acordos, nos termos estabelecidos na Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados de 1969. Ainda que os demais atores tenham um poder de fato, mas despidos de soberania, não apresentam relevância para a escola realista.” Ver: OLIVEIRA, Odete Maria de. *Relações internacionais: estudos de introdução*. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2007. p. 82.

⁸³ WATSON, Adam. Op. cit., p. 263.

direitos e obrigações, e podendo exercer o seu poder soberano.⁸⁴ Essa igualdade de condições diante da inexistência de uma instância superior detentora do monopólio da violência legítima consolida um cenário de anarquia que, na perspectiva realista, reproduz o estado de natureza hobbesiano.⁸⁵ Nele, a constante luta pela sobrevivência e a incessante disputa pelo poder passam a ser o interesse nacional supremo defendido a qualquer custo e por quaisquer meios, legitimando o recurso às armas e à prática da guerra.⁸⁶ Pressupõe-se, ainda, que a atuação estatal nesse espaço se dá de forma coesa e homogênea, procurando garantir sua permanência e a preservação da segurança nacional.

Referido pressuposto desenha o Estado como ator unitário, ou seja, uma unidade integrada que funda sua atuação externa num processo racional, não comportando variações em relação a uma ou outra entidade, órgão ou grupo interno; descreve-o, em suas ações e reações, como um monólito inquebrantável ou, o que se denomina nos

⁸⁴ Numa perspectiva clássica, o estatuto da soberania dota a figura estatal de um poder absoluto que representa, do ponto de vista interno, sua supremacia política, quer dizer, a impossibilidade de que qualquer outra autoridade presente no espaço territorial a ele se sobreponha. Logo, é o Estado – entendido como unidade – o responsável por impor regras e aplicar sanções, mantendo a ordem e a estabilidade. Do ponto de vista externo, a soberania “não traduz supremacia, mas independência”, ou seja, exprime a não submissão a outros Estados, instituições ou regras superiores que não estejam amparadas pelo seu expresse consentimento. Ver: OLIVEIRA, Odete Maria de. Op. cit., p. 193.

⁸⁵ BEDIN, Gilmar Antonio. *A sociedade internacional clássica: aspectos históricos e teóricos*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011. p. 46.

⁸⁶ “A política internacional, como toda política, consiste em uma luta pelo poder. Sejam quais forem os fins da política internacional, o poder constitui sempre o objetivo imediato. Os povos e os políticos podem buscar, como fim último, liberdade, segurança, prosperidade ou o poder em si mesmo. Eles podem definir seus objetivos em termos de um ideal religioso, filosófico, econômico ou social. Podem desejar que esse ideal se materialize, quer em virtude de sua força interna, quer graças à intervenção divina ou como resultado natural do desenvolvimento dos negócios humanos. Podem ainda tentar facilitar sua realização mediante o recurso a meios não políticos, tais como a cooperação técnica com outras nações ou organismos internacionais. Contudo, sempre que buscarem realizar o seu objetivo por meio da política internacional, eles estarão buscando por poder.” [...] “Ao falarmos de poder, queremos significar o controle do homem sobre as mentes e ações dos outros homens. Por poder político, referimo-nos às relações mútuas de controle entre os titulares de autoridade pública e entre os últimos e o povo de modo geral.” Ver: MORGENTHAU, Hans. Op. cit., p. 49 e 51.

estudos do realismo, uma caixa preta. Contudo, permanece ignorado pelo pensamento realista-estatocêntrico o fato de que o ente estatal não representa um conjunto uniforme na sociedade internacional, e, por consequência, não é possível assumir a ideia de um consenso interno sem perder ou retirar deliberadamente da análise os distintos interesses, demandas e objetivos de grupos internos que, de forma direta ou indireta, influenciam e inclusive dirigem a política externa dos países. Em síntese, desconsidera-se a variedade dos mecanismos nacionais envolvidos, que podem ser de caráter político, econômico, social ou cultural, e suas eventuais ingerências nas relações interestatais.⁸⁷

Mas essa percepção, assim como as demais teorizações realistas sobre as relações internacionais, não é capaz de absorver as mudanças significativas efetivadas no decorrer da década de 70. Devido aos avanços tecnológicos e ao desenvolvimento de múltiplos canais de informação e comunicação, passou a ser possível a indivíduos, grupos, coletivos e sociedades estabelecerem contatos instantâneos, tornando-se difícil promover uma rígida separação entre assuntos internos e externos. No contexto contemporâneo, em que são porosas as fronteiras e diversificadas as demandas, pensar o exercício da política em termos de esferas independentes e impenetráveis significa ignorar o dinamismo e a complexidade dos fenômenos que fazem do doméstico parte do internacional, e vice-versa.⁸⁸ Não obstante, deve-se esclarecer que, apesar das críticas cabíveis e da inegável insuficiência analítica perante

⁸⁷ Os desenhos realistas sistematizados por Hans Morgenthau situam “a política como esfera autônoma de ação e de entendimento separada das demais esferas, tais como economia (entendida em termos de interesse definido como riqueza), ética, estética ou religião.” Essa visão acerca da política pode justificar, em alguma medida, uma percepção unitária do Estado, mas, mesmo considerados os aspectos estritamente políticos, mantém-se como visão negligenciadora da complexidade dos processos internos. Ver: MORGENTHAU, Hans. Op. cit., p. 6-7. Consultar também: MERLE, Marcel. *Sociologia das relações internacionais*. Tradução Ivonne Jean. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981. p. 223-237.

⁸⁸ Na atualidade, num mundo cada vez mais integrado, “nossas vidas cotidianas, o andar da nossa economia, os altos e baixos da política ou a maneira como se enfrentam os problemas sociais são, realmente, afetados por acontecimentos que ocorrem longe daqui e por decisões tomadas por outros governos [...]. Os tempos mudaram e, hoje, dificilmente passamos um dia sem ouvir uma notícia internacional que, provavelmente, tenha algum impacto, ainda que indireto, sobre nosso mundo imediato.” Ver: MESSARI, Nizar; NOGUEIRA, João Pontes. Op. cit., p. 1.

os fenômenos atuais, o realismo, coeso e coerente em sua estrutura fundante, permanece até os dias de hoje como uma essencial corrente de pensamento no estudo das Relações Internacionais. Sua capacidade para resistir às constantes e impactantes transformações, mantendo-se como teoria relevante entre os analistas políticos e tomadores de decisões, é notável, podendo ser explicada pela competência de suas vertentes em observar o cenário e repensar variáveis sem deixar de ter como ponto de partida os mesmos pressupostos primordiais.

Posto que o eixo norteador do presente estudo encontra-se focado na questão dos atores, importa registrar que o realismo político, em suas variadas linhas, jamais deixou de se apoiar no Estado como o centro de suas teorizações ou o ator predominante a partir do qual as relações a serem estudadas se constroem, ou seja, mesmo renovado em suas análises a figura estatal manteve-se como primeiro elemento conceitual das Relações Internacionais. Odete Maria de Oliveira registra que, teoricamente, o realismo clássico e o neorrealismo apresentam os mesmos pressupostos, e assim “[...] os elementos da política do poder e do estatocentrismo continuam intocáveis como parâmetros também do neorrealismo, apesar das tentativas de impor maior rigor científico e metodológico ao antigo paradigma tradicional”.⁸⁹

1.2 RELAÇÕES INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS

No período contemporâneo, destaca-se a ocorrência da revolução tecnológica informacional, um acontecimento notório e determinante para a geração das transformações que redimensionaram de forma significativa a realidade internacional e o campo das Relações Internacionais. Nesse âmbito, a constatação da insuficiência da teoria realista, que descreve o Estado como ator unitário e racional e atribui às suas relações o principal critério definidor da disciplina, pode ser citada como um dos seus resultados transformatórios. Ao oferecer novos elementos de análise, esse processo revolucionário possibilita que outros formatos relacionais, efetivados fora do espaço de atuação estatal, ganhem relevância como objeto a ser conhecido.

Referido conjunto de circunstâncias foi interpretado e retratado com propriedade pela teoria da interdependência, representativa de uma

⁸⁹ OLIVEIRA, Odete Maria de. Relações Internacionais e o dilema de seus paradigmas: configurações tradicionalistas e pluralistas. In: OLIVEIRA, Odete Maria de; DAL RI JÚNIOR, Arno (Org.). *Relações internacionais, interdependência e sociedade global*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2004. p. 79.

influyente revisão teórico-analítica com base na qual é possível confirmar a existência de novos atores. Mesmo não abandonando as noções de conflito e disputa pelo poder e também não descartando a construção realista como obsoleta, a percepção interdependentista das Relações Internacionais representa o primeiro mais importante marco de ruptura com os pressupostos do realismo. Indicativa do surgimento de um novo critério definidor da disciplina – o multicentrismo –, a importância de sua análise reside no fato de ser capaz de ampliar o foco conceitual das relações internacionais para além do Estado e, ao mesmo tempo, explicitar a manutenção dos conflitos e disputas por poder, porém com as novas roupagens determinadas por uma sociedade internacional multicêntrica.⁹⁰

1.2.1 Desenhos da tecnologia informacional

A revolução informacional realizou-se devido ao extraordinário desenvolvimento de tecnologias concentradas na geração, processamento e transmissão da informação.⁹¹ Um conjunto

⁹⁰ “O mérito dessa abordagem é incorporar a preocupação central com a dimensão do poder, dominante na teoria de RI, a uma ideia bastante tradicional da tradição liberal, a interdependência. Essa manobra deu maior aceitação ao conceito que, assim como as demais ideias liberais, era criticado por se basear em pressupostos pouco realistas acerca dos interesses dos Estados no aumento do bem-estar por meio da intensificação das trocas internacionais. Na verdade, esses autores mostraram que a interdependência *assimétrica* é um recurso de poder importante, bem como uma fonte de preocupação – em função da vulnerabilidade – para os Estados. Além disso, dado o caráter complexo dessa interdependência e da consequente redução em sua autonomia, os Estados encontram grandes dificuldades para lidar com os novos e crescentes riscos e oportunidades do novo contexto. Do ponto de vista teórico, a interdependência complexa atingiu em cheio o tradicional conceito de “interesse nacional”. Se não mais podemos considerar o Estado como um ator unitário, mas antes uma arena em que interesses de diferentes grupos da sociedade se enfrentam, já não podemos inferir o interesse nacional do comportamento do Estado, mas precisamos identificar quais interesses seus representantes estão defendendo em cada contexto específico.” Ver: MESSARI, Nizar; NOGUEIRA, João Pontes. Op. cit., p. 86.

⁹¹ Segundo Castells, a sequência histórica da revolução da tecnologia da informação é breve, porém intensa. Não há a intenção de exauri-la em datas, fatos e processos inovadores, mas tão somente expor os aspectos necessários à compreensão de sua característica central. Ver: CASTELLS, Manuel. A

convergente de inovações na microeletrônica (*chips*), computação (*software* e *hardware*), telecomunicações e radiodifusão (roteadores e comutadores eletrônicos) e também na optoeletrônica (transmissão por fibra ótica e laser) difundiu-se amplamente na década de 70, marcando a emergência e consolidação do sistema tecnológico no qual as sociedades encontram-se inseridas.⁹²

O entendimento de que a unificação de sucessivos eixos de inovação resultou no processo ora examinado constitui um ponto de partida interessante, pois “cada grande avanço em um campo específico amplifica os efeitos das tecnologias da informação conexas”⁹³ e, além disso, “a convergência de todas essas tecnologias eletrônicas no campo da comunicação interativa levou à criação da Internet, talvez o mais revolucionário meio tecnológico da Era da Informação.”⁹⁴

Os anos 70 representam um divisor técnico-científico, não apenas por congregar descobertas, mas por desenhar os contornos de uma particular interação entre as ferramentas desenvolvidas e as sociedades. As bases desses acontecimentos foram estabelecidas na década de 50 pelas possibilidades geradas no Vale do Silício⁹⁵, nos Estados Unidos, local em que se fazia presente uma combinação inédita de fatores, tais como: o progresso do conhecimento em tecnologia, a existência de um grande grupo de engenheiros e cientistas universitários interessados no tema e dedicados à evolução da área, a manutenção de fundos e investimentos necessários à realização das pesquisas e à formação de uma rede de empresas empenhadas no desenvolvimento do processo inovador e na comercialização dos seus produtos.⁹⁶

Apesar dos pioneiros e decisivos impulsos norte-americanos, não tardou até que outros países passassem a participar dessas experiências e a desempenhar um papel relevante na criação e difusão das novas tecnologias informacionais. Assim, mesmo com a manutenção de uma

sociedade em rede. Tradução Roneide Venâncio Majer, com a colaboração de Klauss Brandini Gerhardt. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008. v. 1. p. 75.

⁹² Para um aprofundamento da sequência de desenvolvimento dessas tecnologias, ver: Idem, p. 75-91.

⁹³ Idem, p. 82.

⁹⁴ Idem, *ibidem*.

⁹⁵ “É um nome de gíria para a área geográfica entre San Francisco e San Jose, na Califórnia. A principal indústria dessa área é a fabricação de semicondutores e *chips* microeletrônicos feitos de silício.” Ver: OSBORNE, Adam. *A nova revolução industrial na era dos computadores*. Tradução Auriphebo Simões. São Paulo: McGraw-Hill, 1984. p. 141.

⁹⁶ CASTELLS, Manuel. Op. cit., p. 100.

posição de liderança por parte das empresas, empresários, instituições e inovadores estadunidenses, torna-se cada vez mais vasta a presença japonesa, chinesa, indiana, coreana e europeia.⁹⁷ Segundo Castells, “o setor como um todo evoluiu rumo à interpenetração, alianças estratégicas e formação de redes entre empresas de diferentes países” e isso, continua o autor, “tornou a distinção por nacionalidade um pouco menos importante.”⁹⁸

Como resultado dessa propagação mundial de experiências e descobrimentos, as novas ferramentas tecnológicas passaram a induzir um padrão transformatório que impactou profundamente na vida econômica, social e cultural das sociedades, remodelando-as em ritmo acelerado.⁹⁹ Por isso, a revolução informacional assume a mesma importância histórica antes alcançada pela revolução industrial do século XVIII, com a ressalva de que, em seus contornos característicos, ela difere de qualquer precedente: no âmago das mudanças desencadeadas está o tratamento da informação e da comunicação com base em inéditos conhecimentos. Isso não quer dizer que a revolução industrial tenha prescindido de novos saberes, novas tecnologias e informação, pois não se realizariam sem tais elementos¹⁰⁰, mas o que muda no contexto atual

⁹⁷ Sobre os modelos, atores e locais da revolução tecnológica informacional, ver: Idem, 99-107.

⁹⁸ Idem, p. 99.

⁹⁹ É fundamental que nesse processo de generalização dos avanços tecnológicos informacionais não se perca de vista a existência de desigualdade e exclusão no acesso às tecnologias, criando uma divisão digital do mundo e tornando a difusão do conhecimento e da informação limitada e seletiva. Ver: MATTAR, Khris. *O movimento de justiça global: uma nova mobilização política de resistência?* Tradução Khris Mattar e Andréa Rosenir da Silva. Ijuí: Ed. Unijuí, 2013. p. 160-164. No mesmo sentido, Castells observa que, apesar de terem se difundido à velocidade da luz e conectarem o mundo todo, as tecnologias da informação inexistem em grandes áreas do mundo e mantêm desconectados segmentos consideráveis das populações. Ver: CASTELLS, Manuel. Op. cit., p. 70.; CASTELLS, Manuel. *A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p. 203-221.

¹⁰⁰ “Segundo os historiadores, houve pelo menos duas revoluções industriais: a primeira começou pouco antes dos últimos trinta anos do século XVIII, caracterizada por novas tecnologias como a máquina a vapor, a fiadeira, o processo Cort em metalurgia e, de forma mais geral, a substituição das ferramentas manuais pelas máquinas; a segunda, aproximadamente cem anos depois, destacou-se pelo desenvolvimento da eletricidade, do motor de combustão interna, de produtos químicos com base científica, da fundição

é a maneira como são aplicados os conhecimentos e as informações, bem como o significado de ambos para as sociedades.¹⁰¹

O que caracteriza a atual revolução tecnológica não é a centralidade de conhecimentos e informação, mas a aplicação desses conhecimentos e dessa informação para a geração de conhecimentos e de dispositivos de processamento/comunicação da informação, em um ciclo de realimentação cumulativo entre a inovação e seu uso. [...]

O ciclo de realimentação entre a introdução de uma nova tecnologia, seus usos e seus desenvolvimentos em novos domínios torna-se muito mais rápido no novo paradigma tecnológico. Consequentemente, a difusão da tecnologia amplifica seu poder de forma infinita, à medida que os usuários apropriam-se dela e a redefinem. As novas tecnologias da informação não são simplesmente ferramentas a serem aplicadas, mas processos a serem desenvolvidos. Usuários e criadores podem tornar-se a mesma coisa.¹⁰²

A tecnologia integra-se nas relações entre os indivíduos e o meio que os envolve e altera “fundamentalmente o modo pelo qual nascemos, vivemos, aprendemos, trabalhamos, produzimos, consumimos, sonhamos, lutamos ou morremos.”¹⁰³ Reproduzindo-se com suporte em uma lógica própria, determinada pela capacidade de processar, transformar e distribuir velozmente a informação, o sistema atual oferece a cada momento novas possibilidades de ação, gerando mudanças na estrutura social. Aponta-se, nesse sentido, a penetrabilidade dos efeitos das tecnologias como uma marca distintiva da revolução ora vivenciada, quer dizer, um novo padrão sociotécnico

eficiente de aço e pelo início das tecnologias de comunicação, com a difusão do telégrafo e a invenção do telefone.” Ver: CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. Tradução Roneide Venâncio Majer, com a colaboração de Klauss Brandini Gerhardt. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008. v. 1. p. 71.

¹⁰¹ CASTELLS, Manuel. Op. cit., p. 68.

¹⁰² Idem, p. 69.

¹⁰³ Idem, p. 108.

estabeleceu-se, penetrou em todas as esferas de ação humana e instituiu novos tipos organizacionais e formas de vida.¹⁰⁴

Evidentemente, cada grupo, coletividade e sociedade organizados sobre peculiares arranjos políticos, econômicos, históricos, culturais e institucionais, participam dessa marcha de modo singular, até porque sua dinâmica paradoxalmente inclusiva e excludente determina a forma pela qual tomarão partes países e regiões, a depender da sua localização ou não nos espaços considerados pertinentes ou significantes. Porém, neste trabalho, apesar das ressalvas anteriormente apontadas, o avanço tecnológico será abordado como fenômeno global, entendendo-se que as transformações desencadeadas afetam a todos, ainda que singularmente.¹⁰⁵

Talvez a maior das transformações consista no surgimento de uma nova estrutura social que contém em si, como elemento descritivo central, a capacidade de construir redes de conexão que podem alcançar até mesmo o espaço global. No seu âmbito, funções, processos e relações reorganizaram-se, ensejando o surgimento da denominada sociedade em rede.¹⁰⁶ Dito isso, é pertinente a exposição de algumas considerações sobre a composição e o funcionamento dessas redes, pois oferecerão suporte para o entendimento das reflexões posteriores acerca da atuação global das forças produtivas e, mais tarde, dos grupos da sociedade civil.¹⁰⁷

Representativa da nova morfologia das nossas sociedades na era da informação, a “rede é um conjunto de nós interconectados.” O nó, por sua vez, “é o ponto no qual uma curva se entrecorta” e “o que um nó é depende do tipo de redes concretas de que falamos.”¹⁰⁸

São mercados de bolsas de valores e suas centrais de serviços auxiliares avançados na rede dos fluxos financeiros globais. São conselhos

¹⁰⁴ Ver: CADOZ, Claude. *Realidade virtual*. Tradução Paulo Goya. São Paulo: Ática, 1997. p. 62-68.

¹⁰⁵ CASTELLS, Manuel. Op. cit., p. 42.

¹⁰⁶ Idem, p. 108.

¹⁰⁷ Sobre as alterações geradas pela estrutura de redes no governo e na política de forma geral, na economia, na cultura, na educação, na sociedade civil, enfim, em todos os campos sociais, ver: LEMOS, Ronaldo; DI FELICE, Massimo. *A vida em rede*. Campinas: Papirus 7 Mares, 2014. Em complemento, ver escritos que caracterizam este como um tempo de perigos: CEBRIÁN, Juan Luis. *A rede*. Tradução Lauro Machado Coelho. São Paulo: Summus, 1999. p. 19-24.

¹⁰⁸ CASTELLS, Manuel. Op. cit., p. 566.

nacionais de ministros e comissários europeus da rede política que governa a União Européia. São campos de coca e de papoula, laboratórios clandestinos, pistas de aterrissagem secretas, gangues de rua e instituições financeiras para lavagem de dinheiro na rede de tráfico de drogas que invade as economias, sociedades e Estados do mundo inteiro. São sistemas de televisão, estúdios de entretenimento, meios de computação gráfica, equipes para cobertura jornalística e equipamentos móveis gerando, transmitindo e recebendo sinais na rede global da nova mídia no âmago da expressão cultural e da opinião pública, na era da informação.¹⁰⁹

Compostas por nós interconectados, as redes constituem um espaço de fluxos sem distâncias ou limites. Sua constituição acessível e sempre capaz de expandir-se proporciona a flexibilidade necessária para uma constante renovação, assim, “uma estrutura social com base em redes é um sistema aberto altamente dinâmico suscetível de inovação sem ameaças ao seu equilíbrio.”¹¹⁰

A topologia definida por redes determina que a distância (ou intensidade e frequência da interação) entre dois pontos (ou posições sociais) é menor (ou mais frequente, ou mais intensa), se ambos os pontos forem nós de uma rede do que se não pertencerem à mesma rede. Por sua vez, dentro de determinada rede os fluxos não têm nenhuma distância, ou a mesma distância, entre os nós. Portanto, a distância (física, social, econômica, política, cultural) para um determinado ponto ou posição varia entre zero (para qualquer nó da mesma rede) e infinito (para qualquer ponto externo à rede). A inclusão/exclusão em redes e a arquitetura das relações entre redes, possibilitadas por tecnologias da informação que operam à velocidade da luz, configuram processos e funções predominantes em nossas sociedades.¹¹¹

¹⁰⁹ CASTELLS, Manuel. Op. cit., p. 566.

¹¹⁰ Idem, *ibidem*.

¹¹¹ Idem, *ibidem*.

Ainda que a formação de redes seja uma prática humana muito antiga, suas bases anteriores, firmadas com singulares elementos (fluxos) e estruturas (redes), diferiam por completo dos fluxos instantâneos que atualmente percorrem, sem limite de tempo e espaço, bases virtuais informatizadas.¹¹² Nesses termos, a Internet emerge desempenhando um notável papel. Na qualidade de rede das redes ou o “tecido de nossas vidas”¹¹³, caracteriza-se como ferramenta tecnológica inédita para a forma organizacional e funcional da rede. Ao permitir a comunicação de muitos com muitos e, assim, possibilitar a coordenação de ações, dá ensejo à formação de elos de informação que hoje proliferam em praticamente todos os domínios da sociedade.¹¹⁴ O mais importante, no entanto, é que ela atende igualmente a todos os setores, contendo potencialidades que viabilizam a consolidação de novas relações, as quais vão além das fronteiras do Estado e integram o mundo por meio de verdadeira teia eletrônica.

1.2.1.1 Novos fluxos transnacionais

Nessa conjuntura, os meios de produção e as atividades de comércio e consumo ultrapassaram fronteiras e globalizaram-se, conduzindo a transição para uma nova economia global.¹¹⁵ Não se

¹¹² Ver: DE FAZIO, Marcia C. Puydinger. *A sociedade civil global e a rede: resistência à globalização desde cima?* Ijuí: Ed. Unijuí, 2012. p. 20-24.; OLIVEIRA, Odete Maria de. *Teorias globais e suas revoluções: elementos e estruturas*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005. v. 1.

¹¹³ CASTELLS, Manuel. *A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p. 7.

¹¹⁴ “A influência das redes baseadas na Internet vai além do número de seus usuários: diz respeito também à qualidade do uso. Atividades econômicas, sociais, políticas, e culturais essenciais por todo o planeta estão sendo estruturadas pela Internet e em torno dela, como por outras redes de computadores. De fato, ser excluído dessas redes é sofrer uma das formas mais danosas de exclusão em nossa economia e em nossa cultura.” Ver: idem, p. 8.

¹¹⁵ De acordo com Odete Maria de Oliveira, “o fenômeno da globalização econômica em rede inaugurou singular processo global de interação entre economia informacional e cultura virtual, no qual o sistema complexo da rede constitui o fio condutor da produção, mercado, distribuição e consumo. Desse modo, o desenvolvimento do sistema rede nos últimos tempos tornou-se fator determinante nos processos de produção tanto de bens como de serviços.” Ver:

desconsidera aqui o exercício político de liberalização e desregulamentação econômica e financeira empreendido pelos governos dos Estados por intermédio da adoção de medidas de matriz neoliberal, fator esse igualmente responsável pelo livre trânsito de capitais, bens e serviços e pela movimentação produtiva. Mas, a rede tecnológica assume o papel de infovias nas quais os fluxos transitam, atuando como indispensável estrutura viabilizadora.

Castells indica que o movimento revolucionário decorrente dos avanços técnicos e científicos em torno das tecnologias da informação “originou-se e difundiu-se, não por acaso, em um período histórico de reestruturação global do capitalismo”¹¹⁶, constituindo-se, de um lado, ferramenta fundamental desse processo, e de outro, sendo constantemente moldado por ele. Consoante o autor, uma nova economia informacional, global e em rede “surtiu no último quartel do século XX porque a revolução da tecnologia da informação forneceu a base material indispensável para sua criação.”¹¹⁷ E, mesmo que em contextos anteriores a economia tenha apresentado perfil de interdependência mundial, apenas com a criação dessa base ela é capaz de funcionar em tempo real e escala planetária, tornando-se cada vez mais improvável pensar em unidades políticas autônomas representadas pela figura dos Estados-nação.¹¹⁸

É *informacional* porque a produtividade e a competitividade de unidades ou agentes nessa economia (sejam empresas, regiões ou nações) dependem basicamente de sua capacidade de

OLIVEIRA, Odete Maria de. *Teorias globais e suas revoluções*: impérios de poder e modos de produção. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005. v. 2. p. 203-204.

¹¹⁶ CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. Tradução Roneide Venâncio Majer, com a colaboração de Klauss Brandini Gerhardt. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008. v. 1. p. 50-51; 98-99.

¹¹⁷ Idem, p. 119.

¹¹⁸ “Uma economia global é algo diferente: é uma economia com capacidade de funcionar com uma unidade em tempo real, em escala planetária.” E, segundo Castells, “podemos afirmar que existe uma economia global, porque as economias de todo o mundo dependem do desempenho de seu núcleo globalizado. Esse núcleo globalizado contém os mercados financeiros, o comércio internacional, a produção transnacional e, até certo ponto, ciência e tecnologia, e mão-de-obra especializada. É por intermédio desses componentes estratégicos globalizados da economia que o sistema econômico se interliga globalmente.” Ver Idem, p. 142.

gerar, processar e aplicar de forma eficiente a informação baseada em conhecimentos. É *global* porque as principais atividades produtivas, o consumo e a circulação, assim como seus componentes (capital, trabalho, matéria-prima, administração, informação, tecnologia e mercados) estão organizados em escala global, diretamente ou mediante uma rede de conexões entre agentes econômicos. É *rede* porque, nas novas condições históricas, a produtividade é gerada, e a concorrência é feita em uma rede global de interação entre redes empresariais.¹¹⁹

Com fundamento nessa perspectiva, o novo padrão produtivo tem como regra primeira a descentralização. Redes transnacionais formam um modelo composto por grande número de integrantes localizados em vários e distintos locais, e conectados por recursos de comunicação e informação instantâneos.¹²⁰ Esse modelo corrobora a dinâmica de que cada vez menos *um* produto é produzido por *um* grupo de trabalhadores e pertencente a *um* empresário, sendo possível sustentar que a “globalização na esfera produtiva corresponde ao fenômeno da produção mundial de um bem para o qual muitas economias nacionais

¹¹⁹ “Uma economia global é algo diferente: é uma economia com capacidade de funcionar com uma unidade em tempo real, em escala planetária.” E, segundo Castells, “podemos afirmar que existe uma economia global, porque as economias de todo o mundo dependem do desempenho de seu núcleo globalizado. Esse núcleo globalizado contém os mercados financeiros, o comércio internacional, a produção transnacional e, até certo ponto, ciência e tecnologia, e mão-de-obra especializada. É por intermédio desses componentes estratégicos globalizados da economia que o sistema econômico se interliga globalmente.” Ver Idem, p. 119.

¹²⁰ Segundo palavras de Odete Maria de Oliveira: “A categoria transnacional, composta pelo prefixo *trans* e pela palavra *nacional*, traduz o sentido de atravessar, transpor, transcender, transgredir, ou seja, do que se encontra além. No caso do presente estudo implica fluxos que perpassam o Estado, acima e além de suas fronteiras, território, nacionalidade e interesses, transversalmente em redes e dimensão virtuais, configurando-se de modo muito mais amplo, intenso e diferenciador do que as relações *inter* (nacionais) ou *entre nações*, estabelecidas apenas entre unidades nacionais, como por exemplo, as interações entre um ator estatal com outro da mesma tipologia.” Ver: OLIVEIRA, Odete Maria de. Notas de introdução. In: OLIVEIRA, Odete Maria de (Org.). Relações Internacionais, direito e poder: o contraponto entre os atores estatais e não estatais. Ijuí: Ed. Unijuí, 2015. v. 2. p. 24.

contribuíram com diferentes aportes de insumos.”¹²¹ Esse padrão depende de uma combinação estratégica entre empresas de grande, médio e pequeno porte reunidas pelo objetivo de atingir finalidades e mercados específicos, e é responsável por criar também um novo modelo de comércio no qual os reais agentes fomentadores não são apenas os países, mas igualmente as empresas e redes de empresas.¹²²

Em razão disso, reconhece-se que a atividade comercial nunca esteve, como hoje, propriamente organizada em proporções globais com capacidade para percorrer todas as áreas do planeta.¹²³ Segundo Odete Maria de Oliveira, a soma de vários fatores contribuiu para esse acontecimento, entre eles as descobertas tecnológicas, o progresso técnico e o baixo custo da comunicação e dos meios de transportes, resultando em extraordinária mobilidade de bens e serviços direcionados a mercados de todos os continentes. Além disso, a adoção por parte das autoridades governamentais de políticas deliberadamente voltadas ao afastamento de barreiras que impeçam ou dificultem o comércio também constitui fato de grande relevância.¹²⁴ Nesse sentido, a

¹²¹ Ver: DANTAS, Marcos. Capitalismo na era das redes: trabalho, informação e valor no ciclo da comunicação produtiva. In: LASTRES, Helena M. M.; ALBAGLI, Sarita. *Informação e globalização na era do conhecimento*. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 222.; SANTOS, Ângela M. P. Globalização econômica e financeira na América Latina: a inserção das economias latino-americanas na nova ordem econômica. In: FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO (FUNAG). *Seminário Internacional globalização na América Latina: integração solidária*. Brasília, 1997. p. 61.

¹²² CASTELLS, Manuel. Op. cit., p. 156.

¹²³ É importante ressaltar que o fato de as relações comerciais possuírem essa capacidade não significa que ela, de fato, se realize. “Em verdade, não são todas as áreas do planeta que interessam à economia global. O mercado e o capital mostram-se seletivos quando se trata da geração de lucros e acumulação de riquezas [...]” Ver: DE FAZIO, Marcia C. Puydinger. Op. cit., p. 36. No mesmo sentido, Castells analisa: “[...] a economia global não abarca todos os processos econômicos do planeta, não abrange todos os territórios e não inclui todas as atividades das pessoas, embora afete direta ou indiretamente a vida de toda a humanidade. Embora seus efeitos alcancem todo o planeta, sua operação e estrutura reais dizem respeito só a segmentos de estruturas econômicas, países e regiões, em proporções que variam conforme a posição particular de um país ou região na divisão internacional do trabalho.” Ver: CASTELLS, Manuel. Op. cit., p. 173.

¹²⁴ OLIVEIRA, Odete Maria de. Relações comerciais globais e o império dos mercados mundiais. In: DAL RI JR., Arno; OLIVEIRA, Odete Maria de (Org.).

constituição da Organização Mundial do Comércio (OMC) representa a emergência de um notável marco regulatório.¹²⁵ Ela caracteriza-se como o principal aparato institucional de liberalização comercial, uma vez que foi criada para implementar e administrar um sistema multilateral de comércio pautado por regras que prescrevem a substancial redução de tarifas e outros obstáculos, e a eliminação de qualquer tratamento discriminatório nas relações entre os Estados.¹²⁶

O funcionamento globalizado dos meios de produção e comércio deu origem a um padrão de consumo igualmente global. Em verdade, garantir sempre novos e cada vez maiores mercados em todo o mundo faz parte do jogo da concorrência acirrada imperante nos dias atuais.¹²⁷ Certamente isso não significa o fim da geração de bens e serviços para o âmbito doméstico e tampouco das relações comerciais estabelecidas estritamente no marco territorial do Estado-nação, até porque nem todas as empresas atuam ou ambicionam atuar globalmente. Porém, não se pode esquivar da tendência de que “a meta estratégica das empresas, grandes e pequenas, é comercializar onde for possível em todo o mundo, tanto diretamente como através de suas conexões com redes que operam

Direito internacional econômico em expansão: desafios e dilemas. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003. p. 930.

¹²⁵ “[...] a abertura do comércio global foi impulsionada por inúmeros passos institucionais rumo a sua liberalização. Depois da conclusão com êxito da Rodada Uruguai do GATT pelo Acordo de Marrocos em 1994, que levou a uma redução significativa das tarifas no mundo inteiro, foi criada uma nova Organização Mundial do Comércio (OMC) para funcionar como cão de guarda da ordem comercial liberal e mediadora dos litígios comerciais entre os parceiros comerciais. Os acordos multilaterais patrocinados pela OMC criaram uma nova estrutura para o comércio internacional, promovendo a integração global. Em fins da década de 1990, por iniciativa do governo dos Estados Unidos, a OMC concentrou suas atividades na liberalização do comércio de serviços, e em chegar a um acordo acerca dos aspectos relacionados ao comércio de direitos de propriedade intelectual (TRIPS). Em ambos os campos, indicava a ligação estratégica entre o novo estágio da globalização e a economia informacional.” Ver: CASTELLS, Manuel. Op. cit., p. 155.

¹²⁶ Por intermédio de acordos multilaterais, densas redes de comércio integram globalmente os seus 161 Estados- membros. Consultar: WORLD TRADE ORGANIZATION. Understanding the WTO: Members and Observers. Disponível em: <<http://www.wto.org>>. Acesso em: 3 maio 2015.

¹²⁷ Ver mais sobre a produção, o comércio e o consumo dentro de uma lógica de redes, em CASTELLS, Manuel. *A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade.* Tradução Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p. 56-94.

no mercado mundial.”¹²⁸ A propensão é de que as funções produtivas e comerciais nacionais encontrem-se cada vez mais pautadas pelo domínio da competência global e do consumo globalizado, sujeitando dia a dia as economias internas às regras determinativas desse mercado.¹²⁹

Essas considerações mapeiam o cenário econômico atual como setor no qual a lógica de redes exerceu influência profunda, oportunizando a criação de fluxos transnacionais cujos efeitos reconfiguraram por completo esse campo da atuação humana. Uma análise mais detalhada sobre a relação entre essas transformações e a disciplina de Relações Internacionais será apresentada na sequência.

1.2.1.2 Relações Internacionais e rede: a formação de novos elementos de análise

O tema da revolução tecnológica e a decorrente configuração de redes são expostos com a finalidade de demonstrar que, na sociedade internacional contemporânea, se desenvolvem modelos relacionais que se caracterizam como inegáveis manifestações de poder, mesmo prescindindo da força bélica, e exigem, por isso, que um novo olhar oriente a interpretação dos fenômenos.¹³⁰ Enfatiza-se, neste momento, a participação dos referidos acontecimentos na construção da ideia norteadora de todo o capítulo, ou seja, a passagem da fase clássica para a contemporânea. As redes criaram instrumentos responsáveis pela reorganização das relações de poder, o que leva ao exame do seu papel interventor no campo das Relações Internacionais.

Na década de 70, as atividades econômicas passam a ocupar lugar de destaque, conformando as relações internacionais em algo mais do que estritas demonstrações de força e poderio bélico-militar. A sociedade internacional modifica-se, constituindo um espaço tão complexo e intrincado que, inexoravelmente, leva o realismo a perder parte de sua capacidade de análise, tornando-se insuficiente para explicar o novo conjunto relacional que se consolida. O surgimento do novo paradigma tecnológico – a rede – é, então, para o presente estudo,

¹²⁸ CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. Tradução Roneide Venâncio Majer, com a colaboração de Klauss Brandini Gerhardt. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008. v. 1. p. 156.

¹²⁹ OLIVEIRA, Odete Maria de. Op. cit., p. 931.

¹³⁰ No capítulo 2, a apresentação da lógica de redes será de fundamental importância para o entendimento da atuação recente dos movimentos sociais e de sua condição como objeto de estudo das Relações Internacionais.

o marco da transposição das Relações Internacionais clássicas para as Relações Internacionais contemporâneas. É com ele que se torna possível questionar a tradicional função atribuída ao Estado, evidenciando a vulnerabilidade das suas fronteiras perante a dinamicidade dos fluxos que, excedendo-as como se não existissem, conectam agentes individuais e coletivos para além do campo de ação e controle estatal.¹³¹

O físico e o territorial deixam de existir como referência, como ponto de partida e lugar das relações, pois muitas delas não dependem da sua concretude para gerar resultados, fundando-se num espaço fugidio, flexível e emaranhado – virtual – que liga inúmeros pontos a outros sem obedecer a uma ordem predeterminada. Nesse cenário, o conceito absoluto de soberania, até então predominante no estudo das relações internacionais, começa a se dissipar, ensejando uma compreensão multicêntrica dos fatos.

Num brevíssimo retorno a ideias já expostas como forma de melhor encadear os novos argumentos, recorda-se que o Estado realista é ator central e privilegiado do sistema internacional, na medida em que representa o primeiro modelo organizado de exercício do poder político e que o sistema de Estados constitui o único modo conhecido de organização do que ficou definido como o local da política externa.¹³² O seu papel, ao longo dos tempos, sempre esteve apoiado num conceito elementar, ou seja, o conceito de soberania. Pautado por ele o Estado estabeleceu-se como um monólito, peça única e inquebrantável, e essa percepção não apenas definiu como válido um só tipo de manifestação internacional, mas também impediu que se pensasse na existência de outros atores e exemplos de interação.

Evidentemente, a crença de que a política provém da figura estatal ou de que essa função lhe pertence com exclusividade, tanto interna quanto internacionalmente, não quer dizer que pressões variadas já não existissem e conformassem o próprio exercício do poder, elas somente não eram observadas como relevantes ou possuíam pouca

¹³¹ Sobre a sociedade internacional contemporânea, ver: BEDIN, Gilmar Antonio. *A sociedade internacional e o século XXI: em busca da construção de uma ordem mundial justa e solidária*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2001.

¹³² Para que não se cometa a imprudência de descartar processos históricos fundantes da realidade estudada, é importante lembrar que, no contexto pós-Tratado de Vestfália, o Estado caracterizou-se, de fato, como o ator por excelência de um novo sistema político que precisava ser não apenas construído, mas também consolidado.

utilidade no momento de se buscar compreender e explicar a conduta estatal. O importante a ter em mente é que o atributo da soberania criou uma espécie de muralha intransponível ao redor do Estado, consolidando a ideia de que ele detém o controle dos acontecimentos no interior das fronteiras e, por sua independência e não submissão, é capaz de evitar ou selecionar aqueles oriundos do ambiente internacional. Nesses termos, a sociedade doméstica encontra-se protegida, e os fatos advindos do meio externo passam pelo seu crivo sempre autônomo, imperante e vigilante.

No entanto, a revolução da tecnologia da informação provocou mudanças que, ao mesmo tempo, redefiniram o lugar do Estado e integraram à sociedade internacional um vasto conjunto de relações compostas por novos atores que, em essência, não possuem a soberania como adjetivo caracterizador. Novas formas de manifestação do poder consolidaram-se, elas fluem e modificam-se constantemente, não estão concentradas e endurecidas nas mãos do soberano, mas transitam dentro e para além das fronteiras, não se encontram corporificadas e não podem ser tocadas, mas são subentendidas e também sentidas no jogo das influências recíprocas.¹³³ É possível perceber a flexibilização dos conceitos de fronteira e soberania, com a consequente limitação da autonomia e vontade estatal. Ou, dito de outra maneira, ambas, autonomia e vontade estatal, são compostas por inúmeras e diferentes autonomias e vontades, não sendo desejável, caso exista a intenção de observar o cenário internacional em sua complexidade, pensar em tais conceitos de forma pura e isolada.¹³⁴

Em suma, visualiza-se um panorama formado por diversificados elos e conexões, que, por sua vez, conformam as mais variadas formas de interação num fluxo incessante de contatos que envolvem Estados, governos, instituições, indivíduos e grupos do mundo todo. O sistema internacional, largamente reestruturado, já não pode ser confundido com o sistema de Estados, sob pena de se perder parte relevante da realidade

¹³³ Ver inédito estudo sobre o poder elaborado na seguinte obra: OLSSON, Giovanni. *Poder político e sociedade internacional contemporânea: governança global com e sem governo e seus desafios e possibilidades*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

¹³⁴ Em complemento, ver o seguinte estudo: BRANDL, Kamila Soraia. *O fenômeno dos atores internacionais emergentes e a fragmentação estatal: a tendência paradigmática pós-internacional e o protagonismo dos governos não centrais*. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Direito. Universidade Federal de Santa Catarina. Dissertação de Mestrado, 2013. p. 91-93.

hoje manifesta, e as relações de natureza internacional passam a ser conhecidas como contidas no âmbito de uma sociedade humana e não em uma sociedade de Estados.

É diante da constatação de tão expressivas mudanças e buscando apreendê-las que o aporte teórico interdependentista volta-se para parcelas da realidade não reconhecidas pelo realismo. Essa teoria garante o lugar do Estado no cenário político internacional, porém abre-se para reconsiderar o controle absoluto que, por certo período, lhe foi creditado. E as relações internacionais, deixando de tê-lo como critério definidor, passaram a ser “analisadas a partir de um conjunto de processos e atores de caráter transnacional, uma vez que a globalização econômica e cultural submetia o Estado-nação a redes complexas de interconexões que o tornaria incapaz de gerir sozinho seu próprio destino.”¹³⁵

1.2.2 Desenhos da interdependência

A teoria da interdependência inaugura um novo momento analítico, pois apresenta uma visão distinta da política internacional. Na década de 70, mesmo quando a sociedade internacional ainda vivenciava os conflitos que sustentaram e legitimaram o predomínio do realismo, persistindo um cenário marcado por disputas, confrontos, corrida armamentista e intensas demonstrações dos avanços militares e nucleares, o olhar dos estudiosos já começava a se ampliar, voltando-se para outras facetas das relações firmadas naquele contexto bipolar e observando que variados fatores, além da força bélica, influenciavam na composição do jogo político.¹³⁶

O conhecido caso da crise do petróleo pode ser citado a título de ilustração dessas mudanças. Ele refere-se ao aumento excessivo do preço do petróleo, à significativa redução na sua produção e ao embargo

¹³⁵ SANTOS JR. Raimundo Batista dos. Diversificação das relações internacionais e teoria da interdependência. In: BEDIN, Gilmar Antônio [et al]. *Paradigma das relações internacionais: realismo, idealismo, dependência, interdependência*. 3. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011. p. 208.

¹³⁶ O tema da interdependência nas relações internacionais não é novo. Os autores liberais do início do século XX já trabalhavam com esse conceito, apoiados na percepção de que o livre comércio desempenha um papel importante na promoção da paz entre as nações, considerando a realidade do comércio internacional que ultrapassava fronteiras nacionais e interligava economias. Ver: MESSARI, Nizar; NOGUEIRA, João Pontes. Op. cit., p. 62-63, 80.

praticado nas exportações ao Ocidente e, em grande proporção, aos Estados Unidos. Referidas medidas foram implementadas unilateralmente pelos membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e foram responsáveis por gerar uma grave crise energética entre os países consumidores, que se viram impossibilitados de reverter-la em curto prazo e de utilizar o tão reverenciado poder da força para tanto, mostrando como essa pode ser uma ferramenta pouco efetiva perante a vulnerabilidade a que estão sujeitos os Estados num meio interdependente.¹³⁷

De acordo com Robert Keohane e Joseph Nye, criadores da concepção interdependentista, o realismo contribui de modo muito parcial para a compreensão dos novos caminhos da política internacional, não centrados nos temas militares, de segurança nacional e equilíbrio do poder. “O poder das nações – aquela secular pedra basal de analistas e estadistas – tem se tornado mais esquivo: ‘os cálculos são mais difíceis e enganosos do que em outras épocas’.”¹³⁸ O mundo vivencia tempos de interdependência econômica e tecnológica, e mudanças profundas deixam claro que “os velhos modelos internacionais estão desmoronando; os velhos slogans carecem de sentido; as velhas soluções são inúteis.”¹³⁹ Mas, ao descortinar uma cena tão complexa, abrangente e até então pouco estudada porque vista como irrelevante, essa teoria não se rende à fluidez e inconstância do momento e, de forma coerente, observa tratar-se de uma época marcada por transformações e também por continuidades. Assim, é conveniente que o desenvolvimento desse tópico e a apresentação dos desenhos da interdependência sejam norteados pela explanação de alguns elementos teórico-analíticos, que demonstram o percurso das ideias propostas e oferecem os aspectos de utilidade e pertinência de sua análise ao estudo ora realizado.

Keohane e Nye dedicam-se a encontrar um meio termo ou um ponto de equilíbrio entre as concepções tradicionalistas, fundadas no ideário estatocêntrico, territorial e belicista, e outras mais modernas, que preconizam o fim do Estado diante do crescimento dos intercâmbios

¹³⁷ SANTOS JR. Raimundo Batista dos. Op. cit., p. 210-211. Para informações históricas mais detalhadas sobre esse momento de crise econômica mundial, ver: HOBBSAWM, Eric. Op. cit., p. 223 e ss.

¹³⁸ KEOHANE, Robert O; NYE, Joseph S. *Poder e interdependência: la política mundial en transición*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1988. p. 15.

¹³⁹ Idem, ibidem.

econômicos e sociais, e a intensidade dos fluxos proporcionada pelos novos instrumentos tecnológicos. Procuram refinar e harmonizar as parcelas de sabedoria existentes em ambos os posicionamentos, conjugando ferramentas intelectuais para melhor compreender as relações internacionais.¹⁴⁰ Da realização desse trabalho resultam dois efeitos que concedem abrangência e aplicabilidade à construção empreendida pelos autores.

O primeiro refere-se ao não descarte do realismo como modelo apto a retratar parcelas da realidade. É manifesto o entendimento acerca da parcialidade e inadequação de seus pressupostos que, sozinhos, não são capazes de interpretar satisfatoriamente as múltiplas facetas do cenário atual. Seus elementos constitutivos – os Estados como unidades coerentes e atores dominantes, a força como meio utilizável e eficaz, o domínio militar como mecanismo predominante de poder, a hierarquia de temas e a clara separação entre as políticas interna e externa –, do mesmo modo, instituem fundamentos inapropriados para o exame da sociedade internacional contemporânea.¹⁴¹

Cada uma das suposições realistas pode ser refutada. Se se faz uma refutação global, podemos imaginar um mundo em que outros atores além dos Estados participem ativamente na política mundial, em que não exista uma clara hierarquia de questões e em que a força seja um ineficaz instrumento de política. Sob essas condições – que denominamos como as características da interdependência complexa – se pode esperar que a política mundial seja muito diferente do que é sob as condições realistas.¹⁴²

¹⁴⁰ “Nem os modernistas nem os tradicionalistas dispõem de uma adequada estrutura para a compreensão da política da interdependência global. Os modernistas assinalam corretamente as mudanças fundamentais que estão ocorrendo, porém com frequência supõem, sem uma análise suficiente, que os avanços tecnológicos e o aumento dos intercâmbios sociais e econômicos levarão a um novo mundo em que o Estado – e seu controle da força – já não haverá de ser importante. Os tradicionalistas são viciados em mostrar os defeitos da perspectiva modernista insistindo na perduração da interdependência militar [...]” Ver: *idem*, p. 16.

¹⁴¹ *Idem*, p. 39-40.

¹⁴² *Idem*, p. 40.

No entanto, essa conclusão não impede que Keohane e Nye defendam, contrariamente ao pressuposto liberal praticado na moldagem da ordem mundial no pós-Primeira Guerra¹⁴³, que a categoria poder não deve ser negligenciada e, para além disso, assume a qualidade de um elemento inequivocamente presente no âmbito das relações. Ocorre, todavia, que a concepção interdependentista afasta-se daquela visão restrita e fechada proposta pelo realismo. O poder possui outras nuances e tem se apresentado mais fluido, complexo e escorregadio – manifesta-se na rede e pela rede –, sendo necessário incorporar à análise das relações as mudanças nas formas pelas quais ele é exercido. Assim, pode-se afirmar que os autores ultrapassam a noção de poder como um jogo de soma zero¹⁴⁴, cujo fator material primeiro é o poderio estratégico-militar de cada Estado.¹⁴⁵

É precipitado, então, associar as transformações ocorridas na década de 70 com alterações na própria natureza das relações internacionais, ou seja, a permanente busca pelo poder. Considerando que a sociedade internacional não se tornou, repentinamente, um espaço neutro e pacífico, “[...] devemos ser prudentes ante a perspectiva de que a ascendente interdependência estaria criando um novo mundo feliz de cooperação que substituiria o velho e deficiente mundo dos conflitos internacionais.”¹⁴⁶ Em síntese, as disputas por influência e poder apenas alargaram seus traços, propagando-se para diferentes âmbitos relacionais entre atores estatais e não estatais, e destes entre si.¹⁴⁷

¹⁴³ Consultar o item 1.1.1 *Desenhos do liberalismo*.

¹⁴⁴ O jogo de soma zero reflete a ideia de que, num cenário anárquico, a segurança de cada Estado somente pode ser garantida em face da falta de segurança dos demais, ou, as vantagens de um implica as perdas do outro. Todavia, Messari e Nogueira esclarecem que dentro do realismo existem vozes dissonantes dessa posição dominante. Ver: MESSARI, Nizar; NOGUEIRA, João Pontes. Op. cit., p. 26-27.

¹⁴⁵ KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. Op. cit., p. 25.

¹⁴⁶ Idem, p. 24.

¹⁴⁷ É oportuna a explanação de Marcel Merle sobre o processo de identificação do objeto a ser estudado na disciplina de Relações Internacionais. Reconhecendo a não existência de um poder centralizado no âmbito da sociedade internacional, o autor aponta que há nessa mesma sociedade fenômenos de poder, “seja nas relações entre coletividades públicas, seja nas relações entre os detentores do poder político (os governantes dos Estados) e os detentores do poder econômico (por exemplo, os dirigentes das firmas multinacionais).” Assim sendo, “uma ciência do poder deve, portanto, abranger o estudo destas relações.” A opinião de Merle funda-se na compreensão de que

Raimundo Júnior esclarece que a teoria da interdependência percebe a orientação da política mundial a partir dos recursos de poder, conceito esse essencial a qualquer análise. No entanto, “isso não significa compartilhar da concepção tradicional, que defende que as demais formas de poder e os negócios mundiais estão subordinados ao poder militar.”¹⁴⁸ Percebe-se que não se trata de rejeitar a utilidade do realismo político e tampouco de ignorar a manutenção dos conflitos, os quais não apenas mantêm-se como podem ser sanados por meio da agressão armada, mas sim de reforçar a noção de que os temas inerentes à alta política não mais predominam.

Não estamos sugerindo que os conflitos internacionais desaparecem quando prevalece a interdependência. Pelo contrário, eles podem adquirir novas formas e inclusive podem incrementar-se. Porém, as aproximações tradicionais para a compreensão dos conflitos na política mundial não explicam com suficiente clareza o conflito da interdependência. A aplicação de um conceito e de uma retórica equivocados conduz a uma análise errônea e a uma má política.¹⁴⁹

Essa conciliação de perspectivas, que se apropria da estrutura realista naquilo que é pertinente ao contexto contemporâneo e recupera elementos liberais que ocupam um espaço propício ao oferecimento de respostas à conjuntura atual, constitui, para Messari e Nogueira, o mérito da abordagem interdependentista, porque associa “a preocupação central com a dimensão do poder, dominante na teoria de RI, a uma ideia bastante tradicional da tradição liberal, a interdependência.”¹⁵⁰ Os autores entendem que tal manobra proporcionou maior aceitação ao conceito de interdependência que, “assim como as demais ideias liberais, era criticado por se basear em pressupostos pouco realistas

etimologicamente a palavra *internacional* significa *entre nações*, de modo que seu uso deve fazer referência, não unicamente às relações inter-estatais ou inter-governamentais, mas também às muitas e diversificadas interações, conexões e fluxos que se dão *entre nações*, quer dizer, entre grupos de distintas nacionalidades. Ver: MERLE, Marcel. Op. cit., p. 5 e 7.

¹⁴⁸ SANTOS JR. Raimundo Batista. Op. cit., p. 210.

¹⁴⁹ KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. Op. cit., p. 22.

¹⁵⁰ MESSARI, Nizar; NOGUEIRA, João Pontes. Op. cit., p. 86.

acerca dos interesses dos Estados no aumento do bem-estar por meio da intensificação das trocas internacionais.”¹⁵¹

Salienta-se, a título de esclarecimento, que essa aproximação de algumas partes da abordagem realista não inclui Keohane e Nye no rol de estudiosos neorrealistas.¹⁵² Raimundo Júnior pondera que eles “desenvolvem uma linha de trabalho que transpõe a rigidez analítica desta corrente teórica e dos realistas em geral, à medida que defendem que as estruturas não são imutáveis, porquanto, de fato, penetradas e influenciadas por agentes individuais e por instituições sociais com força para modificarem suas bases.”¹⁵³

Referida proximidade dá ensejo à apresentação do segundo efeito anteriormente citado, que concede abrangência e aplicabilidade à elaboração teórica realizada pelos autores. Esse efeito decorre da presença de objetivos conciliadores e referentes ao entendimento de que diferentes modelos analíticos precisam conjugar-se num todo explicativo das relações internacionais.

A política mundial contemporânea não é uma tela sem costuras; é um tapete confeccionado com diversas relações. Em um mundo assim, um só modelo não pode explicar todas as situações. O segredo para chegar à compreensão reside em saber qual enfoque – ou combinação de enfoques – deve empregar-se para analisar cada situação. Nunca haverá nada que substitua a análise cuidadosa das situações reais.¹⁵⁴

À semelhança do realismo, a teoria da interdependência procura tornar a realidade inteligível, mas com o diferencial de constatar de imediato que seus pressupostos constitutivos não refletem nem

¹⁵¹ MESSARI, Nizar; NOGUEIRA, João Pontes. Op. cit., p. 86.

¹⁵² Segundo David J. Sarquís, citado por Raimundo Júnior, “a análise estrutural das relações internacionais encetada pelos neorrealistas não ultrapassou os limites do realismo clássico porque, no conjunto, as variáveis fundamentais privilegiam um esquema analítico que, em vez de desenvolver uma explicação genuinamente científica, inventa uma realidade ou a justifica ideologicamente [...]. Como efeito, a análise neorrealista explica certos fenômenos históricos das relações internacionais, mas não dá conta de uma realidade marcada por rápidas transformações, como as que ocorrem a partir da década de 70 do século 20.” Ver: SANTOS JR. Raimundo Batista. Op. cit., p. 217.

¹⁵³ Idem, p. 218.

¹⁵⁴ KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. Op. cit., p. 16- 17.

poderiam refletir fielmente as múltiplas facetas da política internacional. Ela incorpora ao campo das Relações Internacionais observações sobre integração econômica, fluxos transnacionais e o papel desempenhado pelas instituições, mostrando-se mais apta e adequada para interpretar essas interações. No entanto, permanece aberta para verificar que “os fenômenos políticos transitam entre uma e outra teoria” e “existem, de fato, momentos em que os pressupostos realistas serão mais precisos.”¹⁵⁵ Raimundo Júnior complementa que a análise interdependentista não surge para descartar as demais explicações, mas aparece “como um instrumento teórico que procura encontrar respostas mais convincentes para a política mundial em um cenário de rápidas transformações”.¹⁵⁶

[...] não sustentaremos que a interdependência complexa reflete fielmente a realidade política mundial. Pelo contrário, tanto ela como a representação realista são tipos ideais. Muitas situações cairão em algum lugar situado entre ambos os extremos. Às vezes as suposições realistas serão mais precisas, e até muito precisas, porém com frequência a interdependência complexa proporcionará um melhor retrato da realidade. Antes de decidir que modelo explicativo se vai aplicar a uma situação ou problema, se necessita entender o grau em que as suposições realistas ou da interdependência complexa correspondem à situação.¹⁵⁷

Diante da natureza plural e mutável das relações internacionais contemporâneas, manifestas num cenário dinâmico em que aspectos históricos, econômicos, políticos, sociais e culturais atuam concomitantemente para a conformação dos fatos e resultados, talvez se mostre necessário buscar a aceitação de que distintas abordagens teóricas são imprescindíveis para a sua compreensão, no lugar de pretender alcançar o que seria um modelo único, singular e mais apropriado.

¹⁵⁵ SANTOS JR. Raimundo Batista. Op. cit., p. 218.

¹⁵⁶ Idem, p. 209.

¹⁵⁷ KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. Op. cit., p. 40.

1.2.2.1 Conceito de interdependência

Keohane e Nye afirmam que “*interdependência*, em sua definição mais simples, significa dependência *mútua*.”¹⁵⁸ Contudo, em política mundial “interdependência refere-se a situações caracterizadas por efeitos recíprocos entre países ou entre atores em diferentes países.”¹⁵⁹ Esses efeitos resultam de intercâmbios internacionais ou fluxos que ultrapassam as fronteiras e são determinados pelas limitações ou ganhos gerados aos atores envolvidos.¹⁶⁰ São essas variáveis, quer dizer, a existência de custos ou benefícios significativos, que traçam a criação ou não de uma situação de interdependência, haja vista que sem elas os intercâmbios são meras interconexões.¹⁶¹

Os custos, mais do que os benefícios, sempre estarão presentes, pois a condição de interdependência reduz a autonomia dos Estados. Mas, não é possível determinar de imediato quais serão as perdas e as vantagens de uma relação e tampouco definir se uma sobrepor-se-á à outra, já que tais respostas dependerão “[...] tanto dos valores que animam os atores como da natureza da relação.”¹⁶²

Deve-se observar que o termo não tem seu significado limitado por um estado de proveito mútuo, porque isso “suporia que o conceito só é útil analiticamente onde prevalece a perspectiva modernista do mundo: isto é, onde as ameaças de intervenção militar são escassas e os níveis de conflito são baixos.”¹⁶³ Assim, “é importante estar atento contra a suposição de que as medidas que incrementam os ganhos conjuntos, de algum modo conseguirão extinguir os conflitos distributivos.”¹⁶⁴ E, por fim, é ainda fundamental compreender que não há uma noção de equilíbrio associada aos efeitos gerados para as partes envolvidas num intercâmbio, que podem ser dois ou mais atores. Desse

¹⁵⁸ KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. Op. cit., p. 22.

¹⁵⁹ Idem, *ibidem*.

¹⁶⁰ Note-se que os Estados inserem-se num cenário em que suas economias e sociedades veem-se atingidas, “em maior ou menor medida, por efeitos de acontecimentos ocorridos fora de suas fronteiras e decididos por outros governos ou pessoas.” Ver: MESSARI, Nizar; NOGUEIRA, João Pontes. Op. cit., p. 82.

¹⁶¹ KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. Op. cit., p. 22-23.

¹⁶² Idem, p. 23.

¹⁶³ Idem, *ibidem*.

¹⁶⁴ Idem, p. 24. Keohane e Nye concluem que “como o sabe qualquer pai com filhos pequenos, fazer um pastel maior não é o suficiente para terminar com as disputas sobre o tamanho das porções.” Ver: idem, *ibidem*.

modo, “também devemos ser cuidadosos de não definir a interdependência completamente em termos de situações de dependência mútua *equilibrada*”¹⁶⁵, pois são as assimetrias relacionais que proporcionarão ocasiões de exercício de influência e barganha aos atores, sendo aqueles menos dependentes os que melhor podem usar a condição de interdependência assimétrica como recurso de poder.¹⁶⁶

1.2.2.2 O poder na interdependência

Visto que a interdependência não é, por si só, um fenômeno neutro ou benigno e pode ser uma fonte de conflitos, “é preciso considerar as assimetrias em cada área específica de negociação.”¹⁶⁷ O exercício do poder não se manifesta como um conjunto ou totalidade, quer dizer, não assume a perspectiva realista que acreditava no predomínio do poder militar e no consequente resultado de que os Estados que o detinham seriam capazes de dominar a condução dos demais assuntos internacionais.

Como não devemos mais medir o poder de maneira agregada, a análise de uma determinada situação dependerá de como as assimetrias estão distribuídas. Podemos, certamente, diferenciar países poderosos de países menos poderosos, mas isso é menos relevante do que observar o quadro separando aquelas áreas mais importantes do relacionamento entre eles e medir as diferenças de poder em cada uma.¹⁶⁸

Keohane e Nye conceituam o poder como a capacidade para controlar recursos e o potencial para afetar resultados. A princípio, um ator menos dependente apresentaria maiores possibilidades de controle por encontrar-se menos suscetível a eventuais mudanças na relação, porém, num meio interdependente nada garante que essa capacidade inicial sobre os recursos levará à mesma influência real sobre os

¹⁶⁵ KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. Op. cit., p. 24. Keohane e Nye concluem que “como o sabe qualquer pai com filhos pequenos, fazer um pastel maior não é o suficiente para terminar com as disputas sobre o tamanho das porções.” Ver: idem, ibidem.

¹⁶⁶ Idem, p. 24-25.

¹⁶⁷ MESSARI, Nizar; NOGUEIRA, João Pontes. Op. cit., p. 84.

¹⁶⁸ Idem, ibidem.

resultados.¹⁶⁹ Em verdade, “raramente se produz uma relação de *um a um* entre o poder medido mediante qualquer tipo de recurso e o poder medido pelos efeitos sobre os resultados.”¹⁷⁰

Duas dimensões de análise explicam essa manifestação do poder: sensibilidade e vulnerabilidade. A sensibilidade implica graus de resposta dentro de uma estrutura estatal e pode ter natureza social, política ou econômica, sendo representada pelos custos impostos a um governo ou sociedade desde fora em virtude de alterações relacionais. A origem e a grandeza desses custos podem provocar mudanças e ajustes internos, e é exatamente a demora ou dificuldade para colocar em prática ações que os neutralizem, ou ao menos os reduzam, a medida do grau de sensibilidade de um ator.¹⁷¹ A vulnerabilidade, por sua vez, constitui-se a partir da maior dependência e desvantagem a que se encontra submetido determinado ator, o qual “continua experimentando custos impostos por acontecimentos externos mesmo depois de ter modificado suas políticas.”¹⁷² Verifica-se que, por apresentar-se mais grave e onerosa, a vulnerabilidade acentua as assimetrias nas negociações, e, por isso, ela será mais importante do que a sensibilidade para proporcionar recursos de poder aos atores.¹⁷³

Essa compreensão ampliada transfere as noções de conflito e exercício do poder para diferentes setores que, por sua vez, constituem novos campos de embate entre os atores internacionais. Como consequência, a manipulação das vantagens e desvantagens, dos custos e benefícios manifesta-se nos domínios militar, comercial, produtivo, de investimentos, de desenvolvimento e transferência de tecnologias, dos

¹⁶⁹ Segundo Raimundo Júnior, “em geral, em política externa, sujeitos com capacidades iguais ou diferentes não definem os resultados de uma negociação levando em conta apenas as suas capacidades intrínsecas. Barganha e chantagem são variáveis capazes de transformar potencial em efeito concreto. Assim, a interdependência desenvolve teias de interações que tornam as questões internacionais mais complexas, sem hierarquia entre ‘alta política’ (questões estratégico-militares) e ‘baixa política’ (questões econômicas, sociais e culturais), como defendiam os teóricos da escola realista.” Ver: SANTOS JR. Raimundo Batista. Op. cit., p. 211.

¹⁷⁰ KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. Op. cit., p. 26.

¹⁷¹ Idem, ibidem.

¹⁷² Idem, p. 28.

¹⁷³ Idem, p. 30.

temas ambientais, dos direitos sociais e humanos, dentre outros assuntos que permeiam as relações internacionais contemporâneas.¹⁷⁴

1.2.2.3 Pressupostos da interdependência

A teoria da interdependência identifica os processos transnacionais que passaram a alterar o caráter do sistema internacional – não restrito a um sistema de Estados – e percebe que as variações domésticas devem ser integradas ao estudo da política exterior, visualizando a sociedade internacional e as relações que nela se manifestam segundo distintas e flexíveis formas de interação que ocorrem em diversos níveis e com natureza temática variada.¹⁷⁵ Nesse sentido, ela capta e incorpora à sua análise os resultados da revolução informacional, os quais descrevem um padrão transformatório pautado por fluxos dinâmicos e em rede.¹⁷⁶

Essa maneira de apreender a realidade apoia-se em três pressupostos, responsáveis por construir uma concepção alargada das relações internacionais, sendo eles: a existência de canais múltiplos, a ausência de hierarquia entre assuntos e a não proeminência da força.

O primeiro apoia-se na ideia de que canais múltiplos conectam as sociedades, e isso significa trazer para o âmbito da sociedade internacional um conjunto muito abrangente de relações, indo além dos canais interestatais e constatando que outros, transgovernamentais – “aparecem quando se flexibiliza a suposição realista de que os Estados atuam coerentemente como unidades”¹⁷⁷ – e transnacionais – “surtem

¹⁷⁴ OLSSON, Giovanni. *Relações internacionais e seus atores na era da globalização*. Curitiba: Juruá, 2009. p. 70.

¹⁷⁵ Keohane e Nye consideram que existe hoje inequívoca “tendência geral a diversas formas de interconexão humana por cima das fronteiras nacionais” e, concomitantemente, “a política exterior e a política interna estão se tornando cada vez mais difíceis de desemaranhar.” Vimos, anteriormente, que as noções de custo, sensibilidade e vulnerabilidade, trazidas pelos autores em sua obra, são tanto essenciais para que essas formas de interconexão se traduzam em relações de interdependência, como exprimem o tão evidente enredamento entre aspectos do doméstico e do internacional. Ver: KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. *Op. cit.*, p. 10 e 22.

¹⁷⁶ Ver item 1.2.1 Desenhos das tecnologias informacionais.

¹⁷⁷ “O advento das relações transgovernamentais leva burocratas de países diferentes a interagir diretamente uns com os outros nos mais diferentes canais. Intrínseco à formação de complexos meios de interdependência internacional está o intuito de identificar, solucionar e resolver problemas – terrorismo,

quando se flexibiliza a suposição realista de que os Estados são as únicas unidades”¹⁷⁸ – também se estabelecem. Referido agrupamento relacional abarca interações incessantes e influentes na designação dos caminhos da política externa, logo, cria-se um cenário no qual o Estado encontra-se destituído da coesão interna e da unicidade que lhe foi creditada, compartilhando espaços, papéis e funções com os demais atores.

Além disso, a multiplicidade de canais de contato retira definitivamente o foco do ator estatal como primeiro realizador das relações internacionais e direciona-o, também, aos atores não estatais.¹⁷⁹ Associada a essa pluralidade de atores está a grande variação de matérias que, nos dias atuais, compõe a agenda internacional. Nela continuam presentes as questões tradicionais, a exemplo da segurança nacional e militar e do uso da força armada, mas foram acrescentados os recentes temas econômicos, financeiros, comerciais, tecnológicos, aqueles relacionados ao meio ambiente, cultura, direitos humanos, aos cidadãos e seus direitos sociais e à prática do terrorismo. Antes pertencentes ao espaço doméstico e abordados como área exclusiva dos respectivos governos, tais assuntos passam a incitar desafios coletivos na esfera internacional. Dentre eles, qual é o mais importante?

Essa indagação conduz à exposição do segundo pressuposto, pautado pela noção de que a agenda internacional já não se submete às questões militares e à clássica separação entre a política interna e a política de segurança do Estado-nação. Keohane e Nye observam que, contemporaneamente, as ações dos governos, mesmo aquelas voltadas a atender a demandas e interesses puramente nacionais, tropeçam em acordos globais estabelecidos no âmbito de organizações como o Fundo

tráfico de droga, crime organizado, setor financeiro, questões ambientais, lavagem de dinheiro, desenvolvimento de pesquisa científico-tecnológica, crises financeiras, etc.” O autor explica, além disso, que “a constituição de redes burocráticas entre instâncias governamentais, com o escopo de prever e solucionar problemas, desenvolve aptidões reguladoras entre os Estados envolvidos, capazes de formar princípios de convivência entre os participantes para além da anarquia sistêmica defendida pelos realistas.” Ver: SANTOS JR. Raimundo Batista. Op. cit., p. 219-220.

¹⁷⁸ “[...] uma relação transnacional compreende que os Estados não são os únicos atores significantes em política mundial. Bancos, corporações empresariais, ONGs, entre outras, são instâncias que, atualmente, assim como a unidade estatal ou seus componentes funcionais, a alteram significativamente.” Ver: idem, p. 219.

¹⁷⁹ KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. Op. cit., p. 41.

Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio (OMC), a União Europeia e Organização dos Países para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Pode ser que, ao dominarem a formação estrutural e os objetivos dessas instituições, os países desenvolvidos apresentem condições de minimizar o impacto de suas influências, conduzindo suas políticas externas de modo mais próximo às próprias conveniências. Contudo, a mesma situação pode não acontecer com os países pobres e não desenvolvidos, que muitas vezes têm seu aparato legal e institucional fortemente moldado por decisões pouco democráticas, no sentido de que não representam a vontade dos cidadãos.¹⁸⁰ Num contexto marcado por fronteiras borradas, parece cada vez mais difícil pensar em temas exclusivos, compartimentados.¹⁸¹ “Os diferentes atores podem estar atuando simultaneamente dentro e fora dos países, gerando processos transnacionais difíceis de classificar de acordo com a divisão interno/externo.”¹⁸²

O terceiro pressuposto da interdependência consiste na percepção de que a força não é o principal instrumento da política internacional, estando diretamente relacionado com as considerações expostas, na medida em que os canais múltiplos de contato e os novos arranjos de poder são responsáveis por produzir uma agenda variável que fragmenta as rígidas noções de hierarquia temática e diminui enfaticamente o papel desempenhado pelo aparato militar. Embora a força ainda cumpra inegável função intimidadora, é necessário reconhecer que, em muitos outros casos, ela é absolutamente irrelevante e até mesmo meio

¹⁸⁰ KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. Op. cit., p. 43.

¹⁸¹ Sobre essa questão, Marcel Merle expõe: “Se é evidente que não se pode, por razões pedagógicas, pensar num tratamento simultâneo de todos os fenômenos, é preciso insistir sobre os inconvenientes de qualquer dicotomia por demais acentuada. A ciência política não pode – como não o podem o direito ou a economia ou a sociologia – deter-se aquém ou além de suas fronteiras. Qualquer ciência que se reduzisse ao estudo dos fenômenos políticos internos seria ao mesmo tempo truncada e desfigurada; qualquer ação que quisesse analisar os fenômenos internacionais sem levar em conta seus alicerces ou seus prolongamentos internos também seria falseada.” Ainda segundo o autor, “a mesma constatação impõe-se a partir da experiência cotidiana: basta abrir um jornal para perceber a estreita imbricação dos problemas de política ‘interior’ e de política ‘exterior’.” Ver: MERLE, Marcel. Op. cit., p. 8-9.

¹⁸² MESSARI, Nizar; NOGUEIRA, João Pontes. Op. cit., p. 85.

inapropriado para o alcance de certas metas e propósitos, como o bem-estar econômico e ecológico, ou as garantias sociais.¹⁸³

É interessante ressaltar que Keohane e Nye ponderam sobre o não predomínio da força na solução dos conflitos internacionais, porém não são críticos da sua utilização quando necessário. Os autores expõem que o poder latente resultante do poderio bélico pode ser útil e até mesmo a simples ameaça de utilizá-lo pode representar um eficaz instrumento de barganha política. Nessas situações, “as suposições realistas tornariam a ser um guia confiável para interpretar os acontecimentos.”¹⁸⁴ O que está em jogo, por fim, é que a força deixou de ser uma garantia de poder no âmbito das relações internacionais, haja vista existirem outros fatores a serem examinados no processo de interação entre os atores, como por exemplo, as assimetrias, vulnerabilidades e sensibilidades envolvidas.¹⁸⁵

¹⁸³ KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. Op. cit., p. 44.

¹⁸⁴ Idem, ibidem.

¹⁸⁵ Essas observações evidenciam como os autores mantêm traços realistas na análise e compreensão dos fatos, especialmente quando se trata de questões relacionadas à política externa norte-americana e da relação entre países desenvolvidos e não desenvolvidos. O trecho a seguir retrata muito bem suas visões acerca do uso da força, mostrando uma postura realista quando assim se faz necessário. A questão central consiste em responder à indagação: quem decide quando ela é necessária? Assim, se de um lado a postura dos autores serve para exibir prudência e cautela na análise dos fatos, jamais desconsiderando o poder das armas e, mais do que isso, tendo claro que um único modelo teórico-analítico não é capaz de explicar todas as situações e a teoria da interdependência não esgota as possibilidades de análise; de outro, serve para tornar evidente sua postura belicista e realista quando o que está em jogo são os interesses dos países desenvolvidos e, especificamente, dos Estados Unidos, justificando intervenções militares em outros países: “Nas relações Norte-Sul, nas relações entre países de terceiro mundo, assim como nas relações Leste-Oeste, a força, com frequência, resulta importante. O poder militar contribuiu para que a União Soviética dominasse econômica e politicamente a Europa Oriental. A ameaça de uma intervenção militar norte-americana, aberta ou encoberta, tem contribuído para limitar as mudanças revolucionárias no Caribe, especialmente na Guatemala em 1954 e na República Dominicana em 1965. Em janeiro de 1975, o Secretário de Estado Henry Kissinger expressou uma velada advertência aos integrantes da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) de que os Estados Unidos poderiam empregar a força contra eles ‘se se produzisse um real estrangulamento do mundo industrializado’. No entanto, ainda nessas situações realmente conflitivas, a apelação à força parece menos provável que na maior parte das situações similares ocorridas no século anteriormente a 1945.” Ver: idem, p. 45-46.

1.2.3 A rede e a interdependência como bases de análise

Expostos os desenhos da revolução informacional e da interdependência, passa-se a esclarecer sobre suas potencialidades e justificar as razões pelas quais ambas as abordagens são utilizadas como base de análise das relações internacionais contemporâneas.

Em primeiro lugar, o aporte teórico elaborado por Robert Keohane e Joseph Nye alcança o entendimento de que diferentes modelos devem conjugar-se num todo interpretativo da política internacional. Desse modo, não há a presunção de que o olhar interdependentista assuma um caráter totalizante, esgotando a compreensão das diversificadas facetas relacionais e sendo, por isso, indicado como o mais adequado. Num interessante processo de autocrítica e reconhecimento das próprias limitações analíticas, essa formulação expõe que, à semelhança das demais, sua capacidade de tradução alcança somente parcelas do real, tendo em vista a inevitável seleção e ordenação de dados que sempre compõem o objeto a ser interpretado e explicado.¹⁸⁶

Verifica-se, então, que num espaço multicêntrico, moldado como um mosaico de peças ajustadas, interpretar as relações internacionais contemporâneas envolve não somente ir além da concepção realista-estatocêntrica, mas abrir-se para o entendimento de que nenhum modelo, tomado de maneira isolada, reflete fielmente as atuações políticas dos atores em toda a sua complexidade. Não raro, no âmbito das Relações Internacionais, o trajeto teórico assume caráter evolutivo, no sentido de que a emergência do novo ocupa o lugar antes reservado ao antigo. Este, que perdeu seu poder explicativo por mostrar-se incapaz de perceber os novos elementos relacionais, vê-se suplantado, e aquele, que oferece respostas mais satisfatórias à realidade fenomenológica, consolida-se. Nesse processo, a interpretação e a apreensão dos fatos aprimorar-se-iam, numa marcha ao mesmo tempo excludente e inclusiva, mas que, observando-se atentamente, não deixa em momento algum de ser cíclica.

Diante das particularidades do objeto de estudo da disciplina, é apropriado pensar, como preveem Keohane e Nye, numa conjunção analítica, ou seja, na coexistência de teorias, de modo que todas permanecem úteis e capazes de retratar parcelas da realidade. Juntas, elas formam um corpo responsável por oferecer diferentes imagens de

¹⁸⁶ Ver: BRAILLARD, Philippe. Op. cit., p. 11-12.

mundo, que, longe de se sobreporem ou se excluírem, compõem um todo explicativo das variadas facetas das relações internacionais. Portanto, não há que se falar em descarte de modelos, mesmo que num dado contexto seus pressupostos pouco esclareçam sobre as ações e interações dos atores, mas no seu acúmulo, sendo cada um deles formado por elementos responsáveis por ampliar o campo de visão e percepção do estudioso. De outra forma, a busca pelo modelo mais adequado implica um exercício incansável, improdutivo e sempre insuficiente perante o caráter dinâmico das relações e de suas consequentes transformações.

Detendo-se no âmbito das Relações Internacionais, é interessante observar que, na verdade, diferentes abordagens já convivem. Essa convivência não impõe opções ideológicas compatíveis e é exatamente por serem capazes de lançar um olhar sobre as distintas facetas das relações e da sociedade internacional que as teorias devem diferir enfaticamente entre si. A abordagem interdependentista oferece suporte para essa visão abrangente e a relativização do poder interpretativo das teorias, sendo essa a primeira de suas potencialidades e também uma das razões pelas quais se caracteriza como embasamento teórico pertinente ao presente estudo. Acredita-se que suas contribuições permitiram aos autores percorrerem um caminho intermediário, pautado pela associação da cooperação com o poder, e perceberem a existência de um cenário no qual estão presentes atores estatais e não estatais.

A percepção da existência de novos atores caracteriza-se como a segunda de suas potencialidades e outra razão pela qual a interdependência constitui base analítica apropriada das relações internacionais contemporâneas. Não perder de vista a figura do Estado, prevendo a permanência de suas funções políticas internas – organização, administração e manutenção do bem-estar e coesão social – e externas – relacionamentos e regulamentação de assuntos de interesse internacional –, e reconhecer a pluralidade de atores que incorporam outras formas de manifestação e exercício do poder são pressupostos que assumem a qualidade das maiores e mais fundamentais contribuições oferecidas pela abordagem interdependentista ao estudo contemporâneo.

Ela dispõe de elementos que captam a conjugação dos processos de fragmentação estatal e emergência de novos atores, orientando-se pelo potencial transformador da revolução tecnológica informacional e a formação de estruturas em redes, que desenharam o surgimento de novos fluxos, interesses, demandas e objetivos. Assim, é inegável que o Estado permanece como parte da realidade, mas já não representa a sua

totalidade e não age sozinho, tendo em vista que as conexões viabilizadas pelas redes fragilizaram o conceito absoluto de soberania e lançaram outros agentes no espaço político além-fronteiras.¹⁸⁷

Em síntese, os pressupostos de análise em torno dos quais se constrói a teoria da interdependência apontam para uma elaboração comedida que, além de expor uma visão mais apurada da complexidade da política internacional, cumpre o importante papel de estabelecer-se num ponto ao mesmo tempo fora e equidistante da dicotomia idealismo-realismo. Em razão disso, é fundamentando-se nos citados pressupostos que a temática referente aos atores não estatais será desenvolvida no próximo capítulo.

¹⁸⁷ Convém relembrar que a rede constitui, para esta tese, um marco transformatório e um novo espaço no qual as relações se desenvolvem e, por assim ser, tais relações assumem as formas e potencialidades que a rede lhes proporciona. Por isso, olhamos para uma sociedade internacional bastante modificada e estruturada sobre novas bases, as quais fragmentam o papel do Estado e fazem emergir atores que, organizados e conectados por outro tecido social, possuem meios de atuação diferenciados. Em suma, presenciamos uma multiplicidade de coalizões que variam conforme o objeto e as circunstâncias.

2. ATORES INTERNACIONAIS E A ATUAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

O presente capítulo trata sobre o surgimento de novos atores internacionais e o consequente enfraquecimento do protagonismo estatal.

Parte-se do pressuposto de que a sociedade internacional contemporânea abarca uma multiplicidade de interações entre indivíduos, empresas, grupos, organizações e o próprio Estado, sendo possível verificar a consolidação de diferentes formas de atuação. Esse cenário é observado segundo uma perspectiva de formação e fragmentação dos atores, no sentido de que, enquanto uns surgem, outros perdem parcelas de protagonismo, e a dinamicidade é uma de suas notas características. Nota-se, ainda, que a sucessão de momentos históricos cria, a cada contexto, atores mais ou menos fortes e influentes. Força e influência podem ser fácil e genericamente associadas à capacidade maior ou menor de modelar os resultados da política internacional; para além dessa ideia, entretanto, acredita-se na associação do potencial de cada ator a temas e demandas específicos, de maneira que ele poderá variar e será sentido ou não a depender da situação e da natureza da relação estabelecida.

Os movimentos sociais são caracterizados neste estudo como exemplos concretos de unidades em interação no âmbito da sociedade internacional. Realizando ações dinâmicas e estratégicas, esses atores sociais passam a ingressar num espaço que tradicionalmente não lhes pertence e, dados os propósitos de resistência à ordem estabelecida e manutenção do *status quo*, representam o alcance da manifestação social até a esfera em que muitas das decisões são, de fato, tomadas. Não estruturadas democraticamente e tampouco representativas dos cidadãos do mundo, essas decisões determinam as políticas internas e interferem na qualidade de vida dos povos.

2.1 ATORES ESTATAIS E NÃO ESTATAIS

O surgimento de novos atores é aqui abordado segundo as categorias *estatais* e *não estatais*, integrando-as, de um lado, os Estados, em sua condição de atores tradicionais, e de outro, os demais atores, que desempenham papéis na sociedade internacional. Isso significa que o Estado mantém-se como ator, não obstante a apropriação dos seus espaços e funções por um vasto rol de interesses e demandas, e o consequente deslocamento do lugar central na condução da política

externa. Junto com ele, protagonizando em assuntos diversos, estão os governos subnacionais, indivíduos detentores de notável capacidade de influência e posição de comando, corporações transnacionais, organizações internacionais e coletividades sociais, a exemplo dos movimentos sociais, organizações não governamentais e, dotados de uma visão distinta de ação, oposição e enfrentamento, das organizações terroristas e o crime organizado. Esses atores enfraquecem o protagonismo unitário estatal e a rígida hierarquia realista entre temas, criam novas maneiras de distribuição e exercício do poder, e contribuem, assim, para a formação de uma agenda internacional muito ampla. Uma vez inseridos no campo das relações internacionais, interagem com os Estados na condição de pares, intervêm nas suas relações internas e externas e, direta ou indiretamente, de maneira mais ou menos relevante, definem contornos da ordem internacional.

2.1.1 Abordagem conceitual

Primeiramente, convém apresentar considerações a respeito do trabalho de busca ou elaboração conceitual, a fim de evitar que se incorra numa narrativa meramente enumeradora e descritiva, que se encerra com a indicação de um conceito supostamente adequado, perfeito e acabado, ou o entendimento acerca da necessidade de construí-lo. Acredita-se que o encaminhamento do estudo nesse sentido pode deixar de perceber que facetas não observadas continuamente escapam à apreensão dos fenômenos e, por isso, as construções conceituais e teóricas são relativas e temporais, possibilitando o conhecimento da realidade apenas segundo as limitações do olhar do estudioso.

Evidentemente, é necessária a fixação de um ponto de partida ou de apoio desde o qual seja possível construir argumentos e ideias, o qual apresentar-se-á devidamente claro no presente tópico. Não obstante, a compreensão de que se está lidando com um objeto de conhecimento – atores internacionais – intrinsecamente ligado às constantes transformações desencadeadas no âmbito da sociedade internacional e, conforme previsto por Esther Barbé¹⁸⁸, configura-se no âmbito de

¹⁸⁸ BARBÉ, Esther. *Relaciones internacionales*. 3. ed. Madrid: Tecnos, 2007. p. 153-154.

demandas concretas, impõe ao pesquisador extrema prudência no tocante à busca por um conceito apropriado ou à crítica pela sua falta.¹⁸⁹

É importante perceber que conceitos e teorias coexistem, e isso não implica fraqueza ou fragilidade epistemológica. Em verdade, a complexidade inerente ao campo das Relações Internacionais, representada pelo número e variedade de atores que detêm objetivos distintos, torna plausível pensar na existência simultânea de significados ou em um conjunto de significados que, cada qual a sua maneira, refletem a realidade. Desse modo, a procura por um conceito amplo, capaz de explicar todas as modalidades de intervenções manifestas no cenário atual, não constitui um propósito a ser alcançado e o mesmo se pode afirmar a respeito da pretensão de formulá-lo.¹⁹⁰ Diferentemente, procura-se observar contribuições conceituais que deixam transparecer a multiplicidade de relações que compõem a política internacional,

¹⁸⁹ Liga-se a essa compreensão as ideias de relatividade e temporalidade da condição de ator. Segundo Caterina Segura, referidas ideias indicam que nenhum tipo de ator é eterno – inclusive aquele no formato estatal –, e essa condição pode mudar segundo a conjuntura do próprio cenário internacional. Diante disso, guardadas as hipóteses em que se busca empreender um necessário recorte analítico, tal percepção, de certo modo, torna infundadas escolhas como a de Phillip Taylor que, diante do vasto número de atores não estatais, opta por colocar sua atenção sobre aqueles que são relativamente amplos e mais permanentes. Ver, respectivamente: SEGURA, Caterina García. La evolución del concepto de actor en la teoría de las Relaciones Internacionales. *Revista de Sociología*. n. 41, 1993. p. 13-31. Disponível em: <<http://papers.uab.cat/article/view/v41-garcia>>. Acesso em: 25 jan. 2015. p. 29.; TAYLOR, Phillip. *Non state actors in international politics: from transregional to substate organizations*. Boulder-Colorado: Westview Press, 1984. p. 20.

¹⁹⁰ Em seu trabalho sobre os movimentos sociais como novos atores das Relações Internacionais, Enara Echart pretende alcançar a base conceitual adequada e que lhes reconheça essa qualidade. Entende-se, no entanto, que essa busca não se concretiza de modo apropriado, essencialmente por tratar-se de objeto de estudo recente, o que impede o encontro de qualquer menção expressa à atuação dos movimentos sociais na sociedade internacional contemporânea. Observa-se que o grande desafio consiste em percorrer características que definem a categoria ator internacional e permitam, com o exame dos papéis internacionais concretos desempenhados por certo agente, reconhecê-lo ou não como ator. Ver: MUÑOZ, Enara Echart. *Movimientos sociales y relaciones internacionales: la irrupción de um nuevo actor*. Madrid: Catarata; Instituto Universitario de Desarrollo y Cooperación, 2008. p. 27-35.

direcionando o olhar para aquelas que melhor oferecem um ponto de partida.¹⁹¹

Os aportes com os quais se trabalhará são aqueles que trazem consigo, em termos estritos e indissociáveis, o reflexo de uma concepção ampliada das relações internacionais e uma percepção aberta da sociedade internacional, deixando de abordar noções estatistas que, num cenário reconhecidamente multicêntrico, supervalorizam o papel do Estado. Convém recordar que, diante dos modelos interdependentista e em rede, propostos no capítulo anterior como elementos de fundamentação do estudo das relações internacionais e dos seus atores, os pressupostos estatocêntricos não serão aqui analisados.¹⁹²

Entende-se que nos contornos da sociedade internacional contemporânea não há espaço para atribuir ao Estado posição de referência ou importância superior a partir da qual deriva a caracterização dos demais atores. Atores estatais e não estatais ocupam o cenário internacional em condições de igualdade analítica, e as menções às diferenças referir-se-ão não à qualidade de ator, mas ao fato de desempenharem funções distintas, possuírem objetivos variados e utilizarem instrumentos próprios de ação para alcançá-los.

Com isso, atributos de tipo jurídico – soberania e independência – e outros não jurídicos – aparato bélico-militar e exercício do poder por meio da força –, frequentemente conferidos à figura estatal e que as legitimariam a ocupar uma posição central, não assumirão relevância.¹⁹³

¹⁹¹ É interessante observar a riqueza e diversidade de realidades com as quais se depara ao considerar apenas o elenco de Estados. Tem-se já uma visão heterogênea que se complexifica ainda mais ao perceber os demais tipos de atores. Ver: MESA, Roberto. *Teoría y práctica de relaciones internacionales*. Madrid: Taurus Ediciones, 1980. p. 185-186.

¹⁹² “Os variados critérios de seleção dos atores internacionais e de suas classificações pressupõem não apenas uma opção teórico-metodológica no tocante a um enfoque analítico (valorizando mais o aspecto jurídico ou político, por exemplo), mas também uma perspectiva ou modelo de compreensão das relações internacionais. Nesse aspecto, é decisivo o modelo ou paradigma empregado na análise dos fenômenos internacionais para a aferição de seus desdobramentos teóricos.” Ver: OLSSON, Giovanni. *Relações internacionais e seus atores na era da globalização*. Curitiba: Juruá, 2009. p. 153.

¹⁹³ A adoção desse pressuposto de trabalho moldará em algum aspecto o desenvolvimento do tema, ou seja, será suprimida a exposição acerca dos critérios de classificação dos atores. Acredita-se que esses critérios reforçam a hierarquização que se propõe a abolir e pouco oferecem para o aprofundamento do estudo dos atores. A respeito do assunto, consultar: BRANDL, Kamila S. *O*

A observância desses atributos dá-se não somente na esfera de uma perspectiva realista, mas igualmente por autores que, mesmo reconhecendo o papel exercido por atores não estatais, tomam o lugar e papel do Estado como referência para analisar suas participações internacionais.¹⁹⁴

Feitas essas considerações, passa-se à explanação conceitual propriamente dita. A transposição do estatocentrismo e a consequente identificação de novos atores começam a ser expostas em obras da década de 70. Mesmo período em que o realismo perde parte de sua capacidade de análise e a interdependência surge como novo momento teórico-analítico das Relações Internacionais, constatando que canais múltiplos conectam as sociedades e grupos ultrapassam as fronteiras, estabelecendo contatos de cooperação ou rivalidade e operando na sociedade internacional. Na percepção de Truyol y Serra, “esses grupos, e os indivíduos que os integram, que constituem o ‘povo internacional’, são o *elemento democrático* da sociedade internacional.”¹⁹⁵

Veremos que suas relações com os Estados podem variar. Formam o amplíssimo círculo das associações de interesses econômicos e sociais (meios financeiros e industriais, sindicatos obreiros), de caráter espiritual (Igrejas, grupos confessionais), ideológico e político (partidos), intelectual (associações científicas, docentes, de investigação), humanitário, desportivo, etc.¹⁹⁶

Como primeira tarefa de delimitação do sentido da expressão *ator internacional* pode-se dizer, numa aceção bastante genérica, que ator é aquele que atua ou desempenha um papel num contexto social

fenômeno dos atores internacionais emergentes e a fragmentação estatal: a tendência paradigmática pós-internacional e o protagonismo dos governos não centrais. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Direito. Universidade Federal de Santa Catarina. Dissertação de Mestrado, 2013. p. 52-55.; CERVERA, Rafael Calduch. *Relaciones internacionales*. Madrid: Ediciones Ciencias Sociales, 1991. p. 106-111.; OLIVEIRA, Odete Maria de. *Relações internacionais: estudos de introdução*. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2007. p. 184-188.

¹⁹⁴ Ver: RUSSET, Bruce; STARR, Harvey; KINSELLA, David. *World politics: the menu for choice*. 7. ed. Belmont: Wadsworth (a division of Thomson Learning Inc.), 2004.

¹⁹⁵ TRUYOL Y SERRA, Antonio. *La sociedad internacional*. Madrid: Alianza Editorial, 1974. p. 128.

¹⁹⁶ Idem, ibidem.

definido.¹⁹⁷ Sua inserção no âmbito das Relações Internacionais identifica o ator como o agente que atua ou desempenha um papel na sociedade internacional, participando do conjunto das relações sociais internacionais.¹⁹⁸ Em que pese tratar-se de um sentido amplo e, de certo modo, indefinido, que pouco esclarece sobre o objeto a ser estudado, ele apresenta-se funcional, determinando elementos centrais de análise que direcionam o olhar do pesquisador não para qualquer meio, mas o internacional, e procuram apreender não quaisquer relações, mas aquelas que essencialmente materializam-se para além das fronteiras do Estado. Nesse sentido, é importante esclarecer que, não obstante os importantes debates em torno do *internacional* e as grandes dificuldades em circunscrever o que são, hoje, relações internacionais, dada a crescente interconexão entre os espaços interno e externo, é necessário adotar um critério que servirá como ferramenta de trabalho e orientará os escritos seguintes.

A identificação do meio internacional e das relações assim qualificadas dar-se-á segundo o critério da localização, formulado por Marcel Merle, que institui a fronteira transgredida ou potencialmente transgredida como o elemento de reconhecimento e separação entre o interno e o internacional. Em síntese, são internacionais as transações ou fluxos que atravessam as fronteiras ou tendem a atravessá-las. Segundo o autor, tal perspectiva apresenta dupla vantagem: por um lado, “permite incluir nas relações internacionais as manifestações mais diversas tanto pela sua origem (pública ou privada), como pelo seu conteúdo (político,

¹⁹⁷ CERVERA, Rafael Calduch. Op. cit., p. 105.

¹⁹⁸ A sociedade internacional contemporânea “é compreendida como o conjunto de atores e cenários no qual se desenvolvem as relações internacionais [...]. Os atores são os sujeitos que realizam as relações ou fluxos, e os cenários ou meios são espaços específicos onde eles ocorrem; sua conduta, além disso, é orientada segundo papéis determinados. Assim, e do ponto de vista estrutural, a idéia de sociedade internacional pressupõe as ideias de atores ou agentes, de cenários ou meios, de papéis desempenhados e dos seus próprios fluxos ou relações.” Ver: OLSSON, Giovanni. Op. cit., p. 147. Nos termos dessas colocações, segundo explicam Graham Evans e Jeffrey Newnham, qualquer entidade que desempenha um papel identificável nas relações internacionais é ator: “o Papa, o Secretário-Geral da ONU, a British Petroleum, o Botswana e o FMI são, portanto, atores.” Ver: EVANS, Graham; NEWNHAM, Jeffrey. *The dictionary of world politics: a reference guide to concepts, ideas and institutions*. Hertfordshire: Harvester Wheatsheaf (a division of Simon & Schuster International Group), 1992. p. 5.

econômico, social, cultural, etc.)”¹⁹⁹ e, por outro, “leva em conta o fenômeno fundamental que constitui a divisão do mundo em Estados, já que torna precisamente a existência destes Estados, concretizada no terreno pela linha das fronteiras, condição necessária e suficiente para que uma relação possa ser qualificada como ‘internacional’.”²⁰⁰

Em consonância com as ideias de Merle, Giovanni Olsson expõe noção pertinente sobre a continuidade ou permanência de um ator no cenário internacional, atribuindo à permanência um sentido organizacional e julgando possuir esse atributo os grupos e entidades que “em essência e estruturalmente estão voltados para a atuação precípua sobre as fronteiras nacionais ou a despeito delas.”²⁰¹ Logo, aparições ocasionais ou efêmeras não têm o condão de descaracterizá-los como ator. A continuidade não reside no fato de estar presente em todos os acontecimentos internacionais, mas em ter o potencial para tanto. Sem propor um rol fechado de agentes que ascenderiam a essa condição, até porque essa não parece ser uma possibilidade razoável diante da complexidade das relações e da sociedade contemporânea que as compreende, é possível prever que novos grupos, organizados para atuar internacionalmente, emergem em momentos históricos específicos.²⁰²

Calduch Cervera conceitua o ator como “todo grupo social que, considerado como unidade de decisão e atuação, participa eficaz e significativamente naquelas relações definidas previamente como fundamentais à estruturação e dinâmica de uma determinada sociedade internacional”.²⁰³ Dois elementos centrais integram referido conceito.

O primeiro diz respeito à habilidade relacional, no sentido de que a condição de ator associa-se às ideias de interação e influência mútua, de modo que ela deve ser concedida àqueles “grupos que gozam de capacidade efetiva para gerar e/ou participar de relações internacionais com outros grupos que pertencem à mesma sociedade internacional.”²⁰⁴ Nesses termos, mais significativo do que existir como grupo é interagir com outros atores que participam do mesmo espaço. Referida concepção envolve, de forma não hierarquizada, os diferentes cenários e

¹⁹⁹ MERLE, Marcel. *Sociologia das relações internacionais*. Tradução Ivonne Jean. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981. p. 111.

²⁰⁰ Idem, *ibidem*.

²⁰¹ OLSSON, Giovanni. Op. cit., p. 154.

²⁰² Idem, *ibidem*.

²⁰³ CERVERA, Rafael Calduch. Op. cit., p. 106.

²⁰⁴ Idem, p. 105.

protagonismos que atualmente integram o objeto de estudo das Relações Internacionais. Não fosse assim, ou seja, pretendendo-se estabelecer critérios comuns entre os atores, como selecionar e instituir comparações entre os diferentes? Antiguidade (considerada em termos relativos, haja vista que o ponto de partida é estabelecido desde a atualidade), primariedade, solidez estrutural e organizacional (também em termos relativos, já que Estados novos, com recente reconhecimento internacional, podem ser frágeis em sua organização político-administrativa), atuação concreta e presente são características próprias dos atores estatais. Ao passo que surgimento recente, com estruturas organizacionais frouxas, flexíveis e mutáveis, atuação descentralizada e, em muitos casos, efêmera e ocasional são peculiares aos atores não estatais (também de modo relativo já que organizações internacionais e empresas transnacionais atuam solidamente no âmbito das relações internacionais).

O segundo elemento consubstancia-se na noção de relações relevantes, propondo que, além de interagir e influenciar no meio internacional, o ator deve participar de relações significativas.²⁰⁵ Nesse sentido, cabe ao estudioso da área definir quais serão essas relações, já que o seu olhar “condicionará a seleção dos grupos capazes de desempenhar um papel ativo e significativo em tais relações, quer dizer, a qualificação de atores internacionais”.²⁰⁶ Em suma, é a grandeza do espaço observado pelo estudioso e a compreensão que possui a respeito das relações internacionais que indicará quais os atores aptos a desempenhá-las.

A elaboração conceitual de Esther Barbé complementa aquela desenvolvida por Caldach Cervera, visualizando os atores internacionais segundo os atributos de habilidade, capacidade e autonomia. A autora propõe que tal reconhecimento dá-se com base na efetiva demonstração de habilidade para mobilizar recursos e alcançar objetivos, de capacidade para exercer pressão e influência sobre os demais e de autonomia para desempenhar os papéis que lhe são inerentes. Desse modo, oferece instrumentos analíticos que possibilitam o retorno às noções de Caldach Cervera e o aprofundamento de suas explicações sobre o sentido de uma participação eficaz e significativa por parte dos atores. Poder-se-á entender como eficaz e significativa a atuação internacional de grupos que se mostram aptos a cumprir os papéis que lhes cabem, mobilizando os recursos necessários para tanto,

²⁰⁵ CERVERA, Rafael Caldach. Op. cit., p. 106.

²⁰⁶ Idem, *ibidem*.

influenciando outros atores – um só ou vários, a depender da situação concreta – e atingindo os fins desejados.

Barbé afasta-se de uma visão fundada sobre bases jurídicas e pauta-se por critérios funcionais, conceituando ator como a “unidade do sistema internacional (entidade, grupo, indivíduo) que possui habilidade para mobilizar os recursos que lhe permitam alcançar seus objetivos, que tem capacidade para exercer influências sobre outros atores do sistema e que goza de certa autonomia”.²⁰⁷ Bem percebe que tais critérios ligam-se a necessidades concretas e temporais que, ao mesmo tempo, geram mudanças na agenda internacional e reconfiguram-se diante das próprias mudanças desencadeadas.

Fica claro o entendimento de que os objetivos buscados pelos atores muitas vezes variam, assim como as capacidades e habilidades alteram-se e as influências redefinem-se, dependendo do terreno em que se joga e dos jogadores que nele interagem, verificando-se, com isso, que Barbé dá um passo além e contribui sobremaneira para o avanço dos estudos ocupados em apreender os traços multicêntricos da sociedade internacional contemporânea.²⁰⁸ Seu conceito aberto, capaz de oferecer novos elementos voltados à análise do caso concreto, será adotado nesta tese como embasamento teórico para o estudo dos atores, com reflexo na abordagem a ser desenvolvida no próximo capítulo.²⁰⁹

2.1.2 Tipologia

As categorias *estatais* e *não estatais* são utilizadas neste trabalho para designar o conjunto de atores que atuam na sociedade internacional contemporânea, portanto, convém explicar as razões do emprego de referida opção tipológica.

Acredita-se que a diversidade de atores que compõe as relações internacionais torna por demais dificultoso enquadrá-los em grupos previamente definidos, com o risco de, ao tentar fazê-lo, incorrer em exclusões. Ainda, se o intuito consiste em diferenciá-los, com o

²⁰⁷ BARBÉ, Esther. Op. cit., p. 153.

²⁰⁸ Idem, *ibidem*.

²⁰⁹ Consultar o trabalho dissertativo produzido por Kamila Soraia Brandl, no qual também adota o referencial conceitual de ator estabelecido por Esther Barbé e elabora um estudo detalhado sobre a atuação internacional dos governos subnacionais: BRANDL, Kamila S. Op. cit. Consultar também o estudo realizado por Caterina García Segura, que segue as mesmas premissas de Esther Barbé: SEGURA, Caterina García. Op. cit.

enquadramento em distintos espaços de atuação e a variação de interesses, atividades e mecanismos organizacionais existentes, é importante perceber que a conformação conjuntural das interações não permite, em algumas situações, determinar uma evidente diferenciação de propósitos e comportamentos.²¹⁰ Até mesmo a separação entre público e privado, usualmente representativa do alinhamento com questões governamentais/estatais, mostra-se nebulosa no contexto contemporâneo em que o interno e o externo confundem-se e podem assemelhar-se, os contatos instantâneos sobrepõem-se às fronteiras e as relações transnacionalizam-se. Essas ideias serão aprofundadas no decorrer do presente tópico, à medida que se discorre sobre as tipologias já apresentadas por estudiosos ao longo da trajetória das Relações Internacionais.

A primeira a que se faz referência foi elaborada por Marcel Merle²¹¹, com grande repercussão nos estudos da disciplina. O autor desenvolveu seu pensamento durante a década de 70 e publicou a obra *Sociologia das Relações Internacionais* na década de 80, momento histórico em que se consolidava o conhecimento em torno da emergência de novos atores. Merle criou uma tipologia ampliada e identificou, além dos Estados – num lugar central –, três outros tipos de atores: as organizações internacionais, organizações não governamentais e firmas multinacionais, hoje conhecidas como empresas ou corporações transnacionais.²¹² Sua análise influenciou profundamente trabalhos posteriores, apresentando notáveis elementos de contribuição à apreensão das transformações que reconfiguravam a sociedade internacional naquele período²¹³; nos dias atuais, porém, tal abrangência tipológica mostra-se desatualizada, em virtude da multiplicidade ainda maior de atores que passaram a protagonizar inéditas relações.

²¹⁰ Classificando os atores, por exemplo, entre aqueles que desempenham funções na área de economia, política, segurança, meio ambiente, cultura, direitos humanos, garantias sociais, entre outras.

²¹¹ MERLE, Marcel. Op. cit.

²¹² Idem, p. 213.

²¹³ Num contexto específico, alguns trabalhos foram influenciados pela abordagem de Marcel Merle e entre eles citam-se os seguintes: BARBÉ, Esther. Op. cit.; BEDIN, Gilmar Antonio. *A sociedade internacional e o século XXI*: em busca da construção de uma ordem mundial justa e solidária. Ijuí: Ed. Unijuí, 2001.; MESA, Roberto. Op. cit.; OLIVEIRA, Odete Maria de. *Relações internacionais*: estudos de introdução. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2007.; OLSSON, Giovanni. Op. cit.

Ainda na década de 70, Richard Mansbach, Yale Ferguson e Donald Lampert²¹⁴ identificaram referida multiplicidade, demonstrando que as concepções merleanas já nasciam restritas e admitindo que ao menos seis tipos de atores interagiam entre si e compunham o sistema global contemporâneo.

A ampliação do tradicional sistema estatocêntrico para um complexo sistema global é o eixo fundador do pensamento desses autores, e a identificação da existência de tarefas globais efetuadas por atores globais é um elemento essencial dessa mudança. Ao lado dos Estados encontram-se atores governamentais interestatais (organizações internacionais e supranacionais), atores não governamentais interestatais (organizações não governamentais e empresas transnacionais), atores governamentais não centrais (governos regionais, provinciais ou municipais), atores não governamentais intraestatais (grupos ou indivíduos que se localizam primariamente em um único Estado, mas são capazes de conduzir relações com outros atores autônomos, que não seja seu próprio governo, a exemplo das fundações, organizações filantrópicas e partidos políticos) e, por fim, indivíduos que, em certas ocasiões, estão aptos a atuarem com autonomia e exercerem influência na arena global.²¹⁵ Com isso, estabelecem uma tipologia duplamente ampliada, constatando a condição de ator dos agentes indicados por Merle e admitindo como verdadeira e digna de atenção a manifestação de vários grupos.²¹⁶

Nessa proposta, é pertinente a ausência de uma perspectiva hierarquizada entre os atores ou papéis por eles desempenhados, nos moldes traçados para o desenvolvimento deste estudo. No lugar de um sistema estatocêntrico, projetaram um modelo alternativo denominado sistema do conglomerado complexo²¹⁷, cuja característica principal consiste na “formação de alinhamentos situacionais específicos de diferentes tipos de atores usando uma variedade de recursos para

²¹⁴ MANSBACH, Richard W.; FERGUSON, Yale H.; LAMPERT, Donald E. *The web of world politics: non state actors in the global system*. New Jersey: Prentice-Hall, Inc., Englewood Cliffs, 1976.

²¹⁵ Idem, p. 32-41.

²¹⁶ O *Non state Actor Project*, projeto desenvolvido pelos autores, constata a significativa presença de atores não estatais no âmbito da política global. Ver: Idem, p. 273 e ss.

²¹⁷ Ao falarem em conglomerado, os autores fazem referência a “uma mistura de vários materiais ou elementos agrupados juntos sem assimilação.” Ver: Idem, p. 42.

alcançar objetivos complementares”.²¹⁸ Os alinhamentos são flexíveis, informais e ideologicamente difusos, assim, “em vez de uma hierarquia global com Estados soberanos no topo, podemos falar de uma ‘rede de políticas globais’ [*a web of world politics*] na qual os fluxos de bens, pessoas, ideias através das fronteiras nacionais produzem interdependência”.²¹⁹

Dando sequência à exposição e numa outra perspectiva de visualização dos fluxos internacionais, Odete Maria de Oliveira criou o denominado parâmetro eclético, concebendo a classificação tipológica dos atores com base em três grupos: tradicionais, novos e emergentes.²²⁰ No primeiro, por integrarem primária e tradicionalmente a disciplina, estão compreendidos os Estados. No segundo grupo estão inseridas as organizações internacionais, organizações não governamentais e empresas transnacionais. E, por fim, fazem parte do terceiro os agentes que, mesmo sem existência consolidada e de todo reconhecida, ocupam um espaço que não pode ser ignorado, representando os tempos contemporâneos.

São emergentes “os movimentos sociais, os movimentos sociais globais, grupos privados, grupos sociais, indivíduo, opinião pública, partidos políticos, associações religiosas, sindicatos, Igrejas, movimentos de libertação nacional, mídia, crime organizado, terrorismo, gênero, redes transnacionais e coalizões transnacionais, poderes erráticos.”²²¹ A percepção da interveniência dos atores emergentes, ainda que pouco conhecidos e até mesmo incipientes, constitui um grande mérito do parâmetro eclético, e a simplicidade analítica por ele oferecida, despreocupado com ordenações pouco esclarecedoras e focado em elementos fundamentais de coesão entre os atores de cada grupo, fornece ao pesquisador uma sólida base para um recorte apropriado.²²²

²¹⁸ Idem, *ibidem*.

²¹⁹ MANSBACH, Richard W. *The global puzzle: issues and actor in world politics*. 3. ed. Boston: Houghton Mifflin Company, 2000. p. 85.

²²⁰ OLIVEIRA, Odete Maria de.; SILVA, Andréia Rosenir da. Gênero como possível ator das relações internacionais. In: OLIVEIRA, Odete Maria de (Org.). *Relações internacionais: a questão de gênero*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011. p. 41.

²²¹ Idem, p. 42.

²²² Ver, a título de exemplo, o trabalho de Kamila Soraia Brandl que se baseia no citado parâmetro eclético para desenvolver estudo sobre a participação dos governos subnacionais nas relações internacionais contemporâneas: BRANDL, Kamila S. Op. cit., p. 55-63.

Em síntese, as tipologias criadas, de um lado, por Mansbach, Ferguson e Lampert, e de outro, por Odete Maria de Oliveira, são válidas na medida de sua percepção multicêntrica da sociedade internacional. Nesse sentido, a amplitude de suas visões corresponde com os fins deste estudo e está em consonância com o trabalho conceitual desenvolvido no tópico acima; todavia, há discordâncias no que diz respeito às classificações efetuadas e aos termos adotados. Acredita-se que o uso de uma diferenciação simples e objetiva, que ao mesmo tempo abarque a multiplicidade e demonstre a variedade, é o meio mais adequado para identificar e apreender a manifestação de atores que, de maneiras tão distintas, diferem do Estado.²²³ A tipologia que separa atores estatais e não estatais é a mais conveniente para tanto, tendo-se em mente que os atores não estatais “são entidades outras, que não os Estados-nação, que interagem no sistema político internacional”.²²⁴

Sem uma perspectiva excludente²²⁵ e qualquer esboço de hierarquia entre atores dominantes e secundários, essa tipologia coloca lado a lado os Estados e um vasto conjunto de atores autônomos – públicos ou privados, individuais ou coletivos, novos ou emergentes e

²²³ Registra-se que ainda que Richard Mansbach e os demais autores utilizem o termo *não estatal* em referência à manifestação de outros atores que não os Estados, tal fato não corresponde à formação de um modelo tipológico. Consultar: MANSBACH, Richard W. Op. cit.; MANSBACH, Richard W.; FERGUSON, Yale H.; LAMPERT, Donald E. Op. cit.

²²⁴ TAYLOR, Phillip. Op. cit., p. 20.

²²⁵ Diferentemente do que se propõe neste estudo, Phillip Taylor restringe as entidades a serem enquadradas na qualidade de atores não estatais – somente aquelas transnacionais e formalmente organizadas. Estabelecida essa restrição, cria uma tipologia própria dos atores não estatais, a qual não atende aos objetivos desta pesquisa. Ver: Idem, p. 20-23. Ver também o seguinte trabalho: FON, Bruno Cho. *Global governance and the role of non state actors: an examination of contemporary challenges to international relations theory*. Saarbrücken: LAP LAMBERT Academic Publishing, 2012. p. 33-37. Trabalha-se, então, apenas com o conceito acima transcrito de Taylor, considerado em conjunto com a perspectiva de Odete Maria de Oliveira, que observa o viés histórico e temporal que a noção de ator não estatal apresenta, conformando-se de acordo com as determinantes relativas às mudanças na agenda e nos protagonismos. Ver: OLIVEIRA, Odete Maria de (Org.). *Relações internacionais, direito e poder: cenários e protagonismos dos atores não estatais*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2014. v. 1. p. 106-110.

até aqueles que existem com o próprio desmembramento estatal²²⁶ – que, em suas formas de ação e organização, transpõem as fronteiras, criando redes de participação que se encontram subsidiadas no espaço global. Nessa condição, opondo-se em algumas situações e partilhando demandas e interesses em outras, confeccionam o mosaico de relações interdependentes que nos dias atuais conformam as relações internacionais.

²²⁶ As organizações internacionais caracterizam-se, primeira e centralmente, pelo fato de serem fruto da vontade estatal, criadas por um tratado multilateral, denominado tratado constitutivo, e com competência restrita aos objetivos nele declarados. São formadas por associações de Estados e têm como única função cumprir os interesses comuns que levaram à sua constituição, mas, ainda assim, operam com autonomia e, em algumas situações, submetem os próprios Estados. Consultar: RIDRUEJO, José Antonio Pastor. *Curso de derecho internacional público e organizaciones internacionales*. 6. ed. Madrid: Tecnos, 1996.; SEITENFUS, Ricardo A. S. *Manual das organizações internacionais*. 4. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.; SILVA, Karine Souza. *Direito da comunidade européia: fontes, princípios e procedimentos*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.; STELZER, Joana. *União Européia e supranacionalidade: desafio ou realidade?* 2. ed. Curitiba: Juruá, 2004.; BARRAL, Welber (Org.). *O Brasil e a OMC*. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2004.; CELLI JR. Humberto (Coord.). *Comércio de serviços na OMC*. Curitiba: Juruá, 2005. Os governos subnacionais – também denominados não centrais – constituem-se como unidades federadas dotadas de relativa autonomia em relação ao governo central. A adoção do sistema federativo tem previsão nas respectivas cartas constitucionais dos Estados e representa a distribuição de competências internas de modo que o poder seja exercido por vários níveis de governo. É oportuno observar que, dentro da tipologia que separa atores estatais e não estatais, os governos subnacionais apresentam natureza híbrida. De um lado, compõem o espaço territorial do Estado, ou seja, inserem-se no âmbito de sua soberania, além de possuírem território, governo autônomo e uma população. Nesse sentido, seriam um ator estatal. De outro lado, não detêm por si só o reconhecimento internacional de uma existência autônoma, independente e soberana, e emergem no cenário internacional como agentes distintos daquele representado pelo governo central. Levando-se em conta a perspectiva tradicional estatocêntrica, seriam um ator não estatal. Ver: BRANDL, Kamila S. O protagonismo dos governos não-centrais como atores não estatais: as experiências da Europa Ocidental e da América do Norte. In: Oliveira, Odete Maria de (Org.). Op. cit. *Relações internacionais, direito e poder: cenários e protagonismos dos atores não estatais*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2014. v. 1. p. 181-251.; HOCKING, Brian. Regionalismo: uma perspectiva das relações internacionais. In: Vigevani, Tullo [et al]. *A dimensão subnacional e as relações internacionais*. São Paulo: Edusc; Fundação Editora da Unesp, 2004. p. 77-107.

2.2 A MOBILIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

A realidade da sociedade internacional contemporânea configura-se, entre outros aspectos, pela participação dos movimentos sociais que, dados os seus propósitos, superam a tradicional referência determinada pelas fronteiras do Estado. Criados e mobilizados com o propósito de questionar, resistir e propor alternativas sistêmicas e de transformação do *status quo*, esses atores sociais procuram vencer as várias formas de dominação existentes em nossas sociedades – política, econômica, social, cultural, sexual, racial – e, no contexto do processo de globalização, passaram a projetar suas ações para além do território nacional. Tal projeção tem caráter estratégico e reflete a globalização da economia, que traz consigo a persistência e, por que não dizer, a revitalização daquelas formas de dominação. Agindo como mecanismo de resistência a um sistema cujas linhas mestras são traçadas *desde cima*²²⁷, as funções desses atores ampliam-se, não mais direcionado-se apenas ao Estado em seu papel político interno, mas ao globo na sua totalidade e ao conjunto de atores que o integram.

Essa reconfiguração de objetivos funda-se na possibilidade de formação de redes, podendo-se afirmar que pensar nas ações sociais coletivas envolve, necessariamente, observar a sua dinâmica de composição de redes. As articulações entre grupos e movimentos distintos constituíram elos que representam um novo marco interpretativo no estudo dos movimentos sociais e foram os meios técnicos, ou seja, a estrutura tecnológica informacional, que criaram as ferramentas necessárias para tanto.

2.2.1 Sociedade civil

O trabalho conceitual em torno dos movimentos sociais implica apresentar alguns esclarecimentos sobre a sociedade civil. Demarcar o seu espaço, de modo que se compreenda o que ela é e como se organiza, constitui etapa fundamental, haja vista que tais movimentos são

²²⁷ Richard Falk utiliza o termo para fazer referência às bases estruturadoras do processo de globalização. Como contraponto, identifica na ação global de movimentos e grupos da sociedade civil outra globalização, que emerge *desde baixo*. Ver: FALK, Richard. *La globalización depredadora: una crítica*. Tradução Herminia Bevia e Antonio Resines. Argentina: Siglo Veintiuno de Argentina Editores, 2002.

considerados um subconjunto de numerosos atores sociais que se criam e operam no seu âmbito.²²⁸

Inicialmente, há de se fazer uma observação acerca da longa trajetória teórico-conceitual da ideia de sociedade civil e o necessário recorte analítico a ser efetuado.²²⁹ Os fins pretendidos nesta parte do trabalho impedem a sua reconstituição detalhada e, por isso, um grande salto histórico será realizado com o intuito de focar uma concepção contemporânea, que permitirá desenvolver um primeiro e fundamental passo interpretativo.

Faz-se referência, nesse sentido, às contribuições de Jean Cohen e Andrew Arato, pois o conceito pensado por ambos é capaz de bem situar a sociedade civil, suas organizações e movimentos. De acordo com os autores, essa esfera da vida social exhibe contornos que a destacam do Estado e do mercado, constituindo um campo apropriado para a emergência dos movimentos sociais.²³⁰ Entende-se que essa distinção oferece a possibilidade de demarcação de espaços e, como consequência, a identificação daquele no qual os movimentos sociais encontram seus elementos fundacionais e de gestação.²³¹ Mas é fundamental explicitar que a apropriação de referido conceito dar-se-á de maneira parcial e na exata medida em que prevê a existência de três esferas sociais mais ou menos demarcadas, sem que isso implique concordância sobre a lógica constitutiva de cada uma delas e o seu aspecto relacional – ou a ausência dele. Mais tarde, Cohen e Arato reviram nuances de rigidez em sua teoria, mas sem abandonar a noção tripartite, o que importa a este momento da tese.²³²

Os autores apoiam-se na teoria social habermasiana, que diferencia as lógicas do sistema e do mundo da vida.²³³ Com

²²⁸ MATTAR, Khris. *O movimento de justiça global: uma nova mobilização política de resistência?* Tradução Khris Mattar e Andréa Rosenir da Silva. Ijuí: Ed. Unijuí, 2013. p. 120.

²²⁹ Sobre essa trajetória, ver: COSTA, Sérgio. *As cores de Ercília: esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. p. 37-51.; ARATO, Andrew; COHEN, Jean. *Sociedad civil y teoría política*. Tradução Roberto Reyes Mazzoni. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.

²³⁰ ARATO, Andrew; COHEN, Jean. Op. cit.

²³¹ Ver mais sobre a relação entre os movimentos sociais e a sociedade civil, em: MATTAR, Khris. Op. cit., p. 120-122.

²³² COSTA, Sérgio. Op. cit., p. 53-55.

²³³ Cohen e Arato afirmam que Habermas não lhes oferece uma teoria da sociedade civil, mas, ao demonstrar a existência de dois subsistemas

fundamento nesse pressuposto, identificam o sistema com o funcionamento do Estado e do mercado – dois subsistemas diferenciados entre si – e admitem que a ideia de mundo da vida não se traduz num conceito de sociedade civil, mas é dentro das suas dimensões que ela existe e manifesta-se.²³⁴ Notam que a teoria habermasiana aponta para dois tipos de racionalidades vigentes nas sociedades ocidentais modernas, as quais são o elemento central de diferenciação entre o sistema²³⁵ e o mundo da vida. Desse modo, enquanto no Estado e no mercado prevalece a razão instrumental, no mundo da vida predomina a racionalidade comunicativa, distinta pelo fato de a integração social e sua reprodução darem-se por meio de processos comunicativos, ao passo que o poder e o dinheiro orientam a lógica de reprodução sistêmica.²³⁶ Com base nessas observações, conceituam a sociedade civil como “esfera de interação social entre a

diferenciados entre si e em relação ao mundo da vida, sua tese “implica em um modelo que corresponde a um marco tripartite de corte gramsciano.” A respeito dessa afirmação, cabe esclarecer que Gramsci construiu um modelo de três partes que distingue a sociedade civil da economia e do Estado, indo além da clássica dicotomia que separa Estado e sociedade, porém, para os autores, seu modelo não se sustenta: “Gramsci foi notoriamente incapaz de distinguir claramente entre o Estado e a sociedade civil, a dominação e a hegemonia, e foi capaz de (ou desejava) tematizar, a maior parte do tempo, as instituições independentes da sociedade civil somente em termos de sua função para reproduzir o Estado e a economia já existentes. Nessa representação, a sociedade civil ainda se pode ver como uma extensão do próprio Estado, que serve para a reprodução da ordem econômica estabelecida. Assim, a hegemonia seguiria sendo a continuação da dominação por outros meios.” Ver: ARATO, Andrew; COHEN, Jean. Sociedade civil e teoria social. In: AVRITZER, Leonardo (Org.). *Sociedade civil e democratização*. Belo Horizonte: Del Rey, 1994. p. 152.; ARATO, Andrew; COHEN, Jean. *Sociedad civil y teoría política*. Tradução Roberto Reyes Mazzoni. México: Fondo de Cultura Económica, 2000. p. 174-175, 480.

²³⁴ ARATO, Andrew; COHEN, Jean. Sociedade civil e teoria social. In: AVRITZER, Leonardo (Org.). *Sociedade civil e democratização*. Belo Horizonte: Del Rey, 1994. p. 151-153.

²³⁵ Sistema significa “um conjunto de relações sociais organizado formalmente e dirigidas pelos meios.” Pode-se dizer, então, que as relações sociais são vistas como meio para se alcançar determinado fim, o qual, no âmbito do Estado, se identifica com o poder, e no âmbito do mercado, com o lucro. Ver: ARATO, Andrew; COHEN, Jean. *Sociedad civil y teoría política*. Tradução Roberto Reyes Mazzoni. México: Fondo de Cultura Económica, 2000. p. 597.

²³⁶ Idem, p. 480-487.

economia e o Estado composta, antes de tudo, da esfera íntima (em especial a família), da esfera das associações (em especial as associações voluntárias), dos movimentos sociais e das formas de comunicação pública”²³⁷, sendo este o espaço no qual se reproduzem e transmitem-se culturas, tradições e relações sociais.

Este conceito está inserido em uma perspectiva de análise tripartite de organização societal que questiona a dicotomia público (Estado) e privado (mercado), que historicamente tem separado a sociedade do Estado e reduzido o conceito de política ao campo da organização estatal. A ruptura desta dicotomia se dá, na medida em que, denunciando e publicizando os problemas e injustiças sociais, a sociedade civil opera em âmbito público, porém diferente do Estado, ao mesmo tempo em que, ancorada na esfera privada, diferencia-se do mercado. A articulação da sociedade civil com a racionalidade comunicativa e, portanto, com um conjunto de atores que constroem novas identidades e solidariedades, tematiza problemas, demanda novos direitos, institui novos valores e reivindica novas instituições reserva a esta esfera um lugar que, diferenciado do Estado e mercado, se traduz pelos princípios da pluralidade, privacidade, legalidade e publicidade.²³⁸

Assim, no seu âmbito, há instituições especializadas que asseguram a integração social, com o diferencial de que elas não se reproduziriam dentro da lógica sistêmica. Nesses termos, estabelecendo uma distinção radical que inclusive lhes rendeu críticas, Cohen e Arato propõem que aquelas “instituições que podem ser coordenadas

²³⁷ Sistema significa “um conjunto de relações sociais organizado formalmente e dirigidas pelos meios.” Pode-se dizer, então, que as relações sociais são vistas como meio para se alcançar determinado fim, o qual, no âmbito do Estado, se identifica com o poder, e no âmbito do mercado, com o lucro. Ver: ARATO, Andrew; COHEN, Jean. *Sociedad civil y teoría política*. Tradução Roberto Reyes Mazzoni. México: Fondo de Cultura Económica, 2000. p. 8.

²³⁸ SCHERER-WARREN, Ilse; LÜCHMANN, Lígia Helena. H. (Orgs.). Situando o debate sobre movimentos sociais e sociedade civil no Brasil. Florianópolis: *Política e Sociedade*, v. 3, n. 5, p. 13-36, 2004. p.19.

comunicativamente aparecem enquanto formas de sociedade civil, ao passo que aquelas guiadas pelo dinheiro ou pelo poder aparecem no nível institucional do sistema”.²³⁹ Essa proposição, revista pelos próprios autores com a identificação de aspectos em que o conceito precisa ser mais bem trabalhado, abre margem para a exposição de importantes e necessárias considerações. Mas, antes de expô-las convém registrar o contexto no qual essas noções sobre a sociedade civil foram elaboradas e que é capaz de esclarecer muito a respeito dos seus elementos constitutivos.

Sérgio Costa entende que o renascimento do debate sobre a sociedade civil está associado à emergência de movimentos de luta pela liberdade e democracia. Na década de 70, em diferentes partes do mundo, movimentos oriundos da sociedade civil questionaram o papel de um Estado burocrático, que restringia – ou até impedia – a organização da sociedade e sua participação no processo político. Enquanto no Leste Europeu a população opunha resistência ao Estado socialista, onipresente e inibidor das possibilidades de atuação social, na América Latina as oposições confrontavam o autoritarismo dos regimes militares. Do mesmo modo, no contexto das sociedades liberal-democráticas europeias, nas quais a democracia consolidou-se como regime político, ações organizadas da população forneceram o substrato necessário para o renascimento da discussão a respeito das funções da sociedade civil.

No entendimento de Costa, no espaço europeu, movimentos sociais e outros tipos de ações de protesto questionavam a tutela excessiva do Estado de bem-estar social e a impossibilidade de influência sobre o processo político, evidenciando “que as formas clássicas de exercício da cidadania política (partidos, eleições, etc.) não mais atendem plenamente as demandas por participação de amplos segmentos da população”.²⁴⁰ Nessa conjuntura, as manifestações dos denominados *novos movimentos sociais* constituíram o recheio empírico necessário ao resgate da categoria sociedade civil e da discussão sobre suas funções democratizadoras. Marcantes pela heterogeneidade identitária, tais movimentos passaram a lutar contra formas de

²³⁹ ARATO, Andrew; COHEN, Jean. Sociedade civil e teoria social. In: AVRITZER, Leonardo (Org.). *Sociedade civil e democratização*. Belo Horizonte: Del Rey, 1994. p. 178.

²⁴⁰ COSTA, Sérgio. Op. cit., p. 42.

dominação e exclusão que não se resumiam àquelas inerentes à relação produção-trabalho, mas assumiam vários formatos.²⁴¹

Referida contextualização esclarece muito sobre o cenário que embasou a origem das ideias de Cohen e Arato, que não são abandonadas integralmente apesar da interessante autocrítica realizada.²⁴² Nesses termos, cabe reafirmar a pertinência do conceito apresentado, pois ele promove clara demarcação de espaços que, de várias maneiras, diferem entre si.

O modelo de três partes é, para os autores, um ponto de partida necessário, pois, no contexto contemporâneo, não é possível pensar a sociedade civil segundo um modelo dicotômico que separa Estado e sociedade. Diante do crescimento da economia autorregulada e do poder do mercado, esse pensamento reduziria as relações sociais a relações meramente mercantis, desconsiderando que a esfera social também se reproduz por meio de relações de cooperação e solidariedade.²⁴³

No entanto, a ressalva persiste no que diz respeito ao entendimento de que cada esfera guia-se por determinada racionalidade que lhe é própria, generalizando o conjunto relacional nela contido e ignorando a possibilidade de interligação das lógicas comunicativa e sistêmica. Acredita-se que a tentativa de especificar, com notas de pureza e rigidez, os campos sociais organizados em torno da comunicação, dinheiro e poder, deixando de perceber a confusão de meios, métodos e objetivos dos seus atores, resulta na perda dos intervalos de mediação entre eles. E esse maniqueísmo, quer dizer, a comunicação associada às manifestações da sociedade civil, e o poder e o dinheiro associados às manifestações do Estado e mercado dificultam, por exemplo, a percepção de que grupos da sociedade civil podem

²⁴¹ COSTA, Sérgio. Op. cit., p. 42-43.

²⁴² “A despeito das (auto)críticas, Arato não propõe o abandono do conceito de sociedade civil, entendendo que, reparando-se algumas imprecisões conceituais, a categoria ainda pode desempenhar função analítica relevante, além de constituir marco orientador importante para a ação política.” Ver: Idem, p. 54.

²⁴³ DE FAZIO, Marcia C. Puydinger. *A sociedade civil global e a rede: resistência à globalização desde cima?* Ijuí: Ed. Unijuí, 2012. p. 65.

reproduzir em seu interior relações de poder semelhantes às quais combatem.²⁴⁴

Nesse sentido, dois anos após a construção do conceito anteriormente referenciado, Arato ponderou que falta à sociedade civil uma coordenação unívoca e clara, de maneira que não é possível “caracterizar a comunicação livre de dominações como princípio de ação próprio a tal esfera”.²⁴⁵ Com isso, além de os meios de organização fundados na comunicação possuírem graus de importância distintos nos vários níveis da sociedade civil e do dinheiro e do poder também permearem a concretização dos objetivos de muitos dos seus atores, não é possível ignorar que processos comunicativos não são monopólio da sociedade civil, mas podem ser encontrados como inevitáveis mecanismos de ação nas esferas do Estado e mercado.

As reflexões decorrentes dessa ressalva dão lugar a outra observação relacionada à sociedade civil. A observação de que nessa esfera não se encontra presente uma única forma de coordenação das ações – mas várias –, que há diversos níveis de atuação e são distintos os métodos e objetivos de cada grupo social, os interesses em disputa e os projetos identitários, conduz à compreensão de que não se trata de um espaço homogêneo, no qual estão ausentes os conflitos. Por assumir uma condição de heterogeneidade, tampouco pode representar o bem e o bom, enquanto Estado e mercado encarnam a figuração do mau.²⁴⁶ Em síntese, essas anotações oferecem uma visão mais madura e não ingênua da sociedade civil, demonstrando que a adoção do modelo tripartite não

²⁴⁴ “A sociedade civil é não oficial, não governamental e os grupos desta sociedade não são parte do aparato estatal, em outras palavras, não procuram ganhar o controle do Estado. Além disso, a sociedade civil é uma esfera não comercial – os seus grupos não são empresas ou partes de companhias e nem procuram obter lucros, contudo, em alguns casos tais linhas de diferenças podem se tornar obscuras, por exemplo, uma ONG organizada pelo governo ou um *lobby* empresarial sobre questões sociais.” Ver: MATTAR, Khris. Op. cit., p. 121. Nota 11.

²⁴⁵ COSTA, Sérgio. Op. cit., p. 53.

²⁴⁶ Evelina Dagnino declara que “a sociedade civil é composta por uma heterogeneidade de atores sociais (entre eles, atores conservadores), que desenvolvem formatos institucionais diversos (sindicatos, associações, redes, coalizões, mesas, fóruns) e uma grande pluralidade de projetos políticos, alguns dos quais podem ser, inclusive, não-civis ou pouco democratizantes.” Ver: DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto.; PANFICHI, Aldo (Org.). *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra; Campinas: Unicamp, 2006. p. 27.

vem acompanhada de uma visão simplista das ações e do potencial transformador dos atores sociais.

Afirma-se, por fim, que a categoria sociedade civil consiste num amplo *guarda-chuva*, sob o qual se inserem inúmeros tipos de ação coletiva, que se apresentam na forma de associações civis, organizações e movimentos sociais.²⁴⁷ Sua composição, fundada nas ideias de autoconstituição, automobilização e independência, dá-se comumente no plano nacional, ou seja, as demandas por garantias de direitos, proteção social, participação política e defesa da cidadania ocorrem no marco territorial dos Estados-nação.²⁴⁸ Uma característica essencial à execução e efetivação dessas ações está no seu caráter ativo, no sentido de que não se trata de uma esfera passiva, defensiva, fechada em seus próprios canais de comunicação, mas que guarda em si o potencial para exercer algum tipo de influência sobre o Estado e o mercado.²⁴⁹

²⁴⁷ Céli Regina J. Pinto explica que a sociedade civil não só não inclui todos os cidadãos, como também tem uma existência concreta que vai muito além da presença de cidadãos e cidadãs. Ela tem a ver com organizações, com a presença de cidadãos agindo coletivamente em áreas da vida cotidiana, cívica, religiosa, cultural, artística, sindical, associativa, voluntária, que se formalizam em movimentos sociais, igrejas, clubes, associações, ONGs, etc. Ver: PINTO, Céli Regina Jardim. A sociedade civil “institucionalizada”. Florianópolis: *Política e Sociedade*, v. 3, n. 5, p. 100-117. 2004.

²⁴⁸ Estudos analisam a conformação de uma sociedade civil global. Sobre o tema, ver: DE FAZIO, Marcia C. Puydinger. Op. cit.; GLASIUS, Marlies; KALDOR, Mary [et al]. *Global civil society*. Oxford: Oxford University Press, 2002.; KEANE, John. *Global civil society?* Cambridge: Cambridge University Press, 2003.; COHEN, Jean. Sociedade civil e globalização: repensando categorias. Rio de Janeiro: *Dados*, v. 46, n. 3, p. 419-459, 2003. Também disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 13 abr. 2015.

²⁴⁹ A sociedade civil “[...] não deve ser vista unicamente como algo passivo, como uma rede de instituições, mas também como algo ativo, como o contexto e produto de atores coletivos que constituem-se a si mesmos.” Ver: ARATO, Andrew; COHEN, Jean. *Sociedad civil y teoría política*. Tradução Roberto Reyes Mazzoni. México: Fondo de Cultura Económica, 2000. p. 17. Ver também o interessante estudo de Lígia Lückmann, no qual, ao expor sobre o associativismo civil e seu papel representativo nas sociedades democráticas, apresenta um mapa informativo sobre a sociedade civil e os movimentos sociais: LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. Associativismo civil e representação democrática. In: SCHERER-WARREN, Ilse; LÜCHMANN, Lígia Helena. H. (Org.). *Movimentos sociais e participação*: abordagens e experiências no Brasil e na América Latina. Florianópolis: Editora UFSC, 2011. p. 115-140.

2.2.2 Movimentos sociais

Na percepção de Cohen e Arato, os movimentos sociais são os atores responsáveis por tornar manifesto aquele caráter ativo da sociedade civil, pois, na qualidade de elementos dinâmicos, “defendem espaços para a criação de novas identidades e solidariedades e buscam tornar as relações dentro das instituições da sociedade civil mais igualitárias e democráticas”.²⁵⁰ Conservam e desenvolvem a estrutura comunicativa do mundo da vida e, ao mesmo tempo, orientam suas atuações estratégicas – disputas por reconhecimento, inclusão e participação – aos campos político e econômico, procurando “influir nos atores da sociedade política para que tomem decisões políticas e iniciem reformas adequadas às novas identidades coletivas”.²⁵¹

Essas noções permitem vislumbrar algumas imagens elucidativas a respeito dos movimentos sociais. Não obstante, exatamente porque essas imagens não são claras como se faz necessário que o sejam, sendo de grande importância apresentar um conceito operacional sobre o qual se apoiará o entendimento dos assuntos a serem abordados neste e no próximo capítulo, passa-se a expor sobre aspectos teórico-conceituais e, novamente, o imprescindível recorte analítico a ser efetuado.

No decorrer do século XX, inúmeras teorias procuraram interpretar e compreender os movimentos sociais e, em consequência disso, o seu “conceito tem sofrido, historicamente, uma série de alterações”.²⁵² Para tanto, contribuíram os olhares de estudiosos procedentes de diversos contextos políticos e socioculturais – a América do Norte, Europa e América Latina “possuem contextos históricos específicos, e lutas e movimentos sociais correspondentes a eles”.²⁵³ – e também as mudanças ocorridas na esfera das próprias ações coletivas, com o aparecimento de novos tipos de movimentos sociais que,

²⁵⁰ ARATO, Andrew; COHEN, Jean. Op. cit., p. 568.

²⁵¹ Idem, *ibidem*.

²⁵² GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 10. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012. p. 331.

²⁵³ “Os pesquisadores de cada um destes blocos adotaram posturas metodológicas para realizar as análises de suas realidades nacionais, locais ou regionais. Na Europa e na América do Norte estas posturas geraram teorias próprias. Na América Latina as posturas metodológicas foram híbridas, geraram muitas informações, mas o conhecimento produzido foi orientado basicamente por teorias criadas em outros contextos, diferentes de suas realidades nacionais [...]” Ver: Idem, p. 13.

inclusive, permanecem até os dias atuais.²⁵⁴ Dessa maneira, pretender chegar a um conceito único – resultado de uma teoria geral e universal –, pressupondo haver uma só forma de ser movimento que justifique os preceitos caracterizadores por ele designados, parece um despropósito. O que se procura realizar é a fixação de um conceito com base no qual seja possível elaborar argumentos e ideias, tendo em mente tratar-se de um ator social que se forma diante de demandas concretas e reflete as constantes alterações desencadeadas na sociedade.²⁵⁵

Dito isso, explicita-se que, por motivo de delimitação temática, um segundo salto histórico será realizado, deixando de reproduzir as várias teorias a que se fez referência anteriormente, até porque, por estarem voltadas à análise dos movimentos sociais localizados e atuantes no espaço intrafronteiras, faltam-lhes elementos para a explicação das ações coletivas em rede que ultrapassam fronteiras e alcançam a sociedade internacional.²⁵⁶ O objetivo reside em buscar um conceito que possibilite entender o que são os movimentos sociais desde uma perspectiva mais ampla, que possa abranger também um campo de ação global e, ao fazê-lo, não perca sua capacidade explicativa, haja

²⁵⁴ “As mudanças aceleradas que a globalização da economia passou a acarretar; as mudanças políticas no Leste Europeu; o declínio do marxismo como paradigma teórico e projeto de utopia social; a revitalização das políticas neoliberais e o processo de desmonte das estruturas estatais; a revolução tecnológica em curso com a Internet e a era dos computadores; a busca constante das ciências sociais em produzir novidades e novas modas teóricas, novas ondas e eixos referenciais que passam a ser mais emblemáticos do que paradigmáticos; a contínua preocupação com as novas agendas do social, os temas de ponta ou de indicação dos rumos do futuro; tudo isso certamente tem afetado os referenciais dos paradigmas sobre os movimentos sociais.” Ver: Idem, p. 340.

²⁵⁵ Nas palavras de Gohn: “[...] outros ainda, como nós, acreditam que nunca haverá uma teoria completamente pronta e acabada sobre eles. Trata-se de uma característica do próprio objeto de estudos. Os movimentos são fluidos, fragmentados, perpassados por outros processos sociais. Como numa teia de aranha eles tecem redes que se quebram facilmente, dada sua fragilidade; como as ondas do mar que vão e voltam eles constroem ciclos na história, ora delineando fenômenos bem configurados, ora saindo do cenário e permanecendo nas sombras e penumbras, como névoa esvoaçante. Mas sempre presentes.” Ver: Idem, p. 345.

²⁵⁶ Consultar, nesse sentido, as conclusões de Khris Mattar. A autora examina os principais paradigmas e teorias dos movimentos sociais no âmbito de um estudo sobre o Movimento de Justiça Global. Ver: MATTAR, Khris. Op. cit., p. 122-144.

vista que a forma global de organização e mobilização constitui o foco deste estudo. Segundo Maria da Glória Gohn e Breno Bringel, vários fatores provocaram mudanças nas interpretações sobre esses atores e a redefinição do seu campo de pesquisa.

No cenário do mundo globalizado a partir do final do século XX, observa-se: a rearticulação das formas de dominação, nova (re)divisão internacional do trabalho entre os Estados-nações operada pelas políticas econômicas contemporâneas e os novos mecanismos de ação dos mercados e agentes financeiros, novas políticas públicas nas quais o Estado passa a gestor/controlador e não promotor direto de bens e serviços; e novas práticas sociais em um mundo crescentemente moldado pela complexidade. Esta globalização assimétrica se beneficiará da importância das redes e dos fluxos das novas tecnologias de informação e comunicação. Isto tudo levou a uma reestruturação das formas de organização e de protestos das ações coletivas e dos movimentos sociais nas últimas duas décadas.²⁵⁷

Com base nessas observações, Gohn conceitua movimentos sociais “como ações coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas”.²⁵⁸ Fundamentando-se nas considerações da mesma autora, pode-se detalhar esse conceito, aplicando-o, por sua propriedade e adequação, nesta tese.

Um movimento social é sempre expressão de uma ação coletiva e decorre de uma luta sociopolítica, econômica ou cultural. Usualmente ele tem os seguintes elementos constituintes: demandas que configuram sua identidade; adversários e aliados; bases, lideranças e assessorias – que se organizam

²⁵⁷ GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno. Apresentação - a discussão contemporânea sobre os movimentos sociais. In: GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno (Org.). *Movimentos sociais na era global*. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 8.

²⁵⁸ Idem, p. 13.

em articuladores e articulações e formam redes de mobilizações –; práticas comunicativas diversas que vão da oralidade direta aos modernos recursos tecnológicos; projetos ou visões de mundo que dão suporte a suas demandas; e culturas próprias nas formas como sustentam e encaminham suas reivindicações.²⁵⁹

Em síntese, movimentos sociais são um tipo de ação coletiva, dentre outros que integram a sociedade civil organizada, e originam-se da união de características que lhes são próprias: uma identidade coletiva, um campo de conflito e adversários, um projeto de transformação.²⁶⁰ Deve-se destacar que essas características não deixam

²⁵⁹ GOHN, Maria da Glória. *Novas teorias dos movimentos sociais*. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012. p. 14.

²⁶⁰ Entre os níveis organizacionais da sociedade civil, Scherer-Warren menciona aqueles que, em sua opinião, são frequentes e presentes na sociedade contemporânea: as organizações de base ou associativismo localizado – “nesse nível podem ser incluídos ONGs, terceiro setor, associações civis/comunitárias, ações coletivas de base local (empírica e popularmente denominadas de ‘movimentos populares’ ou ‘movimentos de base’) e coletivos de cidadãos envolvidos com causas socioeconômicas, culturais, ambientais, dentre outras.” –; as organizações de articulação e mediação política – “nesse nível encontram-se os fóruns de representantes das organizações de base e de cidadãos engajados, associações nacionais de ONGs e terceiro setor, redes interorganizacionais de interesse público e as redes de redes, que buscam se relacionar entre si para o empoderamento da sociedade civil, representando as organizações e movimentos do associativismo localizado e/ou temático. É através dessas formas de mediação que se dá a interlocução e as parcerias mais institucionalizadas entre a sociedade civil e o Estado.” –; as mobilizações na esfera pública – “diz respeito às marchas ou manifestações no espaço público local, regional, nacional ou transnacional (protestos, campanhas, ‘semanas’ etc.) em defesa da cidadania ou em prol de direitos humanos ameaçados ou a serem conquistados. Estas mobilizações são fruto da articulação de atores dos movimentos sociais localizados, das ONGs, dos fóruns e redes de redes, mas buscam transcendê-los através de grandes manifestações em praça pública, incluindo a participação de simpatizantes, com a finalidade de produzir visibilidade através da mídia e efeitos simbólicos para os próprios manifestantes (no sentido político-pedagógico) e para a sociedade em geral, como uma forma de pressão política das mais expressivas no espaço público contemporâneo.” Por fim, as redes de movimentos sociais, último nível organizacional da sociedade civil reconhecido pela autora, referem-se “à articulação entre vários atores ou organizações que participam dos níveis organizacionais acima.” Ver:

de existir e tampouco perdem seu caráter explicativo quando se pensa em redes de movimentos, representativas do pensar e agir coletivo contemporâneo. Logo, no tocante aos movimentos sociais estruturados em rede, igualmente pressupõe-se a criação de uma identidade grupal, a fixação dos conflitos e adversários comuns e a formulação, diante dos valores partilhados, de um projeto ou utopia de mudança, de transformação do *status quo*.²⁶¹

Apoiando-se em referidas noções conceituais, passa-se a examinar sobre a emergência desta nova categoria analítica – movimentos sociais em rede –, com a qual é possível pensar na formação e atuação do Movimento de Justiça Global.

2.2.3 Movimentos sociais em rede

Esta explanação impõe a retomada de noções a respeito da revolução tecnológica informacional e da conformação estrutural das sociedades em rede. Entende-se que uma breve revisão de seus aspectos centrais oferecerá melhores condições de compreensão do assunto aqui abordado, pois proporcionará um encadeamento lógico de análise e indicará com clareza a linha de raciocínio adotada.

A revolução informacional, materializada com inovações que se concentraram na geração, processamento e transmissão da informação e difundiram-se amplamente na década de 70, marca o surgimento de um novo paradigma tecnológico. Seu ineditismo não se constitui apenas pelo potencial das descobertas, mas também pelo modo peculiar com que a tecnologia e a sociedade passam a interagir.²⁶² Seus contornos diferem de qualquer precedente e, no âmago das alterações desencadeadas, está o tratamento da informação e da comunicação com base em novos conhecimentos científicos e tecnológicos. O que muda é a forma como se aplica o conhecimento e a informação, o sentido de ambos para as sociedades, e “como a informação é uma parte integral de toda atividade humana, todos os processos de nossa existência individual e coletiva são diretamente moldados (embora, com certeza,

SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes emancipatórias: nas lutas contra a exclusão e por direitos humanos*. Curitiba: Appris, 2012. p. 26-33.

²⁶¹ Idem, p. 25 e 31.

²⁶² CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. Tradução Roneide Venâncio Majer, com a colaboração de Klauss Brandini Gerhardt. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008. v. 1. p. 91-92.

não determinados) pelo novo meio tecnológico”.²⁶³ Estabelece-se um novo modelo relacional, que induz a um padrão de descontinuidade e remodela as sociedades em ritmo acelerado.

Configuram-se sociedades informacionais, pautadas por mecanismos específicos de organização que apoiam-se na informação como fonte fundamental de produtividade e poder e, como não poderia deixar de ser, impactam profundamente nas atividades inerentes à vida humana.²⁶⁴ Um novo marco sociotécnico efetivou-se e alcançou todas as esferas de ação, de maneira que a emergência de um conjunto de relações implementado segundo a lógica de redes é o elemento central dessa mudança. No seu âmbito, funções e processo dispuseram-se em torno de redes, dando ensejo à atual morfologia das sociedades em rede.²⁶⁵

Redes compõem-se por nós interconectados que assumem natureza específica em cada caso. Conformam espaços de fluxos sem distâncias ou limites, e seu formato aberto e sempre capaz de expandir-se oferece a flexibilidade necessária para constantes inovações, de modo que “uma estrutura social com base em redes é um sistema aberto altamente dinâmico suscetível de inovação sem ameaças ao seu equilíbrio”.²⁶⁶ Na atualidade, as ações percorrem meios virtuais informatizados e, como tal, a Internet desempenha papel notável, distinguindo-se como ferramenta necessária para o formato organizacional e funcional das redes. Ainda, ao permitir a comunicação de muitos com muitos, ela viabiliza a criação de redes de informação que proliferam em todos os domínios da sociedade. Mas, o mais importante é que a Internet serve igualmente a todos os setores, guardando em si potencialidades que abrem espaço para relações que vão além dos limites do Estado, integrando o mundo por meio de verdadeira teia eletrônica.²⁶⁷

O modo de produção capitalista – a nova economia em rede – e os mecanismos de atuação da sociedade civil – atores sociais

²⁶³ CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. Tradução Roneide Venâncio Majer, com a colaboração de Klauss Brandini Gerhardt. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008. v. 1. p. 108.

²⁶⁴ Idem, p. 50-51.

²⁶⁵ Idem, p. 108.

²⁶⁶ Idem, p. 566.

²⁶⁷ CASTELLS, Manuel. *A galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade*. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p. 7-8.

organizados em rede – são exemplos de setores da atividade humana que estruturam relações sobre as fronteiras. Pode-se afirmar que, se de um lado a fluidez das redes permitiu às forças produtivas, ao comércio e ao consumo disporem-se em escala global, de outro, possibilitou novas formas de articulação dos atores sociais.²⁶⁸ Há o diferencial, porém, de que as redes da sociedade civil constroem-se segundo outra lógica, caracterizam-se como redes de resistência politicamente construídas, cuja finalidade consiste em apontar problemas e discutir soluções para além do que propõem os projetos sistêmicos, sendo concebidas fundamentalmente por laços sociais de afinidade, identidade, solidariedade e cooperação.²⁶⁹

Segundo Ilse Scherer-Warren, nas sociedades globalizadas dos fins do século XX, o associativismo localizado e os movimentos sociais de base local “percebem cada vez mais a necessidade de se articularem com outros grupos com a mesma identidade social ou política, a fim de ganhar visibilidade, produzir impacto na esfera pública e obter conquistas para a cidadania”.²⁷⁰ É inequívoca a dimensão estratégica dessas redes, que assumem as feições de “elemento organizativo, articulador, informativo e de empoderamento de coletivos e de movimentos sociais no seio da sociedade civil e na sua relação com

²⁶⁸ MARTINS, Paulo Henrique. Redes sociais como novo marco interpretativo das mobilizações coletivas contemporâneas. Salvador: *Caderno CRH*, v. 23, n. 59, p. 401-418, 2010.

²⁶⁹ As redes da sociedade civil podem ser definidas em termos morfológicos, mas também podem ser conhecidas a partir do seu potencial de empoderamento, tanto das partes quanto do todo, e essa é uma questão fundamental à compreensão das suas possibilidades estratégicas. Ver mais em: SCHERER-WARREN, Ilse. Redes e sociedade civil global. In: HADDAD, Sérgio (Org.). *ONGs e universidades: desafios para a cooperação na América Latina*. São Paulo: Abong; Peirópolis, 2002. p. 67-69.; CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. Tradução Roneide Venâncio Majer, com a colaboração de Klauss Brandini Gerhardt. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008. v. 1. p. 566.; MANCE, Euclides A. *A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual*. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 23-25.

²⁷⁰ SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. Brasília: *Sociedade e Estado*, v. 21, n. 1, 2006. p. 113. Ver oportunas explanações sobre redes de ações coletivas na realidade latino-americana, em: SCHERER-WARREN, Ilse. Redes e sociedade civil global. In: HADDAD, Sérgio (Org.). *ONGs e universidades: desafios para a cooperação na América Latina*. São Paulo: Abong; Peirópolis, 2002. p. 74-81.

outros poderes instituídos”.²⁷¹ Sobre essa ideia, no entanto, é importante ter em mente que “a rede em si não é virtuosa – depende do que fazemos com ela e de como os elos se relacionam entre si”;²⁷² e sua dimensão estratégica pode assumir tanto um viés libertário quanto totalitário, a exemplo das variações morfológicas, simbólicas e de aquisição do poder que praticam e almejam as redes terroristas e aquelas da sociedade civil, ou as variações internas em cada uma delas.

Na morfologia, as redes terroristas se organizam através de células com um número bastante limitado de membros, em que o chefe faz a ligação com a célula seguinte, reduzindo ao mínimo o risco de penetração inimiga, porque os membros só conhecem o que devem conhecer e os elos (chefes) só conhecem um número limitado de membros de outra célula. Nas redes de movimentos sociais, todos os membros podem ter visibilidade pública e justamente o papel dos elos estratégicos é difundir informações, dar organicidade e empoderamento público à rede. Do ponto de vista conceptual, as redes terroristas praticam ‘o uso ilícito de violência contra pessoas ou bens para intimidar ou coagir um governo, a população civil ou parte dela, para alcançar objetivos políticos ou sociais... procuram deliberadamente incutir terror, não só às vítimas como ao resto da população.’ As redes de movimento praticam atos de solidariedade civil, fazem manifestações públicas pacíficas, buscam criar legitimidade na esfera pública para suas causas ou pleitos e ampliar o empoderamento da sociedade civil.²⁷³

Tal reconhecimento evita uma interpretação mecanicista, maniqueísta e parcial da dinâmica social, conduzindo à percepção de

²⁷¹ SCHERER-WARREN, Ilse. Redes sociais: trajetórias e fronteiras. In: DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério L. Lima. *Redes, sociedades e territórios*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005. p. 42.

²⁷² SCHERER-WARREN, Ilse. Redes e sociedade civil global. In: HADDAD, Sérgio (Org.). *ONGs e universidades: desafios para a cooperação na América Latina*. São Paulo: Abong; Peirópolis, 2002. p. 68.

²⁷³ Idem, p. 68-69.

que as redes formadas no âmbito da sociedade civil assumem a natureza pertinente aos objetivos de seus elos.

No tocante às estratégias libertárias, reativas e de ampliação do empoderamento da sociedade civil em face das contradições do recente processo de globalização, a organização em redes apresenta-se como nova estrutura a serviço das ações coletivas²⁷⁴, haja vista que, por intermédio delas, é possível promover ligações entre projetos identitários e aproximar grupos distintos, mas vinculados por um propósito maior e comum de mudança social, combate às formas de desigualdade, pobreza e exclusão. Esse intercâmbio oportuniza a geração de laços que transpõem o local, proporcionando meios para que grupos situados em lugares mais ou menos distantes encontrem-se e estendam sua influência até o espaço global.²⁷⁵

A conexão em redes “aposta na possibilidade de conectar o local ou o específico com o global ou com o interesse mais geral de uma sociedade, de uma região ou mesmo do planeta”.²⁷⁶ Nesses termos, “o movimento feminista compreende múltiplas práticas que vão desde as realizadas por sujeitos sociais em suas vidas cotidianas, às de grupos femininos comunitários, de ONGs que trabalham com a questão da mulher, da representação civil na esfera pública, até as da participação

²⁷⁴ “A expressão *ações coletivas* tem sido geralmente utilizada, mesmo na academia, como definição de um conceito empírico para se referir a toda e qualquer forma de ação reivindicativa ou de protesto realizada através de grupos sociais, tais como associações civis, agrupamentos para a defesa de interesses civis comuns, organizações de interesse público. Dessa forma, a noção de ação coletiva é genérica e abrangente, referindo-se a diferentes níveis de atuação, dos mais localizados e restritos (uma ONG, por exemplo), aos de um alcance mais universal na esfera pública (um movimento social propriamente dito, por exemplo).” Ilse Scherer-Warren segue a visão de que a noção de ação coletiva não se refere, porém, “[...] a ações não estruturadas, que não obedeçam a alguma lógica de racionalidade, como os tumultos públicos espontâneos, por exemplo. Ela envolve uma estrutura articulada de relações sociais, circuitos de interação e influência, escolhas entre formas alternativas de comportamento.” Ver: SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes emancipatórias*: nas lutas contra a exclusão e por direitos humanos. Curitiba: Appris, 2012. p. 22.

²⁷⁵ Ver: MAGALHAES, Alexandre Almeida de. Transversalidade da ação coletiva: a experiência em redes como possibilidade de crítica e publicização. Florianópolis: *Política & Sociedade*, v. 9, n. 17, p. 325-357, 2010.

²⁷⁶ SCHERER-WARREN, Ilse. *Cidadania sem fronteiras*: ações coletivas na era da globalização. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 28.

por meio de organizações de mulheres nos fóruns globais”.²⁷⁷ E ainda, numa conciliação de lutas e demandas, “as preocupações ecológicas, de subordinação de gênero ou discriminação racial ou etária, passam a se inserir em associações de outra natureza, como as de moradores ou sindicais. O discurso da autonomia identitária passa a dar lugar ao da solidariedade e das parcerias interorganizacionais ou inter-redes.”²⁷⁸

Na qualidade de atores sociais e um tipo de ação coletiva, ao se constituírem redes, os movimentos sociais deram ensejo à emergência de uma nova categoria analítica, isso porque criaram outra maneira de *ser movimento*. Ilse Scherer-Warren pondera que na contemporaneidade eles “podem ser mais amplamente explicados quando os atores sociais ou formas de coletividade que os compõem forem tratados a partir de uma perspectiva de análise de redes sociais e organizacionais.”²⁷⁹ Considerada sua trajetória histórico-teórica, o estudo em termos de redes caracteriza-se como o registro de uma conjuntura em que se reconhece a importância da integração da diversidade.

A formação dos movimentos acontece segundo um processo conjunto, caracterizado pela pluralidade de envolvimento que se traduzem em redes multi-identitárias, passando das lutas estruturadas em torno de assuntos específicos para aquelas que contemplam variação

²⁷⁷ SCHERER-WARREN, Ilse. *Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 17. Sobre a temática, ver o seguinte estudo: REYNALDO, Renata Guimarães. *O fenômeno global e o papel dos movimentos feministas na efetivação de uma globalização contra-hegemônica*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Direito. Dissertação de Mestrado, 2012.

²⁷⁸ SCHERER-WARREN, Ilse. Redes e sociedade civil global. In: HADDAD, Sérgio (Org.). *ONGs e universidades: desafios para a cooperação na América Latina*. São Paulo: Abong; Peirópolis, 2002. p. 78.

²⁷⁹ SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes emancipatórias: nas lutas contra a exclusão e por direitos humanos*. Curitiba: Appris, 2012. p. 25. “Movimentos sociais, enfim, são redes sociais complexas que transcendem organizações empiricamente delimitadas e que conectam, de forma simbólica, solidarística e estratégica, sujeitos individuais e atores coletivos, que se organizam em torno de identidades ou identificações comuns, da definição de um campo de conflito e de seus principais adversários políticos ou sistêmicos e de um projeto ou utopia de transformação social. As identidades e os conteúdos das lutas podem ser específicos (ambientalista, feminista, étnico etc.) ou transidentitários (eco-feminismo, anti-racismo ambientalista etc).” Ver: Idem, p. 24.

temática.²⁸⁰ Contudo, o surgimento de práticas articuladas não deve ser analisado de um ponto de vista que ignora ou atribui importância menor ao papel desempenhado pelo agir local e, em verdade, a grande inovação consiste no potencial agregador das ações localizadas em busca de um resultado mais abrangente.²⁸¹ Nas palavras de Scherer-Warren, as práticas atuais “buscam a formação de identidades coletivas em torno de princípios éticos universalizáveis, sem contudo eliminar as especificidades ou particularidades comunitárias, regionais, setoriais ou de outra natureza”.²⁸²

Representativa de ressignificações no plano organizacional da sociedade civil, as redes de movimentos sociais incluem inúmeros movimentos, organizações populares e não governamentais, indivíduos e grupos informais que costuram em seu interior redes temáticas de pressão e resistência, e almejam construir uma concepção alternativa de mundo e formas de vida. Em síntese, elas unem atores sociais que participam dos distintos níveis da sociedade civil, desde as ações de base até as marchas, protestos e manifestações que ocupam o espaço público de forma mais vasta, em âmbito regional, nacional, transnacional e até global.²⁸³

A complexa diversidade dessas redes impõe a existência de algum acordo interno, tanto no que diz respeito à identificação de valores comuns quanto às estratégias a serem adotadas em suas

²⁸⁰ SCHERER-WARREN, Ilse. Fóruns e redes da sociedade civil: percepções sobre exclusão social e cidadania. Florianópolis: *Política & Sociedade*, v. 6, n. 11, 2007. p. 19-20.

²⁸¹ SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011. p. 22-23. Segundo a autora, a análise em termos de redes de movimentos “implica buscar as formas de articulação entre o local e o global, entre o particular e o universal, entre o uno e o diverso, nas interconexões das identidades dos atores com o pluralismo. Enfim, trata-se de buscar os significados dos movimentos sociais num mundo que se apresenta cada vez mais como interdependente, intercomunicativo, no qual surge um número cada vez maior de movimentos de caráter transnacional, como os de direitos humanos, pela paz, ecologistas, feministas, étnicos e outros.” Ver: Idem, p. 10.

²⁸² Idem, p. 118.

²⁸³ SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes emancipatórias: nas lutas contra a exclusão e por direitos humanos*. Curitiba: Appris, 2012. p. 31. Ver ainda: SILVA, Maria Lúcia Carvalho da [et al.]. *Movimentos sociais e redes: reflexões a partir do pensamento de Ilse Scherer-Warren*. São Paulo: *Serviço Social & Sociedade*, n. 109, p. 112-125, 2012.

atuações. Observa-se que, para sua manutenção, a rede deve possuir uma identidade articulatória construída no plano dos valores com a defesa de princípios éticos universalizantes, como a oposição e o enfrentamento às desigualdades, formas de exploração e de discriminação, à degradação ambiental, ao autoritarismo, violência, entre outros.²⁸⁴ Nesse sentido, o consenso permite a concordância sobre alguns pontos, como aqueles necessários à existência do próprio movimento, isto é, os moldes de uma identidade coletiva, a visualização dos conflitos e seus adversários e a criação de um projeto de mudança societária, política ou cultural – mantendo, entretanto, as diferenças e particularidades de cada grupo.²⁸⁵

Todo esse amplo conjunto de relações tem seus efeitos aprimorados pelos avanços tecnológicos, de modo que as redes informatizadas constituem ferramentas importantes para a conexão entre os diversos grupos.²⁸⁶ Euclides Mance esclarece que não se deve “confundir as redes com os distintos tipos de mediações que as possibilitam, isto é, as redes de organizações sociais não dependem de infovias informatizadas para existir”²⁸⁷; no entanto, inegavelmente os meios técnicos podem aperfeiçoá-las e fortalecê-las. Acredita-se, então, em consonância com as noções de Marcio Vieira de Souza, que o efetivo empoderamento das redes de movimentos sociais encontra-se “intimamente vinculado ao desenvolvimento de redes físicas e de recursos comunicativos.”²⁸⁸

²⁸⁴ SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011. p. 119-122.

²⁸⁵ Sobre o movimento ecológico de São Paulo, “suas várias tendências ‘têm em comum uma visão da relação homem-natureza que se contrapõe à visão hoje dominante. É essa visão que dá o elemento fundamental de união do movimento, isto é, que suporta o sentimento de pertença a uma coletividade nacional e internacional e, portanto, simultaneamente o contrapõe, mesmo que somente em nível de ideias, a uma série de ‘maneira de ser e agir’ hoje predominante em nossa sociedade.” Ver: Idem, p. 118-119.

²⁸⁶ Entende-se, no tocante ao encadeamento das ideias que constituem o presente trabalho, que essa combinação entre estrutura organizacional – movimentos sociais em rede – e ferramenta de ação – a tecnologia – conduz à constituição de um movimento social de caráter global – um Movimento de Justiça Global. Considerações sobre referido tema serão abordadas no próximo capítulo.

²⁸⁷ MANCE, Euclides André. Op. cit., p. 24.

²⁸⁸ SOUZA, Marcio Vieira de. *As vozes do silêncio de uma rede de redes: o movimento pela democratização da comunicação no Brasil (1984-1994)*.

Representante nata da instantaneidade dos fluxos comunicacionais e informativos, a Internet conduz para o espaço virtual manifestações e condutas sociais próprias dos espaços de sociabilidade ancorados territorialmente, fazendo surgir inéditas estratégias de mobilização e um novo tipo de ativismo político.²⁸⁹ Não suplanta os métodos tradicionais de ação, ou seja, os protestos, marchas, campanhas, manifestações e a ocupação física dos espaços públicos, mas caracteriza-se como instrumento alternativo por meio do qual passam a ser formados os processos mobilizatórios.²⁹⁰ O papel instrumental da Internet é, de fato, notório, mas ela “é mais que um mero instrumento útil a ser usado porque está lá.”²⁹¹ O ciberespaço é um terreno disputado e, em grande medida, utilizado pelos movimentos sociais, mas mais do que informar, recrutar e organizar atos com vistas a atrair a mídia, impactar a opinião pública e produzir influência sobre as instituições políticas e econômicas, o ambiente cibernético é um elemento constitutivo dos movimentos sociais em rede.²⁹²

A Internet não é simplesmente uma tecnologia: é um meio de comunicação (como eram os *pubs*), e é a infra-estrutura material de uma determinada forma organizacional: a rede (como era a fábrica).

Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Dissertação de Mestrado, 1995. p. 63. Ver, sobre a ideia lançada neste parágrafo, o exemplo do caso da campanha contra a Alca retratado no seguinte trabalho: MIDLEJ, Suylan. Redes de movimentos sociais: o caso da campanha contra a Alca. In: GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno M. (Org.). *Movimentos sociais na era global*. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 211-227.

²⁸⁹ FONTES, Breno A. S. M. Prefácio. In: SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes emancipatórias: nas lutas contra a exclusão e por direitos humanos*. Curitiba: Appris, 2012. p. 7-8.

²⁹⁰ Consultar: PRUDÊNCIO, Kelly Cristina de Souza. *Mídia ativista: a comunicação dos movimentos por justiça global na Internet*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Tese de Doutorado, 2006. Ver também análise de: MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. *A Internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais*. Porto Alegre: Sulina, 2013.

²⁹¹ CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da Internet*. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

²⁹² CASTELLS, Manuel. *A galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade*. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p. 114-115.

Pelas duas razões, a Internet tornou-se um componente indispensável do tipo de movimento social que está emergindo na sociedade em rede.²⁹³

Assim, observar a dimensão virtual é um passo fundamental para compreender a atuação dos movimentos sociais e a construção da resistência. Sugere-se, porém, no tocante à resistência organizada em redes e na rede, que permanece sendo um desafio falar a mesma língua, conciliar temas e aproximar agendas, de maneira que, como reflexão final, cabe uma indagação: em que medida os movimentos sociais em rede constroem uma concepção mais abrangente e coesa sobre os processos exploratórios e excludentes que lhes são comuns e contra os quais lutam? Ou, em vez disso, apenas aproximam diferentes visões de mundo, que efetivamente seguem num mesmo rumo e encontram-se postas diante dos mesmos conflitos e adversários, mas permanecem não reconhecidas, não traduzidas, num processo de dispersão das forças sociais?²⁹⁴

No entendimento de Boaventura de Sousa Santos, “o trabalho de tradução visa esclarecer o que une e o que separa os diferentes movimentos e as diferentes práticas, de modo a determinar as possibilidades e os limites da articulação ou agregação entre eles.”²⁹⁵ E em tempos recentes, referido trabalho tornou-se ainda mais importante, “à medida que se foi configurando um novo movimento contra-hegemônico ou antissistêmico. Esse movimento tem vindo a propor uma globalização alternativa à globalização neoliberal a partir de redes transnacionais de movimentos locais.”²⁹⁶

²⁹³ CASTELLS, Manuel. *A galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade*. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p. 116.

²⁹⁴ Sobre a organização transnacional dos movimentos sociais e a ideia de confronto político em outra esfera, ver: TARROW, Sidney. *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Tradução Ana Maria Sallum. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 222 e ss.

²⁹⁵ SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006. p. 127.

²⁹⁶ Idem, p. 128.

3. O MOVIMENTO DE JUSTIÇA GLOBAL COMO ATOR NÃO ESTATAL

Este capítulo analisa a atuação do Movimento de Justiça Global e sua condição como ator não estatal das Relações Internacionais contemporâneas.

Em primeiro lugar, a compreensão do seu surgimento deve perpassar a abordagem anteriormente exposta em torno da lógica de redes e estruturação das sociedades em rede, significa dizer, é a dinâmica de ação em redes e na rede, numa interação das redes sociais com a rede tecnológica, que possibilita concretizar a globalização do diálogo, da troca de experiências e da coordenação de práticas. Sua manifestação advém da necessidade de instituir cooperação nas relações internacionais, vislumbrando que os problemas políticos, econômicos, culturais e sociais podem ser enfrentados pela junção de grupos da sociedade civil comprometidos com uma transformação abrangente. Desse modo, tal articulação estende-se até o espaço mais amplo no qual, de fato, são tomadas muitas das decisões.²⁹⁷ Organizado em consonância com os ideais de luta por mudanças e resistência ao *status quo*, esse movimento desempenha um notável papel contra-hegemônico, interferindo nas relações de poder e no protagonismo dos demais atores. Confirma, assim, a inspiradora ideia de que o sistema vigente não segue sem oposição.

Em segundo lugar, a qualidade de global lhe é atribuída tendo como fundamento a delimitação terminológica estabelecida por Odete Maria de Oliveira. De acordo com a autora, “o termo global teoriza o mundo como uma unidade – totalidade –, um sistema-mundo, a humanidade como um todo, uma globalidade cosmopolita, ao mesmo tempo em que se integra, também se desintegra, sintoniza-se e se dessintoniza.”²⁹⁸ Na medida em que transnacionaliza sua atuação, projetando-a para além do território nacional, o movimento mobiliza-se a grandes distâncias e, desconhecendo limites, atinge e atravessa todos

²⁹⁷ Sobre o caráter não democrático e não representativo da tomada de decisões por organizações internacionais em âmbito global, ver evidências trazidas por Khri Mattar no seguinte estudo: MATTAR, Khri. *O movimento de justiça global: uma nova mobilização política de resistência?* Tradução Khri Mattar e Andréa Rosenir da Silva. Ijuí: Ed. Unijuí, 2013. p. 64-90.

²⁹⁸ OLIVEIRA, Odete Maria de. Notas de introdução. In: OLIVEIRA, Odete Maria de (Org.). *Relações Internacionais, direito e poder: o contraponto entre os atores estatais e não estatais*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2015. v. 2. p. 24.

os continentes. Trata-se de uma ocupação fluida, volátil e veloz do globo, cujo objetivo primeiro e central é de combater formas de injustiça que, indistintamente, afetam todas as populações.

3.1 ELEMENTOS DE CARACTERIZAÇÃO

A emergência do Movimento de Justiça Global se dá no contexto de consolidação da nova economia global, estruturada pela revolução da tecnologia da informação e orientada ideologicamente pela teoria neoliberal. Dados os resultados desse processo, ou seja, os efeitos maléficos da globalização dos modos de produção, comércio e consumo, da fluidez dos fluxos de capitais e autonomização do sistema financeiro, do extenso e incontrolável poder adquirido pelas corporações transnacionais, da existência de inéditos mecanismos de tomada de decisão e arranjos de poder, representados pelas atuações do Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio²⁹⁹, da vulnerabilidade do ente estatal, em sua capacidade para proteger as populações e controlar os territórios, a sociedade internacional contemporânea caracteriza-se, entre outros aspectos, pela mobilização de ações organizadas com a finalidade de oferecer oposição à ordem internacional globalizada, hoje estabelecida e predominante.

Provenientes de diversas camadas da população, essas iniciativas criam demandas alternativas que procuram não somente deslegitimar a ordem posta, mas estabelecer algum equilíbrio nas relações. Originam-se em lugares distintos e convergem numa série de encontros, conferências, campanhas, marchas, protestos e fóruns sociais, que

²⁹⁹ Tais instituições são dotadas de competências para definir normas internacionais e impor padrões de conduta aos Estados e suas respectivas populações, originando novas formas de governança que prescindem do seu poder de governo e, além disso, “não são democraticamente estruturadas, não prestam contas a um corpo de cidadãos nem os representam.” Ver: COHEN, Jean. Sociedade civil e globalização: repensando categorias. Rio de Janeiro: *Dados*, v. 46, n. 3, 2003, p. 420-421. Também disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 13 abr. 2015. Ver, ainda, estudos nesse sentido: ROSENAU, James; CZEMPIEL, Ernst Otto (Org.). *Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial*. Tradução Sérgio Bath. Brasília: UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.; RONCATO, Bruna Silveira, *Novos contornos do poder político: o déficit participativo na governança global e o contraponto da emergente sociedade civil*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Direito. Dissertação de Mestrado, 2012.

modelam os contornos de um amplo e difuso Movimento de Justiça Global. Assentando suas bases no *território* global, a ligação que esse movimento cria com a figura estatal não se esgota na função de ator social advindo da sociedade civil. Em verdade, essa ligação complexifica-se, dado o novo cenário pelo qual transita. Inserido no campo das Relações Internacionais, ele interage com os atores estatais e não estatais segundo outra lógica de ação e percepção, e o questionamento ao atual estado de coisas igualmente se modifica, já não sendo direcionado apenas aos Estados em sua política doméstica, mas ao globo e ao conjunto de atores que o integram.

3.1.1 Contexto de formação

Conforme exposto, o Movimento de Justiça Global forma-se em resposta às consequências negativas do processo de organização global da economia – também conhecido como fenômeno da globalização –, que se estrutura com base nas redes e na aplicação de um conjunto de pressupostos político-econômicos neoliberais. É necessário, então, explicitar sobre referido contexto e as questões pertinentes ao entendimento de seus resultados nocivos.

3.1.1.1 Os sucessivos processos globais

No que se refere ao fenômeno da globalização, é importante informar que ele não se manifesta como fato pronto e acabado, cujos contornos são facilmente identificáveis. Na qualidade de processo que é, ou seja, acontecimento em marcha, tem sua origem incerta e seu desfecho desconhecido. Para o presente estudo, tal fenômeno constitui-se a partir de um percurso histórico e de uma sucessão de etapas localizadas em diferentes momentos da trajetória humana. Logo, nos tempos atuais, as sociedades encontram-se sob os efeitos de sua fase mais recente.³⁰⁰

³⁰⁰ A antiguidade do fenômeno da globalização pode remontar a períodos muito distintos, a depender do enfoque adotado por cada autor. Enrique Lewandowsky, por exemplo, associa sua origem com os primeiros movimentos de dispersão do *Homo Sapiens* pelo planeta. Ver: LEWANDOWSKI, Enrique R. *Globalização, regionalização e soberania*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2004. p. 5-6. Serge Gruzinski localiza-a na passagem do século XV para o XVI quando, pela primeira vez, todos os recantos do mundo são revelados. Ver: GRUZINSKI, Serge. *A passagem do século – 1480-1520: as origens da*

Desde a Idade Antiga, feitos marcantes integram cenários pautados por alterações contínuas que vêm ampliando os horizontes da humanidade e ensejando novas interações. Já nessa ocasião, processos globais de natureza política, religiosa e comercial, conduzidos pelo desejo de conquista e aumento do poder, redefiniram territórios e estabeleceram outra noção de espaço, constituindo-se como importantes exemplos de impulsos globalizantes a expansão do mundo helênico e a construção do Império Romano³⁰¹, a difusão do cristianismo, o islamismo e o budismo, e as atividades comerciais de longas distâncias.³⁰²

Especificamente, as relações comerciais materializadas na Antiguidade tendiam a superar distâncias através dos corredores e rotas que perpassavam áreas geográficas distintas e interligavam regiões, envolvendo diferentes povos e produzindo o aprimoramento de técnicas e tecnologias, as quais permitiram intensificar a própria circulação de mercadorias. Tais ações avançaram durante o período medieval e prepararam as grandes mudanças desencadeadas no porvir.³⁰³

Na Idade Moderna, as trocas comerciais constroem um inédito espaço mundial de contatos por meio do avanço ultramarino. Lewandowski considera que as aventuras marítimas representaram feito de grande impacto para a humanidade, abrindo os horizontes do mundo como somente as conquistas do Império Romano haviam promovido até então.³⁰⁴ E, de acordo com Gruzinski, diante da exploração dos mares, o que se globaliza na passagem do século XV para o XVI é o conhecimento do outro. No entendimento do autor, a globalização remete a um fenômeno de desencravamento, ou seja, “corresponde ao

globalização. Tradução Rosa Freire D’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 96-104. Mas, este trabalho adota a perspectiva de Odete Maria de Oliveira, para quem os processos globais têm início na Idade Antiga e sucedem-se até a Idade Contemporânea. Essa escolha justifica-se pela natureza da abordagem efetuada pela autora, isto é, em seus elementos e estruturas, focalizando a estrutura em rede como uma característica central das continuadas globalizações. Ver: OLIVEIRA, Odete Maria de. *Teorias globais e suas revoluções*: elementos e estruturas. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005. v. 1.

³⁰¹ TOYNBEE, Arnold J. *Helenismo*: história de uma civilização. Tradução Waltensir Dutra. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

³⁰² OLIVEIRA, Odete Maria de. Op. cit.

³⁰³ Idem, p. 132-145.; FERRER, Aldo. *Historia de la globalización*: orígenes del orden econômico mundial. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1996. p. 55-88.

³⁰⁴ LEWANDOWSKI, Enrique R. Op. cit., p. 12-13.

fato de setores do mundo que se ignoravam ou não se freqüentavam diretamente serem postos em contato uns com os outros.”³⁰⁵ Formou-se, pela primeira vez na história, um mercado de dimensões planetárias que aproximou a Europa à África, Ásia e América, dando início ao que Aldo Ferrer reconhece como a Primeira Ordem Econômica Mundial³⁰⁶ e, para Odete Maria de Oliveira, corresponde à nova etapa na sucessão de processos globais.

Uma nova economia se fazia anunciar – economia-mundial –, a qual subordinava a vida econômica européia ao mercado de especiarias orientais, ao tráfico de escravos negros e à retirada vergonhosa e sem precedentes de ouro e prata da América. Durante esse período de estranhas fontes de riqueza – subtração – [a] Europa desenvolveu dinâmica expansão comercial, não encontrando paralelo em nenhuma outra civilização anterior, processo que em 1900 daria ao Velho Continente o domínio sobre os demais e sobre a maior parte do mundo.³⁰⁷

Dando sequência à narrativa sobre as tendências de expansão comercial, com a Revolução Industrial ela alcançou proporções inimagináveis e sem precedentes. Inovações decorrentes do processo de industrialização modificaram a atividade produtiva que, por sua vez, permitiu a ampliação e dinamização do comércio internacional. As economias nacionais uniram-se ainda mais intensamente, criando, além de um mercado de dimensões planetárias, uma economia mundial. Eric Hobsbawm esclarece que “na década de 1780, e pela primeira vez na história da humanidade, foram retirados os grilhões do setor produtivo das sociedades humanas, que daí em diante se tornaram capazes de multiplicação rápida, constante, e até o presente ilimitada, de homens, mercadorias e serviços.”³⁰⁸ Mas, na percepção de Aldo Ferrer, a mais relevante mudança desencadeada nesse período consiste no fato de que “[a] partir da Revolução Industrial, sem pausas e em medida crescente, a

³⁰⁵ GRUZINSKI, Serge. Op. cit., p. 97.

³⁰⁶ FERRER, Aldo. Op. cit., p. 14, 179-183.

³⁰⁷ OLIVEIRA, Odete Maria de. Op. cit., p. 151.

³⁰⁸ HOBBSAWN, Eric J. *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. Tradução Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003. p. 50.

tecnologia se converteu no protagonista decisivo da mudança econômica, social e política.”³⁰⁹ Desenvolvendo-se no ritmo acelerado que lhes é peculiar, as ferramentas técnicas e tecnológicas conformaram as bases da mais recente etapa do processo global.

A propósito do percurso exposto, é relevante acrescentar que a formação de estruturas em rede apresenta-se como o elemento determinante do fenômeno de todas as globalizações, e, com isso, cada uma das referidas etapas, por localizarem-se em diferentes épocas, desenvolve modelos específicos de redes que determinam a velocidade, intensidade e alcance dos fluxos que por elas transitam.³¹⁰ A singularidade dos elementos – fluxos – e estruturas – redes – que revestem o fenômeno global em suas várias fases possibilita identificar o prolongamento de projeções globalizantes. Assim, se nas Idades Antiga e Medieval os fluxos apresentavam-se irregulares, transitórios e fragmentados porque dependiam das estruturas então existentes, isto é, meios de transporte e comunicação pouco desenvolvidos, na Idade Moderna diferenciam-se, tornando-se dinâmicos e intensos. E hoje, nos tempos contemporâneos, notadamente após a década de 1960, o progresso tecnológico permite que fluxos instantâneos percorram, sem limite de tempo e espaço, redes virtuais informatizadas.³¹¹

3.1.1.2 A estrutura tecnológica

As tecnologias informacionais ofereceram o suporte necessário para a formação e consolidação do mais recente processo global. A proliferação dos meios de comunicação e a construção de redes de informação instantânea possibilitaram às forças produtivas, comércio e consumo romperem fronteiras e organizarem-se globalmente, fomentando a transição para um novo modelo de economia. Nesse sentido, Odete Maria de Oliveira observa que “o fenômeno da globalização econômica em rede inaugurou singular processo global de interação entre economia informacional e cultura virtual, no qual o sistema complexo da rede constitui o fio condutor da produção,

³⁰⁹ FERRER, Aldo. *Historia de la globalización II: la revolución industrial y el segundo orden mundial*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2000. p. 13.

³¹⁰ OLIVEIRA, Odete Maria de. Op. cit. p. 290.

³¹¹ Idem, p. 289-300.

mercado, distribuição e consumo.”³¹² E, ainda segundo a autora, “o desenvolvimento do sistema rede nos últimos tempos tornou-se fator determinante nos processos de produção tanto de bens como de serviços.”³¹³ Manuel Castells acrescenta que, no final do século XX, o modelo capitalista utilizou-se das inovações provenientes da revolução tecnológica como ferramenta fundamental para promover sua reorganização, e que, sem isso, a criação do modo de produção capitalista global teria sido uma realidade bastante limitada. Na compreensão do autor, “é a conexão histórica entre a base de informações/conhecimentos da economia, seu alcance global, sua forma de organização em rede e a revolução da tecnologia da informação que cria um sistema econômico distinto.”³¹⁴

Ainda que em momentos anteriores a economia tenha apresentado perfil mundial, somente com as estruturas proporcionadas pela tecnologia da informação é capaz de funcionar em tempo real numa escala planetária.³¹⁵ É importante ressaltar, entretanto, que esse fato não a transforma numa economia realmente planetária, já que ela “não abarca todos os processos econômicos do planeta, não abrange todos os territórios e não inclui todas as atividades das pessoas, embora afete direta ou indiretamente a vida de toda a humanidade.”³¹⁶ Em verdade, não são todas as áreas do globo que interessam aos agentes da economia global, sendo o mercado e o capital seletivos quando se trata da geração de lucros e acúmulo de riquezas, motivo pelo qual o recente processo de globalização apresenta-se como fenômeno contraditoriamente inclusivo e excludente.

Na qualidade de fenômeno inclusivo, a ampliação dos sistemas de produção e comércio favoreceu crescente interdependência entre as economias nacionais, permitindo – de modo desigual, é certo – a inclusão e participação de países e regiões no mercado global. O aspecto excludente, por sua vez, evidencia-se como resultado paradoxal da própria inclusão, na medida em que desigualdade e pobreza compõem o outro lado da mesma moeda. Dada a forma como esse processo vem

³¹² OLIVEIRA, Odete Maria de. *Teorias globais e suas revoluções*: impérios de poder e modos de produção. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005. v. 2. p. 203.

³¹³ Idem, p. 204.

³¹⁴ CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. Tradução Roneide Venâncio Majer, com a colaboração de Klauss Brandini Gerhardt. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008. v. 1. p. 119.

³¹⁵ Idem, p. 142-143.

³¹⁶ Idem, p. 173.

sendo construído, a inclusão é parcial e minoritária, ao passo que a exclusão revela-se extensa, propagada, apresentando-se como um resultado natural e até esperado.³¹⁷ Com isso, se a infraestrutura tecnológica projeta-se como elemento intrínseco à sua existência, o pensamento neoliberal é fator essencial ao seu funcionamento direcionado, quer dizer, à instalação de um ideal político-ideológico que o conduza para um rumo certo e determinado.³¹⁸

As ideias dominantes são, em essência, o reflexo de preferências políticas fortemente respaldadas pelas elites dominantes em um dado momento. Em comparação, o fenômeno da globalização supõe fundamentalmente um desenvolvimento material que é reflexo da expansão das capacidades tecnológicas a uma escala global, assim como da desterritorialização destas graças à informática e à internet. Estes avanços poderiam ter seguido os passos de outras imagens alternativas do mundo, economicistas ou não economicistas, incluindo vários matizes do keynesianismo, diferentes tipos de democracia neosocial e um grande número de enfoques possíveis da economia política que deve aplicar o governo, quer dizer, de como manejar optimamente as relações básicas entre atividade econômica e sociedade.³¹⁹

Conforme se desenvolverá na sequência, o neoliberalismo preconiza a atuação do mercado e defende que o seu não predomínio

³¹⁷ Sobre essa questão, ver análise desenvolvida na seguinte obra: DE FAZIO, Marcia C. Puydinger. *A sociedade civil global e a rede: resistência à globalização desde cima?* Ijuí: Ed. Unijuí, 2012.

³¹⁸ A reestruturação do capitalismo é marcada, também, pela “intervenção estatal para desregular os mercados de forma seletiva e desfazer o estado do bem-estar social com diferentes intensidades e orientações, dependendo da natureza das forças e instituições políticas de cada sociedade.” Ver: CASTELLS, Manuel. Op. cit., p. 39-40.

³¹⁹ FALK, Richard. *La globalización depredadora: una crítica*. Tradução Herminia Bevia e Antonio Resines. Buenos Aires: Siglo Veintiuno de Argentina Editores, 2002. p. 2.

daria lugar ao caos.³²⁰ Portanto, o fenômeno da globalização – predominantemente econômica, mas também política, cultural, social – remete à elevação do mercado e do capital desregulado a uma posição de predomínio, ainda que esse conjunto ideológico não lhe seja intrínseco e somente reflita a consolidação de preferências dominantes.

3.1.1.2 O pensamento neoliberal

O neoliberalismo emerge como corrente de pensamento que recupera as bases do liberalismo clássico e resgata o seu contributo teórico, mas sem com ele se confundir. Nesse sentido, constitui-se como um desdobramento de preceitos que, elaborados e consolidados ao longo dos séculos XVIII e XIX, expressam uma visão de mundo, uma forma de vida e uma teoria do Estado. Dito isso, é necessário discorrer brevemente acerca dos pressupostos fundantes da doutrina liberal e, além disso, tecer esclarecimentos acerca do significado dos termos aqui utilizados, a fim de evitar confusões em relação ao tema abordado no primeiro capítulo, que estabelece distinção entre os períodos clássico e contemporâneo das Relações Internacionais, e examina a contribuição liberal para o estudo da disciplina.

Sobre a doutrina liberal, primeiramente é oportuno salientar que ela estabeleceu-se como representação moral, política e econômica do mundo moderno no decorrer do século XVIII, encontrando seu apogeu na segunda metade do século XIX. Assim, está-se diante de uma construção teórica que acumula mais de trezentos anos e traz em seu bojo diferentes análises, vertentes e fundamentações. O objetivo aqui pretendido não consiste em expor essa trajetória em suas inúmeras facetas e transformações, mas apenas traçar as linhas mestras do liberalismo que embasaram a formulação do projeto neoliberal.³²¹

No centro das formulações liberais concentram-se os princípios da igualdade, liberdade individual e proteção estatal aos cidadãos e suas propriedades privadas, sendo o exercício do direito de propriedade condição *sine qua non* para a realização e garantia da liberdade.³²² Francisco Holanda entende existir estreita ligação entre o liberalismo e

³²⁰ HINKELAMMERT, Franz Josef. *Crítica à razão utópica*. Tradução Álvaro Cunha. São Paulo: Edições Paulinas, 1988. p. 47-94.

³²¹ HOLANDA, Francisco Uribam Xavier. *Do liberalismo ao neoliberalismo: o itinerário de uma cosmovisão impenitente*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998. p. 15-16.

³²² Idem, p. 14.

uma concepção individualista da natureza humana, de modo que todo o seu edifício teórico pauta-se pela percepção do indivíduo e de suas necessidades pessoais. A ideia de liberdade constrói-se em torno das possibilidades de ação e “é entendida como ausência de coerção sobre os indivíduos, ausência de impedimento às satisfações pessoais, aos gostos e à livre procura de objetivos individuais.”³²³ Assim sendo, qualquer interferência que possa gerar limitações sobre a ação humana deve ser sempre combatida.

O pleno direito à propriedade, segundo a perspectiva liberal, tem existência por lei natural, não podendo ser tolhido ou até regulamentado pelo Estado e constituindo-se como o principal instrumento promotor da liberdade e realização de desejos. Nessa concepção, insere-se a defesa da propriedade dos meios de produção e, tendo em vista que liberdade econômica é o motor da prosperidade, a criação de uma empresa, orientação da produção, contratação de mão de obra, concorrência e preços devem submeter-se unicamente a um conjunto relacional livre, sendo conduzidos pela lei da oferta e da procura. Esse é um modelo de sociedade que se denomina economia de mercado. Ele afasta o planejamento da esfera econômica, e aos governos cabe legislar em favor da propriedade e livre concorrência, deixando que o mercado realize a distribuição de bens e serviços, pois, do contrário, interfeririam diretamente na propriedade privada e liberdade dos cidadãos.³²⁴

Embora advenham da mesma tradição de pensamento, tais orientações diferem da reflexão liberal sobre as Relações Internacionais. Adotando uma perspectiva eminentemente político-econômica, elas não se confundem com aquelas trabalhadas no primeiro capítulo, que discorrem a respeito da contribuição do liberalismo para o estudo e compreensão das relações internacionais.

Anteriormente, a análise enfocou como os elementos do pensamento liberal moldaram, por certo período e num determinado contexto, a percepção das relações entre Estados, dando ensejo à formação de uma teoria da política internacional que indica caminhos de conciliação e cooperação. Agora, a atenção volta-se aos pressupostos centrais do neoliberalismo, de modo que examiná-los exige a recuperação de ideais econômicos liberais que contemporaneamente são retomados, reexaminados e aplicados. Esses ideais foram amplamente

³²³ HOLANDA, Francisco Uribam Xavier. *Do liberalismo ao neoliberalismo: o itinerário de uma cosmovisão impenitente*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998. p. 30.

³²⁴ Idem, p. 35-36.

praticados na segunda metade do século XIX, quando o liberalismo alcançou seu apogeu, entretanto, verificou-se que suas crenças e métodos não eram capazes de sanar problemas de organização e integração da sociedade. A prosperidade alcançada manteve-se restrita a poucos, e as políticas do livre mercado e livre concorrência produziram deturpações econômicas, a exemplo da criação de monopólios e concentração de riquezas, evidenciando que o mercado não possui aptidões para atuar como alocador justo e democrático de bens e serviços.³²⁵ Assim sendo, o liberalismo foi bastante combatido na primeira metade do século XX, momento de triunfo das políticas de intervenção estatal praticadas na Europa e Estados Unidos – Estado de bem-estar social ou Welfare State.

Mais tarde, no final da década de 70, os propósitos econômicos liberais renascem. Suas teorizações foram recuperadas pelos neoliberais sob o argumento de que “o liberalismo não fracassou, mas foi abandonado sem que tenha sido posto totalmente em prática.”³²⁶ Dito isso, pode-se afirmar que o projeto neoliberal consiste em afirmar e praticar irrestritamente as regras do mercado livre e desregulado.

Perry Anderson salienta que foi com a chegada da crise do modelo econômico do pós-Segunda Guerra Mundial, quando as economias capitalistas tornaram-se instáveis, que as ideias neoliberais começaram a ganhar espaço.³²⁷ Francisco Holanda esclarece que, da década de 30 até a de 70, “a resposta à crise do capitalismo foi a ampliação do intervencionismo. O Estado assumiu a concorrência de mercado, a política do equilíbrio com desemprego (keynesiana), combinando-a com uma ampla política social.”³²⁸ Mas, continua o autor, “com a crise econômica mundial do capitalismo no final da década de 70, o neoliberalismo atacou dos muros das academias e das instituições de pesquisa, afirmando que a crise do capitalismo foi resultante da ação intervencionista organizada do Estado na Economia.”³²⁹ A partir de então, as políticas do Estado de bem-estar social, intervencionista e

³²⁵ HOLANDA, Francisco Uribam Xavier. *Do liberalismo ao neoliberalismo: o itinerário de uma cosmovisão impenitente*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998. p. 37-40.

³²⁶ Idem, p. 41.

³²⁷ ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTIL, Pablo (Org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 10.

³²⁸ HOLANDA, Francisco Uribam Xavier. Op. cit., p. 46.

³²⁹ Idem, *ibidem*.

regulador da economia foram sendo substituídas pelas políticas do Estado mínimo neoliberal.

Ludwig Von Mises³³⁰, Friedrich August Von Hayek³³¹ e Milton Friedman³³² são considerados os grandes expoentes do neoliberalismo. Antes restritas ao meio acadêmico e institutos de pesquisa privados³³³, suas reflexões constituíram marcos teóricos referenciais de forte corrente de pensamento que impôs todo o seu peso e tradição no momento de colocar em prática projetos que, até aquele momento, não haviam encontrado ressonância no cenário político e econômico. Consoante Perry Anderson, o texto de origem do neoliberalismo é *O caminho da Servidão*, escrito por Friedrich Hayek, em 1944. “Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política.”³³⁴ O autor esclarece que o alvo imediato de Hayek, naquela ocasião, “era o Partido Trabalhista inglês, às vésperas da eleição geral de 1945 na Inglaterra, que este partido efetivamente venceria.”³³⁵ E, enfim, a mensagem é drástica, conclui Anderson, pois defende que, apesar das boas intenções, “[...] ‘a social-democracia moderada inglesa conduz ao mesmo desastre que o nazismo alemão – uma servidão moderna’.”³³⁶ As eleições de

³³⁰ MISES, Ludwig Von. *Ação humana: um tratado sobre economia*. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises do Brasil, 2010.; MISES, Ludwig Von. *O mercado*. Tradução Donald Stewart Jr. Rio de Janeiro: José Olympio; Instituto Liberal, 1987.; MISES, Ludwig Von. *As seis lições*. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges. 3. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1989.; MISES, Ludwig Von. *Uma crítica ao intervencionismo*. Rio de Janeiro: Nordica, 1977.

³³¹ HAYEK, Friedrich August Von. *O caminho da servidão*. Tradução Leonel Vallandro. 2. ed. São Paulo: Globo, 1977.; HAYEK, Friedrich August Von. *Os fundamentos da liberdade*. Tradução Anna Maria Capovilla e José Ítalo Stelle. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

³³² FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e liberdade*. Tradução Luciana Carli. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

³³³ Destaca-se a chamada Sociedade de Mont Pèlerin. Formada em 1947 em reunião convocada por Friedrich August Von Hayek e realizada pela primeira vez em Mont Pèlerin, na Suíça, a Sociedade contou com a participação de seletos grupo de teóricos contrários ao Estado de bem-estar social europeu e ao New Deal norte-americano. A Sociedade de Mont Pèlerin ainda existe e permanece ativa, promovendo reuniões internacionais regularmente. Ver: <<http://www.montpelerin.org>>. Acesso em: 19 dez. 2015.

³³⁴ ANDERSON, Perry. Op. cit., p. 9.

³³⁵ Idem, ibidem.

³³⁶ Idem, ibidem.

Margareth Thatcher na Inglaterra, em 1979, e a de Ronald Reagan nos Estados Unidos, em 1980, representaram o marco inicial efetivo dessa mudança que, após ser difundida na Europa e nos Estados Unidos, foi introduzida na América Latina por meio do denominado Consenso de Washington.³³⁷

Referido Consenso, expõe Paulo Nogueira Baptista, é o resultado de uma reunião realizada nos Estados Unidos, em 1989, da qual participaram funcionários do governo norte-americano e das organizações financeiras internacionais sediadas em Washington, ou seja, o Fundo Monetário Internacional, o Banco Internacional de Desenvolvimento e o Banco Mundial. O objetivo dessa reunião, convocada sob o título *Latin American Adjustment: How Much Has Happened?*, residia em avaliar e dirigir as reformas econômicas empreendidas nos países da América Latina. A avaliação dos participantes apenas registrou o consenso sobre a excelência das reformas, ratificando-se, então, “a proposta neoliberal que o governo norte-americano vinha insistentemente recomendando, por meio das referidas entidades, como condição para conceder cooperação financeira externa, bilateral ou multilateral.”³³⁸

Adotar medidas que restrinjam a atuação estatal e limitem seu controle sobre as atividades econômicas são, fundamentalmente, as políticas inerentes ao Estado mínimo. Entre elas citam-se: liberalização do comércio, privatizações, mínima regulação econômica, redução de gastos com políticas públicas, reforço da disciplina fiscal, livre fluxo de capitais, controle das organizações sindicais, redução de impostos e repatriação sem restrições do dinheiro.³³⁹ Em síntese, seguir um modelo de livre mercado significa que “os problemas reais da produção e distribuição de recursos e da organização social devem ser resolvidos

³³⁷ “Na longa visão da história, tanto a ‘dama de ferro’ como o ‘cowboy do Oeste’ mudaram a agenda de seus povos e talvez a agenda mundial, que inclui quase invariavelmente a desregulamentação, a privatização, a desgravação fiscal, a liberalização comercial e a globalização financeira.” Ver: A dama de ferro. In: CAMPOS, Roberto de Oliveira. *A lanterna na popa: memórias*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994. p. 1059. Ver também: O Thatcherismo como doutrina. In: Idem, p. 993-999.

³³⁸ BAPTISTA, Paulo Nogueira. *O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos*. 2. ed. São Paulo: PEDEX, 1994. p. 5-10 e 26-39.

³³⁹ ANDERSON, Perry. Op. cit., p. 9-23.

pelas forças do mercado”.³⁴⁰ Diante dessa perspectiva, todas as demais prerrogativas humanas subordinam-se à prevalência do mercado. É nesse espaço que os indivíduos se realizam, bem como alcançam suas preferências, e qualquer tentativa de controle implica a perda da liberdade individual e a instalação do caos.³⁴¹

Na visão neoliberal, *o homem só é livre à medida que os preços são livres*. A libertação do homem é consequência e também subproduto da libertação dos preços. Tornando os preços livres, o homem se liberta. Assim, nega-se qualquer liberdade humana anterior às relações mercantis ou anterior ao mercado. Desse modo, nega-se também qualquer exercício de liberdade, à medida [que] esse exercício possa entrar em conflito com as leis do mercado. Liberdade é mercado. E não pode haver intervenção estatal no mercado em nome da liberdade.³⁴²

Como visão de mundo, o neoliberalismo aceita que essa realização individual, ou seja, a satisfação de desejos e escolhas, pode naturalmente ocorrer de forma desigual, pois as capacidades variam, assim como mudam a utilização do conhecimento e o aproveitamento das oportunidades, o que torna quase inevitável a distribuição desigual de alguns benefícios. Segundo Hayek, esse não é um problema, já que “é graças à ação dos pioneiros de ontem que, hoje, os menos afortunados ou os menos dinâmicos podem percorrer novos caminhos.”³⁴³ O autor continua observando que o que hoje parece mera extravagância ou desperdício porque usufruído por uma minoria é, na verdade, “o preço da experimentação com um estilo de vida que, eventualmente, também se tornará acessível à maioria.”³⁴⁴

³⁴⁰ MCCHESENEY, Robert W. Introdução. In: CHOMSKY, Noam. *O lucro ou as pessoas?* Neoliberalismo e ordem global. Tradução Pedro Jorgensen Júnior. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 8-9.

³⁴¹ HAYEK, Friedrich A. *O caminho da servidão*. Tradução Leonel Vallandro. 2. ed. São Paulo: Globo, 1977.

³⁴² HINKELAMMERT, Franz Josef. Op. cit., 76-77.

³⁴³ HAYEK, Friedrich A. *Os fundamentos da liberdade*. Tradução Anna Maria Capovilla e José Ítalo Stelle. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983. p. 44.

³⁴⁴ Idem, *ibidem*.

Nesses termos, as desigualdades não existem como fatos a serem combatidos, uma vez que as possibilidades não estão ao alcance de todos ao mesmo tempo, e a pobreza não pode ser vista como conceito absoluto, pois todos poderão beneficiar-se, um dia, dos efeitos do progresso.³⁴⁵ Contudo, na prática, referida doutrina econômica baseada no individualismo ignora aspectos de justiça social em nome de relações humanas mercantilizadas e, em razão disso, legítima a conformação de sociedades desiguais. O mercado sozinho não é capaz de garantir, justa e democraticamente, o acesso a bens e serviços, mas, ao contrário, promove a seleção dos mais aptos no jogo da concorrência. E, em consequência disso, o processo atual de globalização denota um fenômeno que se manifesta de forma desigual nas diversas partes do mundo, moldando um processo dialético de inclusão e exclusão, unificação e fragmentação.³⁴⁶

3.1.2 Contornos de uma sociedade civil global

Para o desenvolvimento deste tópico, é importante retomar algumas ideias acerca da categoria sociedade civil. Constatou-se anteriormente a necessidade de demarcar o espaço que lhe é pertinente, a fim de entender onde os movimentos sociais encontram seus elementos fundacionais e de gestação, e, para tanto, buscou-se um conceito capaz de bem determinar os contornos que caracterizam referido espaço.³⁴⁷ As considerações de Jean Cohen e Andrew Arato a respeito do assunto foram apresentadas, acreditando-se que oferecem contribuições relevantes. Os autores baseiam-se numa concepção tripartite e conceituam a sociedade civil como esfera autônoma e distinta do Estado e do mercado, que se constitui e se reproduz com base em uma racionalidade própria. Nas palavras dos autores: “trata-se de uma esfera de interação social entre a economia e o Estado composta, antes de tudo, da esfera íntima (em especial a família), da esfera das associações (em

³⁴⁵ HAYEK, Friedrich A. *Os fundamentos da liberdade*. Tradução Anna Maria Capovilla e José Ítalo Stelle. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983. p. 44-45.

³⁴⁶ OLIVEIRA, Odete Maria de. *Teorias Globais e suas revoluções: fragmentações do mundo*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005. v. 3.

³⁴⁷ Ver o item 2.2.1 *Sociedade civil*.

especial as associações voluntárias), dos movimentos sociais e das formas de comunicação pública.”³⁴⁸

Por causa das dificuldades de se pensar em três esferas puras e isoladas, cujas lógicas de funcionamento não se relacionam ou não se interpenetram, a apropriação de referido conceito deu-se de maneira parcial e na exata medida em que prevê a existência de três espaços sociais mais ou menos delineados, sendo a sociedade civil o espaço no qual se concretizam os processos comunicativos, cooperativos e solidários, e dentro do qual estão inseridos inúmeros tipos de ação coletiva que assumem a forma de associações, organizações não governamentais e movimentos sociais.

Essas ideias foram aqui retomadas porque o aporte conceitual exposto será adotado com o objetivo de também indicar os delineamentos de uma sociedade civil global. Conforme explicitado, não se trata de vê-la como esfera isolada, mas como meio operado por uma lógica distinta daquela que orienta o Estado e o mercado na atualidade e que, exatamente por isso, é propício à organização e emergência do Movimento de Justiça Global.

A qualidade de global é atribuída à sociedade civil segundo a mesma perspectiva citada no início do presente capítulo e que tem como fundamento a delimitação terminológica elaborada por Odete Maria de Oliveira.³⁴⁹ Os atores sociais projetam suas iniciativas a longas distâncias, para além das fronteiras nacionais, e mobilizam ações que, estruturadas em rede, alcançam o globo como totalidade.³⁵⁰ Verifica-se, então, que novamente a ideia de rede se faz manifesta, e a percepção acerca da formação e atuação de uma sociedade civil global apenas se torna possível mediante a visualização da dinâmica de atuação em redes

³⁴⁸ ARATO, Andrew; COHEN, Jean. *Sociedad civil y teoría política*. Tradução Roberto Reyes Mazzoni. México: Fondo de Cultura Económica, 2000. p. 8.

³⁴⁹ OLIVEIRA, Odete Maria de. Notas de introdução. In: OLIVEIRA, Odete Maria de (Org.). *Relações Internacionais, direito e poder: o contraponto entre os atores estatais e não estatais*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2015. v. 2. p. 24.

³⁵⁰ As expressões *transnacional* e *internacional* também são utilizadas para designar a articulação dos atores das sociedades civis num território mais amplo, para além do espaço nacional. Todavia, utiliza-se a expressão *global* por entendê-la mais adequada. Assim como a revolução tecnológica informacional deu suporte estrutural para que a economia, o mercado e as finanças atuassem globalmente, funcionando em tempo real em muitas partes do planeta, também permitiu aos atores das sociedades civis articularem e coordenarem ações globais desvinculadas de sua referência nacional e com potencial para alcançarem e influenciarem quase ilimitadamente todo o globo terrestre.

e na rede, numa influência entre as redes sociais e a rede tecnológica. Antes de apresentar considerações a respeito de sua conformação, convém examinar certas questões controversas e geradoras de visões muito distintas em torno do tema.

A categoria sociedade civil tem como fundamento e razão de existência o espaço territorial nacional, quer dizer, sua composição e reprodução ocorrem mediante o exercício de um conjunto de direitos que a reconhece como esfera social e, ao mesmo tempo, garante a participação política dos seus atores. Assim, ela existe e consolida-se no âmbito do Estado e nele realiza demandas pela afirmação de direitos, proteção social e defesa da cidadania. Uma característica essencial à execução dessas ações está no seu caráter ativo, no sentido de que não se configura como esfera passiva e defensiva, fechada em seus canais de comunicação, mas guarda em si o potencial para exercer influência sobre o Estado e o mercado.³⁵¹ Disso decorre que, ao repensar os elementos fundantes da sociedade civil para o plano global, alguns autores acabam por concluir pela impossibilidade de realização de uma sociedade civil global.

Citam-se, nesse sentido, as conclusões de Jean Cohen e Sérgio Costa. No entendimento de Cohen, a mudança de foco promovida pelo fenômeno da globalização é a principal fonte dos debates sobre a sociedade civil global, pois já não é somente no contexto do Estado que se discute o papel democratizante e integrador da sociedade civil, mas também no contexto da atual ordem mundial. Vários fatos associados ao processo de globalização evidenciam as dificuldades do Estado e o baixo domínio que, muitas vezes, exerce no âmbito de seus territórios e fronteiras. A expansão do comércio internacional, a financeirização da

³⁵¹ A sociedade civil “[...] não deve ser vista unicamente como algo passivo, como uma rede de instituições, mas também como algo ativo, como o contexto e produto de atores coletivos que constituem-se a si mesmos.” Ver: ARATO, Andrew; COHEN, Jean. *Sociedad civil y teoría política*. Tradução Roberto Reyes Mazzoni. México: Fondo de Cultura Económica, 2000. p. 17. Ver também o interessante estudo de Lígia Lückmann, no qual, ao expor sobre o associativismo civil e seu papel representativo nas sociedades democráticas, apresenta um mapa informativo sobre a sociedade civil e os movimentos sociais: LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. *Associativismo civil e representação democrática*. In: SCHERER-WARREN, Ilse; LÜCHMANN, Lígia Helena. H. (Org.). *Movimentos sociais e participação: abordagens e experiências no Brasil e na América Latina*. Florianópolis: Editora UFSC, 2011. p. 115-140.

economia, o poder das corporações transnacionais³⁵² e a natureza bastante ampliada dos riscos, envolvendo problemas humanos, sociais e ambientais, são acontecimentos responsáveis pela fragmentação da soberania estatal. Ainda, novos arranjos de poder estão presentes na sociedade internacional, de maneira que instituições, como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio, possuem inéditas competências sobre os Estados.³⁵³

Convém registrar advertências da autora acerca do papel do Estado no contexto da globalização e que estão em consonância com os pressupostos seguidos para a concretização desta pesquisa.

[...] não subscrevo a tese ‘forte’ da globalização que relegou o Estado nacional à lata do lixo da história. Prefiro um entendimento ‘fraco’ do conceito, que ainda atribui ao Estado importantes aspectos de soberania e continua a ver a sociedade política nacional como referente decisivo para os atores civis. Contudo, é fato que a soberania do Estado está particularmente desagregada; alguns de seus elementos foram deslocados ‘para cima’, para o âmbito de organismos regionais, internacionais ou globais, e ‘para baixo’, ao nível de atores privados e locais. Em síntese, existem camadas adicionais de instituições políticas e jurídicas independentes do Estado, que o complementam, mas não o substituem.³⁵⁴

Segundo a autora, as discussões envolvendo o papel democratizante da sociedade civil em escala global ganharam força com a percepção de que essas formas de governança “não são democraticamente estruturadas, não prestam contas a um conjunto de

³⁵² Ver: PETRAS, James. *Imperialismo e luta de classes no mundo contemporâneo*. Tradução Eleonora Frenkel Barreto. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.; KAWAMURA, Karlo K. *Atores das relações internacionais e o protagonismo das empresas transnacionais: possibilidades e limites dos regimes internacionais como instrumentos de sua regulamentação*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Direito. Dissertação de Mestrado, 2012.

³⁵³ COHEN, Jean. Sociedade civil e globalização: repensando categorias. *Dados*. Rio de Janeiro, v. 46, n. 3, 2003. p. 419-421. Também disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 21 dez. 2015.

³⁵⁴ Idem, p. 423.

cidadãos e nem os representam”³⁵⁵. Acredita-se, então, que a manifestação de uma sociedade civil global criaria a necessária solidariedade e cooperação, tornaria públicas as grandes questões e compensaria o déficit democrático da ordem mundial globalizada.

Entretanto, na perspectiva de Cohen, esse parece ser um ideal inatingível. No seu modo de ver, a atuação dos atores sociais que integram a sociedade civil global encontra-se intrinsecamente vinculada à existência de canais participativos e a uma sociedade política no âmbito global. “Sem a institucionalização de uma sociedade política bastante inclusiva nos organismos públicos que tomam as decisões econômicas mundiais, atores das redes da sociedade civil e a opinião pública mundial não terão condições de influir ou ter controle nesse nível decisório.”³⁵⁶ Esses são, conforme visto, elementos inerentes às sociedades civis nacionais, sendo a participação política dos atores sociais reconhecida e garantida por um aparato regulador interno. Desse modo, constata-se que a autora procura repensar para o espaço global os mesmos elementos fundantes da categoria sociedade civil.

Com igual orientação analítica, Sérgio Costa entende ser equivocada a utilização da expressão sociedade civil global. O autor pondera que as ações políticas da sociedade civil nas esferas públicas nacionais legitimam-se por intermédio de um aparato jurídico, político e cultural, e por princípios de justiça que de forma alguma podem ser reproduzidos no cenário internacional. O emprego da expressão sugere que “a legitimidade da ação política das redes não governamentais transnacionais pode apoiar-se nestes mesmos princípios, quais sejam, de um lado, a articulação feita pelas sociedades civis nacionais entre formas culturais de vida e princípios de justiça; de outro, a existência de uma esfera pública abrangente e acessível a todos os atores sociais.”³⁵⁷ Todavia, de acordo com Costa, essa esfera pública não existe e tampouco se encontra em formação.³⁵⁸

São inegáveis as contribuições trazidas pelos autores ao estudo e compreensão do tema, não obstante a discordância em relação a algumas

³⁵⁵ COHEN, Jean. Sociedade civil e globalização: repensando categorias. *Dados*. Rio de Janeiro, v. 46, n. 3, 2003. p. 420. Também disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 21 dez. 2015.

³⁵⁶ Idem p. 452.

³⁵⁷ COSTA, Sérgio. Op. cit., p. 165.

³⁵⁸ Ver, ainda, considerações do autor em: COSTA, Sérgio. Redes sociais e integração transnacional: problemas conceituais e um estudo de caso. *Florianópolis: Política & Sociedade*, v. 2, n. 2, p. 151-174, 2003.

facetas de suas linhas de pensamento. Nesse caso, acredita-se ser pertinente examiná-las, com o propósito de expor os motivos pelos quais uma abordagem diferente é adotada neste trabalho.

Entende-se que relações multicêntricas, complexas e interdependentes moldam a sociedade internacional contemporânea, a qual se mantém sem a representação de um poder político centralizado e sem um conjunto de regras estruturado e hierárquico, a exemplo do que se verifica no território nacional. Ainda, a construção de uma sociedade política inclusiva e que viabilize aos atores das redes da sociedade civil participarem em procedimentos formais e de tomada de decisões nas instituições internacionais, na forma sugerida por Jean Cohen, não se caracterizam, do ponto de vista dessas mesmas instituições, como atos desejáveis e sequer necessários. Isso porque tais instituições não foram criadas para cumprirem essa finalidade ou implementarem o objetivo de ampliação participativa dos povos, o que, de fato, significaria perda de controle e diminuição do seu poder.

Nessas circunstâncias e tendo em vista a lógica de manutenção do *status quo*, é improvável qualquer reação espontânea no tocante à inclusão da sociedade civil nesse nível decisório. Indaga-se se, no jogo da governança global, a abertura de canais institucionais para a participação formal da sociedade civil e sua inserção nos mecanismos de tomada de decisão apresenta-se como um ideal atingível. Certamente, não se trata de acontecimento impossível, porém, diante do atual estado de coisas, somente realizável por meio de pressões globais dos atores sociais organizados.

Assim sendo, a compreensão acerca da formação e atuação de uma sociedade civil global seria mais ampla do que aquela exposta por Cohen e Costa, ou seja, significaria pensar na sua criação e composição a partir de esparsas e diversificadas forças sociais de resistência, cujo papel fundamental consiste em influenciar a revisão das linhas mestras conducentes do atual processo de globalização.³⁵⁹ Isso não significa desconsiderar a necessidade de lutas pela abertura de canais participativos e pelo estabelecimento de um aparato institucional garantidor e legitimador das ações sociais. No entanto, também é importante visualizar a capacidade de ação da sociedade civil global para além das vias formais, em conformidade com a realidade das iniciativas articuladas globalmente e já responsáveis pela consolidação de um corpo de resistência.

³⁵⁹ FALK, Richard. Op. cit., p. 205.

São os contrapoderes que, conforme identificado por Giovanni Olsson, emergem *de baixo* e empreendem estratégias emancipatórias na política global contemporânea³⁶⁰ ou, os contornos de uma globalização contra-hegemônica, como elaborado por Boaventura de Sousa Santos³⁶¹. Ambos os autores associam sua terminologia com um vasto conjunto de forças sociais que, representadas por grupos diversos situados e em localidades variadas, se animam por princípios distintos daqueles que conduzem à globalização hegemônica neoliberal.

Designo por globalização contra-hegemônica o conjunto vasto de redes, iniciativas, organizações e movimentos que lutam contra as consequências econômicas, sociais, políticas e culturais da globalização hegemônica e que se opõem às concepções de desenvolvimento mundial a esta subjacentes, ao mesmo tempo que propõem concepções alternativas.³⁶²

Richard Falk reconhece, nesse emaranhado de forças em rede, os contornos de uma sociedade civil global, mas visualizá-la pressupõe desvinculá-la de características inerentes às sociedades civis organizadas e mobilizadas no interior das fronteiras estatais. Logo, não existe como espaço institucionalizado nem se encontra ligada a um ente regulador, mas está virtualmente livre. O autor a conceitua como um “campo de ação e pensamento ocupado por iniciativas cidadãs, individuais e coletivas, de caráter voluntário e sem ânimo de lucro, tanto dentro dos Estados como em escala transnacional.”³⁶³

Por meio de manifestações que excedem o território nacional, opondo-se ao rumo tomado pelo processo global e pressionando por um novo modelo de política internacional, grupos e coletivos sociais criam aquele campo de ação determinado por Falk, que não se fixa e tampouco

³⁶⁰ OLSSON, Giovanni. *Poder político e sociedade internacional contemporânea: governança global com e sem governo e seus desafios e possibilidades*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007. p. 375-376. Ver também: VIEIRA, Flávia Braga. Articulações internacionais “desde baixo” em tempos de globalização. In: GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno M. (Orgs.). *Movimentos sociais na era global*. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 189-210.

³⁶¹ SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006. v. 4. p. 399 e ss.

³⁶² Idem. p. 400.

³⁶³ FALK, Richard. Op. cit., p. 201-202.

se legitima por intermédio de um aparato jurídico, político e cultural, conforme exposto por Costa, mas integra-se pelos mesmos princípios de justiça, uma justiça global. Em consonância com a narrativa de Boaventura, nas suas práticas Falk reconhece a formação de outro processo de globalização, que emerge *desde baixo*, não se conduz pela lógica do Estado ou mercado e cujo papel histórico reside em contribuir para a formação de um espaço político e ideológico alternativo.

Mas não se trata de enxergar tais fenômenos – hegemônico e contra-hegemônico; *desde cima* e *desde baixo* – em termos de um enfrentamento dogmático e tampouco visualizá-los numa relação rival de soma zero, quando os ganhos de um implicam a perda do outro. Da mesma forma, no que concerne às ações globais do mercado e do capital, e às respectivas respostas sociais, não se pretende estabelecer uma linha divisória entre forças essencialmente malévolas e benévolas.³⁶⁴ Em verdade, seria um tanto simplista examinar ambos os fenômenos tendo por base esse panorama dual; portanto, convém lembrar e transpor para o plano global a noção de que a sociedade civil não se caracteriza como espaço no qual estão ausentes os conflitos, não podendo ser examinada como capaz de praticar apenas a pura benevolência e altruísmo.

Aquele campo de ação e pensamento ocupado por iniciativas cidadãs, orientadas globalmente que, de acordo com Falk, dá existência a uma sociedade civil global, compõe-se pela heterogeneidade de atores sociais que detêm os mais diversificados projetos políticos e assumem diferentes posturas perante o fenômeno da globalização neoliberal.³⁶⁵ Guardadas as devidas variações, pode-se afirmar que o que está em jogo é a conciliação do “funcionamento do mercado global com o bem-estar dos povos e a capacidade de sustentação da Terra.”³⁶⁶ Por isso,

³⁶⁴ FALK, Richard. Op. cit., p. 199 e 202-203.

³⁶⁵ Liszt Vieira também prevê o desenvolvimento e ascensão de uma sociedade civil global, mas o foco volta-se à ação das organizações não governamentais (ONGs) internacionais como seus principais integrantes. Entende-se, porém, que as elaborações de Richard Falk são capazes de melhor interpretar e explicar seus contornos, por observarem a heterogeneidade característica da sua composição. Ver: VIEIRA, Liszt. *Cidadania e globalização*. Rio de Janeiro: Record, 1997.; VIEIRA, Liszt. *Os argonautas da cidadania: a sociedade civil na globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2001. Sobre o assunto, ver também: GLASIUS, Marlies; KALDOR, Mary [et al]. *Global civil society*. Oxford: Oxford University Press, 2002.; KEANE, John. *Global civil society?* Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

³⁶⁶ FALK, Richard. Op. cit., p. 199.

questionar premissas até então inquestionáveis e recuperar aquilo que se perdeu ao longo da efetivação daquele fenômeno são as funções a serem desempenhadas pela sociedade civil global. O autor não lhe atribui o papel de revertê-lo, porque, além de gerar resultados positivos – a exemplo dos avanços material e tecnológico e do maior acesso a bens e serviços por parte das populações do mundo –, ele encontra-se amplamente arraigado para que seus impactos possam ser revertidos. Mas, sem dúvida, é imprescindível que suas tendências adversas sejam reguladas.³⁶⁷

Não há nada inerentemente errôneo em incentivar as economias de escala e a busca de vantagens comparativas, enquanto os efeitos sociais, ambientais, políticos e culturais sejam em sua maior parte positivos. O que é objetável é condescender com um tipo de misticismo de mercado que outorga hegemonia política à promoção do crescimento econômico, sem prestar atenção às consequências sociais adversas, e dá forma à política econômica sobre a base de certezas ideológicas que não contemplam nem remotamente as realidades do sofrimento humano.³⁶⁸

Referida conciliação entre o funcionamento do mercado global e o bem-estar dos povos e do planeta depende fundamentalmente de um

³⁶⁷ Idem, p. 205. Diferentemente dessa perspectiva, François Houtart aponta que as alternativas construídas coletivamente pelos movimentos globais de resistência não podem ser senão pós-capitalistas. Conforme o autor, não se “pode contentar com um simples rearranjo humanista das relações sociais existentes, ou das regulações propostas pelo neoclassicismo econômico ou ainda pelo liberalismo social.” Ver: HOUTART, François. A mundialização das resistências e das lutas contra o neoliberalismo. In: SEOANE, José; TADDEI, Emilio (Org.). *Resistências mundiais: de Seattle a Porto Alegre*. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 98. A mesma postura pode ser observada em movimentos sociais que integram a sociedade civil global e cujo objetivo reside em lutar pela *desglobalização*. Essa é uma entre as várias propostas da sociedade civil global relativamente à globalização atual. Ver: BENTO, Leonardo Valles. *Governança global: uma abordagem conceitual e normativa das relações internacionais em um cenário de interdependência e globalização*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Tese de Doutorado, 2007. p. 446-448.

³⁶⁸ FALK, Richard. Op. cit., p. 189.

Estado que se encontra hoje orientado a atender ao mercado e cujas políticas públicas estão fortemente condicionadas pela disciplina do capital. Nesses termos, é preciso estabelecer uma nova harmonia na relação entre os cidadãos, o Estado e o capital, e as forças da sociedade civil global têm, inclusive, tal função, ou seja, exercer influência sobre os Estados para que redirecionem suas políticas e recuperem algum controle sobre o rumo tomado pelo processo de globalização.³⁶⁹

Esse é um aspecto relevante, pois a ampliação do espaço de ação das sociedades civis, agora também em âmbito global, visa responder a novos desafios, mas não modifica o fato de que as conquistas provenientes de tal atuação materializam-se no território nacional, na forma de um conjunto de normas e políticas públicas dedicadas à garantia de direitos. Apesar de o globo ser hoje a unidade operacional básica e as nações estarem inseridas num espaço mais amplo de tomada de decisões, os Estados seguem tendo a grande e inequívoca responsabilidade de garantir a proteção e a segurança das suas populações.

3.1.3 Contornos do Movimento de Justiça Global

Os feitos, cujo objetivo consiste em questionar e contestar a legitimidade da atual ordem mundial globalizada, conjugam grupos que se veem afetados direta ou indiretamente pelas consequências de um sistema político-econômico conduzido essencialmente pela lógica do mercado.³⁷⁰ Suas demandas têm origem em diversas classes das populações do mundo e, embora variem, aproximam-se umas das outras em defesa de um propósito maior e comum de solidariedade e cooperação. Considerando que cada vez mais a lógica mercantil propaga-se por setores diversos da sociedade, tais como educação,

³⁶⁹ FALK, Richard. Op. cit., p. 3.

³⁷⁰ Os grupos afetados indiretamente, segundo Francois Houtart, “concernem a centenas de milhões de pessoas que, longe de estarem sempre conscientes dos laços que as unem ao sistema econômico mundial, nem por isso deixam de sentir os efeitos desastrosos de sua existência. E, de fato, as relações de causa e efeito são pouco visíveis, requerendo análise e aplicação da abstração às realidades concretas para relacionar, por exemplo, o monetarismo e a perda de poder de compra das classes populares, os paraísos fiscais e o subemprego.” Ver: HOUTART, François. A mundialização das resistências e das lutas contra o neoliberalismo. In: SEOANE, José; TADDEI, Emilio (Org.). *Resistências mundiais: de Seattle a Porto Alegre*. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 92.

saúde, segurança, meio ambiente e cultura, estabelece-se inquestionável conexão entre as muitas e variadas iniciativas sociais.

Essas vozes críticas vêm convergindo numa sequência de atuações que dão ensejo à formação do Movimento de Justiça Global, o qual traz em seu bojo extenso agrupamento de ativistas, intelectuais, associações e organizações civis, movimentos sociais, organizações não governamentais e, com menor incidência, sindicatos e partidos políticos. Suas manifestações assumiram caráter continuado e persistente durante toda a década de 90 até os presentes dias, caracterizando-o como notável representante do citado campo de ação e pensamento ocupado por iniciativas cidadãs, que define o espaço da sociedade civil global.³⁷¹

Outros termos, a exemplo de Antiglobalização ou Antimundialização, igualmente são usados para denominar o movimento.³⁷² A escolha da terminologia a ser empregada, como bem explica Khris Mattar, é uma questão de ponto de vista e, assim sendo, esta pesquisa adota a expressão Justiça Global.³⁷³ Essa opção justifica-se pela consideração de que, no âmbito da pluralidade de assuntos, lutas e participantes que o compõem, a demanda por justiça encontra-se sempre presente. Com isso, o nexo comum entre a complexidade da agenda e a variação de propostas é a busca por uma justiça global em todas as facetas do relacionamento humano.

3.1.3.1 Surgimento

Deve-se salientar, num primeiro momento, a inexistência de um acordo no tocante a várias questões relacionadas ao Movimento de Justiça Global. A terminologia é apenas uma delas, mas também há

³⁷¹ TARROW, Sidney. *The new transnational activism*. New York: Cambridge University Press. 2005. p. 72-73.

³⁷² Ver: MUÑOZ, Enara E; LÓPEZ, Sara; OROZCO, Kamala. *Origen, protestas y propuestas del movimiento antiglobalización*. Madrid: Catarata/Universidad Complutense Madrid, 2005.; GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais antiglobalização: de Seattle/1988 a Nova York/2002. In: GOHN, Maria da Glória (Org.). *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 33-51.; SEOANE, José; TADDEI, Emilio. De Seattle a Porto Alegre: passado, presente e futuro do movimento antimundialização neoliberal. In: SEOANE, José; TADDEI, Emilio (Org.). *Resistências mundiais: de Seattle a Porto Alegre*. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 149-185. Ver outras expressões utilizadas, em: MATTAR, Khris. Op. cit., p. 106.

³⁷³ MATTAR, Khris. Op. cit., p. 107.

discordâncias sobre o seu surgimento, estrutura, características e modos de ação.³⁷⁴ Essa ressalva é feita para indicar que as noções expostas nesta parte do trabalho não partem da perspectiva de um determinado autor, mas expressam muito mais a conjugação das pesquisas e leituras realizadas com a convicção pessoal desta autora.

Por caracterizar-se, entre outras coisas, como um movimento global, fluido e sem forma definida, é difícil identificar um marco único e isolado que determine seu surgimento. O que se observa é a manifestação de ações que se projetaram reiteradamente pelo mundo e deram corpo a um inédito e concreto fenômeno de resistência. Portanto, o exame da iniciativa aqui relacionada com o seu nascimento tem razão de ser pelas proporções globais alcançadas, pela natureza das lutas que empreenderam – em oposição à globalização neoliberal – e pelas ferramentas que utilizaram em prol de suas demandas.

O marco inicial do movimento se dá com a atuação zapatista e a denúncia contra o ingresso do México no Acordo Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA). As ações do *Ejercito Zapatista de Liberacion Nacional* (EZLN) concentraram-se no território mexicano, mas colocaram em discussão o problema da exclusão social e apontaram para a condição dos excluídos no México e no mundo, efetuando um confronto que repercutiu em muitos lugares e em meio a diferentes povos. Integrado majoritariamente por camponeses indígenas, o *Ejercito Zapatista* pôs-se a denunciar os resultados das políticas neoliberais adotadas pelo governo e enfrentar as forças do capital. Não obstante seus integrantes mobilizem-se maciçamente desde os anos 70 pela garantia do direito à terra, foi no começo dos anos 90 que os feitos zapatistas reverberaram pelo mundo. Nessa ocasião, a adoção de políticas econômicas neoliberais como meio preparatório para a admissão do México no NAFTA desmantelou a frágil economia das comunidades camponesas, baseada na silvicultura, criação de gado e nas culturas de milho e café.³⁷⁵

Liszt Vieira explana que, para ser admitido no citado Acordo, o México suprimiu diversos dispositivos constitucionais, entre eles a proibição da compra de terras pelos capitais americano e canadense.³⁷⁶ Uma vez abolido “o direito de posse comunal sobre a propriedade rural

³⁷⁴ MATTAR, Khris. Op. cit., p. 106.

³⁷⁵ CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008. v. 2. p. 98-99.

³⁷⁶ VIEIRA, Liszt. *Os argonautas da cidadania: a sociedade civil na globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 194.

por parte dos moradores das vilas em prol da comercialização em larga escala da propriedade individual”³⁷⁷, o pequeno campesinato passou a ser esmagado pelo rápido avanço do *agrobusiness* multinacional.³⁷⁸ Segundo Manuel Castells, em 1992 e 1993 foram realizadas mobilizações pacíficas, porém, diante da indiferença do governo, os zapatistas decidiram pela adoção de táticas diferentes, organizando revoltas armadas.³⁷⁹ Assim, em 1º de janeiro de 1994, data em que passou a vigorar o Acordo Constitutivo do NAFTA, aproximadamente três mil homens e mulheres membros do *Ejército Zapatista* reagiram à sua celebração, assumindo o controle das principais cidades no Estado mexicano de Chiapas e dando início a confrontos armados com policiais e soldados.³⁸⁰

A forte reação zapatista e o apoio da sociedade às suas reivindicações forçaram as autoridades a negociarem sobre reforma política e os direitos dos indígenas. Internamente, as revoltas desafiaram o sistema político mexicano, reafirmaram a identidade cultural indígena e conferiram voz a um grupo que se insere “na continuidade histórica de cinco séculos de luta contra a colonização e a opressão.”³⁸¹ Externamente, caracterizaram-se como um inequívoco exemplo de oposição ao neoliberalismo e “parecem ter transformado em realidade o pior dos pesadelos dos especialistas da nova ordem global.”³⁸²

A causa zapatista repercutiu globalmente devido à estratégia de ação empregada, envolvendo o uso das mídias alternativas e da Internet. Com tais ferramentas, os integrantes do movimento puderam construir canais autônomos de comunicação, por meio dos quais se tornou possível difundir sua imagem e transmitir sua mensagem à sociedade mexicana e ao mundo. Castells esclarece que dois instrumentos inovadores foram incorporados ao uso da Internet: o primeiro refere-se à

³⁷⁷ CASTELLS, Manuel. Op. cit., p. 99.

³⁷⁸ VIEIRA, Liszt. Op. cit., p. 194.

³⁷⁹ “Foi somente após 1992, quando as promessas de reforma continuaram sendo apenas promessas, e quando a situação de penúria das comunidades de Lacandon agravou-se ainda mais em razão do processo de modernização econômica do México, que os militantes zapatistas montaram sua própria estrutura e deram início aos preparativos para a guerra de guerrilha. Em maio de 1993, articularam-se as primeiras escaramuças contra o exército, mas o governo mexicano abafou o incidente para evitar problemas na ratificação do NAFTA pelo Congresso norte-americano.” Ver: CASTELLS, Manuel. Op. cit., p. 101.

³⁸⁰ CASTELLS, Manuel. Op. cit., p. 97-98.

³⁸¹ Idem, p. 101.

³⁸² Idem, p. 106.

criação da *La Neta*, que pode ser definida como “uma rede alternativa de comunicação computadorizada no México e em Chiapas”³⁸³, e o segundo, diz respeito ao uso dessa rede por grupos femininos, principalmente o *De mujer a mujer*, “para conectarem as ONGs de Chiapas com as demais mulheres do México, como também com outras redes acessadas por mulheres nos EUA.”³⁸⁴

O emprego dessa estratégia garantiu a veiculação de informações de modo quase instantâneo, sem que houvesse deturpação ou ocultação dos fatos por parte da grande mídia, resultando na criação de uma rede global de apoio e solidariedade que impediu o uso da repressão por parte do governo mexicano e forçou-o a negociar.³⁸⁵ As ações zapatistas e a rede internacional de resistência formada ao seu redor deram o exemplo de que é possível exercer influência sobre as esferas do Estado e mercado, ainda que, de fato, seria um tanto precipitado afirmar que o equilíbrio nessas relações encontra-se reestabelecido. Mas, um notório resultado foi alcançado e o muro de silêncio parece ter sido rompido.³⁸⁶

3.1.3.2 Natureza

Conforme expõe Maria da Glória Gohn, o Movimento de Justiça Global emergiu na virada do século XX “como uma das principais novidades na arena política e no cenário da sociedade civil.”³⁸⁷ Apresenta a qualidade de um movimento social cujas configurações são completamente diferentes de outros movimentos estudados e conhecidos no decorrer do século XX. Suas formas de organização e atuação em nada se assemelham àquelas que tradicionalmente definem a manifestação de movimentos sociais locais ou nacionais atuantes no espaço intrafronteiriço. Origina-se da articulação em redes de extensão global, não exhibe contornos definidos e tampouco se encontra circunscrito a um determinado lugar. Seu território de ação é o globo, suas bases são dispersas e sua composição fugidia, quer dizer, sempre capaz de expandir-se e renovar-se. Em síntese, representa a globalização

³⁸³ CASTELLS, Manuel. Op. cit., p. 104-105.

³⁸⁴ Idem, ibidem.

³⁸⁵ Idem, p. 103-106.

³⁸⁶ Ver: ABDEL-MONEIM, Sarah G. O Ciborgue Zapatista: tecendo a poética virtual de resistência no Chiapas cibernético. Florianópolis: *Revista Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, p. 39-64, 2002.

³⁸⁷ GOHN, Maria da Glória. Op. cit., p. 34.

da sociedade civil e exatamente por isso “tem elaborado uma nova gramática no repertório das demandas e dos conflitos sociais.”³⁸⁸

Ao pesquisador revela-se como um grande desafio, pois, apesar de suas funções serem visíveis e amplamente reconhecidas, a heterogeneidade que o conforma e a diversidade que o integra tornam insuficientes o uso dos modelos de análise hoje existentes. Seu caráter inovador é tão evidente que, segundo Bruna Roncato, se definido de forma convencional para muitos não se caracteriza como um movimento social.³⁸⁹ Há que se ter em mente, entretanto, as observações já explicitadas de Maria da Glória Gohn e Breno Bringel, no sentido de que o contexto contemporâneo exige mudanças nas interpretações a propósito dos movimentos sociais e redefinição do seu campo de pesquisa.³⁹⁰ As transformações produzidas no contexto das ações coletivas, a criação de um novo conjunto de lutas de resistência e o extrapolamento das fronteiras indicam que o Movimento de Justiça Global é um movimento social que assume os desenhos do seu tempo e como tal deve ser estudado.

No segundo capítulo desta tese, ao procurar apresentar o conceito de movimento social, tinha-se por finalidade alcançar aquele que permitisse compreender esse formato da ação coletiva de uma perspectiva ampla, que abrangesse também um campo de ação global e, ao fazê-lo, não perdesse a capacidade explicativa. Diante de tal propósito, foi apresentada a conceituação de Maria da Glória, para quem os movimentos sociais são “ações coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas”.³⁹¹

No âmbito dessa concepção, manifestam-se três elementos fundantes, sendo eles: identidade coletiva, campo de conflito e adversários, e projeto de transformação. Constata-se que essa mesma ideia pode traduzir com propriedade a natureza do Movimento de Justiça Global e, nesse sentido, trata-se de um movimento social global que

³⁸⁸ GOHN, Maria da Glória. Op. cit., p. 34.

³⁸⁹ RONCATO, Bruna Silveira. A construção do movimento de justiça social global: da era da informação à era da cooperação. In: OLIVEIRA, Odete Maria de (Org.). *Organizações internacionais e seus dilemas formais e informais: a construção da arquitetura de resistência global*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012. p. 540.

³⁹⁰ Ver o item 2.2.2 *Movimentos sociais*.

³⁹¹ GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na atualidade: manifestações e categorias analíticas. In: GOHN, Maria da Glória (Org.). *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 13.

emerge da junção de características que lhes são próprias. Evidentemente, aqueles elementos sofrem adaptações quando se trata de explicar e justificar a ação em âmbito global, mas não perdem o potencial orientador do agir coletivo contemporâneo. Assim sendo, a formação desse movimento igualmente pressupõe a existência de uma identidade grupal, a fixação dos conflitos e adversários comuns e a formulação, diante dos valores compartilhados, de um projeto de transformação do *status quo*.³⁹²

3.1.3.3 Características

O Movimento de Justiça Global apresenta características que o tornam peculiar e representam inovação na arena política e na esfera da sociedade civil.

Tais características desenham o movimento como fenômeno muito distinto que, de forma inédita, contém o globo em toda a sua diversidade. Como primeira característica, pode-se indicar a globalidade, no sentido de que se configura como um movimento social de caráter global. Essa qualidade lhe é atribuída não somente porque suas mobilizações ultrapassam o local, mas porque seu objetivo é estar no global, admitindo que qualquer forma de resistência precisa moldar-se aos contornos contemporâneos, quais sejam, globalizado e em rede. Numa outra perspectiva, de fato não é possível admitir que ele atue igualmente em todas as partes do globo e representa os anseios de todas as populações do planeta. Mas, não se pode renunciar à ideia de que suas reivindicações partem de um propósito maior e mais amplo de justiça, sem exclusão das várias facetas que a própria noção de justiça pode assumir em cada localidade.³⁹³

Esse plano de integração de variados grupos sociais, sob uma mesma bandeira de alteração do *status quo*, conduz à segunda característica, ou seja, a diversidade. Segundo Khris Mattar, ela é inerente ao movimento, bastante visível e concretiza-se em três níveis.

O primeiro refere-se à diversificação de questões e demandas presentes nas pautas de discussão, que incluem desigualdades, pobreza e exclusão, degradação do meio ambiente, gênero, racismo, guerras e imperialismo, controle imigratório, dívidas dos países pobres, entre

³⁹² SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes emancipatórias: nas lutas contra a exclusão e por direitos humanos*. Curitiba: Appris, 2012. p. 25 e 31.

³⁹³ MATTAR, Khris. Op. cit., p. 109-110.

outros.³⁹⁴ Verifica-se, junto com a existência de grande variedade de temas, a flexibilidade para a inserção de novos e distintos assuntos, sendo esse um movimento social cuja identidade dos membros constrói-se de maneira fluida e nos termos da oposição aos efeitos negativos da globalização neoliberal. Maria da Glória Gohn esclarece, nesse sentido, que

a maioria das organizações que o compõem não é precisamente contra a globalização em si; várias facções do movimento reconhecem que a globalização é um dado momento do processo histórico contemporâneo. O que essas facções contestam é a forma como a globalização se processa. O que une as várias entidades/organizações e suas facções num só movimento é o fato de todos serem contra a parcela do *status quo* vigente que legitima uma ordem socioeconômica e moral de injustiças, criando grandes distância entre ricos e pobres, incluídos e excluídos. Recusa-se a imposições de um mercado global, uno, voraz. Contestam-se também os valores que impulsionam a sociedade capitalista, alicerçados no lucro e no consumo de marcadorias supérfluas.³⁹⁵

O segundo nível alude à diversificação de participantes, com a ação de indivíduos, coletividades, organizações e movimentos sociais detentores de diferentes crenças políticas e ideológicas. George Monbiot explica que “neste movimento, marxistas, anarquistas, estatistas, liberais, libertários, ambientalistas, conservadores, reacionários, animistas, budistas, hindus, cristãos e mulçumanos encontraram um lar, esqueceram suas diferenças a fim de combater seus inimigos comuns.”³⁹⁶

E o terceiro nível de diversificação, por fim, manifesta-se exatamente no que se relaciona a essa distinção de opiniões dentro do

³⁹⁴ MATTAR, Khris. Op. cit., p. 110.

³⁹⁵ GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais antiglobalização: de Seattle/1988 a Nova York/2002. In: GOHN, Maria da Glória (Org.). *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 35-36.

³⁹⁶ MONBIOT, George. *A era do consenso*. Tradução Renato Bittencourt. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 23.

movimento. Assim formado, nele estão contidas muitas abordagens a respeito dos problemas vivenciados e suas respectivas soluções. Até o momento, o que as integra é a crítica ao projeto econômico neoliberal, à natureza antidemocrática das instituições internacionais – especificamente o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio – e ao poder crescente das corporações transnacionais, que suplantam funções do Estado e a garantia de direitos fundamentais dos cidadãos.³⁹⁷ No entanto, essas diferenças não deixarão de produzir resultados e, de acordo com Monbiot, serão bastante evidentes quando chegar a hora de reunirem-se em torno de desfechos e programas concretos.³⁹⁸

A razão pela qual conseguimos até agora evitar esse tipo de conflito é que temos nos permitido acreditar que podemos lidar simultaneamente com centenas de propostas globais sem dispersar nosso poder. Temos imaginado que somos capazes de enfrentar o poder consolidado de nossos oponentes com uma mixórdia de ideias contraditórias.³⁹⁹

A multiplicidade de demandas, participantes, crenças políticas e entendimentos acerca do processo de globalização dá vida ao Movimento de Justiça Global, fundado em uma vasta conexão de redes, o que representa sua terceira e última característica.⁴⁰⁰ Em termos organizacionais, o movimento conforma-se como uma rede de relações aberta e flexível. Seus integrantes operam em redes e conectam-se pela rede, numa associação entre a ampliação do alcance da ação coletiva e a estrutura fornecida pelo avanço tecnológico. Dentro desse espaço não há lideranças e hierarquias, o poder encontra-se descentralizado e os focos de resistência dispersos, contudo, é sempre possível realizar uma rápida junção devido à instantaneidade dos meios de comunicação e informação.

³⁹⁷ MATTAR, Khris. Op. cit., p. 111.

³⁹⁸ MONBIOT, George. Op. cit., p. 23-24.

³⁹⁹ Idem, p. 24.

⁴⁰⁰ As três características elencadas neste tópico retratam o resultado da pesquisa realizada por Khris Mattar, na qual, conforme expõe a própria autora, foi possível encontrar certo consenso entre os autores pesquisados. Foram abordadas por estarem em consonância com os objetivos deste estudo. Ver: MATTAR, Khris. Op. cit., p. 113.

Verifica-se, então, que o movimento apresenta fronteiras expansíveis, não restritas ou fechadas, de modo que qualquer indivíduo ou grupo social poderá envolver-se com seus objetivos, aderir aos seus propósitos de resistência, interagir com os demais participantes e, conseqüentemente, ingressar nessa rede. Khris Mattar esclarece que, por não se constituir como um modelo estruturado de cima para baixo, mas horizontalmente, todos os que nela ingressam têm a contribuir com suas próprias experiências e criatividade.⁴⁰¹

Compondo uma rede de redes, o movimento tem nos recursos tecnológicos suas ferramentas estratégicas, empregadas tanto na estruturação coletiva quanto na mobilização das ações. Assim sendo, a Internet caracteriza-se como o principal instrumento de comunicação e elaboração de agendas, sendo, ainda, o lugar no qual muitas das ações se realizam.⁴⁰² Segundo Castells, o ciberespaço é hoje um terreno disputado, tornando-se “[...] uma ágora eletrônica global em que a diversidade da divergência humana explode numa cacofonia de sotaques.”⁴⁰³ Dito isso, observa-se que o Movimento de Justiça Global não é somente uma rede relacional, “é uma rede eletrônica, é um movimento baseado na Internet. E como a Internet é seu lar, não pode ser desarticulado ou aprisionado.”⁴⁰⁴

3.2 O PROTAGONISMO DO MOVIMENTO DE JUSTIÇA GLOBAL

Nesta seção do capítulo examina-se o papel desempenhado pelo Movimento de Justiça Global e sua qualidade de ator não estatal. Antes, porém, é necessário recuperar noções e conceitos já apresentados e que permitam inserir referido Movimento no campo das Relações Internacionais contemporâneas. Acredita-se que somente após realizar essa inserção, quando passa a ser possível pensar na ligação entre sua manifestação global e a capacidade de influir no comportamento dos

⁴⁰¹ As três características elencadas neste tópico retratam o resultado da pesquisa realizada por Khris Mattar, na qual, conforme expõe a própria autora, foi possível encontrar certo consenso entre os autores pesquisados. Foram abordadas por estarem em consonância com os objetivos deste estudo. Ver: MATTAR, Khris. Op. cit., p. 112-113.

⁴⁰² Gohn, Maria da Glória, Op. cit., p. 37.

⁴⁰³ CASTELLS, Manuel. *A galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade*. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p. 115.

⁴⁰⁴ Idem, p. 118.

demais atores, modificando relações de poder no âmbito da sociedade internacional, é que se poderá examiná-lo como ator.

3.2.1 Bases conceituais

Registrou-se que o Movimento de Justiça Global surgiu no contexto de ocorrência do levante zapatista, realizado em 1994. As ações do *Ejército Zapatista*, embora localizadas entre as fronteiras territoriais mexicanas e restritas a algumas cidades do Estado de Chiapas, na região sul do país, reverberaram pelo mundo como um grande exemplo de resistência. Os povos camponeses indígenas integrantes do *Ejército* transformaram suas lutas por garantias de direitos, acesso à terra e condições dignas de vida numa discussão muito mais ampla sobre o problema da pobreza e exclusão. Desse modo, embora a princípio sua atuação representasse o questionamento aos efeitos internos da adoção de políticas econômicas em conformidade com preceitos neoliberais, para os quais devem prevalecer as leis do mercado e a liberdade do capital, externamente encontrou respaldo em parcelas da população mundial que, guardadas as devidas proporções e variações, submetiam-se às mesmas circunstâncias excludentes.

Todavia, mais do que servir como modelo da possibilidade e necessidade de resistir, o zapatismo apresentou à sociedade civil o poder das redes. Castells denomina-o “o primeiro movimento de guerrilha informacional”⁴⁰⁵, por ter criado um evento de mídia para difundir sua imagem e mensagens. Isso porque, apesar de ter montado uma estrutura armada e realizado os preparativos para a guerra de guerrilha, ocupando cidades, protegendo-se em meio à floresta e efetuando ataques contra policiais e soldados do governo, a principal estratégia residiu no uso das redes e da Internet. Conforme o autor, “a capacidade de os zapatistas comunicarem-se com o mundo e com a sociedade mexicana e de captarem a imaginação do povo e dos intelectuais acabou lançando um grupo local de rebeldes de pouca expressão para a vanguarda da política mundial.”⁴⁰⁶

Da forma como se deu, a apropriação da tecnologia informacional ultrapassou o fim instrumental. É inquestionável o ineditismo presente na utilização dos meios tecnológicos como ferramenta de organização das ações do grupo, de comunicação e troca de informação entre os

⁴⁰⁵ CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008. v. 2. p. 103.

⁴⁰⁶ Idem, p. 104.

membros. Contudo, o papel assumido pela rede tem um significado ainda mais notável e relevante quando se pensa na conexão estabelecida entre os indivíduos de determinado país e o resto do mundo. Nesse sentido, além dos propósitos organizacional, comunicacional e informativo da rede, o evento gerado em torno do levante zapatista marca o momento em que novos fluxos transpõem as fronteiras, costurando um cenário de cooperação das sociedades civis e introduzindo seus atores sociais num espaço de interdependência.⁴⁰⁷ E com isso, a emergência do Movimento de Justiça Global representa, também, o começo de um processo transnacional responsável por introduzir temas e demandas sociais na agenda internacional.

Para este trabalho, a formação de um movimento social global de resistência, que tem por finalidade questionar a ordem vigente e os valores predominantes que a norteiam, não deve ser compreendida como fenômeno isolado e desvinculado de outros fatos manifestos no âmbito da sociedade internacional contemporânea. Na atual conjuntura, moldada pelos efeitos da revolução informacional, pela interligação dos assuntos domésticos e de política exterior e por relações complexas e interdependentes, a atuação desse movimento produz influências diretas e indiretas sobre os atores, sejam estatais, sejam não estatais. Portanto, há que se instituir uma ligação entre a sua existência e uma visão ampliada do objeto da disciplina de Relações Internacionais e, para tanto, é necessário retomar noções apresentadas a respeito da teoria da interdependência, haja vista que seus pressupostos constitutivos são aplicados neste tópico.⁴⁰⁸

A concepção interdependentista observa o cenário político externo segundo um diversificado conjunto relacional e reconhece que processos transnacionais vêm modificando o sistema internacional, antes centrado na figura do Estado e caracterizado por suas inter-relações. Considera que a sociedade internacional é composta por relações de cooperação e interdependência, não devendo ser definida

⁴⁰⁷ “A utilização amplamente difundida da Internet permitiu aos zapatistas disseminarem informações e sua causa a todo o mundo de forma praticamente instantânea, e estabelecerem uma rede de grupos de apoio que ajudaram a criar um movimento internacional de opinião pública que praticamente impossibilitou o governo mexicano de fazer uso da repressão em larga escala. As imagens e as informações provenientes dos zapatistas, e a respeito deles, atuaram de maneira decisiva sobre a economia e a política mexicanas.” Ver: Idem, p. 105.

⁴⁰⁸ Ver os itens 1.2.2 *Desenhos da Interdependência* e 1.2.3 *A rede e a interdependência como bases de análise*.

apenas como espaço belicoso e conflitivo regido pelo poder das armas e da força, conforme pressupõe a perspectiva realista. E entende, ainda, que elos formam-se entre as sociedades nacionais a partir de um constante fluxo de contatos, que envolve os governos, instituições internas, indivíduos e grupos sociais. Assim, o critério definidor para o estudo da disciplina deixa de basear-se na conduta estatal – estatocentrismo – , passando a fundar-se na constatação de que canais múltiplos conectam as sociedades e, direta ou indiretamente, exercem influência na designação dos caminhos da política externa a ser concretizada pelos respectivos países – multicentrismo.

Referida teoria amplia o conceito de relações internacionais, permitindo verificar que uma vasta gama de atores é responsável pela sua realização. Em consequência, o poder fragmenta-se, deixando de ser calculado como um conjunto ou totalidade que se esgota no predomínio do poderio bélico-militar. É necessário levar em conta as desigualdades existentes em cada área específica de interação e negociação, já que cada ator detém maior ou menor habilidade e capacidade, a depender do contexto e do tema em questão.⁴⁰⁹

No âmbito da qualificação das relações internacionais, segundo uma concepção de fluxos que transpõem as fronteiras e interferem na sociedade internacional, é possível pensar no Movimento de Justiça Global como um ator desse cenário. Acredita-se que, por ser capaz de captar a conciliação dos processos de fragmentação estatal e emergência de novos atores – que se constituem com o potencial transformador da revolução tecnológica informacional e organização de estruturas em rede –, incorporando, assim, outras formas de manifestação e exercício do poder, a teoria interdependentista dispõe de elementos para inserir o Movimento de Justiça Global no campo de estudo das Relações Internacionais. Diante disso, retoma-se o conceito e os critérios necessários para examiná-lo em sua condição de ator não estatal.

Em momento anterior, destinado a abordar conceitualmente a temática dos atores, procurou-se observar aquelas contribuições que

⁴⁰⁹ A teoria da interdependência reconhece que, no âmbito das relações internacionais, fluxos diversos ultrapassam as fronteiras, e são exatamente as limitações ou os ganhos gerados aos atores envolvidos nessas interações o que distingue uma situação de interdependência. Custos ou benefícios maiores ou menores existirão para cada ator a depender da sua posição na relação. Assimetrias e desequilíbrios compõem os resultados das relações entre as partes e aquela com maior recurso de poder para controlar resultados é que assumirá maior vantagem.

trazem consigo uma perspectiva ampliada das relações internacionais e uma percepção aberta da sociedade internacional, conforme propõem os desenhos da interdependência e tecnologia informacional. O Estado não assume posição de referência, e os atributos comumente utilizados para caracterizá-lo como ator não funcionam como parâmetro de análise da manifestação do Movimento de Justiça Global. A qualidade de ator não estatal desse movimento será examinada não por atuar no cenário internacional de modo semelhante à figura estatal ou a outros atores não estatais reconhecidos e consolidados, mas por conformar-se ou não, à sua maneira, com os critérios elencados no conceito adotado por esta tese.⁴¹⁰

A elaboração conceitual de Esther Barbé, citada no segundo capítulo, compreende os atores como agentes que, atuando como unidade, possuem habilidade para mobilizar os recursos que lhes permitam alcançar seus objetivos, são dotados de capacidade para exercer influência sobre os demais atores da sociedade internacional e gozam de certa autonomia para agir.

A autora pauta-se por critérios funcionais e considera que estão ligados a fatores concretos e temporais. Como consequência, ficam estabelecidas a variabilidade de objetivos e a possibilidade de alteração das habilidades e dos mecanismos pelos quais se efetiva o exercício de influência, a depender do cenário em questão e atores que nele interagem. Admitindo a variação dos elementos que integram o seu conceito, no lugar de tomá-los como estáticos, a autora manifesta-se em consonância com uma perspectiva plural e multicêntrica da sociedade internacional contemporânea, e é em razão disso que seu aporte conceitual é adotado nesta tese para efetuar o estudo sobre o protagonismo do Movimento de Justiça Global.

3.2.2 Papel desempenhado e protagonismo fortalecido

A abordagem acerca do papel desempenhado pelo Movimento de Justiça Global deve trazer consigo, como primeira providência, uma delimitação de significado, ou seja, uma explicação do sentido atribuído aos referidos termos no contexto de realização desta tese. De acordo com Odete Maria de Oliveira, a noção de papel desempenhado vincula-se ao exercício de certa função, a qual dependerá da tipologia de cada

⁴¹⁰ Ver o item 2.1.1 *Abordagem conceitual*.

ator, da natureza de suas ações e do propósito para o qual foi constituído.⁴¹¹

Os elementos caracterizadores do movimento, desenvolvidos na primeira parte do capítulo, denotam que sua formação e atuação buscam oferecer respostas de questionamento, insatisfação e oposição à condução de uma ordem mundial globalizada representativa dos desejos e das possibilidades de uma minoria e que, exatamente por isso, reproduz de forma sistemática processos de empobrecimento e exclusão. Portanto, pode-se concluir que o papel por ele desempenhado remete a um extenso trabalho de resistência que alcança as mais variadas facetas do processo de globalização neoliberal.

Mas, como esse movimento atua? Como exerce a função de resistência?

Sua manifestação na sociedade internacional contemporânea acontece mediante a composição de muitos atores sociais distintos que convergem para efetuar uma ação conjunta. Os integrantes do movimento estão sempre presentes naqueles dias e locais determinados para serem celebradas as grandes reuniões de líderes governamentais e instituições internacionais. Porém, não apenas respondem a um cronograma estabelecido, reagindo aos comportamentos do Estado e do mercado quando ambos se reúnem para reproduzirem e efetivarem sua lógica de funcionamento, também convocam e constituem eventos próprios com o intuito de aproximar ideias, debater propostas e construir programas alternativos concretos. A rede é a sua principal ferramenta organizadora, pois por meio dela os interesses são articulados, as informações são difundidas e os ideais compartilhados, construindo uma teia convocatória global que permite a todos os interessados engajarem-se e efetivamente participarem das ações programadas.

Na sequência, apresenta-se uma exposição detalhada das muitas mobilizações, reuniões, marchas, conferências, encontros, campanhas e protestos que compõem a forma de atuação do Movimento de Justiça Global desde o seu surgimento, a partir do levante zapatista, até os dias atuais. Ela permitirá compreender os aspectos aqui ressaltados, referentes à composição dos atores sociais, ao amplo uso da Internet e à criação de uma rede global de resistência.⁴¹²

⁴¹¹ OLIVEIRA, Odete Maria de. Notas de introdução. In: OLIVEIRA, Odete Maria de (Org.). *Relações internacionais, direito e poder*: cenários e protagonismos dos atores não estatais. Ijuí: Ed. Unijuí, 2014. v. 1. p. 18-19.

⁴¹² Mobilizações de caráter internacional começam a acontecer em 1991 e compõem um cenário de precedentes remotos do Movimento de Justiça Global,

A elaboração de uma tabela apresenta-se como a maneira mais apropriada para o detalhamento dessa exposição, pois assim é possível elencar com clareza os dados referentes a cada ano, executando uma explanação cronologicamente ordenada e que evidencia a duração e permanência das ações. O registro inicial coincide com o contexto de lutas que, segundo o estudo aqui desenvolvido, representa o surgimento do movimento, sendo essa narrativa prolongada até 2016.

O conjunto de informações nela contido resulta de pesquisas em obras que tratam da temática e em sites da Internet. Merece destaque o trabalho de Enara Echart, Sara López e Kamala Orozco, intitulado *Origem, Protestos e Propostas do Movimento Anti-globalização*⁴¹³, amplamente utilizado por trazer em seu bojo uma tabela descritiva dos eventos ocorridos entre 1988 e 2004, proporcionando o suporte necessário para a escolha do formato dessa apresentação e também para a compreensão da dinâmica de ação do Movimento de Justiça Global, com explicações minuciosas de diversos acontecimentos. No que diz respeito aos sites pesquisados, optou-se por consultar preferencialmente aqueles não oficiais, que são criados e mantidos por grupos que integram o movimento, pois, sendo esses os seus principais veículos de interação e comunicação, têm condições de oferecer viéses informativos mais fidedignos e coerentes com os propósitos de resistência. Em alguns

com ações incipientes, mas que delineiam objetivos de resistência. No entanto, procurando manter a coerência com o momento que, para este estudo, representa o marco efetivo do seu surgimento, quer dizer, a partir do levante zapatista, a apresentação seguirá essa ordem cronológica. A título de conhecimento, informa-se que em 1991 acontece uma reunião de camponeses em Manágua, na Nicarágua, e, no seu âmbito, forma-se o movimento internacional de camponeses denominado Via Campesina. Em 1992, ocorrem protestos perante a realização da Cúpula da Terra (Rio-92), promovida pela ONU (Organização das Nações Unidas), no Rio de Janeiro. Desse evento, surge o movimento ASEED (Action for Solidarity, Ecology, Equity and Development. Em 1993, realiza-se a primeira conferência e a fundação da Via Campesina, em Mons, na Bélgica. Consultar: ECHART, Enara; LÓPEZ, Sara; OROZCO, Kamala. *Origen, protestas y propuestas del movimiento antiglobalización*. Madrid: Catarata/Universidad Complutense Madrid, 2005. p. 93, 96-97. Consultar, ainda, para cada um dos eventos, os sites a seguir informados:

<<http://www.onu.org.br/rio20/tema/cupula-da-terra/>>;
<<http://aseed.net/en/about-aseed/>>;

<<http://viacampesina.org/en/index.php/organisation-mainmenu-44/what-is-la-via-campesina-mainmenu-45>>. Acesso em: 22 jan. 2016.

⁴¹³ ECHART, Enara; LÓPEZ, Sara; OROZCO, Kamala. Op. cit., p. 93 e ss.

momentos, porém, os sites oficiais da grande mídia foram úteis por disponibilizarem dados objetivos a respeito das ações de protesto e das respectivas reações de governos e instituições. Procurou-se, ainda, acessar páginas próprias de cada evento, que frequentemente contêm toda a programação pertinente.

A dificuldade de pautar a pesquisa sobre ferramentas virtuais reside no fato de que, não raras vezes, os sites estão inacessíveis e são *apagados* do ambiente da Internet, por já terem cumprido sua função. Essa parece ser uma medida protetiva, tanto dos grupos quanto dos indivíduos que os integram, pois que garante a utilidade convocatória e informativa da rede e, uma vez executado esse papel, mantém o anonimato dos participantes e de toda a estrutura organizacional do evento. Por fim, deve-se salientar que a exposição não pode ser exaustiva, haja vista a existência de um conjunto muito amplo de ações e igualmente de mobilizações pouco divulgadas. Buscou-se, nesse sentido, citar os eventos com maior ressonância e significativa repetitividade, que evidenciem os questionamentos e a resistência que o Movimento de Justiça Global procura realizar.⁴¹⁴

Tabela 1 – Tabela evolutiva das atuações de resistência do Movimento de Justiça Global

1994	Levantamento do exército zapatista, em Chiapas, no México. ⁴¹⁵ Protestos contra a Rodada Uruguai realizada em Montevidéu que, em 1º de janeiro de 1995, efetivou a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC) em substituição ao Acordo Geral sobre Comércio e Tarifas (GATT). ⁴¹⁶ Campanha internacional “50 anos bastam” em oposição às políticas econômicas e sociais implementadas conjuntamente pelo Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI). ⁴¹⁷
1995	Ações concentradas no continente europeu, seguindo a dinâmica de contra-cúpula, em resposta às reuniões realizadas pelos Estados-membros da União Europeia. ⁴¹⁸

⁴¹⁴ Ver o site da Ação Global dos Povos que, em seu cronograma, reúne ações em ordem cronológica até 2006. Entre elas, estão os eventos citados neste estudo e também outros não citados. Ver: <<http://www.agp.org>>.

⁴¹⁵ Ver: <<http://www.ezln.org.mx/>>. Acesso em: 22 jan. 2016.

⁴¹⁶

Ver:

<https://www.wto.org/english/res_e/publications_e/20years_wto_e.htm>.

Acesso em: 22 jan. 2016.

⁴¹⁷ Ver: ECHART, Enara; LÓPEZ, Sara; OROZCO, Kamala. Op. cit., p. 97-98.

⁴¹⁸ Ver: Idem, p. 99.

1996	Primeiro Encontro Intergaláctico pela Humanidade e contra o Neoliberalismo, em Chiapas, no México. ⁴¹⁹
1997	Segundo Encontro Intergaláctico pela Humanidade e contra o Neoliberalismo, em Barcelona, na Espanha. ⁴²⁰ Campanha anti-AMI (Acordo Multilateral de Investimento). ⁴²¹ Convergem em Amsterdã marchas contra o desemprego por ocasião da realização da Cúpula Europeia que firmou o Tratado de Amsterdã. ⁴²²
1998	Continua a campanha anti-AMI com atuações em fevereiro, abril e setembro, sendo organizada entre 21 e 28 de setembro uma semana internacional de repúdio ao AMI. ⁴²³ Protestos contra a Segunda Conferência Ministerial da OMC, que se realizou entre 18 e 20 de maio, em Genebra, na Suíça. ⁴²⁴ Primeira conferência da Ação Global dos Povos (AGP), realizada em Genebra, na Suíça. ⁴²⁵ Cúpula dos Povos das Américas contra a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), organizada em resposta à ocorrência da Segunda Reunião de Cúpula das Américas que aconteceu em Santiago, no Chile e, entre outros assuntos, registrou a abertura oficial das negociações sobre a ALCA. ⁴²⁶ Criação do movimento Associação em defesa da taxação de transações financeiras (TTAC), constituído em Paris com o objetivo de iniciar um movimento internacional pelo controle democrático dos mercados financeiros e de suas instituições. ⁴²⁷ Primeira Jornada Mundial de Protestos convocada pelo grupo Reclaim The Streets (RTS). ⁴²⁸ Cúpula anti-G-8, realizada em Birmingham, na Inglaterra. ⁴²⁹

⁴¹⁹ Ver: Idem, p. 99-100.

⁴²⁰ Ver: Idem, p. 95.

⁴²¹ Ver: VIEIRA, Liszt. *Os argonautas da cidadania: a sociedade civil na globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 191-201.

⁴²² Ver: ECHART, Enara; LÓPEZ, Sara; OROZCO, Kamala. Op. cit., p. 100-101.

⁴²³ Ver: VIEIRA, Liszt. Op. cit., p. 200.

⁴²⁴

Ver:

<https://www.wto.org/english/thewto_e/minist_e/min98_e/min98_e.htm>.

Acesso em: 22 jan. 2016.

⁴²⁵ Ver: <<https://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/free/action3.html>>. Acesso em: 22 jan. 2016.

⁴²⁶ Ver: TAVARES, Maria da Conceição. *As Cúpulas das Américas*. São Paulo: Folha de São Paulo, 26 de abril de 1998. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi26049815.htm>. Acesso em: 22 jan. 2016.

⁴²⁷ Ver: <<https://www.attac.org>>. Acesso em: 22 jan. 2016.

⁴²⁸ Ver: ECHART, Enara; LÓPEZ, Sara; OROZCO, Kamala. Op. cit., p. 94.

1999	<p>Terceiro Encontro Intergaláctico pela Humanidade e contra o Neoliberalismo, em Belém, no Brasil. Esse evento dá continuidade aos dois Encontros Intergalácticos realizados em 1996 e 1997, e é também denominado Encontro Americano pela Humanidade e contra o Neoliberalismo.⁴³⁰</p> <p>Caravana intercontinental, organizada pela AGP, que culmina na mobilização de ações contra a realização da Cúpula do G8, em Colônia, na Alemanha.⁴³¹</p> <p>Cúpula anti-G-8, realizada em Colônia, na Alemanha.⁴³²</p> <p>Segundo dia de Ação Global, celebrado no dia 18 de junho, em Londres.⁴³³</p> <p>Encontro internacional “Outro Mundo é Possível”, promovido em 24 e 26 de junho pelo movimento ATTAC.⁴³⁴</p> <p>Segunda conferência da AGP, realizada em Bangalore, na Índia.⁴³⁵</p> <p>Celebração, durante o mês de outubro e em diferentes países latino-americanos, do “Primeiro Grito dos Excluídos”. Com o lema “Por Trabalho, Justiça e Vida”, essa celebração ocorreu na sequência da segunda conferência da AGP, em Bangalore.⁴³⁶</p> <p>Manifestação em oposição à reunião ministerial da OMC que lança a Rodada do Milênio. Segundo Enara Echart, Sara López e Kamala Orozco, é nesse momento que emerge midiaticamente o Movimento Anti-Globalização (MAG), o qual se denomina, nesta pesquisa, como Movimento de Justiça Global.⁴³⁷</p> <p>Primeiro Fórum “O Outro Davos”, que ocorreu paralelamente à reunião do Fórum Econômico Mundial (FEM) entre 27 e 31 de janeiro, sob coordenação da ATTAC e do Fórum Mundial de Alternativas.⁴³⁸</p>
------	---

⁴²⁹ Ver: Idem, ibidem.

⁴³⁰ Ver: <<https://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/free/cronolog.htm>>. Acesso em: 27 jan. 2016.

⁴³¹ Ver: <<http://caravan.squat.net/ICC-sp/ICCframe-sp.htm>>. Acesso em: 27 jan. 2016.

⁴³² Ver: <<http://bak.spc.org/j18/site/cast2.html>>. Acesso em: 27 jan. 2016.

⁴³³ Ver: ECHART, Enara; LÓPEZ, Sara; OROZCO, Kamala. Op. cit., p. 104.

⁴³⁴ Ver: Idem, ibidem.

⁴³⁵ Ver: <<https://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/bangalore/index.htm>>. Acesso em: 27 jan. 2016.

⁴³⁶ Ver: ECHART, Enara; LÓPEZ, Sara; OROZCO, Kamala. Op. cit., p. 104.

⁴³⁷ Ver: <<https://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/free/seattle/index.htm>>. Acesso em: 27 jan. 2016. Ver ainda: ECHART, Enara; LÓPEZ, Sara; OROZCO, Kamala. Op. cit., p. 94 e 105.

⁴³⁸ Ver: ECHART, Enara; LÓPEZ, Sara; OROZCO, Kamala. Op. cit., p. 104.

1999	Primeira Cúpula Sul-Sul sobre a dívida externa, em Johannesburg, na África do Sul. Esse evento constituiu o movimento Jubileu Sul, o qual, por sua vez, emergiu no seio das campanhas mundiais Jubileu 2000. ⁴³⁹
2000	<p>Protesto contra a Décima Sessão da Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), celebrada em Bangkok, na Tailândia. Ele foi organizado pelo Fórum dos Pobres e mais de uma centena de ONGs e movimentos sociais que firmaram o “Chamado de Bangkok” e fizeram uma denúncia contra a governabilidade global.⁴⁴⁰</p> <p>Protesto contra o encontro semestral do FMI e do Banco Mundial, realizado em Washington, nos Estados Unidos. Foi promovido pela coalisão “Mobilização por Justiça Global” e denunciou os resultados perversos do sistema financeiro global.⁴⁴¹</p> <p>Protesto contra a Conferência Ministerial da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), ocorrida em Bolonha, na Itália. Essa conferência marcou o início de um processo de diálogo e colaboração entre países membros da OCDE, países não membros, organizações internacionais e ONGs, dedicado a tecer orientações sobre políticas públicas para as pequenas e médias empresas no contexto da globalização.⁴⁴²</p> <p>Quarto dia de Ação Global, em Londres, celebrado em 1º de maio e convocado pelo grupo Reclaim the Streets.⁴⁴³</p> <p>Quinto dia de Ação Global, que assumiu a forma de protestos contra a Assembleia Geral do FMI e do Banco Mundial, realizada em Praga, na República Tcheca.⁴⁴⁴</p> <p>Protesto contra a reunião do G-8⁴⁴⁵, realizada em Okinawa, no Japão.⁴⁴⁶</p> <p>Protesto contra a realização do FEM, em Melbourne, na Austrália.⁴⁴⁷</p>

⁴³⁹ Ver: <<http://www.jubileusul.org.br/quem-somos/jubileu-sul-americas>>. Acesso em: 27 jan. 2016.

⁴⁴⁰ Ver: <<http://unctad.org/en/pages/MeetingsArchive.aspx?meetingid=4288>>. Acesso em: 28 jan. 2016. Ver ainda: ECHART, Enara; LÓPEZ, Sara; OROZCO, Kamala. Op. cit., p. 106-107.

⁴⁴¹ Ver: <<http://www1.folha.uol.com.br/fol/inter/ult17042000026.htm>>. Acesso em: 28 jan. 2016. Ver ainda: ECHART, Enara; LÓPEZ, Sara; OROZCO, Kamala. Op. cit., p. 107.

⁴⁴² Ver: <<http://www.insme.org/pt/processo-de-bolonha-ocde>> e <<http://www.insme.org/files/435>>. Acesso em: 28 jan. 2016.

⁴⁴³ Ver: ECHART, Enara; LÓPEZ, Sara; OROZCO, Kamala. Op. cit., p. 107.

⁴⁴⁴ Ver: Idem, p. 108.

⁴⁴⁵ O G8 reúne as sete maiores economias do mundo e é formado por Inglaterra, Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão e Estados Unidos, mais a Rússia.

⁴⁴⁶ Ver: ECHART, Enara; LÓPEZ, Sara; OROZCO, Kamala. Op. cit., p. 108.

2000	<p>Protesto contra a reunião do Conselho Europeu, realizada entre 7 e 10 de dezembro em Nice, na França.⁴⁴⁸</p> <p>Protesto contra a Cúpula do Milênio da ONU, realizada em Nova York.⁴⁴⁹</p> <p>Cúpula Social Alternativa à Cúpula Social convocada pela ONU, em Genebra, na Suíça. Nessa ocasião, é aprovada a convocatória do Primeiro Fórum Social Mundial.⁴⁵⁰</p> <p>Primeira Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres, iniciada em 8 de março, no Dia Internacional da Mulher.⁴⁵¹</p> <p>Segundo Fórum “O outro Davos”, dando continuidade à tradição iniciada no ano anterior, em 1999, de realizar uma mobilização paralela à ocorrência do FEM.⁴⁵²</p>
2001	<p>Protesto contra a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), em Toronto, no Canadá. O processo negociador da ALCA aconteceu em três etapas: na primeira, de 1994 a 1998, foram definidos princípios, objetivos e prazos de implantação; na segunda, de 1998 a 2002, foram redigidos os acordos e discutidos os temas de negociação; e na terceira, de 2002 a 2004, aconteceria a finalização das negociações, a atribuição de direitos comuns aos países e a assinatura do acordo. Essa assinatura, porém, nunca aconteceu.⁴⁵³</p> <p>Mobilizações contra a ALCA, realizada em Buenos Aires, na Argentina.⁴⁵⁴</p>

⁴⁴⁷ Ver: <<http://noticias.uol.com.br/ultnot/2000/09/11/ult27u3908.jhtm>>. Acesso em: 28 jan. 2016. Ver também: ECHART, Enara; LÓPEZ, Sara; OROZCO, Kamala. Op. cit., p. 108.

⁴⁴⁸ Ver: <http://www.europarl.europa.eu/summits/nice1_pt.htm>. Acesso em: 28 jan. 2016.

⁴⁴⁹ Ver: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/cupula_do_milenio.html> Acesso em: 28 jan. 2016. Ver, também, nota da Unicef: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao_milenio_nacoes_unidas.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2016.

⁴⁵⁰ Consultar: ALVAREZ, Sonia E. Um outro mundo (também feminista...) é possível: construindo espaços transnacionais e alternativas globais a partir dos movimentos. Florianópolis: *Revista Estudos Feministas*, v. 11, n. 2, p. 533-540, 2003. Ver ainda: ECHART, Enara; LÓPEZ, Sara; OROZCO, Kamala. Op. cit., p. 107.

⁴⁵¹ Ver: <<https://marchamulheres.wordpress.com/mmm/>>. Acesso em: 28 jan. 2016.

⁴⁵² Ver: ECHART, Enara; LÓPEZ, Sara; OROZCO, Kamala. Op. cit., p. 106.

⁴⁵³ Ver: Idem, p. 110.; MIDDLEJ, Suylan. Redes de movimentos sociais: o caso da campanha contra a Alca. In: GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno M. (Org.). *Movimentos sociais na era global*. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 212-213.

⁴⁵⁴ Ver: <<https://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/free/ftaa/noalca.htm>>. Acesso em: 29 jan. 2016.

2001	<p>Segunda Cúpula dos Povos das Américas, celebrada em Quebec, no Canadá. Esse evento aconteceu em paralelo à Cúpula das Américas, na qual os presidentes dos países do continente discutiam a aplicação da ALCA.⁴⁵⁵</p> <p>Encontro Hemisférico de luta contra o ALCA, realizado em Havana, em Cuba.⁴⁵⁶</p> <p>Primeiro Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre, no Brasil.⁴⁵⁷</p> <p>Terceiro Fórum “O outro Davos”, realizado paralelamente à ocorrência do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre. Dando continuidade à tradição, esse evento procura responder à ocorrência das reuniões do FEM em Davos, na Suíça.⁴⁵⁸</p> <p>Protesto contra a reunião do FEM, em Cancún, no México.⁴⁵⁹</p> <p>Protesto contra a realização da assembleia anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em Santiago, no Chile.⁴⁶⁰</p> <p>Encontro europeu da Ação Global dos Povos, em Milão, na Itália.⁴⁶¹</p> <p>Manifestações, porém tímidas, contra a reunião ministerial da OMC, em Doha, no Qatar.⁴⁶²</p> <p>Protestos contra a Cúpula de Ministros da União Europeia, realizada</p>
------	---

⁴⁵⁵ Ver: <<http://www.social.org.br/cartilhas/cartilha002/cartilha015.htm>>. Acesso em: 28 jan. 2016. Ver ainda: ECHART, Enara; LÓPEZ, Sara; OROZCO, Kamala. Op. cit., p. 110-111.

⁴⁵⁶ Ver: <http://www.galizacig.gal/actualidade/200112/correio_rejeicao_unanime_da_alca.htm>. Acesso em: 28 jan. 2016.

⁴⁵⁷ Ver: <<http://forumsocialportoalegre.org.br/forum-social-mundial/>>. Acesso em: 28 jan. 2016. Sobre o evento em si e sua relação com o Movimento de Justiça Global, ver ainda: GOHN, Maria da Glória. I e II Fórum Social Mundial em Porto Alegre. In: GOHN, Maria da Glória (Org.). *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 53-88.

⁴⁵⁸ Ver: <<https://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/free/wef/davos2001/index.htm>>. Acesso em: 28 jan. 2016.

⁴⁵⁹ Ver: <http://revcom.us/a/v22/1090-99/1097/cancun_s.htm>. Acesso em: 29 jan. 2016.

⁴⁶⁰ Ver: <<https://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/free/imf/chile/iadb.htm>>. Acesso em: 29 jan. 2016. Ver ainda:

ECHART, Enara; LÓPEZ, Sara; OROZCO, Kamala. Op. cit., p. 110.

⁴⁶¹ Ver: <<https://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/free/milan/index.htm>>. Acesso em: 29 jan. 2016.

⁴⁶² Ver: <<http://www1.folha.uol.com.br/fofha/reuters/ult112u8020.shtml>>. Acesso em: 28 jan. 2016. Ver, ainda: ECHART, Enara; LÓPEZ, Sara; OROZCO, Kamala. Op. cit., p. 114-115.

2001	<p>em Bruxelas, na Bélgica.⁴⁶³</p> <p>Manifestações contra a Cúpula de encerramento do semestre europeu, realizada em Gottemburgo, na Suécia. O evento foi coordenado pelo grupo “Ação de Gottemburgo”, o qual é integrado por organizações, sindicatos, organização Amigos da Terra, ATTAC, o grupo Ação Antifacista, o movimento Reclaim the Streets e também partidos de esquerda, computando-se, nessa ocasião, os primeiros participantes feridos a bala.⁴⁶⁴</p> <p>Protesto pela suspensão da Cúpula Setorial do Banco Mundial, em Barcelona, na Espanha. A reunião de cúpula foi suspensa em face do início das manifestações que, ainda assim, aconteceram. Firmou-se, após, a “Declaração da Campanha contra o Banco Mundial”.⁴⁶⁵</p> <p>Protesto contra o encontro europeu do Fórum Econômico Mundial, em Salzburgo, na Áustria.⁴⁶⁶</p> <p>Protestos contra a reunião de cúpula do G-8, em Gênova, na Itália. Na ocasião, “a violência se sobrepôs aos protestos pacíficos e às manifestações de desobediência civil.”⁴⁶⁷ Como resultado da ação policial, morre o ativista Carlo Giuliani.⁴⁶⁸</p> <p>Primeiro Encontro de Movimentos Sociais organizado pela ATTAC, na cidade do México. Participaram a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o movimento Focus on the Global South e o movimento Via Campesina. Poucos dias antes desse encontro, aconteceu também na</p>
------	--

⁴⁶³ Ver: ECHART, Enara; LÓPEZ, Sara; OROZCO, Kamala. Op. cit., p. 115.

Ver também: <<http://www.dw.com/pt/protestos-n%C3%A3o-perturbam-a-c%C3%BApula-da-ue-em-bruxelas/a-356052>>. Acesso em: 28 jan. 2016.

⁴⁶⁴ Ver: ECHART, Enara; LÓPEZ, Sara; OROZCO, Kamala. Op. cit., p. 111.

Ver também: <<http://www.midiaindependente.org/pt/red/2001/06/100894.shtml>>. Acesso em: 28 jan. 2016.

E ainda: <<https://www.publico.pt/mundo/noticia/revolucao-global-nas-ruas-de-gottemburgo-27631>>. Acesso em: 28 jan. 2016.

⁴⁶⁵ Ver: <<http://www.midiaindependente.org/pt/red/2001/05/1898.shtml>>. Acesso em: 29 jan. 2016. Ver ainda: <<http://www.midiaindependente.org/pt/red/2001/06/100957.shtml>>. Acesso em: 29 jan. 2016.

⁴⁶⁶ Ver: <<http://www.midiaindependente.org/pt/red/2001/07/3050.shtml>>. Acesso em: 29 jan. 2016.

⁴⁶⁷ Ver: GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais antiglobalização: de Seattle/1988 a Nova York/2002. In: GOHN, Maria da Glória (Org.). *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 41.

⁴⁶⁸ Ver: <<http://www.midiaindependente.org/pt/red/2006/05/353595.shtml>>. Acesso em: 29 jan. 2016. Ver ainda: ECHART, Enara; LÓPEZ, Sara; OROZCO, Kamala. Op. cit., p. 112.

2001	<p>cidade do México o Terceiro Congresso da Coordenadoria Latino-americana de Organizações Camponesas.⁴⁶⁹</p> <p>Fórum Social realizado em paralelo e em oposição ao FEM, em Durban, na África do Sul.⁴⁷⁰</p> <p>Protestos contra a guerra do Afeganistão, deflagrada pelos Estados Unidos como resposta ao ataque de 11 de setembro de 2001. Eventos de protesto contra a guerra eclodiram pelo mundo; contudo, foram pouco ou nada noticiados pela mídia e fortemente reprimidos pelas novas políticas antiterrorismo.⁴⁷¹</p> <p>Protestos organizados contra a reunião do FMI e do Banco Mundial que deveria acontecer em Washington, porém foi cancelada e um encontro foi posteriormente marcado em Ottawa, no Canadá. O movimento não deixou de acontecer em Washington; no entanto, os grupos reviram suas estratégias e transformaram atos de protesto numa manifestação pela paz.⁴⁷²</p> <p>Protesto contra um encontro conjunto do FMI, Banco Mundial e G-20, em Ottawa, no Canadá.⁴⁷³</p> <p>Terceira conferência internacional da AGP, em Cochabamba, na Bolívia.⁴⁷⁴</p> <p>Marcha Mundial das Mulheres, em Montreal, no Canadá.⁴⁷⁵</p>
2002	<p>Primeiro Fórum Social Africano, realizado em Bamako, no Mali.⁴⁷⁶</p> <p>Segundo Fórum Social Panamazônico, realizado em Belém, no Brasil.⁴⁷⁷</p> <p>Segundo Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre, no Brasil.⁴⁷⁸</p>

⁴⁶⁹ Ver: ECHART, Enara; LÓPEZ, Sara; OROZCO, Kamala. Op. cit., p. 112.

⁴⁷⁰ Ver: <<https://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/free/wef/durban.htm>>. Acesso em: 29 jan. 2016.

⁴⁷¹ ECHART, Enara; LÓPEZ, Sara; OROZCO, Kamala. Op. cit., p. 113.

⁴⁷² Ver: <<https://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/free/s29dc/index.htm>>. Acesso em: 29 jan. 2016. Ver ainda: GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais antiglobalização: de Seattle/1988 a Nova York/2002. In: GOHN, Maria da Glória (Org.). *Movimentos sociais no início do século XXI*: antigos e novos atores sociais. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 41-42.

⁴⁷³ Ver: <<http://www.midiaindependente.org/eo/red/2001/11/11038.shtml>>. Acesso em: 28 jan. 2016.

⁴⁷⁴ Ver: <<https://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/cocha/index.htm>>. Acesso em: 29 jan. 2016.

⁴⁷⁵ Ver: <<http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/a-marcha/nossa-historia/>>. Acesso em: 29 jan. 2016.

⁴⁷⁶ Ver: <<http://www.africansocialforum.org/actual0/index.php/en/>>. Acesso em: 29 jan. 2016.

⁴⁷⁷ Ver: <<https://foropanamazonico.wordpress.com/historiaprincipios/>>. Acesso em: 29 jan. 2016.

2002	<p>Protesto em oposição à Conferência Internacional sobre o Financiamento para o Desenvolvimento, realizada em Monterrey, no México.⁴⁷⁹</p> <p>Protesto contra a reunião anual do G-8, em Kananaskis, no Canadá.⁴⁸⁰</p> <p>Fórum de Manágua e, em seguida, Terceiro Encontro Mesoamericano, organizado em resposta ao Plano “Povoar Panamá” e à criação da ALCA.⁴⁸¹</p> <p>Primeira edição do Fórum dos Povos, um contraponto africano na Cúpula do G-20, realizado em Siby, no Mali.⁴⁸²</p> <p>Primeiro Fórum Social Temático, realizado em Buenos Aires, na Argentina. Esse evento foi promovido pelo Conselho Internacional do Fórum Social Mundial, preparando os debates e os materiais para a realização do próximo Fórum Social Mundial, em 2003.⁴⁸³</p> <p>Protesto contra a Conferência sobre Desenvolvimento Sustentável Rio+10, que aconteceu em Johannesburgo, na África do Sul.⁴⁸⁴</p> <p>Segunda conferência europeia da Ação Global dos Povos, realizado em Leiden, na Bélgica.⁴⁸⁵</p> <p>Protestos em cidades europeias contra a ameaça de intervenção no Iraque, e uma semana de protestos contra a guerra que se anuncia em Washington, nos Estados Unidos.⁴⁸⁶</p>
------	--

⁴⁷⁸ Ver: <<http://forumsocialportoalegre.org.br/forum-social-mundial/>>. Acesso em: 29 jan. 2016.

⁴⁷⁹ Ver: <<https://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/free/action02.html>>;
http://mexico.indymedia.org/spip.php?rubrique27>. Acesso em: 29 jan. 2016.

⁴⁸⁰ Ver: <<http://www.midiaindependente.org/pt/red/2003/05/255442.shtml>>. Acesso em: 29 jan. 2016.

⁴⁸¹ Ver: <http://www.movimientos.org/es/grito/show_text.php3%3Fkey%3D1143>. Acesso em: 29 jan. 2016. E ver também: ECHART, Enara; LÓPEZ, Sara; OROZCO, Kamala. Op. cit., p. 117.

⁴⁸² Ver: <<http://www.forumdespeuples.org/spip.php?rubrique55>>. Acesso em: 5 fev. 2016.

⁴⁸³ Ver: <<https://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/free/action02.html>>. Acesso em: 29 jan. 2016. Ver também: ECHART, Enara; LÓPEZ, Sara; OROZCO, Kamala. Op. cit., p. 117.

⁴⁸⁴ Ver: <<http://aseed.net/en/ending-corporate-capture-of-the-united-nations/>>. Acesso em: 29 jan. 2016.

⁴⁸⁵ Ver: <<https://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/pgaeurope/leiden/index.htm>>. Acesso em: 29 jan. 2016.

⁴⁸⁶ Ver: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2002/021026_protesto2ir.shtml>. Acesso em: 29 jan. 2016.

2002	<p>Encontro continental “Outra América é Possível”, realizado em paralelo à reunião entre Ministros de Comércio de 34 países latino-americanos. O Encontro aconteceu em Quito, no Equador. Em um Fórum paralelo, reuniram-se manifestantes em protesto contra a ALCA, que convocaram uma jornada continental de resistência.⁴⁸⁷</p> <p>Fórum Social Europeu, realizado em Florença, na Itália.⁴⁸⁸</p> <p>Segundo Encontro Hemisférico de luta contra o ALCA, realizado em Havana, em Cuba.⁴⁸⁹</p> <p>Manifestação contra a reunião do Conselho da União Europeia, que se realizou em Copenhague, na Dinamarca, e possuía o objetivo de discutir sobre a ampliação do número de países-membros – a Europa dos 25.⁴⁹⁰</p> <p>Jornadas de Ação Global pela Argentina. Grupos, coletivos e movimentos sociais coordenam três dias de desobediência social em solidariedade à insurreição popular argentina.⁴⁹¹</p> <p>Primeiro Fórum Social de Marrocos, sob o lema “Outro Marrocos é Possível”.⁴⁹²</p>
2003	<p>Fórum Social Asiático, realizado em Hyderabad, na Índia.⁴⁹³</p> <p>Fórum Social Africano, realizado em Addis-Abada, na Etiópia.⁴⁹⁴</p> <p>Segundo Fórum Social Panamazônico, realizado em Belém, no Brasil.⁴⁹⁵</p> <p>Terceiro Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre, no Brasil.⁴⁹⁶</p> <p>Paralelamente à realização do Terceiro Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, acontece o Quarto Fórum “O outro Davos”, em oposição à reunião anual do FEM em Davos, na Suíça.⁴⁹⁷</p>

⁴⁸⁷ Ver: ECHART, Enara; LÓPEZ, Sara; OROZCO, Kamala. Op. cit., p. 117.

⁴⁸⁸ Ver: <<http://www.fse-esf.org/>>. Acesso em: 29 jan. 2016.

⁴⁸⁹ Ver: <<http://www.social.org.br/cartilhas/cartilha002/cartilha018.htm>>. Acesso em: 29 jan. 2016.

⁴⁹⁰ Ver: <<https://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/free/copenhagen/index.htm>>. Acesso em: 29 jan. 2016. Ver ainda: ECHART, Enara; LÓPEZ, Sara; OROZCO, Kamala. Op. cit., p. 118.

⁴⁹¹ Ver: <<https://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/d20/d20en.html>>. Acesso em: 29 jan. 2016. Ver também: ECHART, Enara; LÓPEZ, Sara; OROZCO, Kamala. Op. cit., p. 118.

⁴⁹² Ver: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/541206-lutamos-contra-todos-os-tipos-de-terrorismo>>. Acesso em: 29 jan. 2016.

⁴⁹³ Ver: <<http://www.wsfindia.org/?q=node/2>>. Acesso em: 29 jan. 2016.

⁴⁹⁴ Ver: <<http://www.wsfindia.org/?q=node/2>>. Acesso em: 29 jan. 2016.

⁴⁹⁵ Ver: <<https://foropanamazonico.wordpress.com/historiaprincipios/>>. Acesso em: 29 jan. 2016.

⁴⁹⁶ Ver: <<http://forumsocialportoalegre.org.br/forum-social-mundial/>>. Acesso em: 29 jan. 2016.

2003	<p>Primeiro Encontro Latino-americano de Organizações Populares Autônomas, em Porto Alegre, no Brasil.⁴⁹⁸</p> <p>Dias de Ação Global pela Paz, em 15 de fevereiro e 12 de abril, com manifestação em diversas cidades do mundo.⁴⁹⁹</p> <p>Protesto contra a reunião anual do G-8, em Evian, na França.⁵⁰⁰</p> <p>Manifestações contra a Cúpula Europeia de Chefes de Estado, em Tessalônica, na Grécia.⁵⁰¹</p> <p>Segunda edição do Fórum dos Povos, um contraponto africano na Cúpula do G-20, realizado em Siby, no Mali.⁵⁰²</p> <p>Conferência Latino-americana da AGP, realizada em Kuna Yala, no Panamá.⁵⁰³</p> <p>Protestos contra Conferência Ministerial da OMC, em Cancun, no México.⁵⁰⁴</p> <p>Segundo Fórum Social Europeu, realizado em Paris, na França.⁵⁰⁵</p> <p>Protesto contra a ALCA, em Miami, nos Estados Unidos.⁵⁰⁶</p> <p>Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação, em Genebra, na Suíça.⁵⁰⁷</p>

⁴⁹⁷ Ver: <<https://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/free/wef/wefactioncall.htm>>. Acesso em: 29 jan. 2016.

⁴⁹⁸ Ver: <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/02/306139.shtml>>. Acesso em: 4 fev. 2016.

⁴⁹⁹ Ver: <<https://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/campanas/stopwar/index.html>>. Acesso em: 29 jan. 2016.

⁵⁰⁰ Ver: <<https://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/free/action03.html>>. Acesso em: 29 jan. 2016. Ver também: <<https://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/free/evian/2003/daysofresistance.htm>>. Acesso em: 29 jan. 2016.

⁵⁰¹ Ver: <<https://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/free/action03.html>>. Acesso em: 29 jan. 2016. Ver também: <<http://www.midiaindependente.org/pt/red/2003/11/267548.shtml>>. Acesso em: 29 jan. 2016.

⁵⁰² Ver: <<http://www.forumdespeuples.org/spip.php?rubrique55>>. Acesso em: 5 fev. 2016.

⁵⁰³ Ver: <<https://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/pgalatina/index.htm>>. Acesso em: 29 jan. 2016.

⁵⁰⁴ Ver: <<https://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/free/cancun/index.html>>. Acesso em: 29 jan. 2016.

⁵⁰⁵ Ver: <<http://www.fse-esf.org/spip.php?rubrique74>>. Acesso em: 29 jan. 2016.

⁵⁰⁶ Ver: <<http://www.midiaindependente.org/pt/red/2003/11/268384.shtml>>. Acesso em: 29 jan. 2016.

⁵⁰⁷ Ver: <<http://www.itu.int/net/wsis/>>. Acesso em: 29 jan. 2016.

2004	<p>Quarto Fórum Social Mundial, realizado em Mumbai, na Índia.⁵⁰⁸</p> <p>Segundo Encontro Latino-americano de Organizações Populares Autônomas, em Cochabamba, na Bolívia.⁵⁰⁹</p> <p>Terceira edição do Fórum dos Povos, um contraponto africano na Cúpula do G-20, realizado em Kita, no Mali.⁵¹⁰</p> <p>Terceiro Fórum Social Pan-Amazônico, em Ciudad Guayana, na Venezuela.⁵¹¹</p> <p>Fórum Social das Américas, realizado em Quito, no Equador.⁵¹²</p> <p>Terceira Conferência da AGP na Europa, realizada em Belgrado, na Sérvia.⁵¹³</p> <p>Primeiro Fórum Social da Tripla Fronteira, que aconteceu concomitantemente nas cidades de Puerto Iguazú, na Argentina, e Foz do Iguaçu, no Brasil.⁵¹⁴</p> <p>Terceiro Fórum Social Europeu, realizado em Londres, no Reino Unido.⁵¹⁵</p> <p>Campanha contra a aprovação da Constituição Europeia.⁵¹⁶</p> <p>Mobilizações ocorridas em diversas cidades do mundo por ocasião do aniversário da guerra do Iraque.⁵¹⁷</p>
2005	<p>Quinto Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre, no Brasil. Este evento acontece entre 26 e 31 de janeiro, mesmo período em que ocorre a reunião anual do FEM, em Davos, na Suíça.⁵¹⁸</p>

⁵⁰⁸ Ver: <<http://forumsocialportoalegre.org.br/forum-social-mundial/>>. Acesso em: 29 jan. 2016.

⁵⁰⁹ Ver: <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/02/306139.shtml>>. Acesso em: 4 fev. 2016.

⁵¹⁰ Ver: <<http://www.forumdespeuples.org/spip.php?article156>>. Acesso em: 4 fev. 2016.

⁵¹¹ Ver: <<https://foropanamazonico.wordpress.com/historiaprincipios/>>. Acesso em: 29 jan. 2016.

⁵¹² Ver: <<http://www.wsfindia.org/?q=node/2>>. Acesso em: 29 jan. 2016.

⁵¹³ Ver: <<https://www.nadir.org/nadir/initiativ/agg/belgrade/index.html>>. Acesso em: 29 jan. 2016.

⁵¹⁴ Ver: <<http://www.midiaindependente.org/es/red/2004/07/286465.shtml>>. Acesso em: 29 jan. 2016. Ver ainda: <http://www.democraciasocialista.org.br/csd/noticias/item?item_id=487200>. Acesso em: 29 jan. 2016.

⁵¹⁵ Ver: <<http://www.fse-esf.org/spip.php?rubrique75>>. Acesso em: 29 jan. 2016.

⁵¹⁶ Consultar: <<http://www.dw.com/pt/especial-a-fracassada-constitui%C3%A7%C3%A3o-europ%C3%A9ia/a-2245710>>. Acesso em: 29 jan. 2016.

⁵¹⁷ Ver: <<http://www.sindsepers.org.br/index2.php?area=1&item=203>>. Acesso em: 29 jan. 2016.

2005	<p>Terceiro Encontro Latino-americano de Organizações Populares Autônomas, em Ciudad de La Plata, Província de Buenos Aires, na Argentina.⁵¹⁹</p> <p>Encontro da AGP da Europa, em Linz, na Áustria.⁵²⁰</p> <p>Segunda Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres, iniciada em 8 de março, no Dia Internacional da Mulher.⁵²¹</p> <p>Pequena ação de protesto por ocasião do encontro dos Ministros do Trabalho dos países integrantes do G-8, em Londres, no Reino Unido.⁵²²</p> <p>Encontro indiano da AGP, realizado em Nova Deli, na Índia.⁵²³</p> <p>Dia da Ação Global pela Paz, em 19 de março, com campanhas em diversas cidades do mundo.⁵²⁴</p> <p>Protesto contra a reunião de cúpula do G-8, em Gleneagles, na Escócia.⁵²⁵</p> <p>Quarta edição do Fórum dos Povos, um contraponto africano na Cúpula do G-20, realizado em Fana, no Mali.⁵²⁶</p> <p>Protestos contra a reunião do FMI e do Banco Mundial, em Washington, nos Estados Unidos.⁵²⁷</p>
------	--

518

Ver: <<http://memoriafsm.org/page/edicoes>>;<<https://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/free/action05.html>>. Acesso em: 4 fev. 2016.⁵¹⁹ Ver: <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/02/306139.shtml>>. Acesso em: 4 fev. 2016.⁵²⁰ Ver: <<https://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/discussion/index.htm>>. Acesso em: 4 fev. 2016.⁵²¹ Ver: <<https://marchamulheres.wordpress.com/mmm/>>. Acesso em: 4 fev. 2016.⁵²² Ver: <<http://www.indymedia.org.uk/en/2005/03/306449.html>>. Acesso em: 4 fev. 2016.⁵²³ Ver: <<https://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/pgasias/pgaindia.htm>>. Acesso em: 4 fev. 2016.⁵²⁴

Ver:

<<https://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/campanas/stopwar/m19/index.htm>>. Acesso em: 4 fev. 2016.⁵²⁵

Ver fotos do protesto em:

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/galeria/album/p_20050704-cupula-05.shtml>. Ver também:<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u85519.shtml>>. Ver, ainda, toda a programação e organização das ações, em: <<https://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/free/action05.html>>. Acesso em: 4 fev. 2016.⁵²⁶ Ver: <<http://www.forumdespeuples.org/spip.php?rubrique16>>. Acesso em: 4 fev. 2016.

2005	Protesto contra a reunião ministeral da OMC, em Hong Kong, na China. ⁵²⁸
2006	<p>“A Outra Campanha”, organizada pelos zapatistas em Chiapas, no México.⁵²⁹</p> <p>Mobilizações por ocasião da reunião anual do FEM, em Davos, na Suíça.⁵³⁰</p> <p>Mobilizações contra a reunião da Conferência das Partes (COP), que aconteceu em Curitiba, no Brasil. A COP é o órgão supremo decisório do âmbito da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB).⁵³¹</p> <p>A sexta edição do Fórum Social Mundial aconteceu de forma policêntrica; três cidades sediaram os encontros: Bamako, no Mali; Caracas, na Venezuela; Karachi, no Paquistão. As edições aconteceram em momentos distintos, nos meses de janeiro, março e maio.⁵³²</p> <p>Protestos contra a reunião do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em Belo Horizonte, no Brasil.⁵³³</p> <p>Quarto Fórum Social Europeu, realizado em Atenas, na Grécia.⁵³⁴</p> <p>Mobilização “Oito Dias de Resistência Contra o G-8”, em Washington, nos Estados Unidos.⁵³⁵</p> <p>Fórum Social Russo, em São Petesburgo, na Rússia.⁵³⁶</p>

⁵²⁷ Ver:

<<https://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/free/imf/washington2005/index.htm>>
Acesso em: 4 fev. 2016.

⁵²⁸

Ver:

<<https://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/free/wto/hongkong2005/index.htm>>.
Acesso em: 4 fev. 2016.

⁵²⁹

Ver:

<<https://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/free/mexico/2006/index.html>>.
Acesso em: 4 fev. 2016.

⁵³⁰

Ver:

<<https://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/free/wef/davos2006/index.htm>>.
Acesso em: 4 fev. 2016.

⁵³¹

Ver: <<http://www.mma.gov.br/biodiversidade/convencao-da-diversidade-biologica/conferencia-das-partes>>;

<<https://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/free/imf/brasil/2006/index.html>>.
Acesso em: 4 fev. 2016.

⁵³²

Ver: <<http://memoriafsm.org/page/edicoes>>. Acesso em: 4 fev. 2016.

⁵³³

Ver: <<https://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/free/imf/chile/index.htm>>.
Acesso em: 4 fev. 2016.

⁵³⁴

Ver: <<http://www.fse-esf.org/spip.php?rubrique76>>. Acesso em: 4 fev. 2016.

⁵³⁵

Ver: <https://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/g82006/gr8_eight.html>.
Acesso em: 4 fev. 2016.

⁵³⁶

Ver: <<https://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/free/action06.html>>. Acesso em: 4 fev. 2016.

2006	<p>Dia de Ação Global contra o G-8, com mobilizações em muitas cidades.⁵³⁷</p> <p>Protesto contra a reunião de cúpula do G-8 realizada em São Petesburgo, na Rússia.⁵³⁸</p> <p>Quinta edição do Fórum dos Povos, um contraponto africano na Cúpula do G-20, realizado em Gao, no Mali.⁵³⁹</p> <p>Quarta Conferência da AGP na Europa, realizada na França.⁵⁴⁰</p> <p>Protestos organizados contra a reunião do FMI e do Banco Mundial, em Cingapura. Na ocasião, as ações foram serevamente restringidas pelo aparato policial e pelas normas locais.⁵⁴¹</p> <p>Protesto contra a reunião dos Ministros de Finanças e Presidentes de Bancos Centrais dos países integrantes do G-20, em Melbourne, na Austrália.⁵⁴²</p> <p>Encontro entre os Povos Zapatistas e os Povos do Mundo, em Chiapas, no México.⁵⁴³</p>
2007	<p>Sétimo Fórum Social Mundial, em Nairóbi, no Quênia.⁵⁴⁴</p> <p>Mobilizações por ocasião da reunião anual do FEM, em Davos, na Suíça.⁵⁴⁵</p> <p>Dia de Ação Global pela Paz, com a ocorrência de marchas contra a guerra no Iraque.⁵⁴⁶</p>

⁵³⁷ Ver: <https://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/g82006/global_action.html>. Acesso em: 4 fev. 2016.

⁵³⁸ Ver: <<https://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/g82006/index.html>>. Acesso em: 4 fev. 2016.

⁵³⁹ Ver: <<http://www.forumdespeuples.org/spip.php?rubrique17>>. Acesso em: 4 fev. 2016.

⁵⁴⁰ Ver: <<https://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/pgaeurope/pgaconference2006/index.html>>. Acesso em: 4 fev. 2016.

⁵⁴¹ Ver: <<http://www.ipsnoticias.net/portuguese/2006/10/mundo/cingapura-sem-chances-de-protesto-na-reunio-do-fmi-e-do-banco-mundial/>>. Acesso em: 4 fev. 2016.

⁵⁴² Ver: <<https://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/free/g20/melbourne/index.html>>. Acesso em: 4 fev. 2016. Ver ainda: <<http://noticias.uol.com.br/ultnot/2006/11/18/ult1767u80568.jhtm>>. Acesso em: 4 fev. 2016.

⁵⁴³ Ver: <<https://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/free/mexico/2006/index.html>>. Acesso em: 4 fev. 2016.

⁵⁴⁴ Ver: <<http://memoriafsm.org/page/edicoes>>. Acesso em: 4 fev. 2016.

⁵⁴⁵ Ver: <<https://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/free/action07.html>>. Acesso em: 4 fev. 2016.

2007	<p>Sexta edição do Fórum dos Povos, um contraponto africano na Cúpula do G-20, realizado em Sikasso, no Mali.⁵⁴⁷</p> <p>Protesto contra a reunião de cúpula do G-8 realizada em Heiligendamm, Alemanha.⁵⁴⁸</p> <p>Primeiro Fórum Social dos Estados Unidos, em Atlanta, nos Estados Unidos.⁵⁴⁹</p> <p>Segundo Encontro entre os Povos Zapatistas e os Povos do Mundo, em Chiapas, no México.⁵⁵⁰</p> <p>Protestos contra a reunião do FMI e do Banco Mundial, em Washington, nos Estados Unidos.⁵⁵¹</p> <p>Quinta Conferência da AGP na Europa, em Tessalônica, na Grécia.⁵⁵²</p>
2008	<p>Diferentemente dos anos anteriores, a organização do Fórum Social Mundial não produz um evento concentrado e paralelo ao FEM, que acontece todo ano no mês de janeiro, em Davos, na Suíça. O manifesto contra a realização do FEM, em 2008, traduz-se pela organização do Dia de Mobilização e Ação Global (26 de janeiro), com o objetivo de marcar um dia de grande visibilidade às ações de protesto.⁵⁵³</p> <p>Sétima edição do Fórum dos Povos, um contraponto africano na Cúpula do G-20, realizado em Koulikoro, no Mali.⁵⁵⁴</p> <p>Protesto contra a reunião de cúpula do G-8, realizada em Hokkaido, no</p>

546

Ver:

<<https://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/campanas/stopwar/index.html>>.

Acesso em: 4 fev. 2016. Ver ainda:

<<https://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/campanas/stopwar/j27/index.html>>.

Acesso em: 4 fev. 2016.

⁵⁴⁷ Ver: <<http://www.forumdespeuples.org/spip.php?rubrique30>>. Acesso em: 5 fev. 2016.

⁵⁴⁸ Ver: <<https://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/g82007/index.html>>. Acesso em: 5 fev. 2016. Ver também: <<https://www.wsws.org/pt/2007/jun2007/por1-j11.shtml>>. Acesso em: 5 fev. 2016.

⁵⁴⁹ Ver: <<https://www.ussocialforum.net/about>>. Acesso em: 5 fev. 2016.

⁵⁵⁰ Ver: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2007/06/29/ii-encuentro-de-los-pueblos-zapatistas-con-los-pueblos-del-mundo/>>. Acesso em: 5 fev. 2016.

⁵⁵¹ Ver: <<http://www.midiaindependente.org/pt/red/2007/10/399604.shtml>>. Acesso em: 5 fev. 2016.

552

Ver:

<<https://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/pgaeurope/thessalonikimeeting.html>>. Acesso em: 5 fev. 2016.

⁵⁵³ Ver: <<http://memoriafsm.org/page/edicoes>>. Acesso em: 5 fev. 2016.

Ver ainda: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2008/01/364440-em-2008-forum-social-mundial-rejeita-sede-global-e-realiza-eventos-pelo-mundo.shtml>>.

Acesso em: 5 fev. 2016.

⁵⁵⁴ Ver: <<http://www.forumdespeuples.org/spip.php?rubrique42>>. Acesso em: 5 fev. 2016.

	<p>Japão.⁵⁵⁵ Quinto Fórum Social Europeu, realizado em Malmö, na Suíça.⁵⁵⁶ Protestos contra a reunião do FMI e do Banco Mundial, em Washington, nos Estados Unidos.⁵⁵⁷</p>
2009	<p>Nono Fórum Social Mundial, realizado em Belém, no Brasil.⁵⁵⁸ Mobilizações por ocasião da reunião anual do FEM, em Davos, na Suíça.⁵⁵⁹ Oitava edição do Fórum dos Povos, um contraponto africano na Cúpula do G-20, realizado em Bandiagara, no Mali.⁵⁶⁰ Protesto contra a reunião de cúpula do G-8, realizada em Áquila, na Itália.⁵⁶¹ Protesto contra a reunião do FMI e do Banco Mundial, em Istambul, na Turquia.⁵⁶²</p>
2010	<p>Décimo Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre, no Brasil. Esse evento mantém a tradição de concentrar suas ações no mês de janeiro, quando também acontece o FEM, em Davos, na Suíça.⁵⁶³ Mobilizações por ocasião da reunião anual do FEM, em Davos, na Suíça.⁵⁶⁴</p>

⁵⁵⁵ Ver: <<https://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/g82008/index.html>>. Acesso em: 5 fev. 2016. Ver também: <http://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2008/07/080706_g8cupulaabertura_rw.shtml>. Acesso em: 5 fev. 2016.

⁵⁵⁶ Ver: <<http://www.fse-esf.org/spip.php?rubrique77>>. Acesso em: 5 fev. 2016.

⁵⁵⁷ Ver: <<https://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/free/action08.html>>. Acesso em: 5 fev. 2016.

⁵⁵⁸ Ver: <<http://www.wwf.org.br/?17320/forum-social-mundial-2009>>. Acesso em: 5 fev. 2016.

⁵⁵⁹ Ver informações sobre a descentralização dos protestos: <<http://www.swissinfo.ch/por/seguran%C3%A7a-do-wef-custa-7-milh%C3%B5es-de-d%C3%B3lares/7176756>>. Acesso em: 5 fev. 2016.

⁵⁶⁰ Ver: <<http://www.forumdespeuples.org/spip.php?rubrique55>>. Acesso em: 5 fev. 2016.

⁵⁶¹ Ver: <http://www.jn.pt/PaginaInicial/Interior.aspx?content_id=1249052>. Acesso em: 5 fev. 2016. Ver ainda: <http://www.g8italia2009.it/G8/G8-G8_Layout_locale-1199882116809_Home.htm>. Acesso em: 5 fev. 2016.

⁵⁶² Ver: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/10/091006_fmi_protestos_pu.shtml>. Acesso em: 5 fev. 2016.

⁵⁶³ Ver: <<http://memoriafsm.org/handle/11398/3789>>. Acesso em: 5 fev. 2016.

⁵⁶⁴ Na ausência de notícias oficiais e também extra oficiais, segue abaixo imagens sobre as manifestações. Ver:

<http://www.sabado.pt/Iframes/detalhe_multimedia.aspx?contentName=Multimedia&contentID=26564>. Ver ainda:

2010	<p>Nona edição do Fórum dos Povos, um contraponto africano na Cúpula do G-20, realizado em Mali. Nessa edição, por questões políticas e materiais, o fórum não é organizado como tal em 2010. No lugar de reuniões concentradas, como aconteceu nas edições anteriores, ocorre uma manifestação popular como ação simbólica de protesto por ocasião da reunião de cúpula do G-8. O objetivo é criar engajamento para a edição do Fórum dos Povos de 2011.⁵⁶⁵</p> <p>Protesto contra a reunião de cúpula do G-8, realizada em Huntsville, no Canadá.⁵⁶⁶</p> <p>Sexto Fórum Social Europeu, realizado em Istambul, na Turquia.⁵⁶⁷</p> <p>Segundo Fórum Social dos Estados Unidos, em Detroit, nos Estados Unidos.⁵⁶⁸</p> <p>Protesto contra o FMI, em Atenas, na Grécia, contra as medidas econômicas impostas ao país.⁵⁶⁹</p> <p>Terceira Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres, iniciada em 8 de março, no Dia Internacional da Mulher.⁵⁷⁰</p>
2011	<p>Décimo primeiro Fórum Social Mundial, realizado em Dakar, no Senegal. O evento mantém a tradição de acontecer paralelamente à reunião anual do FEM, em Davos, na Suíça.⁵⁷¹</p> <p>Mobilizações por ocasião da reunião anual do FEM, em Davos, na Suíça.⁵⁷²</p> <p>Décima edição do Fórum dos Povos, um contraponto africano na</p>

<http://www.sabado.pt/Iframes/detalhe_multimedia.aspx?contentName=Multimedia&contentID=26564>. Acesso em: 6 fev. 2016.

⁵⁶⁵ Ver: <<http://www.forumdespeuples.org/spip.php?rubrique66>>. Acesso em: 5 fev. 2016.

⁵⁶⁶ Ver: <<http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2010/06/22/ativistas-chegam-a-toronto-para-protestar-contrag8-e-g20.jhtm>>. Acesso em: 5 fev. 2016.

⁵⁶⁷ Ver: <<http://www.fse-esf.org/spip.php?rubrique106>>. Acesso em: 5 fev. 2016.

⁵⁶⁸ Ver <<https://www.ussocialforum.net/about>>. Acesso em: 7 fev. 2016.

⁵⁶⁹ Ver: <<https://pt-contrainfo.espiv.net/2010/11/17/grecia-protesto-em-atenas-contrao-fmi/>>. Acesso em: 5 fev. 2016.

⁵⁷⁰ Ver: <<https://marchamulheres.wordpress.com/mmm/>>. Acesso em: 28 jan. 2016.

⁵⁷¹ Ver: <<http://www.cartacapital.com.br/internacional/um-balanco-do-forum-social-mundial-2011>>. Acesso em: 5 fev. 2016. Ver também: <<http://memoriafsm.org/handle/11398/2008>>. Acesso em: 5 fev. 2016.

⁵⁷² Na ausência de notícias oficiais e também extra oficiais, segue abaixo imagem sobre as manifestações. Ver: <http://www.sabado.pt/Iframes/detalhe_multimedia.aspx?contentName=Multimedia&contentID=26564>. Acesso em: 6 fev. 2016.

	Cúpula do G-20, realizado em Niono, em Mali. ⁵⁷³ Protesto contra a reunião de cúpula do G-8, realizada em Deauville, na França. ⁵⁷⁴
2012	Décimo segundo Fórum Social Mundial, que acontece sob o nome de Fórum Social Temático e é realizado em Porto Alegre, no Brasil. Esse evento propõe-se a ser um espaço preparatório de debates para a Cúpula dos Povos, uma reunião alternativa à Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável e que é denominada Rio+20. ⁵⁷⁵ Mobilizações por ocasião da reunião anual do FEM, em Davos, na Suíça. ⁵⁷⁶ Cúpula dos Povos, realizada no Rio de Janeiro, no Brasil. ⁵⁷⁷ Protesto contra a reunião de cúpula do G-8, realizada em Camp David, nos Estados Unidos. A cúpula aconteceria em Chicago, porém, por questões de segurança, foi transferida para Camp David. ⁵⁷⁸
2013	Mobilizações por ocasião da reunião anual do FEM, em Davos, na Suíça. ⁵⁷⁹ Décimo terceiro Fórum Social Mundial, realizado em Túnis, na Tunísia. Alterando a dinâmica de realização do evento que sempre acontece em paralelo ao FEM, a edição desse ano ocorre em março, entre os dias 26 e 30. ⁵⁸⁰

⁵⁷³ Ver: <<http://www.forumdespeuples.org/spip.php?rubrique72>>. Acesso em: 5 fev. 2016.

⁵⁷⁴ Ver: <<http://br.rfi.fr/franca/20110520-militantes-antiglobalizacao-anunciam-protestos-contr-a-cupula-do-g8>>. Acesso em: 6 fev. 2016.

⁵⁷⁵ Ver: <<http://www.ebc.com.br/noticias/retrospectiva-2012/2012/12/retrospectiva-2012-forum-volta-a-porto-alegre-e-traz-movimentos>>. Acesso em: 5 fev. 2016.

⁵⁷⁶ Ver: <<http://site.adital.com.br/site/noticia.php?boletim=1&lang=PT&cod=63842>>. Acesso em: 6 fev. 2016.

⁵⁷⁷ Ver: <http://www.rio20.gov.br/clientes/rio20/rio20/sobre_a_rio_mais_20/o-que-e-cupula-dos-povos.html>. Acesso em: 6 fev. 2016.

⁵⁷⁸ Ver: <<http://www.theguardian.com/world/2012/mar/05/g8-summit-moved-chicago-camp-david>>. Acesso em: 6 fev. 2016.

⁵⁷⁹ Ver protestos do grupo feminista ucraniano Femen: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/01/ativistas-protestam-seminuas-no-forum-economico-mundial.html>>. Acesso em: 6 fev. 2016. Observa-se a ausência de informações detalhadas sobre as manifestações. Ver imagem de protesto por ocasião do evento: <http://www.sabado.pt/Iframes/detalhe_multimedia.aspx?contentName=Multimedia&contentID=26564>. Acesso em: 6 fev. 2016.

⁵⁸⁰ Ver: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2013/03/brasil-estara-presente-em-forum-social-mundial-2013-na-tunisia>>. Acesso em: 6 fev. 2016.

2013	Protesto contra a reunião de cúpula do G-8, realizada em Belfast, na Irlanda do Norte. ⁵⁸¹
2014	Décimo quarto Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre, no Brasil. Nesta edição, o fórum recebe novamente o nome de Fórum Social Temático, organizando debates sobre a crise capitalista, democracia, justiça social e ambiental. O evento acontece em janeiro, paralelamente à realização do FEM em Davos, na Suíça. ⁵⁸² Mobilizações por ocasião da reunião anual do FEM, em Davos, na Suíça. ⁵⁸³ Neste ano, devido aos conflitos gerados entre os países membros do grupo em virtude da anexação da região da Crimeia pela Rússia, a reunião que estava marcada para acontecer em março em Sochi, na Rússia, foi cancelada e transferida para Bruxelas, na Bélgica, sem a participação daquele país. O G-8 passou a denominar-se G-7. ⁵⁸⁴ Na ocasião, aconteceram fortes protestos locais contra a reunião de cúpula do G-8, porém não há evidências de que tal mobilização esteja ligada às ações do Movimento de Justiça Global. ⁵⁸⁵
2015	Décimo quinto Fórum Social Mundial, realizado em Tunis, na Tunísia. Novamente, é alterada a dinâmica de realização do fórum, que sempre acontece paralelamente ao FEM, em Davos. Esta edição volta a ocorrer em março. ⁵⁸⁶

⁵⁸¹ Ver: <<http://www.vermelho.org.br/noticia/216227-9>>. Ver também: <<http://r-evolucion.es/2013/06/16/miles-de-manifestantes-en-la-calles-de-belfast-para-protestar-contr-el-g8/>>. Acesso em: 6 fev. 2016.

⁵⁸² Ver: <<http://camp.org.br/2014/01/27/forum-social-tematico-2014-um-primeiro-balanco/>>. Acesso em: 7 fev. 2016. Ver também: <<http://www.sul21.com.br/jornal/forum-social-mundial-o-que-mudou-de-2001-para-2014/>>. Acesso em: 7 fev. 2016.

⁵⁸³ Consultar: <<http://photo.greenpeace.org/shoot/27MZIF30J5OE>>. Acesso em: 7 fev. 2016. Ver também: <<http://isebvmf.com.br/index.php?r=noticias/view&id=276866>>. Acesso em: 7 fev. 2016.

⁵⁸⁴ Ver: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2014/03/1430071-eua-e-reino-unido-devem-pedir-exclusao-da-russia-do-g8-a-aliados.shtml>>. Acesso em: 11 fev. 2016.

⁵⁸⁵ Ver: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/11/protesto-contr-medidas-de-austeridade-reune-100-mil-na-belgica.html>>. Acesso em: 11 fev. 2016.

⁵⁸⁶ Consultar: <<http://forumsocialportoalegre.org.br/fsm-2015-tunis/>>. Acesso em: 7 fev. 2016. Ver também: <<http://forumsocialportoalegre.org.br/2015/04/07/forum-social-mundial-2015-entre-acertos-e-ambiguidades/>>. Acesso em: 7 fev. 2016.

2015	<p>Há registro de protesto realizado pelo grupo ativista Femen por ocasião da reunião anual do FEM, em Davos, na Suíça.⁵⁸⁷</p> <p>Décima primeira edição do Fórum dos Povos, um contraponto africado na Cúpula do G-20, realizado em Siby, em Mali.⁵⁸⁸</p> <p>Terceiro Fórum Social dos Estados Unidos. Nesta edição, o fórum acontece de forma policêntrica, ou seja, é realizado concomitantemente em múltiplas localidades: San Jose, Filadélfia, Jackson e Tijuana, no México.⁵⁸⁹</p> <p>Protestos contra a reunião de Ministros do Exterior dos países membros do G-7, que aconteceu em Lübeck, na Alemanha, como uma preparação para a reunião de cúpula que ocorreu no castelo de Elmau, na Bavária.⁵⁹⁰</p> <p>Protesto contra a reunião de cúpula do G-7, realizada na Bavária, Alemanha.⁵⁹¹</p>
2016	<p>Décimo sexto Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre, no Brasil. O evento acontece em janeiro, paralelamente à realização do FEM em Davos, na Suíça.⁵⁹²</p> <p>Protesto por ocasião da reunião anual do FEM, em Davos, na Suíça.⁵⁹³</p>

A tabela de atuações evidencia, em primeiro lugar, os contornos assumidos pelo Movimento de Justiça Global. Conforme exposto, seus feitos conjugam grupos distintos, do Norte e do Sul global, cujo objetivo é resistir à reprodução de processos que insistentemente implementam a lógica política, econômica e social neoliberal, explicitando, de modo que

⁵⁸⁷ Ver: <<http://economia.uol.com.br/album/2015/01/21/forum-economico-mundial-2015.htm#fotoNav=13>>. Acesso em: 11 fev. 2016.

⁵⁸⁸ Ver: <<http://www.forumdespeuples.org/spip.php?rubrique81>>. Acesso em: 5 fev. 2016.

⁵⁸⁹ Ver: <<https://www.ussocialforum.net/program>>; <<https://www.ussocialforum.net/aboutmexico>>. Acesso em: 7 fev. 2016.

⁵⁹⁰ Ver: <<http://www.dw.com/pt/manifestantes-protestam-em-l%C3%BCbeck-contra-reuni%C3%A3o-do-g7/a-18383930>>. Ver também: <<https://abordaxe.wordpress.com/2015/04/15/alemanha-manifestantes-protestam-em-lubeck-contra-reuniao-do-g7/>>. Acesso em: 11 fev. 2016.

⁵⁹¹ Ver: <<http://www.dw.com/pt/manifesta%C3%A7%C3%A3o-contra-c%C3%BApula-do-g7-re%C3%BAne-30-mil-em-munike/a-18497007>>. Ver também: <<http://www.vermelho.org.br/noticia/265230-9>>. Acesso em: 11 fev. 2016.

⁵⁹² Ver: <<http://forumsocialportoalegre.org.br/>>. Acesso em: 7 fev. 2016.

⁵⁹³ A única notícia de protesto encontrada em sites da Internet remete a uma mobilização do Greenpeace. Ver: <http://www.sabado.pt/Iframes/detalhe_multimedia.aspx?contentName=Multimedia&contentID=26564>. Acesso em: 11 fev. 2016.

seja amplamente difundida e inquestionável, a ilegitimidade decisória de instituições que definem e direcionam o rumo das relações internacionais.

Observa-se, nesse sentido, que as ações do movimento manifestam-se de forma reiterada em duas direções. Na primeira, assumem verdadeira posição de confronto em face das reuniões oficiais de organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio, a União Europeia e até mesmo a Organização das Nações Unidas, às conferências de cúpula de grupos seletos de países, como o G-8 – indicado G-7 na atualidade – e o G-20, e aos encontros anuais do Fórum Econômico Mundial, em que autoridades governamentais dos Estados, juntamente com grandes representantes do mercado, na figura de fundadores, diretores e administradores das corporações transnacionais e donos de bancos, definem estratégias político-econômicas que dizem respeito aos interesses de uma minoria muito restrita. Na segunda, executam eventos próprios, numa clara expressão de que aquelas reuniões, conferências, encontros não os representam e tampouco foram criados para atender às suas demandas e necessidades. São verdadeiras contracúpulas, em que se discutem ideias e propostas alternativas direcionadas a abordar aspectos e solucionar problemas do cenário contemporâneo negligenciados e ignorados pela elite global.⁵⁹⁴

De um lado, no âmbito dos níveis decisórios, chega a ser alarmante a apatia com que governos, instituições e corporações reagem a esse enorme movimento que há quase vinte anos atua na sociedade internacional, contestando convicta e maciçamente o modelo político-econômico atual, que é definido no espaço externo e praticado internamente por cada um dos Estados, e denunciando seu caráter excludente e empobrecedor. Num império de indiferença e alienação, tais agentes sequer atribuem algum significado às insatisfações que reverberam por todo o mundo. Nem ao menos pensam em dialogar com a sociedade civil, tomando decisões que transformam a vida dos cidadãos do mundo e dizem respeito às suas necessidades mais básicas e direitos mais fundamentais, como se assim não o fosse. São autistas que determinam regras cegas do alto do poder de decisão que as sociedades não lhes concederam.

⁵⁹⁴ Sobre a relação entre processo hegemônico e construção da resistência, ver a seguinte obra: BORON, Atilio A (Org.). *Nova hegemonia mundial: alternativas de mudança e movimentos sociais*. Buenos Aires: Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO), 2004.

De outro lado, as ideias e propostas dialogadas e construídas na esfera da sociedade civil global pelo Movimento de Justiça Global não reverberaram naqueles centros de decisão, porque tanto seus proponentes veem-se impedidos de adentrarem aos recintos como não encontram o respaldo das autoridades nele inseridas. Em razão disso, permanecem apenas no plano das ideias, sem efetivamente serem praticadas. Tais observações abrem margem para indagações acerca da efetividade do protagonismo de resistência do movimento e, a respeito dessa questão, convém tecer algumas considerações indicativas do impacto das suas ações no âmbito das Relações Internacionais contemporâneas.

Os eventos discriminados na tabela de atuação acima, denotam a abrangência do protagonismo do movimento, caracterizando-o como um agente de resistência efetivamente global. No âmbito desse entendimento, é inquestionável a capacidade de criação de estruturas de mobilização fundadas precipuamente nas redes, que assumem o formato de recursos imprescindíveis ao exercício de reação e oposição globalizada. Mas, com base nisso, quais são as influências geradas nas relações internacionais e sobre os demais atores, sejam eles estatais, sejam não estatais?

Visualiza-se, numa análise da ordem vigente, que ainda predomina um poderoso aparato institucional voltado à reprodução das lógicas do mercado e do capital e das relações de poder daí decorrentes, com a consequente preservação do *status quo*. Nesses termos, em contrapartida, não é possível afirmar que a atuação do movimento vem promovendo mudança de rumo ou modificação das bases e do conjunto de valores sobre os quais o processo de globalização neoliberal foi construído. É possível observar, porém, que mesmo sem ocasionar reiteradamente as transformações que muitos desejam ver realizadas, o Movimento de Justiça Global vem produzindo impactos na sociedade internacional e exercendo influência sobre o comportamento dos demais atores. Já gerou, igualmente, efetivos pontos de ruptura, em situações nas quais as demandas por democratização das relações internacionais provocaram alterações nos resultados finais de determinados acontecimentos.

A título de detalhamento dessa ideia genérica acerca do exercício de influência, há que mencionar que o elevado grau de resistência manifestado pelo movimento vem gerando significativas modificações na conduta de governos e instituições no momento de definir o local de suas reuniões e encontros oficiais, e de determinar medidas de segurança e proteção policial aos seus membros.

Com o propósito de evitar a presença de manifestantes e mobilizações de protesto, as cimeiras são cada vez mais deslocadas dos grandes centros urbanos ou cidades próximas a eles, pela facilidade de acesso, mobilidade e troca de informações por parte dos participantes do movimento. Passaram a ser realizadas em lugares distantes, isolados, com acessibilidade dificultada pelo transporte escasso e de elevado custo e, em várias oportunidades, acontecem fechadas em palácios e hotéis de luxo. Associado a isso está o fato de que o policiamento é cada vez mais reforçado, com aparato aprimorado e níveis de segurança máxima. A finalidade consiste em não somente preservar o lugar e os líderes ali presentes, mas em desestimular manifestações ou reprimi-las caso aconteçam.

Diversas notícias mostrando esse aspecto da celebração de reuniões e conferências encontram-se arroladas anteriormente, no âmbito das fontes referenciadas das informações expostas na tabela de atuações do Movimento de Justiça Global e expressas em notas de rodapé. Mas, a título de exemplo imediato e de fácil acesso ao leitor, é pertinente expor a fala de Christopher Wright, por ocasião da celebração do encontro de líderes do G-8, que ocorreu em 2008, na ilha de Hokkaido, no Japão.

Apesar das manifestações anti-globalização terem perdido força nos últimos tempos em relação ao seu auge, no início da década, os organizadores das reuniões de cúpula do G8 têm preferido abrigá-las em locais afastados das grandes cidades.

A escolha de um local de difícil acesso e facilmente controlado pelos serviços de segurança não é coincidência, observa Christopher Wright, do G8 Research Group. “As cúpulas ocorrem em lugares remotos por temor de grandes protestos”, diz.

“A globalização criou uma pressão para as instituições multilaterais para se tornarem mais legítimas. A proliferação de protestos contra a Organização Mundial do Comércio, o G8, o Fórum Econômico Mundial e o Banco Mundial reflete a crescente habilidade dos críticos de se mobilizarem e a sensação de que as instituições multilaterais não estão conseguindo encontrar

soluções para várias questões, incluindo o ambiente e a pobreza”, avalia.⁵⁹⁵

Além da influência gerada pela resistência do Movimento, que vem impondo essa transferência de lugares, existem efetivos pontos de ruptura, demonstrando que o movimento é capaz, sim, de originar resultados concretos. É interessante observar, nesse sentido, que as informações constantes nos sites e páginas de grupos sociais que organizam e participam das atuações permitem perceber a continuidade programada das ações, a reedição de eventos e, a depender do assunto em pauta, manifestações reiteradas de combate maciço dirigidas a ele.

O primeiro exemplo disso são os atos que começaram a germinar na América do Norte e transformaram-se em uma extensa campanha contra o Acordo Multilateral de Investimento (AMI). Em 1997, a associação Global Trade Watch divulgou, na sociedade norte-americana, as primeiras linhas de um tratado que vinha sendo negociado quase secretamente desde 1995 pelos países integrantes da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), e não tardou até que o continente europeu e o resto do mundo tivessem informações a respeito da sua existência e firmes intenções.⁵⁹⁶ O AMI voltava-se integralmente a atender aos interesses das corporações transnacionais, que passariam a deter amplo controle no âmbito do Estado no qual instalassem suas unidades. O governo nacional, por sua vez, atuaria de forma bastante tímida no que concerne à regulação e controle do fluxo de capitais, à proteção das empresas domésticas, da economia interna, do meio ambiente e garantias sociais, em suma, veria restringida a defesa dos interesses da nação.⁵⁹⁷

Nos termos do acordo, os governos nacionais deveriam conferir às empresas transnacionais ‘tratamento nacional’, ou seja, equivalente ou superior ao tratamento dado às empresas domésticas. O AMI previa a supressão, nos países signatários, da possibilidade de expropriação sem indenização, de restrições à remessa de lucros, de incentivos especiais às empresas domésticas,

⁵⁹⁵

Ver: <http://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2008/07/080706_g8cupulaa_bertura_rw.shtml>. Acesso em: 23 fev. 2016.

⁵⁹⁶ SEOANE, José; TADDEI, Emilio. Op. cit., p. 154-155.

⁵⁹⁷ VIEIRA, Liszt. Op. cit., p. 192.

enfim, do direito soberano de os governos nacionais decidirem o que e onde deve ser investido. Os investidores estrangeiros teriam o direito a uma compensação sempre que alguma lei de proteção ambiental, social ou trabalhista, acarretasse ‘perda de patrimônio’ ou limitasse a possibilidade de obtenção de lucros, mesmo que futuros, o que seria considerado uma ‘expropriação indireta’. Neste caso, o investidor estrangeiro recorrerá a um tribunal internacional de comércio, por cima dos Estados nacionais, para exigir indenização, a ser paga pelos contribuintes do país em questão. O julgamento em tais tribunais seria sigiloso e sem audiência pública.⁵⁹⁸

Liszt Vieira pondera que não por acaso as negociações do Acordo aconteciam no domínio da OCDE. Trata-se de escolha estratégica, tendo em vista que a maioria dos países não tem representatividade nessa organização internacional, ao contrário da Organização Mundial do Comércio, por exemplo. A esses países, todos pobres e não desenvolvidos, restaria assinar um acordo pronto e imposto pela ameaça de perda do investimento externo.⁵⁹⁹ Todavia, apesar dos esforços para mantê-lo distante do conhecimento público, a divulgação dos seus termos pela Global Trade Watch impediu tal intento.⁶⁰⁰

Uma vez difundida a mensagem, organizações não governamentais, movimentos sociais, ativistas e intelectuais de diferentes locais e ligados às mais variadas causas uniram-se numa campanha anti-AMI. Em fevereiro de 1998, aproximadamente seiscentas organizações sociais reuniram-se para denunciar e contestar as intenções do AMI. Logo após, em abril do mesmo ano, durante reunião da OCDE, em Paris, ativistas de mais de trinta países uniram-se em protestos; ocasião em que os representantes dos países integrantes da OCDE decidiram pela postergação das negociações. Finalmente, com a articulação e realização de atos em uma semana internacional de repúdio ao AMI, ocorridos em setembro, foi anunciada publicamente a suspensão das negociações.⁶⁰¹ Seoane e Taddei concluem que essa campanha ensina sobre “a possibilidade de se conseguir uma

⁵⁹⁸ VIEIRA, Liszt. Op. cit., p. 191-192.

⁵⁹⁹ Idem, *ibidem*.

⁶⁰⁰ Ver: <<http://www.citizen.org>>. Acesso em: 5 fev. 2016.

⁶⁰¹ VIEIRA, Liszt. Op. cit., p. 200.

modificação das relações de forças mesmo com modestos recursos, através da mobilização e da articulação de vastos setores da população, apelando para as redes associativas.”⁶⁰²

Pouco tempo depois, em 1999, o Movimento de Justiça Global dá início a outra campanha, reagindo à convocatória da Organização Mundial do Comércio para o lançamento da Rodada do Milênio. Uma grande preparação no âmbito da sociedade civil global antecedeu a denominada *batalha de Seattle*.⁶⁰³ Organizações não governamentais, movimentos sociais, ativistas, intelectuais, instituições de pesquisa e fundações do mundo inteiro participaram da difusão do documento que declarou oposição à constituição de um mercado global e convidou os atores da sociedade civil a pararem a Rodada da OMC. Em agosto, já contavam com cerca de oitocentas adesões provenientes de mais de setenta países do mundo. Além disso, debates, conferências e seminários realizados previamente em vários pontos do mundo “contribuíram para difundir a problemática do livre comércio e prepararam os espíritos militantes.”⁶⁰⁴

A partir de 26 de novembro, começaram a chegar à cidade de Seattle parte das cinquenta mil pessoas – entre elas estudantes, feministas, camponeses, agricultores, ativistas de direitos humanos, militantes sindicais – que, mais tarde, se juntariam em marcha pelas ruas e impediriam a realização da reunião de abertura da Rodada do Milênio, marcada para o dia 30 daquele mês. Não obstante toda essa mobilização, a Rodada aconteceu. No seu interior, avolumaram-se os entraves e, no exterior, os protestos e a repressão policial.⁶⁰⁵ Vários fatores levaram ao impasse nas negociações, impossibilitando que, naquele momento, fosse dado um novo passo rumo à liberalização do comércio global, mas, é importante citar as reclamações e descontentamentos dos representantes dos países não desenvolvidos. Como que ressoando no interior da conferência as vozes em protesto, já difusas pelo mundo devido à ação da mídia, as delegações opuseram-se aos intentos dos países desenvolvidos e às desigualdades no processo de negociação.⁶⁰⁶

⁶⁰² SEOANE, José; TADDEI, Emilio. Op. cit., p. 158.

⁶⁰³ “Seattle é impensável sem as lutas prévias e sua súbita ‘irrupção midiática’ contrasta com o amplo e metódico trabalho militante realizado há meses ‘para surpreender o mundo e adiantar a chegada do milênio’.” In: Idem, p. 164.

⁶⁰⁴ Idem, p. 161-162.

⁶⁰⁵ Idem, p. 162 e VIEIRA, Liszt. Op. cit., p. 100-102.

⁶⁰⁶ BARRAL, Welber. De Bretton Woods a Doha. In: BARRAL, Welber (Org.). *O Brasil e a OMC*. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2004. p. 19-20.

Em 2000 e nos anos subsequentes, motivadas pelo impacto de Seattle, as ações de resistência do movimento ampliaram-se de maneira clara e notável, impulsionando, inclusive, a organização do Primeiro Fórum Social Mundial, em Porto Alegre. Nesse contexto, segundo Seoane e Taddei, observa-se que “protestos se intensificam e se expandem geograficamente a todos os continentes; o arco social que neles participavam parece ampliar-se e enriquecer-se em suas reivindicações e propostas.”⁶⁰⁷

O propósito de criar um bloco econômico das Américas, estabelecendo o processo de integração regional dentro dos ditames do livre comércio e livre concorrência, e abraçando preceitos neoliberais, também foi fortemente combatido no âmbito de atuação do Movimento de Justiça Global. Suylan Midlej lembra que esse movimento lançou as bases para a criação de uma Campanha Continental contra a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), sendo vários os encontros e fóruns que reuniram atores sociais em momentos de discussão acerca do projeto.⁶⁰⁸ Em 2002 e 2003, aconteceram mobilizações nesse sentido e é importante enaltecer que elas pressionaram os governos dos Estados do continente americano para que inserissem suas populações no debate. No caso do Brasil, em 2002, durante o Segundo Fórum Social Mundial, foi lançada uma Campanha Nacional contra a ALCA.⁶⁰⁹ Sem desconectar-se do todo, a campanha nacional reuniu cerca de cinquenta organizações, com redes de conexão em praticamente todo o território brasileiro. Como resultado dessa junção de forças internas e continentais, nas palavras do autor, “depois de dez anos de negociação, a ALCA, prevista para ser assinada em janeiro de 2005, não foi adiante.”⁶¹⁰

É visível, a partir do quadro de atuações e das considerações dele decorrentes, a capacidade do Movimento de Justiça Global para o cumprimento de funções de resistência e o exercício de influência sobre o comportamento dos outros atores da sociedade internacional. Até que ponto é capaz de, com sua atuação, mover o sistema para uma ou outra direção é algo a ser pensado e, de fato, não obstante a permanência das

⁶⁰⁷ BARRAL, Welber. De Bretton Woods a Doha. In: BARRAL, Welber (Org.). *O Brasil e a OMC*. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2004. p. 19-20.

⁶⁰⁸ MIDLEJ, Suylan. Redes de movimentos sociais: o caso da campanha contra a Alca. In: GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno M. (Org.). *Movimentos sociais na era global*. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 211-212.

⁶⁰⁹ Idem, p. 213.

⁶¹⁰ Idem, p. 218.

lutas, ainda é forte e incontestável o predomínio do modelo político-econômico neoliberal e a condução do processo global segundo os seus ditames.

O aludido fato de o movimento não ocupar qualquer espaço nos centros decisórios, não participando de procedimentos formais no âmbito institucional internacional, caracteriza-se, por um lado, como uma de suas dificuldades e limitação no exercício da resistência, tendo em vista que, por não atuar nos meios institucionais, não possui poderes para impor decisões. Assim, as influências que é capaz de exercer assumem facetas completamente distintas. Por outro lado, é exatamente por não se encontrar institucionalizado, não se conformar como um movimento vinculado a qualquer outro agente ou passível de ser influenciado por ele, que pode agir de forma autônoma e independente. Esse é, portanto, um aspecto que se apresenta como vantagem e desvantagem, como os dois lados da mesma moeda.⁶¹¹

Naturalmente, no que se refere a cada um dos grupos que o compõem, pode haver interações com as figuras do Estado e do mercado, conforme exposto no segundo capítulo, ao abordar sobre a categoria sociedade civil. Porém, na qualidade de movimento social de caráter global é absolutamente livre. De maneira muito pertinente, é interessante notar ainda que essa liberdade decorre, em grande medida, dos seus contornos fluidos, flexíveis e em rede. Nesse sentido, uma possível mudança de propósitos de qualquer integrante, distanciando-o dos fins do movimento e aproximando-o de outros objetivos, não tem o condão de impor igual conduta aos demais e tampouco modificar os rumos do Movimento de Justiça Global. Novamente, está-se diante do desafiador poder das redes, capazes de constante renovação sem ameaça ao seu equilíbrio.

⁶¹¹ Ver observações acerca do critério da autonomia no estudo dos atores internacionais, em: SEGURA, Caterina García. La evolución del concepto de actor en la teoría de las Relaciones Internacionales. *Revista de Sociología*. n. 41, 1993. p. 13-31. Disponível em: <<http://papers.uab.cat/article/view/v41-garcia>>. Acesso em: 25 jan. 2015. p. 28-29.; HOPKINS, Raymond E.; MANSBACH, Richard W. The actor in international politics. In: BARBER, James; SMITH, Michael. *The nature of foreign policy: a reader*. Edinburgh: Holmes McDougall in association with The Open University Press, 1974. p. 35-38. Sobre o referido aspecto da institucionalização, ver observações em: PLEYERS, Geoffrey. Internacionalização sem institucionalização? – A experiência do Fórum Social Mundial. In: GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno (Org.). *Movimentos sociais na era global*. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 167-187.

Por fim, as interpretações expostas ao longo deste tópico permitem verificar que, no tocante ao protagonismo de resistência do Movimento de Justiça Global, estão presentes os critérios exigidos para sua qualificação como um ator não estatal das Relações Internacionais contemporâneas.

CONCLUSÃO

Dedicada a estudar o Movimento de Justiça Global, a presente pesquisa voltou-se a examinar o seu protagonismo de resistência e sua condição de ator não estatal no âmbito das Relações Internacionais contemporâneas. Uma vez delimitado o tema, foram estabelecidos os recortes epistemológicos com base nos quais o trabalho desenvolveu-se.

O primeiro selecionou o período em que, considerado o trajeto histórico e teórico da disciplina de Relações Internacionais, é possível proceder à análise pretendida. Tendo em vista que na fase clássica as correntes de pensamento que procuraram explicar a realidade da política internacional estruturaram-se sobre bases teóricas estatocêntricas, ignorando a ação e participação internacional de outros tipos de atores que não os Estados, não há nesse contexto a disposição dos elementos necessários à compreensão da atuação dos atores não estatais. Na fase contemporânea, por sua vez, um novo complexo relacional, decorrente da ampliação dos fluxos transfronteiriços, passou a ser reconhecido como signifiante para o delineamento do objeto da disciplina e a composição do aporte de conhecimento acerca da realidade da política internacional. Logo, é no seu âmbito que o estudo em torno do protagonismo de resistência e da condição de ator não estatal do Movimento de Justiça Global concretizou-se.

O segundo recorte elegeu uma teoria das Relações Internacionais apta a fornecer embasamento para a interpretação da emergência de novos atores, denominados não estatais, que transformam a sociedade internacional num espaço multicêntrico, dispersando o exercício do poder antes concentrado na figura dos tradicionais atores estatais. Nesse sentido, verificou-se que a teoria da interdependência incorporou outros elementos à percepção dos fenômenos e dos fatos manifestos na sociedade internacional. Numa elaboração equilibrada, sem perder de vista o aspecto do poder nas relações, mas igualmente considerando a existência dos aspectos de cooperação e interdependência, essa teoria deixou de assumir o caráter totalizando presente nas construções próprias da fase clássica – liberalismo e realismo – e abriu-se para refletir a respeito da importância de uma conjunção analítica no campo das Relações Internacionais. Ao assim proceder, constatou que vieses realistas mantêm-se presentes nas interações estatais, e o Estado segue desempenhando funções, contudo já não atua sozinho. Ao agregar em seu aporte teórico o potencial transformador da revolução das tecnologias da informação e a resultante formação de redes relacionais, a concepção interdependentista percebeu que canais múltiplos conectam

as sociedades e influenciam na designação dos caminhos da política externa. Assim, ainda que indiretamente, outros atores ocupam espaços, desempenham papéis e participam do jogo político na esfera internacional.

O terceiro recorte pautou-se pelos inéditos desenhos da tecnologia informacional, sendo no bojo das mudanças por ela desencadeadas – nova estrutura social com base em redes – que se formam tanto os desenhos contemporâneos e interdependentistas da disciplina de Relações Internacionais quanto os contornos do objeto da pesquisa, ou seja, o Movimento de Justiça Global. Nesses termos, a rede é estrutura a partir da qual se estabelece um cenário internacional multicêntrico, que justifica a constatação da presença do referido movimento e a existência de inquietações em torno das funções por ele executadas. E é também, numa outra e complementar perspectiva, instrumento articulador e ferramenta de ação que possibilita a ele acessar o meio internacional e nele exercer influências.

Tais influências relacionam-se com a manifestação de atos de resistência que hoje possuem natureza global, acompanhando os processos de globalização da economia e criação de um novo modo de produção capitalista e a organização de um aparato institucional voltado a mantê-los e a fazê-los funcionar sempre segundo os preceitos do neoliberalismo. Dada sua capacidade descentralizadora, as atividades econômicas – produtivas, de comércio e consumo – apresentam a possibilidade de se desenvolverem em tempo real e numa escala planetária, contudo, isso não significa que as oportunidades estarão disponíveis para todos.

De um lado, não são todas as áreas do globo que interessam aos agentes centrais da economia globalizada, haja vista as seleções feitas pelo próprio mercado e o capital. Nesse sentido, por falta de infraestrutura e condições atrativas, países e populações inteiros podem permanecer excluídos desse cenário. De outro, a chegada de instalações produtivas aos locais, notadamente países pobres e não desenvolvidos, não necessariamente os transformam social e economicamente, já que a dinâmica do maior lucro deturpa relações de trabalho e gera a superexploração da mão de obra. Essa mesma dinâmica, responsável por gerar empobrecimento, desigualdades e baixa qualidade de vida aos povos do mundo, interfere sobremaneira no meio ambiente, deixando um legado de degradação e alterações ambientais profundas. Em razão disso, ou seja, dos rumos definidos para a concretização do atual processo de globalização, o qual se apresenta paradoxalmente inclusive

e excludente, é ampla e notória a resistência que vem formando-se nas duas últimas décadas.

Como importante agente efetivador dessa resistência, o Movimento de Justiça Global formou-se para contestar a ordem vigente e os valores economicistas e mercadológicos que a norteiam. Suas articulações em rede e a consolidação de relações que constituem fluxos para além das fronteiras estatais inserem-no, segundo as bases teóricas adotadas no trabalho, no campo de conhecimento das Relações Internacionais. Assim, foi com a instituição dos fundamentos que sustentam uma concepção ampliada das relações internacionais e a presença dos atores não estatais e a observação do protagonismo desempenhado pelo movimento que o problema de pesquisa pôde ser elaborado, consistindo em examinar se sua função dinâmica de resistência permite reconhecê-lo como um ator não estatal das Relações Internacionais contemporâneas.

A hipótese de trabalho partiu da afirmação de que o Movimento de Justiça Global pode ser reconhecido como um ator não estatal das Relações Internacionais contemporâneas. Porém, a resposta ao problema pautou-se pela verificação da presença dos critérios exigidos para tal qualificação de acordo com o conceito de ator internacional adotado, entre os quais: habilidade para mobilizar recursos, capacidade para exercer influência e autonomia. Tendo como suporte analítico os elementos que evidenciam como o movimento atua e exerce a sua função de resistência, foi possível realizar essa verificação e confirmar a hipótese.

Observou-se que, para a constituição do Movimento de Justiça Global, convergem diversos grupos sociais de diferentes localidades, que vivenciam de maneira mais ou menos intensa e direta os efeitos de um sistema político-econômico operado globalmente e dirigido para atender às necessidades do mercado e do capital. São grupos completamente distintos em suas aspirações e proposições de mudança – dentro daquilo que para cada um parece ser uma proposta alternativa viável –, mas que compartilham o mesmo objetivo transformador, com a percepção de que a ordem global vigente não deve seguir nesse mesmo rumo e sem oposição. A diversidade, por conseguinte, é uma das suas características centrais, estando presente em relação às demandas que o compõem, aos participantes que o integram e também à natureza das soluções pensadas para os problemas vivenciados. O ponto de união é a crítica à execução do projeto econômico global neoliberal e às instituições internacionais voltados à sua reprodução e aprofundamento.

Heterogêneo por natureza, esse movimento social de bases globalizadas apresenta bordas flexíveis e conforma-se por laços frouxos. Com fronteiras sempre expansíveis, seu campo de atuação pode ampliar-se ou reduzir-se, a depender do ingresso de novos grupos sociais e da participação efetiva daqueles que já o integram. Em síntese, exemplifica as etapas de criação e funcionamento das redes, dentro da perspectiva analítica trabalhada por Manuel Castells, pois se constitui com base em um conjunto de nós interconectados – representados pela figura dos atores sociais que dele se sentem parte –, distinguindo-se como um espaço de fluxos e trocas sem distâncias ou limites, sempre acessível e capaz de expandir-se e renovar-se. Logo, a extinção de elos não afeta sua dinâmica de funcionamento e tampouco importa no seu desaparecimento.

Tendo em mente a natureza peculiar dos seus contornos, as evidências observadas acerca de como o Movimento de Justiça Global manifesta resistência e participa das relações na sociedade internacional contemporânea permitem constatar a presença dos critérios anteriormente indicados e exigidos para qualificá-lo como um ator não estatal.

Primeiramente, a atuação ininterrupta reflete o importante aspecto de permanência do movimento no âmbito da sociedade internacional, de modo que o ato de permanecer refere-se à realização de práticas e demonstrações constantes e duradouras de atores sociais articulados para agirem precipuamente sobre as fronteiras nacionais ou a despeito delas. De fato, esse não é um elemento definidor da condição de ator, conforme o conceito estabelecido por Esther Barbé e adotado para o desenvolvimento desta pesquisa, contudo, uma vez observado, oferece bases mais sólidas para a aplicação dos critérios de habilidade, capacidade e autonomia à ação do movimento ora estudado.

A habilidade para mobilizar os recursos necessários a fim de alcançar os objetivos desejados evidencia-se pelo vasto potencial informativo e mobilizatório do movimento, com capacidade para empreender lutas nos mais variados lugares e dispendo de um vasto conjunto de participantes disponíveis para tanto, sempre aptos a reunirem-se ou dispersarem-se quando necessário. O poder inequívoco das redes proporciona-lhe os instrumentos necessários para a globalização das suas ações, de modo que os objetivos de resistência possam ser ampliados e difundidos. Mas, a tabela evolutiva das atuações do movimento, contendo registros desde o seu surgimento até os presentes dias, demonstra que o uso dos meios tecnológicos vai além das funções dispersiva e globalizante. De fato, eles são essenciais como

recursos capazes de lhe conferir grandeza e visibilidade, contudo, igualmente é interessante observar como o movimento arquiteta, por intermédio da rede, os meios garantidores da sua própria existência. É óbvia sua atuação fora do espaço virtual, assim sendo, não é possível afirmar tratar-se de um movimento que existe somente no ambiente cibernético, mas, por outro lado, é pertinente perceber como todas as conexões e ligações entre atores baseiam-se no marco da Internet.

Em síntese, o Movimento de Justiça Global dispõe de habilidade para mobilizar os recursos necessários tanto à sua própria constituição como ator quanto ao exercício das funções de resistência.

A capacidade para exercer influência sobre outros atores do sistema decorre das lutas empreendidas e que hoje encontram ressonância por todo o globo. Está relacionada com o maior ou menor grau de resistência gerada pelo movimento, haja vista tratar-se de um ator diferenciado, que não está inserido no processo institucional e de tomada de decisões em nível internacional e não possui, a exemplo dos Estados e das grandes corporações transnacionais, poderio bélico ou econômico. Logo, o exercício de influência por ele praticado assume outras nuances. As evidências trazidas neste estudo apontam que até o momento o movimento tem sido capaz de consolidar marcante protagonismo de resistência, promovendo ações que geram impactos na sociedade internacional e originam pontos de ruptura.

Em síntese, o Movimento de Justiça Global dispõe de capacidade para exercer influência sobre outros atores do sistema internacional, forçando mudanças de comportamento dos líderes do processo globalizador, sejam institucionais ou governamentais, e transformando alguns resultados finais por eles perseguidos.

No tocante à autonomia como critério exigido para a qualificação da condição de ator internacional, conclui-se que, coordenando partes e reunindo os membros em repetidos eventos, o Movimento de Justiça Global manifesta inquestionável unidade autônoma de ação. A questão a ser ressaltada é que a unidade não se confunde com uniformidade, igualdade ou invariabilidade e, assim sendo, as características que lhe são inerentes – ampla diversidade e heterogeneidade – não têm o condão de desqualificá-lo como ator. A diversidade o integra e compõe um corpo relacional que tem seu pressuposto constitutivo baseado na variação de participantes, demandas e opiniões acerca do *status quo* a ser transformado e das proposições alternativas a ele, mas a unidade encontra-se refletida na união de propósitos e na junção de grupos variados em nome da defesa de um mesmo ideal de justiça global e transformação. A autonomia se expressa na organização independente e

na atuação desvinculada de governos e instituições. Isso não significa que os grupos que o compõem não criem qualquer relação com órgãos estatais, organismos internacionais ou empresas, mas que o desempenho do seu papel de resistência acontece de forma livre. De modo genérico, a autonomia é entendida como liberdade de ação, ou seja, independência para definir demandas e os mecanismos necessários para concretizá-las, sem que o comportamento de um ator seja regido por outro.

Em síntese, o Movimento de Justiça Global dispõe de autonomia e independência decisória para desempenhar o papel para o qual foi criado, organizando e implementando as ações que opõem resistência à manutenção e reprodução do *status quo*.

REFERÊNCIAS

- ABDEL-MONEIM, Sarah G. O Ciborgue Zapatista: tecendo a poética virtual de resistência no Chiapas cibernético. Florianópolis: *Revista Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, p. 39-64, 2002.
- ALVAREZ, Sonia E. Um outro mundo (também feminista...) é possível: construindo espaços transnacionais e alternativas globais a partir dos movimentos. Florianópolis: *Revista Estudos Feministas*, v. 11, n. 2, p. 533-540, 2003.
- ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 9-23.
- ARATO, Andrew; COHEN, Jean. *Sociedad civil y teoría política*. Tradução Roberto Reyes Mazzoni. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.
- ARATO, Andrew; COHEN, Jean. Sociedade civil e teoria social. In: AVRITZER, Leonardo (Org.). *Sociedade civil e democratização*. Belo Horizonte: Del Rey, 1994. p. 149-182.
- ARON, Raymond. *Paz e guerra entre as nações*. Tradução Sérgio Bath. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.
- BARBÉ, Esther. *Relaciones internacionales*. 3. ed. Madrid: Tecnos, 2007.
- BARRAL, Welber (Org.). *O Brasil e a OMC*. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2004.
- _____. *Metodologia da pesquisa jurídica*. 2. ed. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2003.
- BAPTISTA, Paulo Nogueira. *O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos*. 2. ed. São Paulo: PEDEX, 1994.

_____. *A sociedade internacional e o século XXI: em busca da construção de uma ordem mundial justa e solidária*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2001.

BEDIN, Gilmar Antonio. *A sociedade internacional clássica: aspectos históricos e teóricos*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011.

BENTO, Leonardo Valles. *Governança global: uma abordagem conceitual e normativa das relações internacionais em um cenário de interdependência e globalização*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Tese de Doutorado, 2007.

BITTAR, Eduardo C. B. *Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática da monografia para os cursos de Direito*. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

BORON, Atilio A. (Org.). *Nova hegemonia mundial: alternativas de mudança e movimentos sociais*. Buenos Aires: Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO), 2004.

BRAILLARD, Philippe. *Teoria das relações internacionais*. Tradução J. J. Pereira Gomes e A. Silva Dias. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1990.

BRANDL, Kamila Soraia. *O fenômeno dos atores internacionais emergentes e a fragmentação estatal: a tendência paradigmática pós-internacional e o protagonismo dos governos não centrais*. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Direito. Universidade Federal de Santa Catarina. Dissertação de Mestrado, 2013.

_____. O protagonismo dos governos não-centrais como atores não estatais: as experiências da Europa Ocidental e da América do Norte. In: Oliveira, Odete Maria de (Org.). *Relações internacionais, direito e poder: cenários e protagonismos dos atores não estatais*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2014. p. 181-251. v. 1.

CADOZ, Claude. *Realidade virtual*. Tradução Paulo Goya. São Paulo: Ática, 1997.

CAMPOS, Roberto de Oliveira. *A lanterna na popa: memórias*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.

CARR, Edward Hallett. *Vinte anos de crise: 1919-1939*. Tradução Luiz Alberto F. Machado. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

CASTELLS, Manuel. *A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. *A sociedade em rede*. Tradução Roneide Venâncio Majer, com a colaboração de Klauss Brandini Gerhardt. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008. v. 1.

_____. *O poder da identidade*. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008. v. 2.

_____. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2013.

CEBRIÁN, Juan Luis. *A rede*. Tradução Lauro Machado Coelho. São Paulo: Summus, 1999.

CELLI JÚNIOR, Humberto (Coord.). *Comércio de serviços na OMC*. Curitiba: Juruá, 2005.

CERVERA, Rafael Calduch. *Relaciones internacionales*. Madrid: Ediciones de las Ciencias Sociales, 1991.

COHEN, Jean. Sociedade civil e globalização: repensando categorias. Rio de Janeiro: *Dados*, v. 46, n. 3, p. 419-459, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 13 abr. 2015.

COSTA, Sérgio. *As cores de Ercília: esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

_____. Redes sociais e integração transnacional: problemas conceituais e um estudo de caso. Florianópolis: *Política & Sociedade*, v. 2, n. 2, p. 151-174, 2003.

DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto; PANFICHI, Aldo (Org.). *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra; Campinas: Unicamp, 2006.

DANTAS, Marcos. Capitalismo na era das redes: trabalho, informação e valor no ciclo da comunicação produtiva. In: LASTRES, Helena M. M.; ALBAGLI, Sarita. *Informação e globalização na era do conhecimento*. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 216-261.

DE FAZIO, Marcia C. Puydinger. *A sociedade civil global e a rede: resistência à globalização desde cima?* Ijuí: Ed. Unijuí, 2012.

_____. Protagonismos e cenários dos movimentos sociais globais: atores não estatais de resistência e o poder das redes. In: OLIVEIRA, Odete Maria de (Org.). *Relações internacionais, direito e poder: cenários e protagonismos dos atores não estatais*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2014. v. 1. p. 323-364.

DE FAZIO, Marcia Cristina Puydinger; BRANDL, Kamila Soraia. O protagonismo dos governos não centrais nas Relações Internacionais: as experiências de Quebec como ator não estatal. In: OLIVEIRA, Odete Maria de (Org.). *Relações internacionais, direito e poder: o contraponto entre os atores estatais e os não estatais*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2015. v. 2. p. 221-258.

DEL ARENAL, Celestino. *Introducción a las relaciones internacionales*. 4. ed. Madrid: Tecnos, 2007.

EVANS, Graham; NEWNHAM, Jeffrey. *The dictionary of world politics: a reference guide to concepts, ideas and institutions*. Hertfordshire: Harvester Wheatsheaf (a division of Simon & Schuster International Group), 1992.

FALK, Richard. *La globalización depredadora: una crítica*. Tradução Herminia Bevia e Antonio Resines. Argentina: Siglo Veintiuno de Argentina Editores, 2002.

FERRER, Aldo. *Historia de la globalización: orígenes del orden económico mundial*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1996.

FERRER, Aldo. *Historia de la globalización II: la revolución industrial y el segundo orden mundial*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2000.

FON, Bruno Cho. *Global governance and the role of non state actors: an examination of contemporary challenges to international relations theory*. Saarbrücken: LAP LAMBERT Academic Publishing, 2012.

FONTES, Breno A. S. M. Prefácio. In: SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes emancipatórias: nas lutas contra a exclusão e por direitos humanos*. Curitiba: Appris, 2012. p. 7-10.

FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e liberdade*. Tradução Luciana Carli. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

GLASIUS, Marlies; KALDOR, Mary [et al.]. *Global civil society*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

GOHN, Maria da Glória. I e II Fórum Social Mundial em Porto Alegre. In: GOHN, Maria da Glória (Org.). *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 53-88.

_____. Movimentos sociais antiglobalização: de Seattle/1988 a Nova York/2002. In: GOHN, Maria da Glória (Org.). *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 33-51.

_____. Movimentos sociais na atualidade: manifestações e categorias analíticas. In: GOHN, Maria da Glória (Org.). *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 13-32.

_____. *Novas teorias dos movimentos sociais*. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

_____. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 10. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno. Apresentação - a discussão contemporânea sobre os movimentos sociais. In: GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno (Org.). *Movimentos sociais na era global*. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 7-16.

GRUZINSKI, Serge. *A passagem do século - 1480-1520: as origens da globalização*. Tradução Rosa Freire D'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

HABERMAS, Jürgen. *A inclusão do outro: estudos de teoria política*. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HALLIDAY, Fred. *Repensando as relações internacionais*. Tradução Cristina S. Pecequillo. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

HAMILTON, Alexandre; JAY, John; MADISON, James. *O federalista*. Tradução Reggy Zacconi de Moraes. Rio de Janeiro: Editora Nacional de Direito, 1959.

HAYEK, Friedrich A. *O caminho da servidão*. Tradução Leonel Vallandro. 2. ed. São Paulo: Globo, 1977.

_____. *Os fundamentos da liberdade*. Tradução Anna Maria Capovilla e José Ítalo Stelle. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

HINKELAMMERT, Franz Josef. *Crítica à razão utópica*. Tradução Álvaro Cunha. São Paulo: Edições Paulinas, 1988.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991*. Tradução Marcos Santarrita. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HOCKING, Brian. Regionalismo: uma perspectiva das relações internacionais. In: Vigevani, Tullo [et al.]. *A dimensão subnacional e as relações internacionais*. São Paulo: Edusc; Fundação Editora da Unesp, 2004. p. 77-107.

HOLANDA, Francisco Urubam Xavier. *Do liberalismo ao neoliberalismo: o itinerário de uma cosmovisão impenitente*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

HOPKINS, Raymond E.; MANSBACH, Richard W. The actor in international politics. In: BARBER, James; SMITH, Michael. *The nature of foreign policy: a reader*. Edinburgh: Holmes McDougall in association with The Open University Press, 1974. p. 35-38.

HOUTART, François. A mundialização das resistências e das lutas contra o neoliberalismo. In: SEOANE, José; TADDEI, Emilio (Org.). *Resistências mundiais: de Seattle a Porto Alegre*. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 89-98.

KANT, Immanuel. *À paz perpetua*. Tradução Marco Antonio de A. Zingano. Porto Alegre; São Paulo: L&PM Editores, 1989.

KAWAMURA, Karlo K. *Atores das relações internacionais e o protagonismo das empresas transnacionais: possibilidades e limites dos regimes internacionais como instrumentos de sua regulamentação*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Direito. Dissertação de Mestrado, 2012.

KEANE, John. *Global civil society?* Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

KEOHANE, Robert O; NYE, Joseph S. *Poder e interdependência: la política mundial en transición*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1988.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia do trabalho científico*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

LEMONS, Ronaldo; DI FELICE, Massimo. *A vida em rede*. Campinas: Papirus 7 Mares, 2014.

LERMA, Gustavo Palomares. *Teoría y conceptos de las relaciones internacionales*: Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia, 2001.

LESSA, Antônio Carlos. *História das relações internacionais: a Pax Britannica e o mundo do século XIX*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

LEWANDOWSKI, Enrique R. *Globalização, regionalização e soberania*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2004.

LOHBAUER, Christian. *História das relações internacionais II: o século XX – do declínio europeu à era global*. 2. ed. Petrópolis, Vozes, 2008.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. Associativismo civil e representação democrática. In: SCHERER-WARREN, Ilse; LÜCHMANN, Lígia Helena. H. (Org.). *Movimentos sociais e participação: abordagens e experiências no Brasil e na América Latina*. Florianópolis: Editora UFSC, 2011. p. 115-140.

MAGALHAES, Alexandre Almeida de. Transversalidade da ação coletiva: a experiência em redes como possibilidade de crítica e publicização. Florianópolis: *Política & Sociedade*, v. 9, n. 17, p. 325-357, 2010.

MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. *A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais*. Porto Alegre: Sulina, 2013.

MANSBACH, Richard W. *The global puzzle: issues and actor in world politics*. 3. ed. Boston: Houghton Mifflin Company, 2000.

MANSBACH, Richard W.; FERGUSON, Yale H.; LAMPERT, Donald E. *The web of world politics: non state actors in the global system*. New Jersey: Prentice-Hall, Inc., Englewood Cliffs, 1976.

MANCIE, Euclides A. *A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual*. Petrópolis: Vozes, 1999.

MARTINS, Paulo Henrique. Redes sociais como novo marco interpretativo das mobilizações coletivas contemporâneas. Salvador: *Caderno CRH*, v. 23, n. 59, p. 401-418, 2010.

MATTAR, Khريس. *O movimento de justiça global: uma nova mobilização política de resistência?* Tradução Khريس Mattar e Andréa Rosenir da Silva. Ijuí: Ed. Unijuí, 2013.

McCHESNEY, Robert W. Introdução. In: CHOMSKY, Noam. *O lucro ou as pessoas? Neoliberalismo e ordem global*. Tradução Pedro Jorgensen Júnior. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

MERLE, Marcel. *Sociologia das relações internacionais*. Tradução Ivonne Jean. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981.

MESA, Roberto. *Teoría y práctica de relaciones internacionales*. Madrid: Taurus Ediciones, 1980.

MESSARI, Nizar; NOGUEIRA, João Pontes. *Teoria das relações internacionais: correntes e debates*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

MIDDLEJ, Suylan. Redes de movimentos sociais: o caso da campanha contra a Alca. In: GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno M. (Org.). *Movimentos sociais na era global*. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 211-227.

MISES, Ludwig Von. *Ação humana: um tratado sobre economia*. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises do Brasil, 2010.

_____. *As seis lições*. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges. 3. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1989.

_____. *O mercado*. Tradução Donald Stewart Jr. Rio de Janeiro: J. Olympio; Instituto Liberal, 1987.

_____. *Uma crítica ao intervencionismo*. Rio de Janeiro: Nordica, 1977.

MIYAMOTO, Shiguenoli. O ideário da paz em um mundo conflituoso. In: BEDIN, Gilmar Antônio [et al.]. *Paradigmas das relações internacionais: realismo, idealismo, dependência, interdependência*. 3. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011. p. 15-56.

MONBIOT, George. *A era do consenso*. Tradução Renato Bittencourt. Rio de Janeiro: Record, 2004.

MORGENTHAU, Hans. *A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz*. Tradução Oswaldo Biato. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

MUÑOZ, Enara Echart. *Movimientos sociales y relaciones internacionales: la irrupción de um nuevo actor*. Madrid: Catarata; Instituto Universitario de Desarrollo y Cooperación, 2008.

MUÑOZ, Enara E; LÓPEZ, Sara; OROZCO, Kamala. *Origen, protestas y propuestas del movimiento antiglobalización*. Madrid: Catarata/Universidad Complutense Madrid, 2005.

NOUR, Soraya. *À paz perpétua de Kant: filosofia do direito internacional e das relações internacionais*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

OLIVEIRA, Odete Maria de; SILVA, Andréia Rosenir da. Gênero como possível ator das relações internacionais. In: OLIVEIRA, Odete Maria de (Org.). *Relações internacionais: a questão de gênero*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011. p. 23-81.

OLIVEIRA, Odete Maria de. Notas de introdução. In: OLIVEIRA, Odete Maria de (Org.). *Relações internacionais, direito e poder: cenários e protagonismos dos atores não estatais*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2014. p. 15-28. v. 1.

_____. Notas de introdução. In: OLIVEIRA, Odete Maria de (Org.). *Relações internacionais, direito e poder: o contraponto entre os atores estatais e não estatais*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2015. p. 15-42. v. 2.

_____. Relações comerciais globais e o império dos mercados mundiais. In: DAL RI JR., Arno; OLIVEIRA, Odete Maria de (Org.). *Direito internacional econômico em expansão: desafios e dilemas*. Ijuí: Editora da Unijuí, 2003. p. 843-951.

_____. *Relações internacionais: estudos de introdução*. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2007.

_____. Relações internacionais: breves apontamentos e contextualização. In: OLIVEIRA, Odete Maria de (Coord.). *Relações internacionais e globalização: grandes desafios*. Ijuí: Ed. Unijuí, 1997.

_____. (Org.). *Relações internacionais, direito e poder: cenários e protagonismos dos atores não estatais*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2014. v. 1.

_____. (Org.). *Relações internacionais, direito e poder: o contraponto entre os atores estatais e os não estatais*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2015. v. 2.

_____. Relações internacionais e o dilema de seus paradigmas: configurações tradicionalistas e pluralistas. In: OLIVEIRA, Odete Maria de; DAL RI JR., Arno (Org.). *Relações internacionais, interdependência e sociedade global*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2004. p. 33-156.

_____. *Teorias globais e suas revoluções*: elementos e estruturas. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005. v. 1.

_____. *Teorias globais e suas revoluções*: impérios de poder e modos de produção. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005. v. 2.

_____. *Teorias globais e suas revoluções*: fragmentações do mundo. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005. v. 3.

OLSSON, Giovanni. *Poder político e sociedade internacional contemporânea*: governança global com e sem governo e seus desafios e possibilidades. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

_____. *Relações internacionais e seus atores na era da globalização*. Curitiba: Juruá, 2009.

OSBORNE, Adam. *A nova revolução industrial na era dos computadores*. Tradução Auriphebo Simões. São Paulo: McGraw-Hill, 1984.

PETRAS, James. *Imperialismo e luta de classes no mundo contemporâneo*. Tradução Eleonora Frenkel Barreto. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.

PINTO, Céli Regina Jardim. A sociedade civil “institucionalizada”. Florianópolis: *Política e Sociedade*, v. 3, n. 5, p. 100-117. 2004.

PLEYERS, Geoffrey. Internacionalização sem institucionalização? – A experiência do Fórum Social Mundial. In: GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno (Org.). *Movimentos sociais na era global*. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 167-187.

PRUDÊNCIO, Kelly Cristina de Souza. *Mídia ativista*: a comunicação dos movimentos por justiça global na Internet. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Tese de Doutorado, 2006.

REYNALDO, Renata Guimarães. *O fenômeno global e o papel dos movimentos feministas na efetivação de uma globalização contra-hegemônica*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Direito. Dissertação de Mestrado, 2012.

RENOUVIN, Pierre. *Historia de las relaciones internacionales: séculos XIX e XX*. Tradução Justo F. Buján, Isabel G. de Ramales, Manuel Suárez, Félix C. Robredo. Madrid: Ediciones Akal, 1998.

RIDRUEJO, José Antonio Pastor. *Curso de derecho internacional público e organizaciones internacionales*. 6. ed. Madrid: Tecnos, 1996.

RONCATO, Bruna Silveira. A construção do movimento de justiça social global: da era da informação à era da cooperação. In: OLIVEIRA, Odete Maria de. *Organizações internacionais e seus dilemas formais e informais: a construção da arquitetura de resistência global*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012. p. 521-556.

_____. *Novos contornos do poder político: o déficit participativo na governança global e o contraponto da emergente sociedade civil*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Direito. Dissertação de Mestrado, 2012.

ROSENAU, James; CZEMPIEL, Ernst Otto (Org.). *Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial*. Tradução Sérgio Bath. Brasília: UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

RUSSET, Bruce; STARR, Harvey; KINSELLA, David. *World politics: the menu for choice*. 7. ed. Belmont: Wadsworth (a division of Thomson Learning Inc.), 2004.

SANTOS, Ângela M. P. Globalização econômica e financeira na América Latina: a inserção das economias latino-americanas na nova ordem econômica. In: FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO (FUNAG). *Seminário Internacional globalização na América Latina: integração solidária*. Brasília, 1997. p. 51-98.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS JR, Raimundo Batista dos. Diversificação das relações internacionais e teoria da interdependência. In: BEDIN, Gilmar Antônio [et al.]. *Paradigma das Relações Internacionais*: realismo, idealismo, dependência, interdependência. 3. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011. p. 207-254.

SARAIVA, José Flávio S. (Org.). *História das relações internacionais contemporâneas*: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Cidadania sem fronteiras*: ações coletivas na era da globalização. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. Brasília: *Sociedade e Estado*, v. 21, n. 1, p. 109-130, 2006.

_____. Fóruns e redes da sociedade civil: percepções sobre exclusão social e cidadania. Florianópolis: *Política & Sociedade*, v. 6, n. 11, p. 19-40, 2007.

_____. *Redes de movimentos sociais*. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

_____. *Redes emancipatórias*: nas lutas contra a exclusão e por direitos humanos. Curitiba: Appris, 2012.

_____. Redes e sociedade civil global. In: HADDAD, Sérgio (Org.). *ONGs e universidades: desafios para a cooperação na América Latina*. São Paulo: Abong; Peirópolis, 2002. p. 63-92.

_____. Redes sociais: trajetórias e fronteiras. In: DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério L. Lima. *Redes, sociedades e territórios*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005. p. 29-50.

SCHERER-WARREN, Ilse; LÜCHMANN, Lígia Helena. H. (Org.). Situando o debate sobre movimentos sociais e sociedade civil no Brasil. Florianópolis: *Política e Sociedade*, v. 3, n. 5, p. 13-36, 2004.

SEGURA, Caterina García. La evolución del concepto de actor en la teoría de las relaciones internacionales. *Revista de Sociología*, n. 41, p. 13-31, 1993. Disponível em: <<http://papers.uab.cat/article/view/v41-garcia>>. Acesso em: 25 jan. 2015.

SEITENFUS, Ricardo Antonio Silva. *Manual das organizações internacionais*. 4. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

SEOANE, José; TADDEI, Emilio. De Seattle a Porto Alegre: passado, presente e futuro do movimento antimundialização neoliberal. In: SEOANE, José; TADDEI, Emilio (Org.). *Resistências mundiais: de Seattle a Porto Alegre*. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 149-185.

SILVA, Karine Souza. *Direito da comunidade européia*: fontes, princípios e procedimentos. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

SILVA, Maria Lúcia Carvalho da [et al.]. Movimentos sociais e redes: reflexões a partir do pensamento de Ilse Scherer-Warren. São Paulo: *Serviço Social & Sociedade*, n. 109, p. 112-125, 2012.

SKINNER, Quentin. *Liberdade antes do liberalismo*. Tradução Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

SOUZA, Marcio Vieira de. *As vozes do silêncio de uma rede de redes: o movimento pela democratização da comunicação no Brasil (1984-1994)*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Dissertação de Mestrado, 1995.

STELZER, Joana. *União Européia e supranacionalidade: desafio ou realidade?* 2. ed. Curitiba: Juruá, 2004.

TAYLOR, Phillip. *Non state actors in international politics: from transregional to substate organizations*. Boulder-Colorado: Westview Press, 1984.

TARROW, Sidney. *The new transnational activism*. New York: Cambridge University Press. 2005.

_____. *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Tradução Ana Maria Sallum. Petrópolis: Vozes, 2009.

TAVARES, Maria da Conceição. *As Cúpulas das Américas*. São Paulo: Folha de São Paulo, 26 de abril de 1998. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi26049815.htm>. Acesso em: 22 jan. 2016.

TOYNBEE, Arnold J. *Helenismo: história de uma civilização*. Tradução Waltensir Dutra. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

TRUYOL Y SERRA, Antonio. *La teoría de las Relaciones Internacionales como sociología*. Madrid: Instituto de Estudios Políticos, 1973.

TRUYOL Y SERRA, Antonio. *La sociedad internacional*. Madrid: Alianza Editorial, 1974.

WATSON, Adam. *A evolução da sociedade internacional: uma análise histórica comparativa*. Tradução René Loncan. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

WILLIAMS, Michael C. *The realist tradition and the limits of international relations*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

VIEIRA, Flávia Braga. Articulações internacionais “desde baixo” em tempos de globalização. In: GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno M. (Org.). *Movimentos sociais na era global*. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 189-210.

VIEIRA, Liszt. *Cidadania e globalização*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

_____. *Os argonautas da cidadania: a sociedade civil na globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SITES PESQUISADOS

<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas/1/anos20/CentenarioIndependencia/LigaDasNacoes>

<http://www.wto.org>

<http://www.montpelerin.org>

<http://www.onu.org.br/rio20/tema/cupula-da-terra/>

<http://aseed.net/en/about-aseed/>

<http://viacampesina.org/en/index.php/organisation-mainmenu-44/what-is-la-via-campesina-mainmenu-45>

<http://www.ezln.org.mx/>

https://www.wto.org/english/res_e/publications_e/20years_wto_e.htm

https://www.wto.org/english/thewto_e/minist_e/min98_e/min98_e.htm

<https://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/free/action3.html>
www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi26049815.htm
<https://www.attac.org>
<https://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/free/cronolog.htm>
<http://caravan.squat.net/ICC-sp/ICCframe-sp.htm>
<http://bak.spc.org/j18/site/cast2.html>
<https://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/bangalore/index.htm>
<https://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/free/seattle/index.htm>
<http://www.jubileusul.org.br/quem-somos/jubileu-sul-americas>
<http://unctad.org/en/pages/MeetingsArchive.aspx?meetingid=4288>
<http://www1.folha.uol.com.br/fof/inter/ult17042000026.htm>
<http://www.insme.org/pt/processo-de-bolonha-ocde>
<http://www.insme.org/files/435>
<http://noticias.uol.com.br/ultnot/2000/09/11/ult27u3908.jhtm>
http://www.europarl.europa.eu/summits/nice1_pt.htm
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2003000200012
<https://marchamulheres.wordpress.com/mmm/>
<https://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/free/ftaa/noalca.htm>
<http://www.social.org.br/cartilhas/cartilha002/cartilha015.htm>
http://www.galizacig.gal/actualidade/200112/correio_rejeicao_unanime_da_alca.htm
<http://forumsocialportoalegre.org.br/forum-social-mundial/>
<https://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/free/wef/davos2001/index.htm>
http://revcom.us/a/v22/1090-99/1097/cancun_s.htm
<https://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/free/imf/chile/iadb.htm>
<https://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/free/milan/index.htm>
<http://www1.folha.uol.com.br/fofha/reuters/ult112u8020.shtml>
<http://www.dw.com/pt/protestos-n%C3%A3o-perturbam-a-c%C3%BApula-da-ue-em-bruxelas/a-356052>
<http://www.midiaindependente.org/pt/red/2001/06/100894.shtml>
<https://www.publico.pt/mundo/noticia/revolucao-global-nas-ruas-de-gotemburgo-27631>
<http://www.midiaindependente.org/pt/red/2001/05/1898.shtml>
<http://www.midiaindependente.org/pt/red/2001/06/100957.shtml>
<http://www.midiaindependente.org/pt/red/2001/07/3050.shtml>
<http://www.midiaindependente.org/pt/red/2006/05/353595.shtml>
<https://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/free/wef/durban.htm>
<https://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/free/s29dc/index.htm>
<http://www.midiaindependente.org/eo/red/2001/11/11038.shtml>
<https://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/cocha/index.htm>

<http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/a-marcha/nossa-historia/>
<http://www.africansocialforum.org/actual0/index.php/en/>
<https://foropanamazonico.wordpress.com/historiaprincipios/>
<http://forumsocialportoalegre.org.br/forum-social-mundial/>
<http://www.un.org/es/conf/ffd/2002/>
<https://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/free/action02.html>
<http://mexico.indymedia.org/spip.php?rubrique27>
<http://www.midiaindependente.org/pt/red/2003/05/255442.shtml>
http://www.movimientos.org/es/grito/show_text.php3%3Fkey%3D1143
<https://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/free/action02.html>
<http://aseed.net/en/ending-corporate-capture-of-the-united-nations/>
<https://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/pgaeurope/leiden/index.htm>
http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2002/021026_protesto2ir.shtml
<http://www.fse-esf.org/>
<http://www.social.org.br/cartilhas/cartilha002/cartilha018.htm>
<https://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/free/copenhagen/index.htm>
<https://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/d20/d20en.html>
<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/541206-lutamos-contra-todos-os-tipos-de-terrorismo>
<http://www.wsfindia.org/?q=node/2>
<https://foropanamazonico.wordpress.com/historiaprincipios/>
<http://forumsocialportoalegre.org.br/forum-social-mundial/>
<https://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/free/wef/wefactioncall.htm>
<https://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/campanas/stopwar/index.html>
<https://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/free/action03.html>
<https://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/free/evian/2003/daysofresistance.htm>
<https://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/free/action03.html>
<http://www.midiaindependente.org/pt/red/2003/11/267548.shtml>
<https://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/pgalatina/index.htm>
<https://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/free/cancun/index.html>
<http://www.fse-esf.org/spip.php?rubrique74>
<http://www.midiaindependente.org/pt/red/2003/11/268384.shtml>
<http://www.itu.int/net/wsis/>
<http://forumsocialportoalegre.org.br/forum-social-mundial/>
<https://foropanamazonico.wordpress.com/historiaprincipios/>
<http://www.wsfindia.org/?q=node/2>
<https://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/belgrade/index.html>
<http://www.midiaindependente.org/es/red/2004/07/286465.shtml>
http://www.democraciasocialista.org.br/csd/noticias/item?item_id=487200

<http://www.fse-esf.org/spip.php?rubrique75>

[http://www.dw.com/pt/especial-a-fracassada-](http://www.dw.com/pt/especial-a-fracassada-constitui%C3%A7%C3%A3o-europ%C3%A9ia/a-2245710)

[constitui%C3%A7%C3%A3o-europ%C3%A9ia/a-2245710](http://www.dw.com/pt/especial-a-fracassada-constitui%C3%A7%C3%A3o-europ%C3%A9ia/a-2245710)

<http://www.sindsepers.org.br/index2.php?area=1&item=203>

<http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-gerais/2007/fevereiro-2007/soberania-alimentar-mais-de-600-participam-de-forum-da-via-campesina-na-africa>